



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

ANA CAROLINA VILA RAMOS DOS SANTOS

PELO MOVIMENTO:

natureza e modernidade em “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pela aluna **Ana Carolina Vila Ramos dos Santos** e orientada pela **Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira**

(Orientadora)

CAMPINAS
2013

**Pelo Movimento:
natureza e modernidade em “Os Parceiros do Rio Bonito” de
Antonio Candido**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação da **Profa. Dra. Leila
da Costa Ferreira**

Este exemplar
corresponde à redação
final da tese defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em
05/12/2103

BANCA

Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira (Orientadora)
Profa. Dra. Mariana Chaguri
Prof. Dr. Fernando Lourenço
Prof. Dr. Gustavo Rossi
Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavoraro
Prof. Dr. Elide Rugai Bastos (suplente)
Prof. Dr. Thales Haddad (suplente)
Prof. Dr. Mário Augusto M. da Silva (suplente)
Profa. Dra. Aurea Ianni (suplente)

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Sa59p Santos, Ana Carolina Vila Ramos dos, 1981-
Pelo Movimento : natureza e modernidade em "Os Parceiros do Rio Bonito"
de Antonio Candido / Ana Carolina Vila Ramos dos Santos. – Campinas, SP :
[s.n.], 2013.

Orientador: Leila da Costa Ferreira.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas.

1. Candido, Antonio, 1918- Os parceiros do Rio Bonito. 2. Modernidade. 3.
Sociologia ambiental. 4. Sociologia rural. I. Ferreira, Leila da Costa, 1958-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: For the sake of Movement : nature and modernity in Antonio
Candido's "Os Parceiros do Rio Bonito"

Palavras-chave em inglês:

Modernity

Environmental sociology

Rural sociology

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutora em Sociologia

Banca examinadora:

Leila da Costa Ferreira [Orientador]

Mariana Chaguri

Fernando Lourenço

Gustavo Rossi

Sérgio Tavoraro

Data de defesa: 05-12-2013

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

ANA CAROLINA VILA RAMOS DOS SANTOS

PELO MOVIMENTO:

natureza e modernidade em “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido

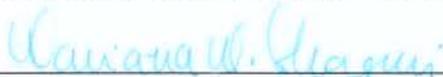
Este exemplar corresponde à redação final da Tese de
Doutorado em Sociologia defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 05/12/2013

BANCA EXAMINADORA:

TITULARES:



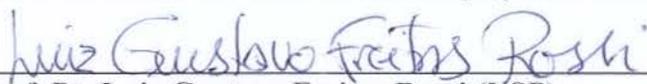
Prof. Dra. Leila da Costa Ferreira - orientadora (DS/IFCH/Unicamp)



Prof. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri (DS/IFCH/Unicamp)



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (DS/IFCH/Unicamp)



Prof. Dr. Luiz Gustavo Freitas Rossi (USP)



Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro (UnB)

SUPLENTE:

Prof. Dr. Áurea Maria Zollner Ianni(USP)

Prof. Dr. Élide Rugai Bastos (DS/IFCH/Unicamp)

Prof. Dr. Thalles Haddad Novaes de Andrade (USP)

Dezembro/2013

Para os meus professores e
para meus alunos.

Agradecimentos

Devo agradecimentos ao CNPQ e a FAPESP pela concessão de bolsas de estudo sem as quais o trabalho de pesquisa e elaboração da tese seriam muito mais difíceis.

Agradeço ao *Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies* a concessão do “passe livre” na University of Texas em Austin como *visiting scholar*; como esclareci na apresentação a este trabalho, a vivência no Texas, tanto do ponto de vista intelectual quanto emocional, foi elemento importantíssimo para a reconsideração de minhas ideias e hipóteses sobre a sociologia de Antonio Candido.

Agradeço aos funcionários e professores do IFCH pelo apoio para o desenvolvimento da pesquisa, especialmente aos Professores Renato Ortiz e Elide Rugai Bastos que se constituíram, ao longo dos anos de mestrado e doutorado, como referências de intelectuais e docentes para mim.

Aos professores que fizeram parte da banca do exame de qualificação e da defesa de tese, Fernando Lourenço e Gustavo Rossi, agradeço a leitura atenta e enriquecedora do trabalho. Com as ideias do Professor Gustavo Rossi mantive um longo debate que me permitiu descobrir as possibilidades e os limites das minhas proposições- sem dúvida, sem sua leitura crítica meu trabalho (que não se limitou não teria adquirido alguma densidade.

O Professor Sérgio Tavolaro teve um lugar importantíssimo no desenvolvimento de minhas ideias desde minhas primeiras leituras sobre sociologia ambiental quando ainda pleiteava uma vaga no Mestrado em Sociologia do IFCH. Foi a partir de sua arguição da minha dissertação de mestrado que o projeto de doutorado – que deu origem a esta tese- começou a tomar forma; esta tese de doutoramento é um indício de que ele tem feito “escola” na sociologia brasileira.

À Professora Leila, minha orientadora, agradeço muito mais do que as primeiras ideias, o acompanhamento do trabalho, os debates, os puxões de orelha: agradeço a autonomia e liberdade que me concedeu ao longo desses 8 anos de parceria; foi a confiança depositada, por ela, no meu trabalho que me permitiu vislumbrar possibilidades, arriscar e questionar meus limites.

Aos colegas da área de Pesquisa do Metrô, agradeço pelo apoio inestimável,

pelo carinho e pela confiança.

A minha família e meus amigos peço desculpas pela ausência prolongada.

Resumo

Neste trabalho, tomo como objetivo estudar um período crucial à formação do pensamento sociológico brasileiro- décadas de 1940 a 1960- tomando como obra-guia “Os Parceiros do Rio Bonito“ de Antonio Candido. Sugiro que a sociologia de Antonio Candido e seu “Os parceiros do Rio Bonito” encontram-se na confluência de debates teóricos, metodológicos, sociais e políticos cruciais na compreensão da formação do pensamento sociológico brasileiro. Tomando como idéia-guia ‘natureza’ em sua articulação com o tema da modernidade, proponho desenhar uma história sobre o que e como se pensou sobre natureza na sociologia paulista munida do intento de oferecer um substrato crítico para o desenvolvimento dos estudos contemporâneos, no âmbito da sociologia, em torno da temática ambiente e sociedade.

Palavras-chave: Antonio Candido; modernidade; sociologia ambiental; sociologia rural

Abstract

This work looks at a important moment of the brazilian sociological thought formation - from 1940 to 1960 - and takes as object of study Antonio Candido’s “Os Parceiros do Rio Bonito”. We suggest that Antonio Candido’s sociology, as constructed and exposed in “Os Parceiros do Rio Bonito, is in the confluence of theoretical, methodological, social e political debates crucial to the comprehension of the brazilian social thought formation. Taking as guide the idea of nature in its articulation with the theme “modernity“, I intend to draw a history about what and how nature has been thought in the brazilian sociology (especially, those studies that take place in São Paulo state in the period drawn above) as a first step to construct a critical background to the development of contemporary studies in the environmental sociology.

Key words: Antonio Candido; environmental sociology; modernity; rural sociology

Índice

Apresentação	11
Capítulo 1 “Estudos de comunidade” como primeiro diálogo	27
1- Natureza e sociedade sob a lente da Ecologia Humana de Robert Park	29
2- O contínuo <i>folk-urban</i> de Robert Redfield	39
3- “Estudos de comunidade” na ambiência intelectual paulista em meados do século	44
Capítulo 2 Os primeiros anos da sociologia rural paulista	63
1- A sociologia rural em seus primeiros passos: um panorama	66
2- O mundo rural na Revista <i>Sociologia</i>	73
Capítulo 3 “Natureza e sociedade” e a construção do “senso de contrastes” no pensamento social brasileiro	93
1- Romantismo e “Geração de 1870”: do elogio à danação	97
2- Gilberto Freyre e o “equilíbrio de antagonismos”	104
3- Sérgio Buarque de Holanda e a “metodologia dos contrários”	109
3.1- As Raízes	110
3.2- O Movimento	115
Capítulo 4 O “movimento dialético” na obra de Antonio Candido: uma leitura de sua crítica literária	125

Capítulo 05 Natureza e sociedade sob o “movimento dialético” em “Os Parceiros do Rio Bonito”	139
Capítulo 6 Modernidade a partir de um ponto de vista renovado: a contribuição de Antonio Candido	169
Comentários Finais ou Sociologia Ambiental como uma “abertura” às Ciências Sociais Brasileiras	199
Referências Bibliográficas gerais	205
Referências Bibliográficas específicas: Artigos científicos da Revista Sociologia acerca do tema sociologia rural	220

Apresentação

Esta pesquisa é parte do esforço de estudo sobre a recepção, institucionalização e consolidação, registradas na história da sociologia, dos estudos acerca das relações entre ambiente e sociedade. Trata-se de um amplo projeto intelectual que venho desenvolvendo desde a pesquisa de mestrado. Uma “sociologia da sociologia ambiental” (FERREIRA, LEILA, 2006) presidiu a leitura da obra “Nordeste” (1937) de Gilberto Freyre, tema central de minha dissertação de mestrado (SANTOS, ANA, 2008), e é a partir deste ponto de vista que olho para outro grupo de obras do pensamento sociológico brasileiro crucial na institucionalização da sociologia como disciplina científica no país: a produção sociológica paulista que toma forma nas décadas de 1940 a 1960.

Parte do projeto intelectual que culminou na publicação da obra “A Questão Ambiental na América Latina. Teoria Social e Interdisciplinaridade” no ano de 2011, este trabalho toma como objeto de estudo a história da sociologia brasileira em seus primeiros momentos do ponto de vista de uma “sociologia da sociologia ambiental”.

A “sociologia da sociologia ambiental”, inspirada na proposta de Leila Ferreira (2006), pode ser tomada como uma incursão na história da sociologia por meio da qual intenta-se:

- a) recuperar o modo pelo qual se pensou as relações entre natureza e sociedade;
- b) investigar o lugar da temática na produção do período;
- c) apontar as peculiaridades dessas primeiras leituras da sociologia brasileira sobre as relações entre natureza e sociedade na produção sociológica subsequente.

O ponto de partida dessa proposta é que *as relações dos homens com a natureza são indissociáveis das relações que os homens mantêm entre si ao longo tempo*. Nesse sentido, a questão ambiental, analisada do ponto de vista sociológico, é trabalhada não como o resultado de um relacionamento entre os homens e a natureza, mas como uma faceta das relações entre os homens, isto é, como um objeto sociológico, político, econômico, cultural. A peculiaridade dessa visão é tomar tal relação não como interface de dois domínios (sociedade, de um lado, natureza, de outro), mas observar como a sociedade, em sua lógica e dinâmica próprias, se relaciona com a natureza. O maior ímpeto deste trabalho é construir o debate sobre a

temática ambiental “por dentro” da sociologia.

Construir uma discussão da temática ambiental “por dentro” da sociologia significa abordar a relação sociedade/natureza sob a ótica dos fenômenos sociais. É o constante trabalho de pesquisa e discussão crítica feito com base na história e no “raciocínio” da disciplina, nas palavras de Jean-Claude Passeron (1995), os marcos seguros dos caminhos a serem trilhados para a construção de uma *linguagem sociológica* sobre a temática ambiental.

As posturas da sociologia em seus primeiros passos no interior da temática ambiental poderiam, a meu ver, ser divididas em duas: uma convicção de inexpressividade do e desinteresse pelo tema, de um lado, e o fascínio diante do novo, por outro lado, como se a urgência da crise ambiental apagasse tudo o que já se havia pensado sobre natureza e sociedade. Sociologia e a temática ambiente/sociedade pareciam termos quase irreconciliáveis nessas primeiras impressões da sociologia acerca da temática ambiental. Não havia história, apenas futuro.

O *pathos* pela urgência da crise ambiental, que se afigura no início da década de 1970, é uma sensação que sempre esteve à espreita nos estudos sobre ambiente e sociedade. A crescente degradação ambiental teimava em apontar uma defasagem entre a realidade (a crise aguda das relações da sociedade com a natureza) e o pensamento (o desinteresse e mesmo a incapacidade do pensamento ocidental em entender e propor “soluções” para a crise). A crescente percepção da degradação ambiental como um problema social e o número cada vez maior de análises acerca dos movimentos ambientalistas surgem, no interior da sociologia, num contexto de mais uma “crise” da disciplina; tal qual outras tantas problemáticas que passam a ocupar as mentes dos sociólogos, a questão ambiental passa a figurar como signo dos novos tempos e da urgência na reestruturação da disciplina.

Para um número crescente de sociólogos dedicados ao estudo das relações ambiente e sociedade, a sociologia parecia não dar mais conta de compreender e explicar o mundo que se fazia: novas teorias, novos métodos, modos distintos e originais de olhar o mundo precisavam ser elaborados para dar conta da nova configuração do real. O projeto intelectual que venho desenvolvendo desde o mestrado inverte os termos da questão: tomo esta *novidade* da temática ambiental como ponto de vista na leitura de obras clássicas do pensamento sociológico brasileiro. Parto da contemporaneidade rumo à história do pensamento.

Meu grande objetivo na pesquisa de mestrado – na qual tratei dos temas natureza e ecologia na obra da década de 1930 de Gilberto Freyre - era promover um diálogo entre dois campos de estudos da sociologia supostamente incomunicáveis: pensamento social e sociologia ambiental. A leitura da obra “Nordeste” (1937) de Gilberto Freyre, um “manifesto ecológico” como a literatura contemporânea qualifica, tinha como objetivo fomentar um *discurso propriamente sociológico* sobre as relações entre natureza e sociedade. Ao encorajar esse diálogo, eu assumia como consequência a “desnaturalização” e, por conseguinte, a politização da questão ambiental, ou seja, o meu grande esforço, na leitura que empreendi da obra de Freyre, era mostrar que as relações que os homens mantêm com a natureza são inseparáveis das relações que os homens mantêm entre si, dito de outra forma, as ideias de natureza (a história e a complexidade de seus sentidos) contêm um montante extraordinário de história humana. É preciso desvelar essa história, entendo.

Análises sociológicas da questão ambiental demandam toda uma labuta de cunho acentuadamente teórico-metodológico; penso que um trabalho inicial de levantamento do tema nos autores clássicos, de esclarecimento de suas possibilidades de formulação nas perspectivas atuais, de construção de um quadro conceitual para abordá-lo, enfim, o esforço de torná-lo um ponto de preocupações desta disciplina (integrando-o no seu universo de reflexão) é, a meu ver, o horizonte imediato de ação.

Essa proposta vem de encontro a tantos outros esforços da literatura contemporânea. No Brasil, sabemos que uma “sociologia ambiental” está trilhando seus primeiros caminhos (FERREIRA, LEILA, 2006). Por essa proposta tem-se entendido que o trabalho disciplinar, nos marcos de cada disciplina científica, deve anteceder o trabalho interdisciplinar (tão caro a efetiva compreensão da questão ambiental), ou seja, as contribuições da sociologia na compreensão das relações sociedade/ambiente são tomadas em seus próprios marcos epistemológicos, teóricos e metodológicos.

Ao recuperar a história das reflexões sobre natureza e sociedade, proponho um olhar diferenciado de obras importantes à formação do pensamento sociológico brasileiro trazendo à luz um tema “quase esquecido” dos estudos contemporâneos sobre a história das ciências sociais brasileiras. Tema “quase esquecido”, mas que tem centralidade em obras formadoras do campo sociológico do país que discutem um tema caro à sociologia contemporânea, a modernidade.

A natureza até a década de 1930 tinha uma presença importante no debate sobre nação e nacionalidade (SANTOS, ANA, 2008). A partir da década de 1940, natureza é como que “enquistada” no mundo rural, este tomado como resquício do privatismo e aristocratismo dos tempos do Império e da República Velha- passado a ser superado.

De 1940 ao final da década de 1970, natureza é obstáculo ao progresso material do país. As relações dos homens com a natureza voltam à cena quando dos primeiros questionamentos do nascente ambientalismo brasileiro – voltam à cena, mas premidas de uma significação completamente distinta daquela da década de 1930. A natureza é tema da disputa política – há a percepção de que os usos da natureza são focos de conflitos políticos, econômicos e sociais cujo coroamento é o êxito nos debates que deram forma à Constituição de 1988.

Nesse trabalho, penso exatamente esse período de *desvanecimento* da ideia de natureza no interior do pensamento sociológico brasileiro: pergunto-me quais os caminhos que a ideia tomou neste período; quais as discussões com a literatura da época estudada; qual o lugar da temática no período de institucionalização e consolidação da sociologia no país; qual, afinal, o destino dado à ideia, isto é, qual o lugar de natureza nas análises acerca do processo de modernização do país que se dá especialmente em meados do século XX. O lugar que o tema natureza ocupa na literatura produzida em meados do século XX, analisada ao longo dos capítulos que compõem esta tese, choca-se com a completa politização da natureza na década de 1980: trata-se de duas concepções distintas acerca das relações sociedade e natureza; re-contar a história quase “perdida” da natureza naquela produção sociológica e estabelecer um elo entre dois sentidos tão distintos do termo de modo a melhor compreender a problemática ambiental, tal como se afigura hoje, constitui-se como objetivo que encaminha a leitura da obra de Antonio Candido, “Os Parceiros do Rio Bonito”.

Antonio Candido (1918-) é internacionalmente reconhecido como crítico literário; sua obra é amplíssima e congrega trabalhos considerados clássicos sobre a literatura brasileira e internacional. Além de crítico literário (*métier* ao qual se dedicou desde os primeiros anos da faculdade tendo, inclusive, fundado uma revista de crítica cultural importantíssima, “Revista Clima”, na qual era responsável pela seção de crítica literária), foi também professor da Faculdade de Letras da USP por quase toda

sua vida (por curtos períodos, fora professor da Faculdade de Letras da UNESP em Assis e, já aposentado de suas atividades na USP, contribuiu para a formação do Instituto da Linguagem da UNICAMP no final dos anos 1970). Apesar de ter voltado todo seu interesse e trabalho para os estudos literários, Antonio Candido fez estudos na área das ciências sociais (entenda-se por ciências sociais, na formação de Antonio Candido, sociologia e antropologia), lecionou por anos na FFCL-USP na Cadeira II de Sociologia (1942-1957) e fez uma tese de doutoramento em sociologia (1956), a obra que mais tarde foi publicada com o título “Os Parceiros do Rio Bonito” (1964). Embora não componha grande parte da ampla obra de Antonio Candido, suas contribuições para a sociologia brasileira são de grande valor, especialmente, na constituição da sociologia rural uspiana em meados da década de 1970 (JACKSON, LUIZ, 2002, 2003)¹.

Tendo seus interesses voltados desde menino à literatura (JACKSON, LUIZ, 2002), Antonio Candido começou a se interessar pelo mundo caipira como objeto de estudo em meados da década de 1940. É preciso que fique claro que o interesse do autor pelo mundo caipira não nasceu na universidade, isto é, não nasceu de especulações teóricas, embora esta origem não guarde um sentido negativo- o interesse de Antonio Candido pelo caipira foi forjado desde mais tenra idade, quando era menino na cidade de Poços de Caldas, interior de Minas Gerais. A “paixão pelo concreto” que tão bem caracteriza, segundo as próprias palavras do autor, o modo como seus interesses e reflexões intelectuais operam é o dado central da forma como o caipira passou ter valor científico para o autor.

O modo de vida caipira sempre esteve à espreita de Antonio Candido e esse “interesse inconsciente” toma a forma de objeto de estudo em meados da década de 1940 quando Antonio Candido passa a se interessar pelas relações entre literatura e sociedade tal como expressa na poesia popular, para sermos exatos, tal como se manifesta na dança e cantoria do Cururu (CANDIDO, ANTONIO, 1956).

Como o próprio autor explica em entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson (2002), o interesse pelo Cururu como forma de expressão da relação entre literatura e

¹ O retorno à USP para assumir a recém-criada Cadeira de Teoria literária e Literatura Comparada ocorre em 1961.

sociedade enfraqueceu-se diante do entrave que a música, enquanto corpo teórico, apresentava ao autor. Diz-nos o autor que diante da necessidade de conhecimentos aprofundados sobre teoria musical, estudar o Cururu pareceu-lhe tarefa quase impossível tendo em vista seus interesses e formação intelectuais; passou, então, a olhar para o caipira de um outro ponto de vista, dos estudos sociológicos.

Em 1948, Antonio Candido inicia o estudo de campo realizado na fazenda de seu amigo Edgard Carone, estudo que se prolonga, entre visitas periódicas, até 1954. O trabalho que se origina desta pesquisa constitui a tese de doutoramento em Sociologia defendida na FFCL-USP em 1956. O estudo é fruto de um longo trabalho investigativo que utilizou, primariamente, os instrumentos da antropologia para um primeiro contato com a população- é o que o autor chama de “método descritivo” na introdução à obra (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.22). O trabalho de campo, tão peculiar aos estudos das sociedades “primitivas” (como o próprio autor refere-se, em um primeiro momento, à sociedade caipira), é, lembremo-nos, a característica principal dos chamados “estudos de comunidade” amplamente produzidos na década de 1940 na sociologia paulista. Entretanto, ao método descritivo tão típico da antropologia, Antonio Candido somou outros dois instrumentos metodológicos.

Somado ao trabalho de campo, Antonio Candido utilizou-se dos instrumentos “sintéticos” ou “estatísticos” da sociologia como forma de desenhar uma visão abrangente, a visão das “médias” da cultura caipira, como o próprio autor se refere (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.22); sem restringir seu estudo a nenhuma metodologia de pesquisa, Antonio Candido busca possibilidades de compreensão da cultura que estuda ao combinar métodos e propostas teóricas distintas. É o objeto, isto é, o dado concreto e real a tração essencial da combinação eclética que o autor faz de metodologias e propostas teóricas tão distintas- é aquele “pathos pelo concreto” o ímpeto que alinhava o corpo teórico e metodológico construído por Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”.

O terceiro instrumento metodológico do qual o autor se serve é a reconstrução histórica baseada na análise de documentos e da fala dos informantes para desenhar o processo de formação histórica da cultura caipira no Estado de São Paulo.

A obra é dividida em três partes: na parte 1, “A Vida Caipira Tradicional”, promove uma reconstrução histórica do processo de formação secular da cultura caipira no interior do Estado de São Paulo; a parte 2, “A Situação Presente”, é a

análise “sintética e descritiva” da situação de vida do caipira paulista em meados do século XX; a terceira parte, “A Análise da Mudança” utiliza-se dos métodos descritivos e funcionalistas peculiares aos estudos antropológicos então em voga como forma de apontar e compreender a forma como a cultura caipira tem enfrentado e se colocado diante do intenso processo de urbanização e industrialização que tomava forma no Brasil naquele período.

Como notamos parágrafos acima, é possível perceber que Antonio Candido, a partir de uma leitura muito peculiar de seu objeto de pesquisa, constrói um método de pesquisa e análise todo próprio que toma os limites entre as disciplinas das Ciências Humanas como “porosas” (ORTIZ, RENATO, 2003); como o autor expôs em alguns momentos de sua carreira, é a “paixão pelo concreto”, e não o apego a teorias, o guia na construção de seus modelos explicativos. Neste sentido, é a realidade, e não o pensamento, o fato que tem primazia em seus esforços de compreensão sociológica.

“Os Parceiros do Rio Bonito”, sugiro, encontra-se na confluência de debates importantíssimos acerca de concepções de sociedade, cultura e natureza travados entre propostas metodológicas e teóricas tão distintas quanto, por exemplo, a miríade de propostas agrupadas sob a rubrica “estudos de comunidade” e os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda. A leitura que Antonio Candido tem das relações sociedade e natureza é construída por meio de diferentes diálogos, discordâncias e releituras de uma diversidade de obras e autores.

Nesse trabalho, escolhemos autores e obras que iluminem passos da construção da leitura meticulosa que o autor faz tanto das relações sociedade e natureza quanto do tema modernidade. É preciso deixar claro que é por meio do amplo tema “natureza e sociedade” que tentamos compreender e apresentar a ideia de modernidade acalantada pelo autor ao longo da obra. Portanto, são esses dois vetores, “natureza e sociedade”, de um lado, e modernidade, de outro, que encaminham a escolha, a leitura e a análise de obras e autores apresentados aqui.

Não queremos sugerir com isso que exista uma “influência” direta de autores e obras apresentados aqui na confecção do pensamento e obra de Antonio Candido: tão somente queremos demonstrar que Antonio Candido produz sua obra por meio de um intenso diálogo com a produção do seu tempo; o encaminhamento que o autor dá a cada proposta teórica e metodológica apresentada ao longo desse trabalho é fruto de uma confluência de tantos outros fatores (biográficos, políticos e tantos outros) que

dão a medida da originalidade de Antonio Candido.

Cabe aqui uma breve apresentação acerca das premissas metodológicas que guiaram o processo de pesquisa. Esta pesquisa tem como aporte metodológico uma “sociologia das ideias” (MEUCCI, SIMONE, 2006). O ponto de partida desta proposta metodológica é que o apelo ao texto OU contexto como fatores explicativos únicos da obra ou autor em estudo (SKINNER, QUENTIN, 1988) empobrecem a análise.

Assim, o trabalho de análise de uma obra ou autor é dividido em três momentos mobilizados de forma concomitante: a análise do texto (identificação e tratamento de conceitos e proposições teórico-metodológicas), a análise do autor (delinear sua biografia, identificando as possibilidades semânticas, históricas e sociais no momento da produção de suas reflexões) e a análise contextual (a mobilização de acontecimentos, temas, debates, autores e obras que constituem o contexto histórico-social em que ele(a) está inserido(a)).

O grande problema da abordagem puramente textual das obras escolhidas é o suposto de que é possível estudar uma obra sem ter em mente os interesses que implicaram a escolha do estudo de tal ou qual obra pelo pesquisador- toda escolha implica uma preferência, um ponto de vista, e tal postura deve ser levada em conta no desenvolvimento da análise. Neste trabalho, sabemos que o que nos leva a obra de Antonio Candido é o interesse pela temática ambiental como tratada pela sociologia brasileira em seu processo de formação em meados da década de 1950. Levando em conta este ponto de partida como suposto da análise dos clássicos da sociologia brasileira torna clara a necessidade de uma atenção especial quanto à aplicação de ideias do presente em relação ao passado; a ausência desta preocupação pode produzir formas de “absurdos históricos”(SKINNER,QUENTIN,1988) que podem comprometer a análise da obra ou do autor. Um primeiro “absurdo histórico” compreende a atribuição a um autor e a sua obra de ideias e significados estranhos na ambiência histórica e intelectual do período de composição da obra- trata-se do anacronismo temido principalmente pelos historiadores; o segundo “absurdo histórico” é a transcendência de uma mínima referência, na obra ou autor estudado, à temática de interesse do pesquisador em um corpo acabado de ideias, mas que se constitui em um elemento deslocado na obra ou mesmo na ambiência intelectual de produção da obra.

Tomei a análise contextual como um aporte essencial no controle desses “absurdos históricos” que podem ocorrer quando em esforços analíticos tomados do mesmo ímpeto que este; assim, a análise contextual conforma-se na análise e compreensão da constelação de questões que se constituíram como problemas de um determinado período de modo a captar a ambiência política, social e intelectual no qual estava imerso o autor da obra objeto de análise.

Aos dois momentos desses passos metodológicos, soma-se a análise da biografia do autor: as relações familiares, as amizades, o processo de formação acadêmica, a experiência como militante político de um partido de esquerda são elementos importantes para a compreensão do modo como Antonio Candido pensa sua época. Estes diferentes níveis da metodologia devem ser mobilizados de forma concomitante no processo de análise da obra ou autor com o fito de contrabalançar um ao outro e, assim, evitar a ideia da existência de uma causalidade entre texto, contexto ou biografia e as ideias em análise.

Nos primeiros três capítulos da tese, privilegamos a análise do contexto da produção da obra “Os Parceiros do Rio Bonito; na medida do possível (isto é, do que nos pareceu razoável como fator compreensivo das ideias do autor), mobilizamos dados biográficos como um elemento compreensivo de monta, contudo é o contexto de produção da obra que tem destaque. Nos três últimos capítulos, a análise do texto toma ares de protagonista e, mais uma vez, a biografia tem um caráter coadjuvante. Há uma série de trabalhos que mobilizam a biografia como um fator explicativo de peso das ideias, contudo, tendo em vista o projeto intelectual da “sociologia da questão ambiental”, a análise do texto e do contexto de produção das ideias surge como uma decisão metodológica profícua. É certo que se trata de uma escolha que apresenta seus limites e possibilidades e é para isto que, espero, os leitores olhem: para os limites, mas também pelas possibilidades abertas pelas reflexões que desenvolvo ao longo do trabalho.

Para compreender de que modo natureza e modernidade estão articuladas no pensamento de Antonio Candido na obra em questão, há alguns diálogos firmados pelo autor que são cruciais: os chamados “estudos de comunidade”; também o que chamei de “primeiros anos da sociologia rural paulista”; o pensamento social brasileiro na conformação do que chamei de “senso de contrastes”; a discussão marxiana sobre a relação sociedade e natureza. Enfatizo que a escolha desses autores e

obras se deu pela capacidade destes de esclarecer e iluminar de que modo os temas “natureza e sociedade” e “modernidade brasileira” são tratados na obra de Antonio Candido.

É claro que é possível sugerir outros tantos diálogos com diferentes autores, entretanto escolhemos tais autores e obras segundo sua capacidade elucidativa do pensamento de Antonio Candido no que toca ao objeto central dessa tese. O privilégio dado a análise contextual, nos primeiros capítulos da tese, corresponde a um projeto intelectual que se remete a anos de pesquisas iniciadas em minha dissertação de mestrado e que corresponde ao que chamei, no início desta introdução, de “sociologia da questão ambiental”. A razão de ser da tese, neste sentido, se estende à conformação de um campo de estudos sobre o que e como se pensou sobre a relação sociedade/natureza na sociologia brasileira e não se limita ao campo de estudos sobre pensamento social, embora possa ser tomado como uma contribuição a este campo de estudos.

Note-se que trato a relação do autor com seu tempo como um “diálogo” e não como uma “influência”, pois a ideia de diálogo implica uma troca profícua entre autor e seu tempo sugerindo que há corroborações, divergências e uma releitura das ideias, ao contrário da ideia de influência que sugere uma relação unívoca entre tempo e autor por meio do qual o autor é reflexo completo de seu tempo. Tomando essa distinção como essencial na análise da relação estabelecida entre Antonio Candido e a ambiência intelectual de seu tempo, a análise contextual é dividida em, pelo menos, quatro partes: na primeira parte, trato do primeiro diálogo mantido entre Antonio Candido e seu época, os “estudos de comunidade” e tento apontar a leitura de crítica do autor com relação a essa proposta teórica, mas também relativizar a ruptura crítica afirmada tanto pelo autor quanto pela literatura- percebo o movimento do autor entre duas posturas, a crítica e a aceitação de alguns elementos das propostas dos “estudos de comunidade”.

Como segundo diálogo crucial na conformação da obra, tomo os primeiros resultados de uma sociologia rural paulista que tomava forma nas décadas de 1940 a 1960. Trata-se, é certo, de uma literatura imensa que poderia ser, por si só, tema de uma tese de doutorado; para enfrentar esta imensidão de autores, temas e textos, escolhi uma forma de tratar tão vasta literatura: utilizei como recorte metodológico a produção sobre o tema publicada na *Revista Sociologia* ao longo de seu período de

existência (1939-1964).

Nesta breve imersão neste veículo de comunicação importante para a sociologia brasileira em seus primeiros anos, explicitarei de que modo o debate acerca do atraso brasileiro e das mudanças sociais é tratado pelos autores e textos publicados. Este mergulho na *Revista Sociologia* fornece um panorama com o qual Antonio Candido mantém um intenso diálogo: o autor dá um formato original ao debate “atraso x moderno” em suas reflexões desenvolvidas em “Os Parceiros do Rio Bonito” ao diluir a dicotomia e tomar tais termos como pares de uma dialética que compõe a formação social brasileira. A diluição dessa dicotomia está também presente na literatura acerca do mundo rural brasileiro que começa a tomar forma em finais da década de 1940. Como intento mostrar, a posição de Antonio Candido está inserida num debate mais amplo sobre o processo de modernização que toma força na década de 1950 no país que percebe as contradições do processo de modernização brasileiro.

Um outro diálogo que julgo crucial na conformação desta percepção das contradições da realidade brasileira é o pensamento social brasileiro; no famoso prefácio a “Raízes do Brasil”, Antonio Candido identifica a presença de um “senso de contrastes” como constitutivo das reflexões da intelectualidade brasileira. Tomamos esta ideia como guia na leitura de três grupos de obras e autores: o Romantismo e a “Geração de 1870”; a obra da década de 1930 de Gilberto Freyre e, por fim, dois momentos das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda, “Raízes do Brasil” e as obras que tratam do processo de ocupação do Oeste brasileiro, “Caminhos e Fronteiras” e “Monções”. Neste capítulo, tentamos perscrutar a presença daquele “senso de contrastes” aludido por Candido tomando como elementos-guia a relação natureza/sociedade, de um lado, e modernidade brasileira, de outro. Neste capítulo, damos destaque às formulações de Sérgio Buarque de Holanda como cruciais na leitura de Candido sobre a modernidade brasileira.

No capítulo 4, dou forma a um conceito que entendo como operativo das reflexões de Antonio Candido, o “movimento dialético”. Como desenvolvo no capítulo 4, a dialética compõe um ponto de vista crucial não só das formulações sociológicas como também daquelas produzidas no âmbito da crítica literária de Antonio Candido. Neste capítulo, tomamos alguns importantes trabalhos de sua crítica literária com o intuito de identificar a conformação desse “sentimento dos contrários” como tração essencial do pensamento do autor. O materialismo dialético é, como

atenta Paulo Eduardo Arantes (1992), muito mais um “ponto de vista” nas reflexões do autor do que propriamente o exercício estrito de uma proposta teórico-metodológica. Como “ponto de vista”, a o “movimento dialético” percorre toda a obra do autor e é o elemento característico da leitura do autor tanto da relação sociedade e natureza, implícita na análise sociológica que promove acerca do caipira, quanto da modernidade brasileira.

No capítulo 5, o modo como Antonio Candido entende a relação sociedade/natureza, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, é apresentada; da ampla discussão, o que gostaríamos de reter é que esse “movimento dialético” não só caracteriza a concepção do autor sobre a relação sociedade e natureza mas também a ideia de modernidade implícita na análise sociológica da mudança social a que estavam submetidos os caipiras em meados do século XX.

No capítulo 6, tomo como objetivo entender a ideia de modernidade implícita na análise do processo de modernização brasileiro em “Os Parceiros do Rio Bonito”; para tanto, estabeleço um dialogo com o meu tempo como forma de identificar leituras “alternativas” acerca da modernidade que lançam uma luz sobre a concepção de Antonio Candido.

Por “alternativa”, entendemos propostas teóricas que se afastem das teorias da modernização das décadas de 1940 e 1950 e apresentem uma leitura mais matizada sobre modernidade e modernização nos séculos XX e XXI. Nesta busca, meu estágio em uma universidade do Texas nos EUA fora crucial; primeiro, pela disponibilidade de livros, filmes, revistas sobre América Latina: é impressionante o fascínio que o Outro, seja ele o Oriente ou a América Latina, desperta na intelectualidade americana; é certo que há leituras que beiram o xenofobismo, mas há também leituras que me levaram a descobrir outra América Latina, pontos de vistas, obras, debates e discussões que pouco circulam na produção sociológica brasileira contemporânea (FERREIRA, LEILA, 2011); segundo, pela experiência de ser uma estrangeira (uma latino-americana) em um país que vivia um momento tenso no que diz respeito a recepção de imigrantes. Embora minhas atividades na universidade tenham tomado grande parte do tempo que lá passei, viver e morar em uma comunidade de latino-americanos imigrados e ilegais me fez perceber que ao latino-americano a voz é negada e o medo e a incerteza são dados com os quais devemos aprender a lidar nas relações sociais mais banais: a desigualdade das várias vozes que compõem o “global”

ficaram claras na minha vivência e convivência com meus vizinhos e colegas. A certeza de que como brasileira compartilho questões e olhares com todos aqueles que falam do ponto de vista do “Outro” e que há laços históricos e intelectuais que me unem à América Latina ficaram claros. A minha vivência enquanto pesquisadora latino-americana em uma cidade do interior do Texas teve uma confluência enorme com os resultados do amplo projeto intelectual ao qual este trabalho se filia (FERREIRA, LEILA, 2011).

Pela ampla pesquisa que foi realizada na Universidade do Texas, assumi como diálogos dois grandes grupos de autores e obras: as modernidades múltiplas e os estudos pós-coloniais. O diálogo com as modernidades múltiplas (destaque para EISENSTADT, SHAMUEL, 2006) fora tomado como hipótese inicial da pesquisa (SANTOS, ANA, 2010a) e fora deixada de lado após o estágio intelectual e emocional em Austin, no Texas.

Um diálogo que poderia ser suscitado são as propostas teóricas pós-modernas; estas foram investigadas e desenhamos a conclusão que segue. As propostas teóricas pós-modernas partem do mesmo pressuposto das teorias “ortodoxas” da modernização ao tomar a modernidade como uma *episteme* fechada, uma ordem totalizadora que dilui diferenças e particularidades culturais em prol do famigerado progresso: lembremo-nos que a pós-modernidade é tomada como o reino da fluidez e da relatividade por seus teóricos (BAUMAN, ZYGMUNT, 2004).

As propostas das “modernidades múltiplas” (em especial, a leitura proposta por Eisenstadt, 2006), por seu turno, ao conectar modernidade à multiplicidade (por meio do reconhecimento da importância do conceito de reflexividade na caracterização de modernidade e da percepção do lugar da tradição na conformação de programas distintos de modernidade), toma a modernidade como um projeto em permanente construção e debate.

Se as propostas das modernidades múltiplas, por um lado, prestam um serviço inestimável ao “abrir” as teorias da modernização (o trabalho de Casa Nova (2011) é explícito nesse sentido), por outro lado, tais propostas abrem tanto a ideia de modernidade que chegamos ao ponto de não saber o que é “moderno”. Não fica claro qual a especificidade real do adjetivo “múltipla” na qualificação de modernidade.

Como argumenta Volker Schmidt (2007), as propostas das modernidades múltiplas distanciam-se das teorias da modernização, mas não oferecem uma

definição realmente alternativa de modernidade. Isto quer dizer que um dos problemas da literatura sobre as modernidades múltiplas é que ela não diz muito sobre a qualidade das diferenças dos projetos “alternativos” de modernidade de tal modo que seja justificável falar em modernidade no plural e não no singular, como propõem.

Poderíamos dizer que se os teóricos da modernização têm uma tendência a subestimar as diferenças existentes entre culturas e sociedades ao tomar o processo de modernização como um *telos* natural e homogêneo, as teorias das modernidades múltiplas tendem a sobre-estimá-las.

O problema não é tanto o olhar para a diferença, mas sim o olhar que potencializa a diferença e reduz questões sociais e políticas a variantes de questões culturais. Quando a relatividade toma tão grande espaço na análise sociológica, valores considerados universalmente válidos são colocados em xeque: a autonomia da pessoa, os limites entre esfera pública e privada ou entre esfera laica e religiosa são tomados como variações culturais perfeitamente aceitáveis diante da riqueza cultural do mundo. É claro que diferenças culturais devem ser reconhecidas e respeitadas, entretanto há um limite ético para o qual temos que atentar quando tratamos da relatividade de valores- a dignidade da pessoa humana é, por exemplo, um valor irrevogável.

Pelo “senso de problemas” que os estudos pós-coloniais produzem é que eles foram escolhidos como diálogo no meu processo de compreensão da concepção de modernidade de Antonio Candido. O capítulo 6 é encerrado com a leitura do autor sobre o tema modernidade em que o “movimento dialético”, isto é, a percepção das contradições da realidade brasileira é pedra de toque. Como propomos neste capítulo, modernidade, para Candido, é tomada como uma síntese entre tradição e moderno, numa acepção que se afasta do gabarito ou da *episteme* da modernidade (TAVOLARO, SÉRGIO, 2005). Sob este ponto de vista, tradição não está fora do moderno: a tradição é elemento operativo e indispensável ao moderno; o que fora considerado marginal está no centro da modernidade, tanto do ponto de vista da reprodução do capital quanto da produção do conhecimento- este é o diálogo que tentamos estabelecer entre a leitura que fizemos da obra de Candido e nosso tempo.

Nos Comentários Finais, recupero o ímpeto essencial deste trabalho: o estudo do modo como as relações entre sociedade e natureza tem sido pensadas na história do que se pensou sobre sociedade brasileira no país. Nosso desejo fora desvelar formas

peculiares de pensar a realidade brasileira em sua complexidade, iluminando temas “esquecidos” da sociologia brasileira mas que se constituem hoje como um dilema à ciência e a política.

Capítulo 1

Estudos de comunidade como primeiro diálogo

Para tratar do modo como Antonio Candido entende a relação sociedade/natureza em “Os Parceiros do Rio Bonito”, começo por tratar o que não é, aceitando, portanto, a primeira pista que o autor nos oferece para decifrar sua compreensão da relação sociedade/natureza na obra- começaremos por entender de que ecologia trata os “estudos de comunidade” desenvolvidos por e sob a direção de Donald Pierson e Emilio Willems nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil. Para entender os “estudos de comunidade” desenvolvidos no Brasil, por sua vez, devo olhar para a chamada “Escola de Chicago” e sua ecologia humana como grande fontes inspiradoras dos “estudos de comunidade” brasileiros.

É importante notar que há um afastamento teórico e metodológico entre as propostas encampadas pelos “estudos de comunidade” e a sociologia rural uspiana² em seus primeiros anos a qual “Os Parceiros do Rio Bonito” se filia. Os “estudos de comunidade”, levados a cabo por Emilio Willems, Donald Pierson e suas respectivas equipes, tem na sociologia americana sua grande fonte de inspiração: para ser mais exata, a inspiração da qual tratamos neste espaço é a ecologia humana tal como trabalhada pela “Escola de Chicago” e suas possíveis repercussões nos trabalhos de Robert Redfield. Contudo, é preciso deixar claro que embora o diálogo exista, não podemos supor um espécie de decalque brasileiro das propostas americanas: há uma leitura crítica das propostas da Escola de Chicago, especialmente no tocante ao tema ecologia humana, como exporemos mais a frente.

No que se refere ao modo como o autor concebe as relações entre sociedade e natureza, o que gostaríamos de propor, neste capítulo, é que a leitura de Antonio Candido sobre o tema é essencialmente sociológica e se afasta do gabarito das

² No capítulo 2, “Os primeiros anos da sociologia rural paulista”, tratarei de forma detalhada da sociologia rural paulista em seu processo de formação; naquele capítulo, esclarecerei as distâncias entre os “estudos de comunidade” e a sociologia rural que então tomava forma na ambiência intelectual paulista em meados do século XX.

ciências naturais, tão ao gosto do evolucionismo característico da ecologia humana da Escola de Chicago e que também está presente (mesmo que modo matizado) nos trabalhos de Pierson e Willems.

Neste capítulo, apresento a ambiência intelectual na qual uma grande fonte inspiradora dos “estudos de comunidade” desenvolvidos no Brasil fora concebido, a obra de Robert Redfield. Argumento que Redfield, especialmente em seus primeiros e mais famosos trabalhos, aceita os supostos do evolucionismo social da ecologia humana de Robert Park. Pretendo mostrar de que forma a ecologia humana dos americanos se conforma ao gabarito das ciências naturais e se afasta de um ponto de vista humanista; como primeiro passo na compreensão da ecologia de Antonio Candido, proponho que esta, colocando-se numa posição crítica à ecologia humana de Chicago, é construída como uma ecologia essencialmente sociológica. O objetivo é prover um panorama o mais enriquecido possível da ambiência intelectual que deu viço aos “estudos de comunidade”, produzidos em São Paulo na década de 1930 e 1940, no que toca especialmente ao debate sobre as relações sociedade/natureza. Diálogos cruciais para os estudos de comunidade paulistas são as obras de Robert Park e seu pupilo Robert Redfield tal como concebidas no contexto intelectual norte-americano.

Divido a apresentação em três momentos: primeiro, tratarei da Ecologia Humana tal como proposta por Robert E. Park em seus diálogos e desenvolvimentos na ambiência intelectual dos EUA para deixar claro de que modo o autor concebe as relações entre sociedade e natureza; em seguida, tratarei dos primeiros trabalhos de Robert Redfield de modo a delinear a questão que percorre os “estudos de comunidade” paulistas, a díade modernidade/tradição.

Após a apresentação do pano de fundo norte-americano, olho para o que se produziu em São Paulo, os “estudos de comunidade” conduzidos por Emilio Willems e Donald Pierson; nesta última seção, apresento as divergências e também as convergências da produção uspiana (a USP era a instituição a qual Antonio Candido vinculava-se intelectual e profissionalmente no campo da sociologia) com relação a esta proposta teórico-metodológica.

1- Natureza e sociedade sob a lente da Ecologia Humana de Robert Park

Começamos este estudo sobre a ecologia humana da Escola Chicago afirmando que não há, na sociologia norte-americana das primeiras décadas do século XX, uma inconsistência entre aceitar o homem como um ser vivo dentre outros e o homem como único ser vivo que conseguiu dominar e subverter a natureza, isto é, não há divergência em reduzir o homem a seus caracteres biológicos e aceitá-lo no que o torna peculiar (porque capaz de transformar e submeter a natureza) em meio aos outros seres vivos. Na argumentação de Robert Park, tal posicionamento fica bem claro quando ele estuda o mundo social a partir de dois níveis, o biótico e o sociológico. No nível biótico, o homem é um ser vivo entre outros; pensa-se em processos naturais e autônomos da vontade humana. Já no nível sociológico, o homem é tomado em sua peculiaridade e pensa-se em processos sociais e ligados à vontade humana.

Contudo, antes de tratar com maior detalhe as propostas de Robert Park, cruciais para se compreender os “estudos de comunidade” produzidos no Brasil, tomo como primeiro exercício compreensivo identificar quais os diálogos travados entre Robert Park e seus contemporâneos com o pensamento social de fins do século XIX e início do século XX na conformação de suas propostas ecológicas e sociológicas.

Nas leituras sobre a ecologia humana de Robert Park são instáveis as filiações teóricas identificadas pela literatura especializada; alguns nos falam do social darwinismo sem nos dizer como se dá essa filiação; outros nos falam do pragmatismo, sem explicar ao certo qual o lugar da ecologia humana nos estudos de John Dewey e William James; outros mesmo nos dizem da influência simmeliana na conformação dos conceitos centrais da ecologia humana. O que objetivo fazer nesse espaço é esclarecer as propostas de Park via seus diálogos com as algumas ideias que “estavam por ali” quando da elaboração de suas propostas teóricas e metodológicas.

Tal como uma colcha de retalhos, a ecologia humana de Park é costurada a partir de várias matrizes teóricas que misturam no mesmo cadinho propostas tão díspares quanto as de Simmel e Spencer. A hipótese que alinhava nossa leitura da ecologia humana de Robert Park é a *predominância* de uma certa lente na costura dessas propostas teóricas e metodológicas na conformação da grande “colcha de

retalhos” da ecologia humana.

Essa lente é conformada pelas propostas encampadas pelo o que a literatura chama de *evolucionismo social* de fins do século XIX. O que quero dizer é que as fronteiras entre as ciências naturais e sociais naquele período eram tão porosas que não havia contradição alguma em pensar sociologicamente do ponto de vista das ciências naturais: é o esforço pela generalização que preside a predominância da lente das ciências naturais na conformação da ecologia humana. Assim, como exemplo, temos que, a despeito da presença de ideias simmelianas “de origem” (como “estrangeiro” ou “distância social”), não há uma orientação tipicamente simmeliana da ecologia humana, ou seja, a ecologia humana de Park é essencialmente biológica a despeito da presença da sociologia.

Um primeiro retalho nessa grande colcha é o darwinismo social. O social darwinismo, tal como se apresentou nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX nos EUA, tem muito pouco de Darwin e muito mais de Herbert Spencer. Conheçamos primeiro, então, o coração da teoria darwinista para depois tratarmos do social darwinismo.

Tendo em vista os objetivos gerais deste trabalho, é possível afirmar, em poucas palavras, que a contribuição de “A Origem das Espécies” (1859), principal obra de Charles Darwin (1809-1882), no que se refere às reflexões sobre as relações sociedade/natureza é a ideia de que homem e natureza estão submetidos aos mesmos processos biológicos de evolução das espécies- em síntese, é possível sugerir que, do ponto de vista de Charles Darwin, espécies tão díspares quanto a tartaruga e a coruja estão submetidas aos mesmos processos evolutivos.

É interessante notar que não há em “A Origens das Espécies” nenhuma alusão à seleção natural aplicado à humanidade; é apenas em “The descent of man” (1871) que Darwin trata o ser humano como resultado do processo evolutivo a que estão submetidas todas as espécies de seres vivos e desenvolve seus argumentos acerca do “parentesco” entre as espécies do mundo animal e o ser humano. Mas, alerta Darwin nessa mesma obra, há uma diferença crucial entre seres humanos e outros animais: apenas os primeiros são capazes de agir moralmente.

A aplicação das propostas de Darwin ao estudo e entendimento da sociedade ocidental de fins do século XIX fora feito por outro pensador, o inglês Herbert Spencer (1820-1903). Spencer, embora não tenha gozado de muita fama em sua terra

natal, teve suas ideias tomadas como cruciais na formação do pensamento sociológico norte-americano.

Foi Spencer quem cunhou o conceito de “sobrevivência do mais apto” que Darwin, por sua vez, prontamente aceitou. Spencer e sua filosofia, como argumenta Hofstadter (1965), estão ligados ao contexto social e cultural nos quais estavam imersos: desenvolvimentos da sociedade inglesa de meados do século XIX, pensador e pensamento tem como trações essenciais a ciência natural e o industrialismo.

A lei da conservação de energia, ou a “persistência da força”, é o ponto de partida da leitura que Spencer faz da obra de Charles Darwin. Segundo este princípio, o processo vital é essencialmente evolutivo, ou seja, os organismos caminham na escala evolutiva de massas homogêneas e disformes à complexidade dos organismos dos grandes animais e dos seres humanos. Por meio desse princípio, Spencer inferiu que tudo que é homogêneo é instável por natureza, já que seu destino provável, dada a lei da conservação de energia, é a diferenciação progressiva. Assim, organismos homogêneos (os protozoários como exemplos clássicos) desenvolver-se-ão inevitavelmente em organismos heterogêneos e complexos; o resultado final deste processo é o estado de equilíbrio, estágio inevitável já que o processo evolucionário não caminha indefinidamente rumo a uma diferenciação infinita; o processo evolutivo, portanto, é teleológico e tem como objetivo final a complexidade dos organismos.

Era esse esquema biológico da evolução das espécies que Spencer aplicou às sociedades humanas: os princípios de estruturação e de mudança social devem obedecer àqueles que governam o universo, ou para utilizar uma linguagem cara ao darwinismo social, todos os seres vivos, inclusive o homem, estão submetidos aos mesmos processos evolutivos.

Mas não foi só em Darwin que Spencer buscou inspiração: há um outro corpo de ideias que conformou as concepções sobre natureza e sociedade, de forma quase sorrateira, no final do século XIX. A premissa lamarckiana, elaborada em meados do século XVIII, de que os caracteres adquiridos pela experiência e pelo hábito são transmissíveis a outras gerações (embora estivesse em flagrante discordância com a proposta darwiniana) aparece como crucial nas formulações de Spencer e seus contemporâneos. Stocking (1982) apresenta a concepção da herança dos caracteres adquiridos de forma clara em seu breve estudo sobre a presença do lamarckismo (ou sua re-leitura, o neolamarckismo) no pensamento social americano do final do século

XIX e início do século XX.

Naquele período, a herança de caracteres adquiridos sofria um golpe fatal com as pesquisas de levadas a cabo pelo biólogo August Weismann (1834-1914) sobre a impossibilidade de células somáticas atuarem como veículos da hereditariedade³. Para Spencer e tantos outros pensadores que abraçaram o evolucionismo social, a evolução humana procedia por uma única sequência cumulativa de estágios culturais e sociais e não guardava relação alguma com caracteres hereditários, proposta antípoda àquela defendida por Weismann; segundo o evolucionismo social, a herança de caracteres adquiridos assumia pelo menos dois papéis importantes: aquele que explicava de forma irreprensível as origens das diferenças raciais (as raças tem origens diversas e são irredutíveis umas às outras) e outro que promovia uma ligação direta entre progresso social e evolução orgânica (progresso material era equivalente à superioridade biológica de determinadas raças).

É claro o diálogo da ecologia humana da Escola de Chicago com as propostas do darwinismo social- os conceitos de “competição“, “sobrevivência do mais apto” e “distribuição geográfica”, bases da ecologia humana, são provas desse rico intercâmbio e releitura como veremos de forma inequívoca quando tratarmos com maior cuidado do trabalho de Robert Park.

Um outro elemento dessa bricolagem que é o pensamento da ecologia humana da Escola de Chicago é o pensamento de Georg Simmel. O que gostaria de trazer à tona não é tanto o que Simmel disse, mas principalmente como foi lido e tomado por Robert Park.

Como pretendo demonstrar ao longo da exposição, o darwinismo social está à frente dos diálogos com Simmel na confecção da ecologia humana de Robert Park; a ecologia humana de Park e o pensamento simmeliano compartilham de algumas noções (como de assimilação, conflito, distância social, estrangeiro e tantos outros) de forma superficial, ou seja, embora partilhem do mesmo nome, os supostos e as ideias

³ Pelas pesquisas desenvolvidas por Weismann, fica provado que a hereditariedade apenas se dá nas células germinativas ou reprodutoras- os gametas. Sendo assim, são as células germinativas que produzem células somáticas (entendidas como as demais células que compõem o ser vivo) e nada que afete essas células altera os elementos a serem transmitidos hereditariamente.

são muito distintas em cada grupo de propostas. Sugiro que há um “contrabando” de conceitos simmelianos na conformação da ecologia humana que são, essencialmente lidos, via ciências naturais, ou seja, a bricolagem de elementos na conformação da grande colcha de retalhos que é a ecologia humana segue uma lógica muito específica, aquela das ciências naturais que tão bem caracterizou a sociologia americana em seu advento. A ecologia humana de Park é, portanto, evolucionista: este é o ponto que pretendo demonstrar aqui e que se afasta abissalmente da leitura de Antonio Candido acerca da relação entre sociedade e natureza.

Robert E. Park (1864-1944) divide a análise sociológica em dois níveis, o ecológico e o sociológico. No primeiro nível, a Ecologia Humana está encarregada do estudo do nível biótico da vida, ou seja, o estudo das condições de existência de uma comunidade. Como pressuposto metodológico da sociologia, a ecologia humana toma como objetivo o *entendimento da base biótica* da vida social.

O ponto de partida da Ecologia Humana é o mesmo que o da ecologia vegetal e a animal: o fato básico para estas ciências é a existência, tanto entre seres humanos como entre plantas e animais, de uma *competição* constante por um lugar no espaço. No decorrer deste processo de assentamento e acomodação no espaço desenvolve-se, pouco a pouco, certa ordenação da configuração vegetal, animal ou humana, uma teia de relações sociais que é antes biótica que social; por meio desta “teia da vida”, indivíduos, grupos de indivíduos e instituições sociais tornam-se interdependentes por meio da especialização de cada unidade em uma determinada função na “economia biológica” do sistema.

A proposição básica que permeia as reflexões de Robert Park é que no nível ecológico da vida humana atua um *processo espontâneo, não intencional* e contínuo, a competição, que leva os seres humanos a desenvolverem, independente de suas vontades, uma organização biótica interdependente e a se distribuírem ordenadamente no espaço.

A ecologia humana estuda, portanto, o processo de competição e as relações que dele provenham tal como estas se revelam por índices físicos, especialmente a representação espacial. Assim, a ecologia humana interessa-se pelas relações pessoais traduzidas em relações espaciais, dito de outro modo, se a vida social se processa a partir de um arcabouço ecológico, pode-se com razão esperar que se desenvolverá certa ligação entre a organização social, de um lado, e a organização ecológica de

outro, ligação esta traduzível em “mapas”, representações espaciais do modo como uma determinada comunidade organiza-se social e espacialmente.

Entretanto, as inter-relações entres seres humanos e destes com seu habitat são comparáveis porém não são idênticas às inter-relações de outras formas de vida animadas, isto é, as relações que se dão entre seres humanos não se esgotam no âmbito ecológico. O homem, como argumenta Robert Park (1948), por meio de invenções e recursos técnicos aumentou enormemente sua capacidade de reagir frente aos desafios da natureza. O homem guarda sua peculiaridade com relação às outras formas de vida animada justamente porque erigiu, sobre a base biótica da comunidade, uma estrutura institucional enraizada no costume e na tradição, a sociedade (PARK, ROBERT, 1948: p.33).

Assim, a sociedade humana é organizada, no pensamento de Park, em dois níveis, o biótico e o cultural. Há uma sociedade simbiótica baseada na competição e uma sociedade cultural baseada na comunicação e no consenso. As duas sociedades são simplesmente aspectos diferentes de uma sociedade- a superestrutura cultural repousa sobre a base da subestrutura biótica e as energias que se manifestam no nível biótico em movimentos e ações revelam-se no nível social superior em formas mais sutis e sublimadas.

A ecologia tem como objetivo o estudo e a explicação deste nível da sociedade comum a todas as formas de vida animada, o biótico. À sociologia, cabe o estudo e compreensão da “expectativa normal do gênero humano, dos mores, aquilo que os homens, numa situação definida, vieram a esperar” (PARK, ROBERT, 1948: p.35). A Sociologia e as outras ciências sociais tratam, portanto, do estudo da “vida”, esta entendida como manifestação da cultura humana; a ecologia humana, por sua vez, trata do substrato, do “palco” no qual se processa a vida humana.

Como tratado parágrafos acima, a obra de Georg Simmel (1858-1918) constitui-se como um diálogo importante na conformação das reflexões de Park- Simmel coloca-se como antípoda a esta argumentação que guarda um claro diálogo com as ciências naturais.

Simmel toma como tarefa da sociologia o conhecimento de “leis típicas”; desse modo, se aceita, por um lado, o postulado do idealismo alemão de que não existe A sociedade, mas indivíduoS, de outro lado, toma o caráter generalizador (inspirado nas ciências naturais) para propor as “formas sociais” como as unidades da

análise sociológica. Simmel não tomava a sociedade, à moda evolucionista, como um organismo uno e indivisível dotado de caracteres próprios; o autor tão pouco tomava a sociedade como a soma das existências individuais, algo que não possui existência real separada das existências particulares à maneira, dos idealistas alemães. A partir da bricolagem de elementos muito distintos, sociedade, no pensamento simmeliano, é tomada como uma intrincada rede de múltiplas relações em constantes interações estabelecidas entre indivíduos e destes com o mundo material. Sociedade, se possível delimitar, é um nome dado a indivíduos e coisas conectados por processos de interação social.

Do ponto de vista metodológico, não é difícil perceber as distâncias entre Park e Simmel; embora o último tenha sido inspiração do primeiro especialmente no que toca à convivência de níveis comunitários e societários de interação social, fica claro que a construção da ecologia humana de Robert Park levou em consideração uma lógica firmemente naturalista que tomava a sociedade como submetida a constrangimentos naturais, nada mais distante da ótica simmeliana que tomava a sociedade como fluxo de relações sociais intraduzíveis em exatidões de índices físicos.

Do ponto de vista teórico, é possível isolar, pelo menos, quatro proposições no que toca às diferenças entre os dois autores: as noções de “estrangeiro”, conflito social, distância social e, finalmente, os sentidos de natureza presentes em ambos os autores.

O primeiro ponto, o “estrangeiro”. O estrangeiro é para Simmel o tipo social que condensa a dialética entre proximidade e distância que tão bem qualifica as relações sociais na metrópole de inícios do século XX: a figura do estrangeiro deixa clara as dificuldades bem como a peculiaridade do viver em grupo numa sociedade em constante transformação cujo grande símbolo é a metrópole. Como alguém que é parte do grupo mas ao mesmo tempo está fora dele, o estrangeiro simboliza uma forma específica de interação social diferente das relações comunitárias em que a distância social entre seus membros é mínima; o estrangeiro traz uma forma especificamente metropolitana (moderna, portanto) de se relacionar pois é a relação dialética entre proximidade e distância (isto é, o movimento entre proximidade e distância, afetividade e urbanidade) que informa o lugar a ser ocupado, ou seja, os elementos que repelem e aumentam a distância entre os indivíduos produzem um modelo positivo e consistente de interação social típico da sociabilidade moderna.

O conceito, que se entende como equivalente do estrangeiro simmeliano, recebe outro nome no pensamento de Robert Park- “marginal man”. O novo nome guarda grandes diferenças com relação a seu ancestral: o “marginal man” de Park acalenta um sentido negativo da distância social; o estrangeiro é, no esquema de Park, o que está nas margens, o não assimilado, o que está e permanecerá fora das interações sociais. Ao pensar as experiências das minorias étnicas em zonas de contato cultural em grandes cidades norte-americanas, Park toma o estrangeiro como um elemento marginal à sociedade, um híbrido cultural e racial que participa de duas configurações culturais mas não é parte de nenhuma delas.

Esse sentido negativo do “estrangeiro” em Park guarda uma relação com uma leitura muito peculiar de outro conceito caro ao pensamento simmeliano, “conflito social”. Para Simmel, cada tendência na interação social é, de algum modo, contrabalançada por uma tendência oposta: Simmel concebe a sociedade como composta de um dualismo fundamental dado pela ambivalência das disposições instintivas do homem, forças discordantes que se harmonizam e dão uma forma peculiar à sociedade. Dentre essas disposições ambivalentes que se equilibram, se pode citar a conformidade e a individuação, o constrangimento e a liberdade, o público e o privado. É possível perceber que Simmel atribuí um sentido positivo ao conflito- como um antagonismo rotinizado, o conflito provê um sentido positivo à interação e é tomado uma forma de associação social.

No pensamento de Robert Park, conflito toma um sentido oposto: é uma fonte de perturbação e, portanto, um sinal de que mudanças são necessárias; como um momento do processo de mudança social, o conflito contribui com uma fissura na ordem moral que deve e será sanada por meio de processos de acomodação e assimilação; embora necessário, o conflito é um momento de interrupção da ordem moral, uma leitura que não poderia estar mais distante do caráter associativo da leitura simmeliana de “conflito social”.

Um outro conceito que dá conta das diferenças entre os dois autores é o de “distância social”; no pensamento de Simmel, distância social surge como conceito correlato de “estrangeiro”; tal como uma *metáfora* que denota a posição peculiar do estrangeiro na sociedade, “distância social” geometriza a dialética entre proximidade e distância que caracteriza este tipo social. Nas formulações de Robert Park, este conceito tem centralidade: “distância social” tornou-se um conceito importantíssimo

na sociologia americana em meados da década de 1920 devido ao grande afluxo de migrantes (do campo para a cidade) e imigrantes para as grandes cidades norte-americanas. Como uma forma de medir a possibilidade e a intensidade de conflitos sociais entre grupos culturalmente tão distintos que passaram a compor as grandes cidades, o conceito de distância social, metáfora em Simmel, é quantificado e traduzido, nas propostas de Robert Park, em um índice concreto das relações sociais, uma medida do equilíbrio social. Muito longe do humanismo de Simmel, esse índice é, argumento, um indício do substrato naturalista da ecologia humana pensada pelo autor e seus discípulos.

Quanto à relação natureza e sociedade em ambos autores, há também grandes diferenças. A presença de uma divisão metodológica na análise parkiana espelha uma dicotomia mais profunda que caracteriza o pensamento o autor, a saber a dicotomia presente na leitura das relações entre natureza e sociedade. Ao aceitar o ponto de vista evolucionista, natureza e sociedade são tomados, no pensamento de Park, como elementos de uma relação dicotômica segundo a qual a sociedade se curva diante da força da natureza. Como elemento externo ao comportamento humano, a natureza opera como “meio”, elemento determinante de ações e relações sociais tal como H. Taine (1828-1893) e T. Buckle (1821-1862) outrora profetizaram. Como um prisioneiro em sua própria casa, à sociedade resta curvar-se à força da natureza.

De um ponto de vista oposto pensa Simmel; corroborando as propostas da *Geisteswissenschaft*, a natureza não é elemento determinante na conformação de comportamentos sociais. Como propõe Gross (2001), Simmel elabora, a partir do seu conceito de interação social, um meio termo entre natureza como “meio” (a sociedade subjugada à natureza) e “paisagem” (a natureza em harmonia com a sociedade).

Percebe-se que natureza toma, no pensamento de Simmel, um sentido muito peculiar diante das soluções evolucionistas (a cultura reduzida à natureza: “meio”) e culturalistas (a natureza reduzida à cultura: “paisagem”) e isso se dá, essencialmente, pela ideia de sociedade e sociologia que Simmel constrói. São as redes de interações recíprocas entre indivíduos e entre estes e o mundo material os objetos de análise de sua sociologia, como já adiantamos em parágrafos acima. A natureza, portanto, é tornada objeto de estudo da sociologia a partir de um ponto de vista humanista, como elemento dessa rica rede de interações recíprocas entre homens e destes com a realidade (SANTOS, ANA, 2011).

Simmel não incorpora a natureza à sociedade; tampouco dilui a sociedade no fluxo incessante da natureza, pelo contrário: o autor dá voz a ambos os lados, o humano e o natural, na compreensão da relação sociedade e natureza no mundo moderno promovendo um equilíbrio entre culturalismo e naturalismo. Seu ponto de vista teórico enfatiza de que modo atividades humanas modificam a natureza e, de outro lado, quais as “respostas” da natureza a essas ações que engendram uma forma específica de relação social; a dicotomia da relação sociedade/natureza, expressa no determinismo do século XIX, é diluída em prol de uma relação dialética sem síntese, em um sentido próximo do que, temos considerado, a leitura de Antonio Candido sobre a relação sociedade/natureza em “Os Parceiros do Rio Bonito”. A proximidade que queremos enfatizar é a diluição da leitura dicotômica da relação sociedade/natureza em prol de uma leitura que privilegia o movimento. A proximidade, contudo, cessa aqui: como veremos especialmente nos capítulos 5 e 6, o “movimento dialético” de Antonio Candido não comporta o conceito de interações sociais e se aproxima (embora não se esgote no) pensamento de Karl Marx.

É possível perceber que as proposições de Georg Simmel são lidas por Park de uma forma um tanto quanto naturalista: as lentes do evolucionismo social e a ânsia por esquadrihar a realidade e prescrever remédios ao conflito social são as pedras de toque da sociologia pensada por Park. A diferença entre os dois autores em suas leituras do conceito de natureza é só mais um elemento que corrobora o argumento apresentado acima.

De qualquer modo, o importante a salientar é a distância entre leituras que tomam como suposto uma relação dicotômica entre natureza e sociedade e outras que diluem a dicotomia em prol de um movimento entre os dois pólos.

Tomando como pano de fundo a caracterização da obra de Robert Park que fizemos nas últimas páginas, olhamos para a obra que, de forma decisiva, esteve presente nos primeiros estudos sociológicos produzidos no Brasil; trata-se da obra de Robert Redfield que toma como suposto uma ecologia muito próxima das Ciências Naturais e distante do aporte das Ciências Humanas. Trata-se de uma importante digressão que oferece um panorama rico de uma obra que teve um impacto significativo no debate paulistano no período de confecção dos “estudos de comunidade” em São Paulo.

2- O contínuo *folk-urban* de Robert Redfield

Para entender a obra de Robert Redfield (1897-1958), temos que ter em mente a ambiência intelectual norte-americana, no plano das ciências sociais, em meados da década de 1920; neste período, se tínhamos uma espécie de predomínio intelectual da Escola de Chicago no âmbito dos estudos sociológicos, na antropologia eram Cambridge e Franz Boas os grandes nomes.

Redfield foi o primeiro “sociólogo-antropólogo” a desafiar o culturalismo boasiano e a propor um enfoque teórico-metodológico que privilegiasse a generalização à moda das ciências naturais. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, Redfield ensaiou o despertar de um impulso teórico-generalizador na antropologia americana tomando como principal argumento de sua crítica às proposições de Franz Boas⁴ seu “exagero culturalista” que teria levado às últimas consequências o banimento do evolucionismo da antropologia americana; para Redfield, a recuperação de algumas propostas do evolucionismo proveria uma dimensão eminentemente científica à antropologia.

Mudança social estava no centro das preocupações das ciências sociais das primeiras décadas do século XX: o intenso processo de urbanização e industrialização e o deslocamento de grandes massas do campo em direção aos grandes centros e de outros países para a América do Norte colocou no centro do debate as mudanças sociais resultantes de tamanho movimento. Redfield, atento ao profundo processo de mudanças sociais ao qual estavam submetidos especialmente o que chamava de povos primitivos, propôs que pesquisas sobre tais populações ofereceriam o ponto de partida ideal para o estudo da mudança social em sociedades modernas. Largamente inspirado nas proposições de William Thomas (1863-1947) e Florian Znanieck (1882-1958) explicitadas em “The Polish Peasant in Europe and America“ (1918-1920)⁵, Redfield

⁴ Para Boas somente depois que um corpo robusto de conhecimento tivesse sido construído é que antropólogos seriam capazes de desenhar generalizações sobre processos culturais. Assim, os estudos conduzidos e orientados por Franz Boas privilegiaram (mas não se restringiram) à empiria, os chamados estudos de campo, e não a formulação de generalizações teóricas.

⁵ William Thomas e Florian Znanieck elaboraram, nessa obra, uma importante reflexão sobre mudança

fora pupilo de Robert Park e, especialmente em seus primeiros trabalhos, levou à cabo os ensinamentos do mestre⁶. Sua concepção sobre os efeitos negativos da mudança social é claramente tributária a Park: Redfield entende a mudança social essencialmente como desorganização social decorrente de fatores externos à sociedade (forças do mercado, novas formas de comunicação, guerra e tantos outros) que comprometiam o consenso estabelecido tradicionalmente entre normas sociais e atitudes subjetivas, isto é, o equilíbrio entre sociedade e indivíduo estabelecido segundo a tradição (WILCOX, CLIFFORD, 2006).

Tanto William Thomas quanto Robert Park compartilhavam a opinião de que mudanças sociais poderiam ser descritas em termos gerais, isto é, ambos os autores apontaram para persistência de alguns elementos, em diferentes espaços e tempos, que permitiam afirmar que as culturas humanas, de maneira geral, estavam submetidas aos mesmos processos de transformação social. Era tarefa da sociologia tomar comparativamente mudanças sociais em diferentes culturas e determinar quais processos de mudança são comuns em todas as culturas estudadas; este estudo comparativo ofereceria uma teoria *geral* do processo de mudança social.

Redfield aceita esses supostos e argumenta que ao conduzir e comparar uma série de estudos sobre populações em processo de mudança social era possível desenhar uma teoria geral sobre a mudança social capaz de explicar de que forma qualquer sociedade torna-se moderna. Os estudos de Redfield podem ser tomados como os primeiros estudos sobre o tema modernização, uma vasta literatura que toma

social. Organização social, de seu ponto de vista, era um conjunto de esquemas sistematizados de comportamentos impostos como regras sobre os indivíduos, um sistema de controle social; a mudança social era exatamente a desorganização desses esquemas via fatores externos, como a imigração ou processos acelerados de mudança social.

⁶ Uma curiosidade: essa proximidade entre Redfield e Park não era apenas intelectual. Robert Park fora sogro e vivo incentivador do trabalho intelectual de Redfield (Wilcox, 2006).

forma em meados da década de 1940.

Os estudos sobre aculturação tão comuns na década de 1930 na literatura norte-americana são os ancestrais destas primeiras reflexões sobre a modernização das sociedades ocidentais: a aculturação, tomada como um processo por meio do qual culturas interagem e modificam-se umas às outras com a preponderância de uma cultura sobre a outra na conformação do resultado deste “encontro”, foi tema de uns dos primeiros trabalhos de Redfield, “The Tepoztlan” (1930); este trabalho, importantíssimo no estabelecimento dos chamados “estudos de comunidade” como via privilegiada do estudo sobre a mudança social, foi apenas um primeiro degrau no amplo edifício construído por Redfield sobre o tema modernização. Antes, porém, de focalizarmos os desenvolvimentos de suas teses em “Folk Cultures of the Yucatán” (1948), conheçamos rapidamente os principais diálogos teóricos do autor.

Wilcox (2006) identifica dois principais diálogos com duas grandes matrizes do pensamento social americano na formulação das propostas de Redfield. O primeiro destes diálogos são os estudos clássicos europeus sobre teoria social que tiveram grande impacto na ambiência intelectual norte-americana- referimo-nos especialmente ao evolucionismo social. Esse aporte evolucionista responde, como já assinalamos, pela ânsia de generalização tão presente nas reflexões de Redfield.

Outro importante diálogo é a obra do antropólogo americano Clark Wissler (1870-1947); este autor forneceu a Redfield uma metodologia de estudo da mudança social por meio de suas propostas difusionistas de “culture area” e “age-area”: a correspondência entre uma área determinada geograficamente e o compartilhamento de certas características culturais por duas ou mais sociedades é a ideia básica das formulações de Wissler que, por meio delas, promoveu mudanças significativas na antropologia norte-americana pois traduziu os esforços empíricos característicos dos trabalhos de Boas em uma teoria geral consistente sobre cultura. A inspiração wissleriana fica clara, como gostaríamos de apresentar, no contínuo *folk-urban* elaborado por Redfield.

Assim, contrário a seus colegas contemporâneos, Redfield não produzia “fotografias” das comunidades estudadas como se a elas não se aplicasse a história, ou melhor, não produzia *somente* fotografias. Ele queria reescrever estas comunidades em seu passado de modo a apontar que seu relativo estado estático, tão bem descrito pelos estudos à moda de Boas, vinha sofrendo modificações por processos externos de

mudança social. Para tanto, desenvolveu em uma de suas principais obras, “Folk Cultures of the Yucatán” (1948), uma ferramenta teórico-metodológica, o contínuo *folk-urban*; trata-se, essencialmente, de um modelo linear espacialmente representado que enfatiza a harmonia no interior da comunidade em um extremo e a quebra deste estado de equilíbrio em face do processo de urbanização no extremo oposto. Tem-se, então, em um extremo do contínuo as sociedades *folk*- sociedades em equilíbrio do ponto de vista da tradição- e de outro as sociedades urbanizadas- sociedades em que o balanço sociedade/indivíduo tradicional havia sido comprometido.

Ao tomar “espaço” como substituto de “tempo” na análise dos processos de mudança social, Redfield tinha como objetivo elaborar um esquema teórico que lhe permitisse a possibilidade de comparar duas ou mais sociedades em estágios distintos de urbanização, recurso metodológico que permitiria ao pesquisador observar o processo de mudança social *in loco*. A série de estudos comparativos de diferentes comunidades que o autor produziu eram “fotografias” que quando analisadas em conjunto, isto é, quando alinhadas espacialmente e comparadas, ofereciam um ponto de vista dinâmico do processo de mudança social.

As quatro comunidades estudadas em “Folk Cultures of the Yucatán” estão perfiladas no espaço (são povoados que se sucedem, em uma linha reta, do litoral ao interior da região mexicana) e esse é tomado como índice do grau de modernização de cada uma delas: no extremo *folk*, tem-se o pequeno e quase isolado povoado de Tzits, em seguida, aproximando-se do litoral, tem-se o pequeno povoado Chah Khom, logo depois um vilarejo, Dzitz, e no extremo modernizador Merida, a cidade portuária que mais contato tem com a sociedade nacional. O espaço é índice social nesta apreciação teórico-metodológica: o lugar ocupado na escala *folk-urban* determina o grau de modernização da comunidade; neste sentido, o espaço, como sugerimos, não é metáfora (como o é para Simmel), é, pelo contrário, indicador de uma determinada característica passível de ser traduzida espacialmente; tal proposta teórico-metodológica tem um diálogo muito forte com os estudos sobre a cidade de Chicago desenhados por Park, numa clara aproximação dos preceitos das ciências naturais tão caros ao pensamento social norte-americano do século XIX, como desenvolvemos em seções acima.

Tavolaro (2005) ao pontuar o que entende por *episteme da modernidade*⁷, aponta quatro elementos que caracterizam uma “narrativa” da modernidade: a *diferenciação ou complexificação social* das esferas sociais de modo que cada uma delas assume uma lógica própria; a *secularização ou des-tradicionalização* das esferas sociais ou “desencantamento do mundo” numa acepção weberiana; a *separação entre os âmbitos público e o privado* vinculada a um processo intenso de *individuação* e a radical *separação entre natureza e sociedade* levada a cabo pela modernidade. Do ponto de vista desta narrativa da modernidade e atenta à relação sociedade/natureza, é possível sugerir que à tradição corresponde uma relação de intimidade, quase de indefinição, entre ordem social e ordem natural, ao passo que ao moderno correspondia uma relação de verdadeira dominação da natureza pela humanidade.

Neste sentido, Tztis representava o extremo do contínuo tradição-moderno com sua homogeneidade cultural, seu profundo tradicionalismo, sua intimidade com a natureza e a predominância de relações pessoais e dos costumes como formas de sociabilidade e controle social. Merida, a cidade portuária, representava o pólo oposto da pequena comunidade, a cidade grande com grande influência sobre os pequenos povoados ao seu redor: culturalmente heterogênea, secularizada e caracterizada pela predominância de relações impessoais, Merida era o centro irradiador da modernização; a distância das outras comunidades com relação a esta cidade equivalia ao lugar da mesma na escala *folk-urban*, na escala tradição-modernização. Assim, o autor conclui que a perda do isolamento e o aumento em heterogeneidade social, provocado pela proximidade com a grande cidade, resultava em um maior grau de domínio da natureza, secularização, individualização mas também desorganização social dada pelo impacto da mudança. Natureza e tradição são termos que se opõe, neste esquema analítico, à modernidade.

A leitura rígida do contínuo *folk-urban* (isto é, a distinção absoluta entre modernidade e tradição), segundo Wilcox (2006), são reavaliadas por Redfield em

⁷ “Por *episteme* entendo uma grade geral de conceitos e noções que delimita o terreno cognitivo no interior do qual operam determinadas teorias explicativas e interpretativas da “realidade”” (TAVOLARO, SÉRGIO, 2005: p. 18). Enriqueceremos a justificativa da utilização do conceito de *episteme*, neste trabalho, a moda de Sérgio Tavolaro (2005) no capítulo 6.

suas obras da década de 1950, principalmente no que toca à análise histórica e evolucionista das comunidades. Nesta década, a ênfase dada à dimensão geográfica dá lugar a considerações mais amplas acerca de política e cultura em seus processos de transformação nas sociedades estudadas, dito de outro modo, a dicotomia *folk-urban* dá lugar, ainda segundo Wilcox (2006), a análises mais enriquecedoras sobre sociedades complexas por meio das quais o movimento entre os pólos, e não a pura oposição entre tradição e modernização, dá o tom das reflexões.

Contudo, acredito que a fortuna crítica de Redfield, ao menos no Brasil, se acumula em seus trabalhos da década de 1930 e 1940: acumula-se mas não se resume a isto pois, como veremos na próxima seção, há uma leitura da crítica do contínuo *folk-urban* especialmente nos trabalhos de Gioconda Mussolini, pesquisadora que se formou na tradição dos “estudos de comunidade” paulistanos; contudo, de modo geral, é possível dizer que o efeito geral dos “estudos de comunidade”, especialmente aqueles levados à cabo por e sob a orientação de Emilio Willems e Donald Pierson, é uma leitura dicotômica da relação tradição-modernidade; assim, é a distância entre os pólos modernidade/tradição o elemento que dá o tom da análise.

3- “Estudos de comunidade” na ambiência intelectual paulista em meados do século XX

Olhemos agora como toda essa discussão sobre os estudos de Robert Park e de Robert Redfield é tratada no Brasil, em especial em São Paulo, para entendermos o principal contraponto ao modo como a relação natureza/sociedade é tratada por Antonio Candido no momento em que “Os Parceiros do Rio Bonito” é pensado e escrito.

Como lembramos no início deste capítulo, dois sociólogos tiveram um papel crucial na conformação do campo da sociologia bem como da utilização da ecologia humana como método e técnica de pesquisa no Brasil, como Antonio Candido também reconhece (CANDIDO, ANTONIO, 2006), Donald Pierson e Emilio Willems.

Donald Pierson (1900-1995) esteve no Brasil pela primeira vez em 1937 para fazer a pesquisa de campo de seu doutoramento (cujo orientador era Robert Park)

sobre relações raciais e voltou para aqui fincar raízes na cidade de São Paulo em 1939 contratado pela recém-inaugurada Escola Livre de Sociologia e Política. Em 1941, institui nesta instituição o primeiro programa de pós-graduação em ciências sociais no Brasil; foi neste programa que os primeiros cientistas sociais foram formados no país sob os auspícios dos “estudos de comunidade“. Pierson, após uma carreira brilhante e crucial para o desenvolvimento da sociologia no Brasil, deixa o país em 1954 e volta para sua terra natal, os EUA.

Imigrante alemão, diplomado em Economia pela Universidade de Berlim, Emilio Willems (1905-1997) chegou à Universidade de São Paulo pelas mãos de Fernando de Azevedo. Na Faculdade de Filosofia, ministrou aulas de Sociologia, disciplina em que obteve seu título de livre-docência em 1937. Sempre estimulado pelo professor Fernando de Azevedo, Willems deixa o campo da Sociologia Educacional para se dedicar à Antropologia, disciplina que desde 1936 vinha sendo ministrada em caráter intermitente na Faculdade de Filosofia. Sob sua orientação, em 1941, passa a ser lecionada como matéria obrigatória nos cursos de Ciências Sociais, Geografia e História e, em 1947, consegue que seja instituído o diploma de especialização em Antropologia, juntamente com os de Sociologia e Ciência Política. No mesmo ano de criação da cadeira de Antropologia, Donald Pierson convida Willems para lecionar na ELSP na divisão de estudos pós-graduandos. Em 1949, Willems deixa o Brasil rumo aos EUA (JACKSON, LUIZ, 2003).

Sem sombra de dúvida, esses dois intelectuais são os grandes deflagradores da ecologia humana da Escola de Chicago no Brasil. Há, contudo, outros trabalhos de outros autores classificados como “estudo de comunidade” que também encaminham a discussão sobre ecologia humana no contexto brasileiro. Além dos trabalhos de Pierson e Willems, se pode enumerar outros dois autores de destaque: os trabalhos produzidos e orientados por Charles Wagley e as pesquisas de Gioconda Mussolini.

O foco das críticas aos “estudos de comunidade” realizados pela escola uspiana (da qual Antonio Candido é parte) são as obras de Willems e Pierson que tiveram como fonte inspiradora os trabalhos de Robert Redfield. Se nos voltarmos para duas importantes obras dos dois autores (“Cruz das Almas” de Donald Pierson (1953) e “Cunha, Tradição e Transição numa Cultura Rural do Brasil” (1947) de Emilio Willems) e as compararmos com “Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatan” (1949), de Robert Redfield, veremos que tais obras

constituem-se em reproduções do molde teórico-metodológico desse importante trabalho de Redfield.

Não se encontra, nestas obras de Pierson e Willems, uma discussão teórico-metodológica sobre ecologia humana ou mesmo sobre os “estudos de comunidade”: as obras são essencialmente uma fotografia rica em detalhes sociais, culturais, religiosos, políticos e ecológicos das comunidades estudadas sem uma discussão teórica de peso. Também foi não aplicado em sua integralidade o contínuo *folk-urban* desenhado por Redfield: “Cruz das Almas” e “Cunha” tratam, cada um, de uma única comunidade e o contínuo aparece como um suposto teórico de ambos os trabalhos. É importante lembrar que não havia também uma análise histórica do processo de formação e transformação dessas comunidades: dados históricos são oferecidos nas análises, mas não são colocados sob a perspectiva histórica do processo de mudança social a que estava submetida a comunidade em análise.

Contudo, lembremo-nos que discussões teórico-metodológicas não eram os objetivos traçados por ambos os autores na condução de seus trabalhos: há sim o objetivo claro de analisar uma comunidade em processo de mudança social como um microcosmo da mudança social que se avizinhava em meados da década de 1940 no Brasil. O objetivo era entender de que forma a mudança se dava nessas pequenas comunidades situadas próximas de grandes centros e quais os caminhos do “processo de aculturação” na formação do homem urbano.

Pode-se pensar que esses estudos isolados pouco contribuía para as reflexões sobre a modernidade brasileira, contudo há que se lembrar da enorme leva de pesquisas que foram realizadas pelos autores e por seus discípulos nesse período que muito enriqueceram o conhecimento da realidade brasileira; apenas não foi possível realizar, tal como Redfield (1949), um estudo comparativo das primeiras pesquisas desenvolvidas de modo a elaborar uma ampla reflexão sobre tradição e modernidade no Brasil de meados do século XX. Pierson publica, entretanto, “O Homem no Vale do São Francisco” em 1972, trabalho que congrega inúmeros estudos sobre comunidade da região do grande rio brasileiro e que tem como objetivo apresentar de que modo comunidades tradicionais lidavam com o processo de modernização em curso no Brasil em meados do século XX.

Podemos sugerir que o valor dessas obras se dá muito mais pelo conhecimento de uma realidade pouco conhecida do brasileiro, o Brasil rural, do que pela discussão

dos rumos do processo de modernização no Brasil, que era, aliás, tomado como inexorável e condenatório das formas tradicionais de vida. Pela leitura e estudo das obras, se pode perceber claramente que tradição e moderno são termos excludentes de uma dicotomia que, tal qual Redfield argumenta, nos conta do amplo processo de mudança social ao qual estava submetido o Brasil naquele período. Sob este ponto de vista, tradição e moderno são termos irreconciliáveis.

Se voltarmos nossa atenção para as concordâncias e discordâncias teóricas de Willems e Pierson com relação, especialmente, à ecologia humana de Chicago (e, de forma particular, a Ecologia Humana de Robert Park), temos duas importantes fontes de informação: primeiro, o livro “Elementos de Ecologia Humana” que Donald Pierson faz publicar em 1948 que reúne artigos importantes de Robert Park e outros pesquisadores ligados à Escola de Chicago e mais dois trabalhos escritos por Pierson; como segunda fonte, temos artigos publicados tanto por Emilio Willems quanto por Donald Pierson na revista “Sociologia” sobre o tema ecologia humana.

Um destes trabalhos de Pierson é a introdução escrita para o livro “Elementos de Ecologia Humana” (1948a), texto que também fora publicado na Revista *Sociologia* (1947); neste texto, Pierson apresenta a ecologia humana em sua riqueza de detalhes sem se afastar muito da proposta de Robert Park exposta há pouco.

Os outros dois artigos publicados na revista “Sociologia”, contudo, trazem à tona as ressalvas feitas por Willems (1949) e Pierson (1948b) às propostas desenvolvidas por Robert Park. No artigo de Pierson (1948b), após uma apresentação consistente dos principais elementos teóricos da ecologia humana, são apresentados os problemas detectados pelo autor na argumentação de Park, especialmente; o primeiro deles concerne ao processo de competição.

Segundo Pierson (1948b), há uma discussão teórica insuficiente do elemento considerado central na teoria ecológica, a competição, de modo que, nas pesquisas ecológicas, a distribuição espacial de fenômenos sociais surge como solução pronta e eficiente às questões sociológicas propostas, sem nem ao menos existir um questionamento acerca dos pressupostos que balizam esta escolha metodológica (que como tentei apontar, se aproximam muito do gabarito das ciências naturais daquele período). Como acertadamente argumenta Pierson (1948b), não é teoricamente possível tomar um elemento como o coração de um corpo teórico sem problematizá-lo, ou seja, a pesquisa empírica não substitui a reflexão teórica- as escolhas

metodológicas são também fruto de posicionamento crítico diante da realidade.

Outro ponto importante lembrado por Pierson (1948b) é que não fica claro em que medida se dá a relação entre organização ecológica, de um lado, e a organização sociológica de outro; um problema decorrente deste é que não é possível saber até que ponto a distribuição espacial (evidenciada por meio da tradução de índices sociais em espaciais), depende da vida cultural, dos hábitos coletivos, do “consenso” da comunidade em análise, ou depende da distribuição determinada, como alegam os ecologistas, pelo processo de competição (independente da vontade humana, lembremos) que aí opera; de forma simples e certa, não fica claro quais são os limites entre organização ecológica e organização social nas propostas metodológicas da ecologia humana, principalmente aquelas encontradas nos trabalhos de Robert Park.

A esta ressalva crítica é possível articular uma outra aventada por Pierson (1948b): como processo inconsciente e independente do humano, a competição produz uma verdadeira configuração espacial e ocupacional; entretanto, não fica claro de que modo a atuação de um processo inconsciente e sem plano produz uma organização sistemática de pessoas e coisas; a maneira como esta configuração espacial se desenvolveu permanece como um problema teórico (e não-resolvido porque não compete à ecologia humana, afinal, dar esta resposta porque assume a organização ecológica como um suposto teórico-metodológico) para a pesquisa sociológica.

O último ponto de crítica desenvolvido por Pierson (1948b) apresenta-se como crucial no questionamento das bases biológicas da ecologia humana de Park; Pierson (1948b) aponta uma diferença essencial entre os processos de competição entre plantas e entre os seres humanos. Entre as plantas, a competição toma a forma de uma “luta pela sobrevivência” e, embora se origine deste embate uma interdependência entre as mesmas, estas relações são sempre externas aos indivíduos e não desenvolvem, como acontece nas relações entre seres humanos, uma co-participação de cada ser vivo nas experiências dos demais. Entre os seres humanos, a “luta pela sobrevivência” dá origem a uma organização não apenas ecológica mas também econômica e social, argumenta Pierson (1948b). Apesar desta diferença essencial entre os processos de competição entre plantas e entre seres humanos, os ecologistas humanos da Escola de Chicago insistem em tomar como suposto de suas pesquisas

uma analogia entre plantas e seres humanos.

Willems (1949), numa resenha crítica de “Estudos de Ecologia Humana”, segue Pierson em suas críticas à ecologia humana da Escola de Chicago; o autor nota o caráter jovem e ainda provisório desse corpo teórico e como primeira ressalva crítica lembra-nos da distinção essencial entre o processo de competição que ocorre entre plantas e aquele que ocorre entre seres humanos, tal como Pierson (1948b) nota. Como desenvolvimento desta primeira ressalva, Willems (1949) aponta a impossibilidade de distinção entre processos puramente ecológicos e processos sociológicos. Diz-nos ao citar uma passagem presente no texto escrito por Pierson (1948a) como introdução à obra:

(...) o autor constata essas relações inextricáveis entre “comunidade” e “sociedade”(...): nenhuma delas existe, em qualquer tempo ou lugar, completamente separada da outra. É apenas pra fins de análise e, conseqüentemente, de melhor compreensão de todos os processos em apreço, que os estudiosos e pesquisadores tratam separadamente destes dois aspectos da organização humana (WILLEMS, EMILIO, 1949: p.259).

Willems (1949) nos diz que, nas pesquisas realizadas, a distinção entre comunidade e sociedade não pareceu ser relevante porque *nenhum* dos fenômenos estudados como ecológicos pode ser analisado e entendido sem recurso a fatores de ordem cultural. Uma coisa é a comunidade ecológica como abstração teórica; outra é a aplicação empírica desse conceito, argumenta Willems (1949) nessa resenha.

Como argumentamos no início deste capítulo, há uma leitura crítica da Ecologia Humana da Escola de Chicago pelos autores que, no Brasil, desenvolveram os “estudos de comunidade”: cada um, a seu modo, estava atento às especificidades da realidade que analisava e dialogavam com a Ecologia Humana e com a obra de Robert Redfield a partir de suas peculiaridades. Assim, do nosso ponto de vista, o foco da análise não é tanto a ancestralidade comum aos autores e obras, mas o modo como a obra de Redfield é lida e os supostos naturalistas da ecologia humana de Chicago trabalhados nessas diferentes obras (neste ponto, a distinção entre “influência” e “diálogo”, como atentamos na introdução a este trabalho, fica clara).

A crítica uspiana da década de 1940 e 1950 tem como objeto de análise privilegiado as obras de Pierson e Willems, ambos ligados a ELSP-SP (Escola livre de

Sociologia e Política- São Paulo). Jackson (2003: p. 23-24) atribui o fervor das críticas a Pierson e Willems a um distanciamento político entre as propostas da ELSP e da FFCL da USP, contudo acredito que o tom da crítica aos “estudos de comunidade” se dá também pelas discordâncias teóricas e metodológicas entre os três grupos de obras elencados: as discordâncias teóricas somam-se a discordâncias políticas na elaboração crítica intelectual. Para avaliar tal hipótese, é preciso olhar para os outros dois grupos de obras que oferecem uma imagem mais ampla dos “estudos de comunidade” produzidos naquele período: os trabalhos orientados e conduzidos por Charles Wagley e os trabalhos de Gioconda Mussolini.

Charles Wagley (1913-1991) conduziu uma série de “estudos de comunidades” no interior do Brasil em fins da década de 1940, dentre estes aquele que conduziu na região Amazônica do Brasil alcançou maior visibilidade: trata-se de “Amazon Town” publicado em 1953. Neste estudo, assim como em um pequeno artigo que escreveu sobre o método de “estudos de comunidade” publicado na Revista *Sociologia* na década de 1950 (WAGLEY, CHARLES, 1954), não há um distanciamento crítico com relação as propostas de Redfield: há mesmo uma contribuição significativa na construção e defesa daquela metodologia de pesquisa.

Grande defensor da pesquisa de campo como bastião do conhecimento de uma dada cultura, Wagley (1954) toma os “estudos de comunidade” (e a observação participante como sua técnica mais proeminente) como os grandes trunfos da pesquisa antropológica sobre sociedades complexas. Neste sentido, os “estudos de comunidade” ofereceriam um quadro completo de uma cultura tal como realmente “funciona” em determinada comunidade; trata-se de um estudo do comportamento humano tomado em seu contato com meio, um “estudo in vivo”, por oposição aos estudos controlados de laboratório, “in vitro”, que Wagley associa aos estudos de gabinete tão ao gosto do evolucionismo do século XIX. Como um saber positivo, é o conhecimento detalhado da estrutura social, tal como desenhado numa comunidade, que provê o saber total acerca de uma dada cultura. Por meio de pesquisas de culturas locais, se tomava como objetivo a conformação de um amplo quadro que provesse o conhecimento empírico da cultura nacional (ROSA, FRANCISCO, 1993).

De ponto de vista distinto, Gioconda Mussolini (1913-1969) trata os estudos de comunidade de seus colegas da ELSP; Gioconda começa sua relação com as Ciências Sociais em 1935 quando é admitida como professora primária comissionada

do curso recém-criado na USP; ao terminar o curso em 1938, Mussolini inicia suas atividades de pesquisa de forma intensa como assistente do Professor Paul Arbousse-Bastide na Cadeira de Sociologia I da FFCL-USP e depois por mais três anos como assistente do Professor Roger Bastide na mesma cadeira. No começo dos anos 1940, ela também frequenta a seção de pós-graduação em ciências sociais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde foi colega de Florestan Fernandes, defendendo em 1945, sob a orientação de Herbert Baldus, a dissertação “Os meios de defesa contra a moléstia e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Bororó Oriental“. Com a criação da Cadeira de Antropologia em 1941, ela passa a se dedicar a esta disciplina como assistente de Emilio Willems até 1949 quando assume a cátedra e leciona na FFCL-USP até sua morte repentina em 1969 (CIACCHI, ANDREA, 2009).

Há dois trabalhos de Gioconda Mussolini que gostaríamos de destacar e que traz de forma clara a leitura crítica dos estudos de comunidade e um diálogo claro com os supostos que guiam a análise de Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Em “Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro” publicado em 1953 na *Revista de Antropologia*, a pesquisadora destaca o isolamento como elemento central na conformação da cultura das comunidades do litoral paulista descritas no texto; entretanto, o isolamento, argumenta Mussolini, é relativo em qualquer comunidade: dada a miríade de relações sociais, econômicas e culturais que se estabelecem nestas comunidades, estas, mesmos entregues a uma economia dita fechada, se conecta a um conjunto maior, isto é, a vida social e a cultura destes pequenos aglomerados humanos se alteram por elementos que exercem sua atração sobre os moradores das pequenas comunidades; neste sentido, a persistência e a mudança se dão por meio de relação - mesmo eventuais- entre a comunidade em estudo e o contexto social, econômico e político mais amplo.

A chave para a guinada explicativa operada por Mussolini nos “estudos de comunidade” se dá pela adoção da perspectiva histórica na análise das comunidades rurais: no texto em questão, Mussolini cita Caio Prado Jr para referendar sua hipótese de que as condições geográficas não são causas únicas que explicam o isolamento das comunidades rurais brasileiras, em especial as que habitam o litoral brasileiro. Um fator explicativo importante é o “caráter predominante da colonização: agrícola - donde a preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas do litoral- e

comercialmente voltada para o exterior, onde estão os mercados de seus produtos” (PRADO JR., CAIO *apud* MUSSOLINI, GIOCONDA, 1953: p. 82).

Em “Persistência e mudança em sociedades de folk no Brasil” (1954)⁸, a pesquisadora questiona mais uma vez o sentido do isolamento e, portanto, o debate sobre os impactos da modernização em sociedades rurais brasileiras. Por meio de uma leitura crítica de Redfield inspirada principalmente nas reflexões críticas de George Foster à obra do autor, Mussolini pensa as comunidades litorâneas do litoral norte paulista não em seu isolamento, mas em sua conexão com centros urbanos, numa acepção distante dos estudos de aculturação de Emilio Willems com quem outrora publicara “Buzios Island” (1952).

Tomando como ponto de partida as reflexões de Pierre Monbeig (1908-1987) sobre zonas velhas e zonas pioneiras, a autora, no artigo supra-citado, mostra que não é possível explicar a mudança e a persistência de traços culturais em comunidades brasileiras pela lente unívoca do processo de aculturação proposto por Willems e Pierson.

As reflexões de Pierre Monbeig tiveram um grande impacto na FFCL em meados da década de 1940; Monbeig fora professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo de 1935 a 1946 e, neste período, além de ministrar aulas, o francês desenvolveu sua pesquisa de doutoramento que tinha como objeto o processo de ocupação do interior do Estado de São Paulo; tal pesquisa deu origem à obra “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” defendida como tese de doutoramento em 1949 na França. Julia Andrade (2010), em artigo sobre a obra do autor, relata que Monbeig deparou-se com uma realidade muito diferente da europeia durante o processo de pesquisa para sua tese: o constante movimento, que caracterizava o processo de ocupação do Oeste brasileira, desafiava os métodos de pesquisa que conhecera na França; a realidade brasileira pedia lentes renovadas de análise do espaço.

⁸ Tal artigo foi originalmente tornado público em 1954 no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, mas neste trabalho utilizamos o trabalho publicado na década de 2000, como segue: MUSSOLINI, GIOCONDA. “Persistência e mudança em sociedades de *folk* no Brasil”. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, n.18, 2009 (1a. Edição: 1955).

Tão rápidas são as transformações que tudo que se pode escrever a respeito entra logo na história. Por isso, foi o próprio movimento que eu tentei descrever e explicar; não era possível elaborar uma monografia regional, por isso procurei compor o estudo de uma sociedade em movimento, de preferência um estudo de gênero de vida (MONBEIG, PIERRE apud ANDRADE, JULIA, 2010: p.62).

Ao longo de sua análise, Julia Andrade demonstra a construção de um ponto de vista, na obra de Monbeig, que prima pelo movimento. A autora aponta algumas passagens que denotam justamente o descompasso de um geógrafo francês frente à realidade de um país nas franjas do mundo ocidental. Esse sentimento de perplexidade gera um movimento que não chega a ser absolutamente resolvido nas reflexões do autor apresentadas na obra, mas que se constitui em um ajuste provisório, uma experimentação, argumenta Andrade (2010).

Para Monbeig, a “mancha pioneira” é constituída pela instabilidade expressa no movimento entre o novo e o antigo, entre o campo e a cidade. A percepção da peculiaridade do processo de ocupação do espaço paulista em meados do século XX obrigou o autor francês a propor conexões explicativas bem maiores para tais processos. Assim, a expansão da economia cafeeira, do ponto de vista renovado de Monbeig, se dá por meio de uma razão local (brasileira) e outra global (expansão capitalista no mundo) de tal modo que a crise mundial de produção, nas primeiras décadas do século XX, é a paralisia do processo de expansão demográfica e ocupação do espaço, mas também sua força de propulsão (ANDRADE, JULIA, 2010: p. 66).

Além do ponto de vista teórico-metodológico que privilegiava o movimento, a centralidade do trabalho de campo no desenvolvimento das reflexões de Monbeig fincaram raízes na intelectualidade paulistana em formação. Como aponta Andrade (2010), a partir de 1934, o trabalho de campo (em um claro diálogo com a Geografia Francesa) constituiu-se como atividade fundamental da pesquisa geográfica brasileira.

Como atenta Antonio Candido (1980), Monbeig, assim como outros professores da “missão francesa”, introduziu os jovens alunos da FFCL-USP nas “coisas do Brasil”. Segundo ele, havia um paradoxo no modo como a análise social era apresentada aos jovens alunos da universidade:

enquanto os professores acadêmicos brasileiros, nas Faculdades ditas

tradicionais e nos colégios do Estado (que em parte serviam de paliativos de inexistentes Faculdades de Letras) tentavam por todos os modos traduzir o Brasil em francês, os professores estrangeiros procuravam, na maioria, nos fazer ver a terra como brasileiros (CANDIDO, ANTONIO, 1980: p.11).

Nesta ambiência intelectual também estava imersa Gioconda Mussolini. Em claro diálogo com a obra de Monbeig (MUSSOLINI, GIOCONDA, 2009: p.287), Mussolini chama a atenção de que é preciso pensar nas articulações entre velho e novo, tradição e modernidade: o processo de mudança social, argumenta Mussolini, era composto por uma combinação intrincada entre passado e futuro, tradição e modernidade de modo que seria impossível imaginar uma linha unívoca que representasse o abandono progressivos da tradição e a adoção completa e irrestrita da modernidade como forma de vida.

Tanto para Pierson quanto para Willems, o processo de aculturação implica a mudança pelo contato cultural, que é, portanto, essencialmente desorganizador tanto social e quanto culturalmente; o isolamento de comunidades, por seu turno, prevê a persistência de traços culturais e, assim, a manutenção de um estado de equilíbrio social e cultural. Gioconda (2009), por seu turno, mostra que ao se falar de isolamento e contato, deve-se ter em mente o contrário daquilo exposto e defendido em inúmeros trabalhos de Pierson e Willems, isto é, nas palavras de Gioconda, deve-se ter em mente que “o isolamento estiola as tradições e o contato que as torna possível” (MUSSOLINI, GIOCONDA, 2009: p.295).

Mussolini inverte os termos do debate ao tomar o isolamento como fator crucial na decadência de práticas de natureza *folk* e, portanto, na produção de formas de desorganização social; um exemplo claro disso, como argumenta a autora no artigo supra-citado, é a ilha de Búzios, estudada por Gioconda e Willems (1952), onde a desorganização cultural é resultado do isolamento, e não do contato. Se o isolamento enfraquece as tradições, o contato pode, por seu turno, referendar as relações características do grupo como, por exemplo, o parentesco real ou ritual (o compadrio como exemplo clássico) que, nas comunidades caiçaras estudadas pela autora (MUSSOLINI, GIOCONDA, 2009), se estende para além dos limites de um bairro-trata-se de uma das formas de ampliar o raio de segurança pessoal e, desse modo, garantir a manutenção do grupo local.

O olhar crítico de Gioconda demonstra que as sociedades de *folk* não são

sociedades completas em si mesmas e isoladas, mas são sim parte de uma unidade social maior (a Nação) com a qual está estruturada vertical e horizontalmente; Gioconda percebe isto ao inserir as comunidades que estuda no fluxo histórico do processo de modernização do país: a análise histórica permite uma perspectiva crítica diante do processo de modernização do país. É desse ponto de vista que Antonio Candido também constrói sua sociologia dos meios de subsistência, instrumento que viabiliza sua investigação acerca das relações entre tradição e modernidade no Brasil do século XX na obra “Os Parceiros do Rio Bonito”.

No que toca a “Os Parceiros do Rio Bonito”, embora seja possível notar um afastamento crítico das propostas encampadas por Pierson e Willems, não é possível afirmar de forma categórica - como Antonio Candido apresenta na introdução ao trabalho- que há um corte absoluto com a produção identificada à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Há, pelo menos, dois pontos claros de aproximação de Candido da “herança da ELSP”: o esforço de trabalho de campo (que, paradoxalmente, “abre” o ponto de vista de Antonio Candido para a percepção das contradições vivenciadas pelo caipira) e a leitura funcionalista encampada pelo autor especialmente na terceira parte da obra.

Em várias ocasiões, Antonio Candido reconhece não só a importância dos “estudos de comunidade” na formação do pensamento sociológico brasileiro como também traz à luz a contribuição destes estudos para sua formação de sociólogo.

No artigo em que Antonio Candido recupera a formação do pensamento sociológico brasileiro publicado no ano de 1959 (CANDIDO, ANTONIO, 2006), Willems e Pierson ganham destaque como próceres da sociologia acadêmica. Segundo Antonio Candido, Willems “pertence de fato e direito à nossa Sociologia” (CANDIDO, ANTONIO, 2006: p.286); Willems dedicou-se, inicialmente, aos estudos da sociologia educacional, mas logo passou a dedicar seu tempo e suas reflexões ao estudo dos contatos raciais e culturais em situação de mudança social: Candido destaca quatro trabalhos, “Assimilação e Populações Marginais” (1940), “A Aculturação dos Alemães no Brasil” (1946), “Cunha, Tradição e Transição numa Cultura Rural do Brasil” (1947) e “Buzios Island” (1952) (este último realizado em colaboração com Gioconda Mussolini), nos quais o autor toma a antropologia cultural americana como referência teórica-metodológica principal. Na análise breve que faz da fortuna crítica das obras de Willems, Antonio Candido destaca a investigação

empírica,

esforçando-se por fazer a Sociologia entrar na fase de pesquisa direta da realidade presente. Estas diretrizes fecundas, que tiveram influência decisiva nas novas gerações de sociólogos, foram por ele ampliadas através da sua atividade docente e da revista Sociologia, que fundou em 1939 com Antenor Romano (CANDIDO, ANTONIO, 2006: p. 287).

Neste trecho, a ênfase na importância do trabalho de campo como fonte de reflexões ganha destaque como elemento característico e como “herança intelectual” dos trabalhos de Willems. Em entrevista a Helóisa Pontes (2001), Antonio Candido também destaca o lugar de Willems como docente em sua formação; no começo dos anos 1940, Antonio Candido frequentava o seminário de Doutorado da seção de estudos de pós-graduandos da Escola Livre de Sociologia e Política onde Willems tinha um papel de destaque não só como pesquisador mas como docente:

Em 1942 e 1943 frequentei o seu seminário de doutorado, pois havia escolhido antropologia como uma das duas matérias subsidiárias do antigo curso de doutorado. Foi um momento importante na minha formação. Éramos quatro candidatos: Gioconda Mussolini, Egon Schaden, José Francisco de Camargo e eu. Nós nos reuníamos uma vez por semana das 5 às 7 e fazíamos relatórios de leitura, comentados muito bem por Willems, a quem devo a iniciação num tipo de bibliografia que foi a que mais me inspirou no domínio dos estudos sociais e teve influência decisiva na minha tese.(...) Com ele lemos Redfield, Melville Herskovits, Irving Hallowell, Raymond Firth, Malinowski, Evans Pritchard, Radcliffe-Brown. (...) Fiquei marcado pelo funcionalismo, me apeguei ao conceito de estrutura, que depois transpus da antropologia para a crítica literária. O seminário de Willems foi decisivo para nós quatro (PONTES, HELOÍSA, 2001: p.20-21).

Neste outro trecho, as heranças teóricas ganham destaque: como aventamos parágrafos acima, a presença do funcionalismo, na obra do autor, enquanto enquadramento teórico tem suas origens atribuídas aos trabalhos de Willems ⁹.

⁹ Jackson (2003) cita uma passagem do memorial de Antonio Candido em que a presença de Willems na elaboração de sua tese de doutoramento em sociologia estava clara: realizada “sob a orientação de Fernando de Azevedo e subsidiárias com Roger Bastide e Emilio Willems, cujo seminário, em 1943 e

Donald Pierson é outro nome importante da Escola Livre de Sociologia e Política e que deixou marcas indeléveis no processo de formação da sociologia enquanto disciplina científica no Brasil. No artigo em que trata da produção sociológica brasileira desde seu nascedouro¹⁰, Antonio Candido dá destaque ao sociólogo americano. Donald Pierson desenvolveu inúmeras pesquisas ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950 tendo como referência a sociologia americana, especialmente a Escola de Chicago. Em 1953, é publicada a volumosa obra “Cruz das Almas, a Brazilian Village”, estudo baseado em pesquisa de campo que teve como referência os “estudos de comunidade”. Diz Antonio Candido da obra em tela que, sem dúvida, trata-se do “primeiro levantamento exaustivo de uma comunidade cabocla, embora num sentido mais informativo que interpretativo“ (CANDIDO, ANTONIO, 2006: p.287).

Destas referências esparsas de Antonio Candido aos mestres da Escola Livre de Sociologia e Política, é possível perceber que se existe o reconhecimento da contribuição das reflexões e proposições dos mestres, há um movimento de superação pela leitura crítica.

Há dois pontos que são cruciais na compreensão do afastamento crítico de Antonio Candido com relação aos “estudos de comunidade“: a distinção entre “rústico” e “rural” e a escolha metodológica do “bairro” e não da “comunidade” como unidade de sociabilidade mínima dos grupos caipiras estudados.

Como atenta Antonio Candido (1980) em prefácio a uma coletânea de artigos de Gioconda Mussolini, o trabalho da autora demonstra a importância do objeto

1944, motivou uma forte impregnação da Antropologia Social e Cultural, como é visível na tese, elaborada a partir de 1948 e defendida em 1954: “Os Parceiros do Rio Bonito” (JACKSON, LUIZ, 2003: p. 30).

¹⁰ Interessante a notar no modo como Antonio Candido analisa a sociologia brasileira desde suas origens é percepção da existência de um processo formativo que se estende até o pensamento social e coloca a sociologia científica, então em seus primeiros passos no Brasil, como desenvolvimento daquele passado, reflexão muito próxima daquela que desenvolve em sua grande obra “Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos” na qual utiliza-se do conceito de “formação” para analisar o processo de constituição histórico e social da literatura brasileira.

material e da técnica para entender o comportamento humano (CANDIDO, ANTONIO, 1980: p.11), o objeto de estudo de “Os Parceiros do Rio Bonito”; Antonio Candido olha para as formas mínimas de sociabilidade e reprodução física para pensar de que modo o caipira vive o processo de modernização em meados do século XX. Neste sentido, a cultura do homem do campo é entendida como um universo de regras sociais e traços culturais característicos das condições de vida nas zonas rurais. Rural, deste modo, é uma nomenclatura indicativa da localização, enquanto rústico refere-se ao “universo das culturas tradicionais do homem do campo” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.26).

Na distinção entre rural e rústico reside uma diferença crucial entre as reflexões de Antonio Candido e os “estudos de comunidade”: como lembra o autor, rústico não é sinônimo de *folk culture* tal qual Redfield a percebera. Antonio Candido aproxima seu conceito de “cultura rústica” de cultura camponesa tal como empregado em trabalhos de arqueologia, história e etnografia produzidos na Europa; o que o conceito do autor compartilha com o conceito europeu é questionamento da rígida distinção entre as lógicas rural e urbana, dito de outro modo, o que o conceito de “cultura rústica” traz de novidade é a percepção de que o homem do campo pertence ao mesmo sistema de valores da “gente da cidade”. Contudo, é possível afirmar que embora apresente uma crítica consistente aos “estudos de comunidade” e uma alternativa teórica, há alguns elementos que indicam um diálogo, mais do que uma ruptura absoluta com aqueles estudos: o isolamento como elemento característico da cultura rústica é o destaque deste diálogo.

“Isolamento” é destaque na análise elogiosa que Antonio Candido faz da obra de Euclides da Cunha:

Qualquer análise mais apurada desde logo revela que, sob sua pena, o conceito de isolamento é também sociológico. É preciso, com efeito, distinguir o isolamento-causa, forçado pelo meio, do isolamento-efeito, tipo específico de vida social, definidor de uma cultura segregada e por sua vez decisivo da organização social (CANDIDO, ANTONIO, 2002: p.176-177).

Ao recuperar o conceito de isolamento no pensamento de Cunha, Candido indica o caráter sociológico das reflexões do autor; “isolamento”, sob o ponto de vista

de Antonio Candido, traz a marca das reflexões sociológicas mais atualizadas em seu contexto intelectual.

Outro ponto que indica um afastamento crítico de Antonio Candido dos “estudos de comunidade” é o descarte de “comunidade” como unidade de análise da cultura caipira; em artigo publicado em 1954 em que Antonio Candido realiza uma breve avaliação sobre os estudos de sociedades rurais no Brasil, o autor destaca a utilização, por vezes equivocada, do conceito de comunidade pela literatura que ele analisa: como atenta Candido, um conceito meramente descritivo toma ares de fator explicativo da cultura e sociedade estudadas. Como mostra Florestan Fernandes em artigo publicado em 1976, “rural” e “urbano”, nestes estudos, são tomados em si mesmos “como causa eficiente de tudo que se passa (ou que poderia acontecer) em nossa evolução histórico-social” (p.105).

O equívoco que este ponto de vista teórico-metodológico pode levar é a suposição de uma linha evolutiva, a concepção de uma passagem necessária de um tipo de cultura para outro, entremeadas de conceitos polares (aberta/fechada; sagrado/secular; instintivo/reflexivo); tal postura que pode ter como resultado uma leitura equivocada das culturas rústicas porque toma como suposto a oposição primitivo/civilizado como pares antagônicos pertencentes a lógicas distintas. Como suporte de sua leitura crítica, Antonio Candido, no texto indicado, pontua que tal leitura se mostra deslocada em um país como um Brasil no qual as culturas rústicas são resultado do contato da cultura europeia e da cultura adventícia, da civilização com primitivo. Como sugere Caio Prado Jr em “Formação do Brasil Contemporâneo” (2001), o que podemos ver no processo de mudança a que estava submetida a sociedade brasileira em meados do século XX é a sucessão de tempos históricos *in loco*, tal

Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado (PRADO JR, CAIO, 2001: p.05)

Tradição e moderno convivendo no mesmo espaço: trata-se de uma leitura muito distante do ponto de vista dos “estudos de comunidade” que tomava a sobrevivência de traços da cultura indígena, nas culturas rústicas, como um recuo do

processo evolutivo a que todas sociedades humanas estavam submetidas.

A partir desta leitura crítica, Antonio Candido pergunta-se, no artigo citado, qual é a unidade demográfica e social na qual a cultura rústica se manifesta de forma clara; Willems havia escolhido o município (Cunha, no Vale do Paraíba); Pierson, uma vila (Cruz das Almas no interior de São Paulo); Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, por se turno, tomaram a grande propriedade rural como o *locus per se* da formação não só da cultura rústica, mas da cultura brasileira; estes são, argumenta Antonio Candido, recortes metodológicos que iluminam aspectos diversos das culturas rústicas, mas o que Antonio Candido (atento à pesquisa que havia desenvolvido no município de Bofete nos anos anteriores) deseja é estabelecer as unidades *mínimas da vida social*: embora possa incorrer um “atomismo sociológico”, Antonio Candido procura pelos elementos mínimos da sociabilidade tais quais transparecem no modo de vida do homem do campo: os grupos de vizinhança, neste sentido, compõem a área espacial que delimita o objeto de estudo.

Os “grupos de vizinhança” ou os “bairros” (tal como conhecidos em Minas Gerais e em São Paulo) constituem-se nas unidades funcionais mínimas que contam com uma certa autonomia com relação às vilas e ao municípios. É nos bairros que se mantêm as condições de equilíbrio do grupo: como fator explicativo importante, o isolamento conduz à manutenção da tradição. Interessante a notar no modo como Antonio Candido constrói o conceito de “bairro rural” é a forma como ele compatibiliza propostas teóricas tão distante quanto o funcionalismo e as reflexões do pensamento social acerca do caráter de “mistura” da cultura brasileira.

Lembremo-nos que “Os Parceiros do Rio Bonito”, embora seja uma obra alinhada à análise funcionalista em voga na década de 1950, na ambiência intelectual paulistana, ela não é apenas isto: é possível perceber o movimento de Antonio Candido entre leituras, pontos de vistas e diálogos distintos e, até mesmo, conflitantes. Assim, como notamos, embora a fortuna crítica de Candido (especialmente aquela analisada neste trabalho) seja a superação dos “estudos de comunidade”, estes ainda permanecem como referência da análise de Candido.

A análise funcionalista está claramente delineada na parte III de “Os Parceiros do Rio Bonito”, intitulada “Análise da mudança”, quando Antonio Candido trata dos fatores de persistência e mudança na comunidade caipira estudada. No capítulo 5 e 6 desta tese, trataremos com detalhe destas questões, o importante a notar neste

momento é que as diferenças abissais entre “estudos de comunidade” e sociologia rural uspiana não são tão grande como aclamadas por Antonio Candido ou pelos seus colegas da FFCL-USP: em forte diálogo com seu tempo e seus colegas, Antonio Candido não apresenta uma leitura das comunidades rurais brasileiras completamente depurada do funcionalismo que separa de forma rígida como esferas autônomas de ação tradição e modernidade.

Contudo, como atentamos há pouco, a obra de Candido não se esgota na análise funcionalista da mudança social: tal qual Gioconda Mussolini, o autor constrói uma análise dotada de “senso de problemas”, como Antonio Candido se refere em “Os Parceiros do Bonito”, ao mobilizar uma metodologia muito característica do pensamento social brasileiro, a reconstrução histórica.

Ao localizar os caipiras no fluxo histórico de um processo amplo de modernização, Antonio Candido também compartilha com os autores do pensamento social brasileiro um “senso de contrastes” que problematiza a modernidade e a toma como a convivência do arcaico e do antigo, da tradição e da modernidade. No célebre prefácio escrito por Candido à obra “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, o autor observa que este estaria aprofundando um “modo de leitura” (ARANTES, PAULO, 1992) característico do pensamento latino-americano tal como se coloca:

no pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso de contrastes e mesmo dos contrários-apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições (CANDIDO, ANTONIO apud ARANTES, PAULO, 1992: p.22).

Este “senso de contrastes” caracteriza o que exploraremos no capítulo 4 como o “movimento dialético” tão característico do pensamento de Antonio Candido e que percorre suas reflexões tanto no campo da crítica literária quanto dos estudos sociológicos.

Entretanto, o diálogo com o pensamento social não é único elemento que enriquece o “senso de problemas” desenhado pelo autor em “Os Parceiros do Rio Bonito”: no período de elaboração da obra, a sociologia rural paulistana começa a tomar forma e, aos poucos, desloca os “estudos de comunidade” do lugar outrora central que ocupavam na produção sociológica da ambiência intelectual paulistana.

A análise das contradições do processo de modernização tal como vivenciados no mundo rural brasileiro é o grande destaque da produção paulistana, como gostaríamos de demonstrar no próximo capítulo.

Para apontar o progressivo deslocamento da centralidade dos “estudos de comunidade” na produção paulistana em favor de estudos que privilegiavam a análise das contradições da modernização brasileira, elegemos um objeto *sui generis*: a *Revista Sociologia*. A *Revista Sociologia* fora o primeiro veículo de publicação da produção das ciências sociais paulistanas e a análise de seus artigos permite vislumbrar a construção de um posicionamento crítico dos autores diante dos “estudos de comunidade” que tem como característica predominante a análise das contradições do processo de modernização brasileiro. É esse ponto de vista crítico que Antonio Candido compartilha com seus colegas da Universidade de São Paulo dedicados ao estudo do mundo rural, ponto de vista amplamente enriquecido, sugiro, pelo estabelecimento de outros tantos diálogos importantes do autor como demonstraremos ao longo deste trabalho.

Capítulo 2

Os primeiros anos da sociologia rural paulista

Tomo como objetivo, neste capítulo, apresentar parte do debate posto pela sociologia brasileira, de modo específico a paulista, nas décadas de 1940, 50 e 60 sobre o amplo tema “questão rural“. A obra de Antonio Candido “Os Parceiros do Rio Bonito“ insere-se nesta enorme produção, por isso é, sem sombra de dúvida, crucial investigar e sistematizar quais os principais debates acerca do mundo rural desenhado nessa ampla literatura.

Trato essencialmente de um tema que acredito ser o articulador de textos e autores- trata-se da preocupação com o atraso brasileiro e o lugar do mundo rural em um país submetido a uma onda de grandes transformações sociais, econômicas e culturais em meados do século XX. Tomar o mundo rural como o *locus* privilegiado do atraso brasileiro, sugiro, é o elemento característico da produção sociológica sobre o mundo rural nas décadas de 1940, 1950 e 1960 no Brasil.

Para olhar para tão ampla e importante literatura, é necessário um recorte metodológico que aponte autores, temas e posturas de forma sintética e que atenda a necessidade de uma visão panorâmica da qual é parte “Os Parceiros do Rio Bonito“. Assim, escolhi a Revista *Sociologia* como “ponto de vista” a partir do qual olharemos para essa literatura. A análise dos artigos referentes ao amplo tema “mundo rural” que compõem a revista em seus anos de publicação responde a dois objetivos: primeiro, compõe de forma clara a progressiva conformação do campo de estudos da sociologia rural paulistana em meados do século XX; como pano de fundo do processo de construção de “Os Parceiros do Rio Bonito”, a Revista *Sociologia* oferece um ponto de vista privilegiado do contexto científico de produção da obra que estudamos.

O segundo objetivo que a análise da revista cumpre é a demonstração do progressivo deslocamento da centralidade dos “estudos de comunidade”, na produção paulistana, em favor de estudos que privilegiavam a análise das contradições da modernização brasileira. É esse ponto de vista crítico que Antonio Candido compartilha com seus colegas da Universidade de São Paulo dedicados ao estudo do mundo rural, ponto de vista amplamente enriquecido, sugiro, pelo estabelecimento de

outros tantos diálogos importantes do autor como demonstraremos nos capítulos que compõem este trabalho.

A Revista *Sociologia* constitui-se no primeiro veículo de comunicação dos primeiros esforços sociológicos no Brasil; pela leitura de seus artigos é possível perceber a montagem dos problemas, os debates e as questões prementes nos anos de formação do pensamento sociológico no Brasil e, de forma particular, no contexto paulistano.

Nos anos 1930, diz-nos Antonio Candido (2006), deu-se o fato mais importante para a formação da Sociologia enquanto disciplina científica, a sua emergência no ensino; as reformas de Fernando de Azevedo no então Distrito Federal e em São Paulo (1927 e 1933, respectivamente) incluem a sociologia no currículo das Escolas Normais e cursos de aperfeiçoamento; a reforma federal de Francisco Campos (1931) a inclui como disciplina nos cursos complementares. Na Escola Livre de Sociologia e Política, na FFCL-USP bem como na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal, fundam-se em 1933, 1934 e 1935, respectivamente, os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais (CANDIDO, ANTONIO, 2006: p. 284).

Estes acontecimentos, argumenta Antonio Candido (2006), se ligam às condições políticas e sociais que sucederam à revolução de 1930, exprimindo uma curiosidade acentuada de conhecer o país e, em sentido amplo, a sociedade moderna e os seus problemas. A expressão “realidade brasileira” é típica do momento, tornando-se verdadeiro lugar-comum a que recorriam de forma indiscriminada todos aqueles que se debruçavam sobre a análise da cultura e sociedade brasileiras; a avalanche de transformações sociais solicitava a reflexão social e uma onda de estudos sociais é produzida no período nos diferentes campos da história, da economia, da política, da educação, concorrendo para criar uma atmosfera de receptividade e expectativa em torno da sociologia enquanto disciplina científica (CANDIDO, ANTONIO, 2006: p. 284).

“Sociologia” é concebida em 1939 e apresentava-se como a primeira revista científica brasileira cujo objetivo era a divulgação do conhecimento sociológico para os ensinos secundário e superior. Seus idealizadores, Romano Barreto e Emilio Willems, permanecem como diretores da revista até o ano de 1949 quando, por problemas financeiros, entregam a edição da revista para a Escola Livre de Sociologia

e Política de São Paulo (ELSP-SP). Nos anos 1940 e 1950, portanto, *Sociologia* constitui-se como a revista especializada sobre a produção sociológica brasileira.

A revista passa a ser editada pela ELSP e assim permanece até o ano de 1966 quando sua publicação é suspensa devido a, mais uma vez, sérios problemas financeiros. A revista, apesar de ter alcançado o meio intelectual latino e norte americano, não chegou a ser um sucesso editorial: o primeiro número teve uma tiragem de 1500 exemplares reduzida para 1000 exemplares no terceiro número e para 500 no ano de 1941.

É possível identificar, como sugere Limongi (1987), três fases ao longo dos anos de publicação da revista: a primeira, que se estende de 1939 a 1949, compreende o período de direção de seus idealizadores, Romano Roberto e Emilio Willems que, enfrentando sérias dificuldades financeiras, transmitem a edição da revista à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1949. Por quase dez anos (1949-1957), a revista é dirigida por Donald Pierson e Oracy Nogueira que transformam a revista no órgão oficial do pensamento da ELSP. A última fase, que se estende de 1958 a 1966, corresponde à permanência de Alfonso Trujillo Ferreira à frente da revista, período em que a publicação passa por sérios revezes que culminam com sua extinção.

Para tornar compreensível a conformação dos temas e problemas da sociologia rural do período, exploro, num primeiro momento, a literatura sociológica brasileira no período 1940-1960 de modo a oferecer um panorama a partir do qual podemos entender as contribuições da Revista *Sociologia* bem como captar alguns debates presentes em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Não tomo como objetivo, é certo, formular respostas ou diagnósticos sobre a sociologia rural do período: quero apenas mapear temas, debates e preocupações que deram forma à sociologia rural paulistana em seus primeiros anos de modo a demonstrar o profícuo diálogo, no que toca à questão rural, entre Antonio Candido e a produção sociológica de meados do século XX.

Após este breve histórico de como se pensou o mundo rural e quais as questões principais da sociologia rural que começa a tomar forma em meados do século XX, apresentamos, de forma mais detalhada, o modo como o mundo rural fora tratado, em suas mais diversas nuances, na Revista *Sociologia*, o segundo momento da reflexão presente neste capítulo.

1- A sociologia rural paulista em seus primeiros passos: um panorama

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), a sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida o exotismo do caipira, do sertanejo, dos homens do campo expresso na literatura de finais do século XIX e início do século XX. Pode-se tomar como antecedente ou como uma “pré-sociologia do campesinato” a importante obra de Euclides Cunha “Os Sertões” (1902) e toda gama de obras e autores que se alinham à literatura regionalista, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX¹¹. O importante a notar é que esses autores tomam o mundo rural e o homem do campo como elementos muito distantes da modernidade: o campo é tratado como realidade social e cultural oposta à cidade, um mundo dotado de uma lógica própria, um modo tradicional de vida que se opõe à onda de urbanização e modernidade que, então, tomava forma em alguns pontos do Brasil. Uma ideia que percorre tanto a obra de Euclides da Cunha quanto a literatura regionalista e se estende até os “estudos de comunidade” de Willems e Pierson (é certo que por outros caminhos) é a persistência do que Nísia Trindade (1999) chama de uma “matriz dualista de interpretação da sociedade brasileira” .

Não nos estenderemos neste capítulo sobre este tema (sobre pensamento social brasileiro e a construção de um “senso de contrastes” trataremos no capítulo 3), mas gostaria de indicar um traço comum a toda esta literatura que antecede o pensamento sociológico e que trata do mundo rural: o caráter de isolamento do rural - e do homem do campo- com relação à sociedade nacional. Como lembrado linhas acima, naquela literatura o mundo rural era tomado como dotado de uma lógica própria muito distante dos valores do moderno, do urbano e do civilizado que tomam a tomar fortes contornos especialmente no final do século XIX com o processo de formação do Estado Nacional Brasileiro.

¹¹ Esta leitura das primeiras reflexões sobre o mundo rural da intelectualidade brasileira é compartilhada por Antonio Candido em artigo de 1954 “L’etat actuel et les problèmes plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil ” .

O que gostaríamos de demonstrar, neste capítulo, é a paulatina diluição desta “matriz dualista” e também da percepção do isolamento como fator explicativo do atraso do campo na conformação do pensamento sociológico no contexto paulista. É certo que não se trata de uma ruptura- nem no pensamento sociológico que toma forma meados da década de 1940 em São Paulo a dualidade desaparece (lembremos da persistência da dualidade campo/cidade e tradição/moderno nas análises empreendidas no contexto dos “estudos de comunidade”) e tampouco no pensamento social brasileiro uma leitura que privilegiasse o movimento entre os pólos (moderno/tradição; urbano/rural) tenha deixado existido (remeto o leitor, mais uma vez, ao capítulo 3 desta tese). Contudo, é certo que a sociologia rural em seus primeiros passos traz este questionamento da matriz dualista de forma clara, tal qual Antonio Candido o faz em “Os Parceiros do Rio Bonito”, por meio da percepção das contradições do processo de modernização brasileiro. Como pretendo mostrar no capítulo 6, a dualidade da análise é diluída pelo “movimento dialético” que percebe o contraste entre centro e periferia, notado pela intelectualidade brasileira, como constitutivo da modernidade ocidental.

A produção de conhecimento sobre o mundo rural no interior da sociologia começa a tomar forma nos primeiros anos de formação da disciplina, meados da década de 1940. Neste contexto, o rural passa a ser abordado como com um dos principais componentes de um amplo processo de mudanças sociais- a modernização não era somente uma questão econômica, mas política, social e cultural. “Mudanças sociais” assume centralidade nesta ambiência- poderíamos dizer que os intelectuais, preocupados com o Brasil Moderno e com os destinos do capitalismo no país, pensam o Brasil em termos das possibilidades e das resistências às mudanças.

Como argumenta Patrícia Olsen de Souza (2009), as mudanças sociais podem ser tomadas como uma forma de abordagem do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil utilizada pelos diversos pensadores que participavam deste debate em meados do século XX.

Nas décadas de 1940 e 1950, à polarização geopolítica fomentada pela guerra fria, no plano global, correspondeu a polarização das forças políticas no interior do país; nacionalismo ou entreguismo, comunismo ou democracia- essas posições transbordaram os limites do debate político e adentraram a academia dando o tom do debate sociológico sobre o desenvolvimento capitalista no período.

De maneira geral, foi a díade nacionalismo-entreguismo que colocou os termos do debate sobre desenvolvimento econômico-social, de forma geral, e da agricultura, secundariamente, nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil. Tomava-se dois pressupostos para pensar sociedade, política e economia nesse período:

1) A estrutura fundiária (a presença massiva de latifúndios, de um lado, e minifúndios improdutivos, de outro, e a quase ausência de médias propriedades; a monocultura que redundava na escassez de alimentos; o emprego deficitário de tecnologia na lavoura) explica o atraso das forças produtivas. Assim, o desenvolvimento urbano, entendido nos moldes históricos do desenvolvimento capitalista clássico, era impedido pelo atraso secular da agricultura. Podemos propor que o *locus* do atraso no Brasil da primeira metade do século XX era, sob esse ponto de vista, o campo.

2) As relações de produção no campo brasileiro, tomadas como feudais pela dificuldade de expansão do trabalho assalariado, obstaculizavam a expansão do mercado consumidor de produtos industrializados. Pensava-se no fomento de uma classe média camponesa como saída ao dilema, uma espécie de proletariado rural que se conformaria em uma força produtiva eficiente e um mercado consumidor vigoroso, pressupostos da tese do desenvolvimento clássico do capitalismo.

A transformação do mundo rural era, portanto, tomada como condição do desenvolvimento capitalista no Brasil. Como argumenta Maria Yeda Linhares *et alii* (1981;1999), os entraves ao desenvolvimento capitalista no país eram localizados no setor da circulação, isto é, no tamanho diminuto do mercado interno consumidor. A ampliação do mercado interno teria como resultado a modernização das forças produtivas e das relações de produção (ampla utilização de técnicas e tecnologia no processo produtivo, expansão do trabalho assalariado e formação de um mercado consumidor vigoroso), condições da expansão do capitalismo no Brasil.

O interessante a notar é que a leitura essencialmente culturalista sobre o mundo rural, que tão bem caracterizou os primeiros esforços compreensivos sobre o mundo rural citados no início desta seção, fora progressivamente deixada de lado em prol de um debate que privilegiou a perspectiva econômica.

Afrânio Garcia (1999) localiza a obra de Caio Prado Jr (especialmente “Formação do Brasil Contemporâneo” de 1945) como ponto de inflexão na produção

sobre o lugar do mundo rural no processo de modernização do país¹². Em “Formação do Brasil Contemporâneo”, Caio Prado Jr substitui a análise da persistência dos padrões de sociabilidade privatistas como temas cruciais da compreensão da brasilidade (temas tão caros a Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda) pela análise da esfera econômica como elemento chave para compreensão do atraso brasileiro.

A perspectiva econômica se tornou dominante para a análise do mundo rural nos 1950 e 1960 e, nesta ambiência, as leituras marxistas tiveram muito destaque. Como Afrânio Garcia (1999) indica, a hegemonia do pensamento marxista durante estas décadas se vincula à construção da economia nacional como uma questão central dos debates intelectuais.

Neste debate, a tese sobre o *dualismo do desenvolvimento histórico brasileiro* conformou-se como uma das principais correntes de interpretação do período. De maneira geral, a tese dualista, que teve em Jaques Lambert e Roger Bastide seus grandes deflagradores, tomava as estruturas econômicas e sociais do país como composta de uma dualidade de origem: de um lado, um setor feudalista e atrasado que obstaculizava o pleno florescimento de um setor capitalista e moderno, de outro.

No âmago da tese dualista está a ideia de que a colonização, as raízes da formação social e econômica do país, gerou um setor produtivo pouco eficiente: o latifúndio de caráter feudal, a monocultura arcaica, as relações de trabalho extremamente hierarquizadas conformaram unidades de produção auto-suficientes e isoladas entre si. Os efeitos negativos dessa formação econômica e social são facilmente vislumbrados: a intensa dependência do homem livre com relação ao latifúndio o que redundava numa população rural empobrecida e subjugada ao poder político e econômico do grande proprietário de terras. Como emblema da tradição, o traço predominante da sociedade e economia dos primeiros séculos de Brasil seria a resistência á mudança. Significativo neste sentido é o título do Seminário Internacional que congrega artigos de Lambert, Bastide e tantos outros em 1959: “Resistências à Mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”.

¹² Jackson (2003) também estabelece esta relação entre Caio Prado Jr a o desenvolvimento dos estudos rurais na “escola paulista de sociologia” (JACKSON, LUIZ, 2003: p.124)

Quais os caminhos para a transformação social e econômica num quadro estático como o delineado acima? A resposta formulada por aqueles que esposavam a tese dualista era a seguinte: as estruturas arcaicas (aí compreendido o mundo rural em sentido amplo) só poderiam ser rompidas por “indução“, reformas impostas ou “mudanças provocadas” pelo setor moderno, urbano e industrial ao setor tradicional, rural e agrícola.

A explicação do atraso duradouro na estrutura social brasileira residiria na persistência do passado colonial como sobrevivência de formas sociais e econômicas ultrapassadas que obstaculizavam a ascensão do setor moderno, este um possível resultado do desenvolvimento da urbanização e industrialização no país. Caberia ao moderno, à agricultura e à indústria modernizadas driblar as resistências do setor arcaico, “o outro Brasil“, levando-lhe capital, tecnologia e, finalmente, progresso. Como atentamos acima, a “matriz dualista” da análise da realidade brasileira assim como o “isolamento” como característica preponderante do mundo rural persistem como traços marcantes desta primeira leva de trabalhos identificados com a formação do pensamento sociológico brasileiro.

Por outro lado, o atraso atribuído ao mundo rural não é mais atribuído a causas naturais ou raciais, mas sim a questões sociais que demandavam a intervenção do Estado em sua capacidade modernizadora. Como lembra Afrânio Garcia (1999), pensar o mundo rural neste contexto era discutir a formação do Estado brasileiro e a capacidade deste de influir no destino do país: a modificação da estrutura agrária aparece como condição para eliminar os obstáculos à industrialização e a toda modernização cultural e política a ela associada. Como atenta Afrânio Garcia (1999), neste período de nossa história intelectual, a imagem do Jeca Tatu como emblema do atraso do campo é eclipsada pela do camponês, do posseiro, do parceiro, isto é, do trabalhador rural. O debate sobre as transformações no mundo rural estava vinculado à percepção da formação da nação, do ponto de vista político e econômico.

Há, contudo, variações no tratamento e encaminhamento dessas ideias segundo o posicionamento político daqueles que tomam a tese dualista para pensar o Brasil: *marxistas tradicionais e nacional desenvolvimentistas* (LINHARES, MARIA YEDA *et alii*, 1981: p.44) cada um a seu modo, esposaram a tese dualista e deram encaminhamentos distintos a tal tese.

Os marxistas aceitavam a tese do desenvolvimento clássico do capitalismo: ao

setor moderno, que deveria ser composto pela “burguesia nacional” e não por empresas estrangeiras instaladas no país, caberia levar adiante a tarefa do desenvolvimento do país de modo a abarcar as classes médias urbanas e o proletariado. A expansão do setor moderno era obstaculizada pelo mercado consumidor diminuto resultado do estado de pauperização e extrema dependência do camponês livre com relação ao grande proprietário de terras dadas as relações de trabalho arcaicas que historicamente caracterizavam o campo. A “modernização” desta camada de camponeses pobres via, especialmente, a reforma agrária era condição *sine qua non* da transformação do país.

O nacional-desenvolvimentista teve no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) seu grande representante. Como desejo comum a todas as classes, a ânsia pelo desenvolvimento econômico e social do país unia numa visão “ecumênica”, do ponto de vista dos teóricos do nacional-desenvolvimentismo, todas as classes sociais, um ponto de vista que anulava contraposição clássica da análise marxista entre burguesia e proletariado. Somada a esta proposta harmônica de união de todas as classes em prol do desenvolvimento econômico e social do país, há, é claro, um ímpeto nacionalista: esta abordagem tinha como proposta básica o esforço pelo desenvolvimento, autônomo e endógeno, sob a direção dos “empreendedores nacionais” dentro do sistema de iniciativa privada e tendo no Estado a instância de planejamento, coordenação e suplementação (LINHARES, MARIA YEDA *et alli*, 1981: p.46). O novo modelo sugeria uma ampla mudança no mundo rural pois implicava a extinção da chamada “ideologia imobilista” dada pelas relações sociais feudais que caracterizavam a estrutura social do país.

Uma outra leitura, crítica à tese dualista, também toma forma no mesmo período. As leituras críticas, de maneira geral, se referem às afirmações que tomavam a agricultura brasileira como ineficiente no contexto do processo de desenvolvimento nacional.

Caio Prado Jr formula as primeiras críticas às interpretações que viam no feudalismo o modo de produção dominante na agricultura brasileira; para Caio Prado Jr., a grande lavoura exportadora tinha como razão de ser a exportação de bens agrícolas e matérias-primas coloniais para os centros europeus; tal razão última se constituía como grande obstáculo à industrialização do país e a todo o processo de desenvolvimento econômico, social e político a ela relacionado: a organização produtiva e os circuitos comerciais foram estruturados de modo que à formação social

brasileira caberia sempre um papel subordinado na divisão internacional do trabalho. Nas palavras de Caio Prado Jr, a emancipação do Brasil contemporâneo encontrava o seu limite na herança colonial. A superação desse limite supunha processos de tal magnitude que somente poderiam ser engendrados por uma revolução nacional que teria na questão agrária um dos eixos centrais (GARCIA, AFRÂNIO, 1999). O conceito “sentido da colônia”, cunhado por Caio Prado Jr, demonstra exatamente a persistência da relação subordinada do país no capitalismo mundial, subordinação esta que se estende por quatro séculos e que se caracteriza como o elemento do atraso brasileiro no século XX.

A crítica à persistência do feudalismo como herança colonial fora também realizada pelo o que se cunhou de *desenvolvimentismo* que tinha em Delfim Netto, Afonso Celso Pastore, Pereira de Carvalho e Ruy Miller Paiva seus grandes nomes. Tal qual Caio Prado Jr (mas com propostas políticas bem distantes: Caio Prado Jr reivindica uma revolução nacional e os autores citados tomam o Estado e a burguesia nacional como protagonistas da autonomia econômica do país), aqueles autores opunham-se à ideia da existência de uma dualidade irreconciliável entre setor arcaico (modo de produção feudal ou “restos feudais”) e setor moderno (modo de produção capitalista) no Brasil. Sistemas diferentes convivem nos quadros da empresa capitalista rural, em um país dependente, como relações perfeitamente coerentes com a racionalidade e a eficiência do modo de produção capitalista. Desse modo, o suposto atraso do setor agrícola era a garantia da riqueza e da prosperidade do setor urbano; não havia, portanto, uma relação de soma zero entre rural/urbano, mas sim uma relação cujos resultados beneficiavam de forma inegável a perpetuação da relação de dependência entre centro e periferia e o fortalecimento do desenvolvimento desigual do capitalismo.

Na ambiência intelectual descrita, o Estado tem papel fundamental na articulação para a solução do atraso: não se trata apenas do processo de formação do Estado Nacional brasileiro, mas também da capacidade do mesmo de transformar a cultura de atraso atribuída ao mundo rural. A reforma agrária surge, assim, como tema candente do debate: a reforma agrária era tomada como instrumento *per se* de promoção da integração do mundo rural ao mercado e à sociedade nacional.

É no final da década de 1950 e meados da década de 1960 que os debates sobre

reforma agrária se aquecem¹³. Como assinalado parágrafos acima, era a reforma agrária o instrumento político privilegiado para a superação do passado colonial; ela era também via de acesso a um mercado consumidor robusto pela ampliação do acesso a terras: a multiplicação das pequenas e médias propriedades era entendida como garantia tanto da ampliação da produção de matérias-primas quanto do mercado consumidor de produtos industrializados. Do ponto de vista dos marxistas tradicionais e do nacional-desenvolvimentismo, a reforma agrária promoveria a ruptura do antigo pacto político e a construção de uma ordem capitalista *tout a court* pela promoção de uma transformação radical das relações de produção.

O debate acerca do mundo rural que toma forma a partir da década de 1930 na reflexão sociológica brasileira teve na Revista *Sociologia* um importante veículo- a revista espelha de forma clara e original os termos daquele debate apontando questões, autores e trabalhos importantes na constituição do rural como um campo de estudos na sociologia então em seus primeiros esforços analíticos no Brasil e, de forma particular, em São Paulo. Se acompanharmos o período de publicação da revista, perceberemos os argumentos, os temas e os embates teóricos e políticos que apontam o importante papel da revista como via de comunicação dos problemas e discussões concernentes ao tema “mundo rural” naquele período. Veremos, especialmente, a conformação de um campo de estudos, no âmbito da sociologia, acerca do mundo rural que se contrapõe à proposta teórico-metodológica dos “estudos de comunidade”.

2- O mundo rural na Revista *Sociologia*

Tomamos o período completo de publicação da revista (1939-1966) para a realização desta análise. Como ponto de partida deste trabalho, foi concebido e construído um amplo banco de dados por uma equipe da FESP-SP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo), sob coordenação dos professores Rodrigo Estramano e Carla Diéguez, no qual constava informações sobre cada texto

¹³ Neste período também (para ser exata em 1955), tem-se as primeiras notícias de um movimento político-social de vulto dos trabalhadores rurais cujo grande objetivo era a reforma agrária- referimo-nos às Ligas Camponesas.

publicado na revista ao longo de todo período de publicação da mesma. Esse banco de dados foi gentilmente disponibilizado a mim sob o formato PDF¹⁴. Tendo em mãos esse banco de dados, tomei como primeiro passo da pesquisa uma busca pelas palavras-chave (seus respectivos plurais e flexões de gênero) relacionadas ao mundo rural: rural, ruralidade, agrário, agricultura, terra, campo, camponês, campesinato, campônio, sitiante, sítio, fazenda, caipira, rústico¹⁵. A escolha e listagem das palavras-chave foi o critério mais conveniente a ser adotado diante do grande número de artigos a serem pesquisados naquele amplo banco de dados. Após a listagem de todos os escritos relacionados a cada tema, esses foram lidos, identificados e classificados segundo palavras-chave.

A **tabela 1** apresenta a distribuição de escritos segundo palavras-chaves e década de publicação.

¹⁴ Agradeço enormemente aos Professores Rodrigo Estramanho e Carla Diéguez, ambos ligados a FESP-SP, a gentileza da disponibilização do banco de dados, no ano de 2009-2010, sem o qual esta pesquisa teria sido muito mais difícil e longa. Atualmente, toda a produção da Revista Sociologia pode ser consultada *on line* no site da FESP-SP.

¹⁵ Ocorrências repetidas de palavras-chave no título de um mesmo artigo não foram consideradas. Devido ao grande número de trabalhos publicados em inglês, as palavras equivalentes em inglês foram consideradas para cada palavra-chave em português.

1- Distribuição das publicações segundo palavras-chaves e décadas de publicação na revista.

Palavras-chave	1940 (1939 inclusive)	1950	1960	Total
Agrário (a, os, as)	0	1	9	10
Agricultura (s)	4	1	4	9
Camponês(a,es,as), campônio(s),campesinato (s), campo (s), sitiante (s), caipira (s)	3	2	1	6
Rústico (a,os,as)	0	0	1	1
Rural (is), ruralidade(s)	18	14	32	64
Terra (s)	2	0	2	4
Total	27	18	49	94

Trata-se de um total expressivo de ocorrências para ser tratado em único capítulo (quero dizer: trata-se de um material muito rico que, sem sombra de dúvida, mereceria um tratamento exclusivo em um trabalho mais longo), então proponho um recorte nesse amplo universo de pesquisa. A revista *Sociologia* é dividida em duas grandes seções: a primeira é composta por artigos científicos que tratam de forma pormenorizada um determinado assunto; a segunda seção é composta pela seção “Fatos e Livros” que expõe resenhas críticas, notícias sobre congressos, comunicados sobre pesquisas em andamento, críticas sobre a revista, cartas de leitores. Como recorte desta análise, tomo apenas os artigos científicos (publicados na primeira seção da revista) para delinear o debate no período sobre o mundo rural tal como é exposto na revista. A **tabela 2** apresenta a distribuição das publicações segundo tipo e décadas de publicação.

2- Distribuição das publicações segundo tipo e décadas de publicação na revista.

Tipo de Publicação	1940 (1939 inclusive)	1950	1960	Total
Artigos Científicos	8	5	20	33
Publicações da seção “Fatos e livros”	19	13	29	61
Total	27	18	49	94

Neste capítulo, abordarei *apenas* os artigos científicos por duas razões: primeiro, o número muito alto de comunicações que tornaria inviável tratá-los neste capítulo que tem apenas como objetivo traçar as linhas gerais do debate sobre o mundo rural no período tal qual apresentado na revista; além disso, os artigos científicos trazem de forma muito mais rica do que a seção “Fatos e Livros” os debates do período pela proposta de tratamento profundo de temáticas eleitas para a discussão em cada trabalho. Eventualmente, utilizarei dados da segunda seção da revista para compor o cenário do debate sobre os temas rurais no período.

Assim, temos **33** artigos publicados sobre o tema sociologia rural ao longo de 27 anos de existência da revista. Há, como percebemos na **tabela 2**, a concentração de artigos publicados sobre tema nos anos 60. Na **tabela 3**, é apresentada a distribuição de artigos segundo palavras-chave e década de publicação.

Tabela 3: Distribuição de artigos científicos segundo palavra-chave e década de publicação.

Palavra-chave	1940 <i>(1939 inclusive)</i>	1950	1960	Total
Agrário (a,os, as)	0	0	5	5
Agricultura	1	0	4	5
Camponês(a,es,as), campônio(s),campesinato (s), campo (s), sitiante (s), caipira (s)	1	2	0	3
Rústico (a,os,as)	0	0	0	0
Rural (is), ruralidade(s)	6	3	11	20
Terra (s)	0	0	0	0
Total	8	5	20	33

Olhemos para a década de 1940. Nesta década, são publicados 8 artigos científicos acerca do tema mundo rural. Pela leitura dos artigos, é possível perceber uma grande diversidade de autores: nenhum autor publica mais de um artigo nesta década. Pela quantidade expressiva de trabalhos e a impossibilidade de tratar cada um de forma cuidadosa neste capítulo, elegi alguns trabalhos para cada década que expressam, de algum modo, o embate entre “estudos de comunidade” e as reflexões sobre mundo rural que tem como tração essencial a percepção do caráter contraditório da realidade brasileira. Para a década de 1940, escolhi textos de dois autores muito importantes no período: Emilio Willems e Luiz de Aguiar Costa Pinto.

Emilio Willems foi diretor da revista entre 1939 e 1948 e, segundo trabalho cuidadoso de Limongi (1987), é autor de inúmeros trabalhos nos primeiros dez anos de existência da revista; Luiz A. Costa Pinto, por seu turno, é reconhecidamente um nome de grande expressão nessa primeira geração brasileira de sociólogos (MAIO,

MARCOS;VILLAS BOAS, GLAUCIA: 1999)¹⁶. Além disso, ao longo do trabalho de pesquisa e leitura de todo período de publicação da revista no que toca o tema da sociologia rural, foi possível notar que esses dois textos são reconhecidamente adotados e citados por outros autores o que expressa a importância de ambos para o debate do período. Somadas a estas razões, temos nestes textos de Willems e Costa Pinto uma clara ilustração do debate entre dualistas e seus críticos no período.

Willems em “A solução do problema rural brasileiro como mudança cultural provocada”, de 1943, traz de forma clara a tese dualista como a temos tratado nas últimas páginas: munido do instrumental teórico dos “estudos de comunidade“, o autor traça as estratégias a serem adotadas para “urbanizar” o caipira com o objetivo de criar uma ambiência cultural que promova a mudança rumo um país urbano e industrializado. Sob esse ponto de vista, o mundo rural e o homem do campo são tomados como persistências do atraso, como resquícios de um tempo pretérito marcado por valores muito distantes da modernidade simbolizada pela cidade.

Como é possível perceber, a análise de Willems localiza o atraso no campo que é tomado de forma apartada do urbano: a ideia de isolamento, que sempre esteve presente nas análises do homem do campo na literatura brasileira (como demonstra Nísia Trindade (1999) na análise que faz sobre o lugar do sertão no imaginário da intelectualidade brasileira em meados do século XIX e no século XX), é fator explicativo na reflexão sociológica então em formação; neste sentido, os remédios apontados pelo autor têm como essência a ruptura do isolamento e a conexão com o mundo urbano e moderno.

De um ponto de vista muito distante, Luiz de Aguiar Costa Pinto em “A

¹⁶ Luiz de Aguiar Costa Pinto (1920-2002) tivera grande importância no ensino e pesquisa no âmbito do curso de ciências sociais da (antiga) Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; em 1942, tornou-se assistente de Jacques Lambert na Cadeira de Sociologia daquela faculdade e em 1946 tornou-se professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da mesma Universidade do Brasil. Em 1957, quando foi criado o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), tornou-se seu primeiro diretor; nos anos 60 transferiu-se para os EUA, passando pela Universidade da Carolina do Norte e posteriormente pela Universidade de Berkeley, terminando por fixar-se na Universidade de Waterloo, no Canadá (BARIANI JR, EDISON, 2003).

estrutura da sociedade rural brasileira”, de 1948, toma a teoria marxiana das classes sociais para deslindar a sociedade rural brasileira. Costa Pinto nos lembra da importância de tratar tal tema: a população rural compõe grande parte da população brasileira na década de 40; mais de 70% da população economicamente ativa do país exerce atividades econômicas ligadas diretamente ao meio rural, portanto, longe de uma sociedade urbanizada, a sociedade brasileira daquele período era essencialmente rural. E como era composta a estrutura da sociedade rural brasileira?

A pirâmide social brasileira, diz-nos Costa Pinto (1948), é composta fundamentalmente de quatro classes sociais: na classe I estão incluídos os “empregadores“, grandes proprietários de terra e arrendatários capitalistas, que compõem 2,67% da população brasileira; às classes II e III composta de lavradores, pequenos proprietários de terras e parceiros (35,01%) somados os membros das respectivas famílias (28,19%) correspondem 63,20% da população total; à classe IV corresponde os assalariados agrícolas que não possuem propriedade de terra que compõem 33,47% da população brasileira.

O interessante a notar no argumento de Costa Pinto (1948) e que nos leva ao debate do período é que

a multiplicação da classe de proprietários de minifúndios, dentro da estrutura da sociedade brasileira como um todo, só pode ser interpretada como indício de proletarização das grandes massas - já que os proprietários dessas glebas ínfimas não raro se engajam como assalariados em certas épocas do ano agrícola - e não, como já se fez a ironia de interpretar, como uma prova da formação de uma sólida classe de prósperos pequenos camponeses (p.172).

Lembremo-nos da solução proposta por aqueles que esposavam a tese da dualidade da formação social do Brasil, qual seja a reforma agrária como instrumento da criação de um camada rural média, mercado consumidor vigoroso e força produtiva eficiente, símbolo da superação do feudalismo rumo ao capitalismo. Costa Pinto (1948) mostra-nos que há um encontro das duas formas de organização social e econômica em que “o feudalismo se aburguesa e a burguesia toma ares feudais” (p.171), numa acepção que se aproxima muito das formulações críticas à tese dualista de meados da década de 1950 levados a cabo principalmente por Caio Prado Jr

distanciando-se muito das propostas esposadas por Willems, no texto acima abordado, que apostam na dualidade dos dois setores sociais e econômicos do país, o primário e o secundário, como forma de explicação do atraso brasileiro.

Antes de avançarmos na análise da produção da revista, ao longo de suas décadas de publicação, sobre o tem “mundo rural”, é produtivo trazer à luz um debate que se desenrolou no ano de 1947 nas páginas da revista que tinha como contentores Luiz Aguiar da Costa Pinto, Emilio Willems e Florestan Fernandes acerca do lugar da sociologia em um período de grandes mudanças sociais como a que o Brasil vivia em finais da década de 1940.

A leitura de cada autor toma ares de embate nas páginas da Revista *Sociologia* no ano de 1947; Costa Pinto em “Sociologia e Mudança social” toma a mudança social como o foco das preocupações da sociologia bem como defende o engajamento do sociólogo de forma crítica neste processo. Para tanto, o autor realiza uma distinção entre “sociologia engajada”, de inspiração marxista, e “sociologia acadêmica” abrangendo desde os “estudos de comunidade” até os exercícios metodológicos “conciliadores” dentre as quais Mannheim aparece como exemplo.

Contudo, ao não pontuar de forma clara o que tomava por “sociologia acadêmica”, Costa Pinto abre o flanco para a contenda. Emilio Willems (1947) em “Sociologia acadêmica e sociologia socialista” apresenta a situação da Europa onde os professores marxistas, tal qual Costa Pinto, traziam à academia o socialismo, tomando tal posicionamento político e acadêmico como ponto de partida da análise da realidade. Diz-nos Willems (1947) que

nem sempre é possível definir a situação em termos de ‘pensamento acadêmico de um lado e o socialismo de outro’, pois a própria esfera acadêmica está sendo penetrada, mormente no caos post-capitalista da Europa atual, pelo socialismo (p. 348).

Tal como Willems, Florestan Fernandes no artigo “O problema do método na investigação sociológica” (1947) responde a Costa Pinto apontado o caráter vago da nomenclatura “sociologia acadêmica” bem como defendo as vertentes sociológicas que Costa Pinto considera “conciliadoras”; Fernandes aponta a riqueza teórica e metodológica das propostas de uma sociologia guiada pela síntese das múltiplas perspectivas sociológicas, o ecletismo teórico-metodológico que Antonio Candido

aliás mobiliza na análise do modo de vida caipira no processo de mudança social em “Os Parceiros do Rio Bonito”.

O condicionamento ideológico da escolha do método de investigação parece desempenhar, portanto, uma função definida na sociologia. Estimula o sujeito a estudar os aspectos da realidade social com que está mais familiarizado ou pelos quais sente maiores afinidades, aumentando desse modo a penetração dos conhecimentos obtidos. Além disso, atenua os choques frontais das diversas orientações teóricas, localizando-as em planos em que as diferenças de propósitos se tornam facilmente visíveis. Assim, as tarefas de seleção do conteúdo positivo das várias teorias sociológicas e a integração do mesmo no corpus teórico da sociologia são singularmente facilitadas. Uma análise crítica bem orientada revela, sem grandes dificuldades, o caráter complementar das diferentes teorias (FERNANDES, FLORESTAN, 1947: p.343).

Para ter claro o posicionamento de Florestan Fernandes e Costa Pinto no debate sobre “mudanças sociais”, olhemos um pouco para a obra destes dois autores nos decênios em tela.

Como atenta Patricia Olsen Souza (2009), Costa Pinto apresenta na obra “Lutas de Famílias no Brasil” de 1943 uma análise sociológica que tem como tração essencial a mudança social: nesta obra, o autor aponta como a vingança privada paulatinamente dá lugar à autoridade pública no processo de modernização brasileiro. O sociólogo analisa as complexas relações entre as esferas públicas e privadas no Brasil não do ponto de vista da suplantação histórica de uma pela outra, mas do ponto de vista do entrelaçamento das duas ordens em conflitos dinâmicos (SOUZA, PATRICIA, 2009: p.05). É um olhar que privilegia a análise da sociedade em seu processo de mudanças a tração essencial das reflexões de Costa Pinto sobre as relações entre esfera pública e privada no Brasil de meados do século XX.

Como atenta Patricia Olsen Souza (2009), a análise que Costa Pinto formula em “Lutas de Família no Brasil” informa as origens do conceito, posteriormente

formulado pelo autor, de “marginalidade estrutural”¹⁷ Tal conceito indica as ambivalência entre a ordem tradicional e moderna como característica fundamental das transformações da sociedade brasileira. Como atenta a pesquisadora, “nesse arranjo conceitual a ordem moderna não é vista como superior à tradicional, uma vez que ela mesma encontra-se em profunda crise” (SOUZA, PATRICIA, 2009: p.10).

Florestan Fernandes, nos anos 1940, pensava de um outro ponto de vista; mais uma vez acompanhando o raciocínio de Patricia Olsen Souza (2009), temos que sociólogo paulista não utiliza o conceito de mudança social como operativo de sua análise sociológica. No artigo “A concepção de ciência política de Karl Mannheim”¹⁸, Florestan apresenta sua concepção sobre mudança social por meio de um estudo sobre as articulações entre teoria e prática na obra “Ideologia e Utopia” de Karl Mannheim.

Diz-nos Florestan que o conhecimento político abre a possibilidade de elevar as transformações sociais à consciência dos homens; tal possibilidade deve-se ao emprego do “método ideológico” utilizado por Mannheim o qual evidencia as relações entre as ideias e seu lastro coletivo. Do ponto de vista de Florestan, o emprego do método ideológico na análise das ideias e seus fundamentos coletivos permite a percepção de que grupos em oposição na estrutura social elaboram uma “síntese dialética” das ideias presentes em seu contexto político e social.

Estas sínteses são representações parciais, pois “selecionam os aspectos da realidade social que devem ser conservados a todo custo ou que devem ser transformados” (FLORESTAN, FERNANDES *apud* SOUZA, PATRICIA, 2009: p.08).

Ao demonstrar as imbricações entre teoria e prática como condição do conhecimento nas ciências sociais, a sociologia de Mannheim abria “pela primeira vez na história das ciências sociais, uma oportunidade original: a de o homem conduzir em direção adequada seus desejos de modificação racional da sociedade” (FLORESTAN, FERNANDES *apud* SOUZA, PATRICIA, 2009: p.09). A sociologia

¹⁷ Patricia Olsen Souza (2009) localiza a formulação deste conceito na obra “Recôncavo: laboratório de uma experiência humana” publicada em 1958.

¹⁸ Trabalho apresentado à Cadeira de Antropologia, sob direção de Emilio Willems, do Departamento de Estudos pós-graduados da Escola Livre de Sociologia e Política em 1946.

assume então um papel específico no processo de mudança social: o de compreensão dos conflitos sociais tal como expressos na teoria e na prática dos homens de modo a dar visibilidade e força às possibilidades de mudanças sociais.

Embora o artigo de Willems restrinja-se ao debate acerca do status da sociologia acadêmica e das relações entre prática política e ideias sociológicas, o embate entre as distintas concepções de mudanças sociais abraçadas por Costa Pinto e Florestan Fernandes apontam a crítica à posição dualista dos estudos de comunidade, ainda que de perspectivas bem diferentes. Costa Pinto trabalha um conceito preciso – “marginalidade estrutural”- referente à coexistência ambígua de duas ordens sociais que se influenciam dinamicamente, sem que nenhuma tenha força para se sobrepor à outra.

Já Florestan compreende a mudança social como um processo de desenvolvimento e afirmação do capitalismo no Brasil permeado pela manutenção de resquícios da ordem tradicional. Esses resquícios do passado constituem-se como entraves à plena implantação da nova ordem social, numa clara aproximação do debate que explanamos na primeira seção deste capítulo. As mudanças sociais trariam em seu bojo promessas de realização, no Brasil, dos progressos alcançados pela civilização ocidental, mas não sem tensões.

É possível perceber, portanto, a construção de uma leitura sobre o processo de mudança social brasileiro em meados do século XX como um processo premido de contradições, numa leitura crítica ao dualismo do sobrepujamento de uma ordem tradicional pela moderna tão ao gosto dos “estudos de comunidade”. Seja pela ótica da síntese dialética entre lógicas distintas ou da persistência de resquícios tradicionais que funcionam como entraves ao processo de modernização, a percepção das contradições do processo está posta.

Na década de 1950, apenas cinco artigos sobre o tema são publicados; nenhum autor publica mais de um artigo sobre o tema nesta década. Uma hipótese que explica a pequena quantidade de artigos publicados sobre o tema na década é a mudança na linha de publicação da revista: de “Revista Didática e Científica”, a revista *Sociologia* toma como novo sub-título, “Revista dedicada à teoria e pesquisa em Ciências Sociais“, mudança que espelha alterações na linha editorial da revista. Deixando de lado o didático em prol da ciência, a revista, sob os cuidados de Pierson, é reflexo da mudança a que a sociologia brasileira estava submetida nos últimos anos: a “missão

didática” dá lugar à divulgação e debate de estudos sobre a realidade brasileira e o crescimento da publicação de resultados de pesquisas é evidente. É nesse período que os “estudos de comunidade”, dirigidos especialmente por Pierson, tomam grande espaço na publicação. Assim, é possível que os “estudos de comunidade” produzidos ou orientados por Pierson tenham sido privilegiados na revista que assume, nesse período, o status de órgão oficial da ELSP¹⁹.

É preciso salientar que é neste período que as distinções entre “sociologia rural” e “estudos de comunidade” começam a ser fortemente desenhadas pelo acirrado debate entre a ELSP de Pierson e a FFCL de Florestan Fernandes e um campo de estudos sobre o mundo rural começa a tomar forma na FFCL-USP nesse embate. Se na década de 1940 não era possível delimitar uma fronteira rígida entre a produção da USP e da ELSP, como argumenta Limongi (1987), na década de 1950 as discordâncias entre as duas instituições tornam-se claras.

A crítica de Fernandes às pesquisas conduzidas e orientadas por Pierson, por exemplo, está essencialmente calçada na crítica à tese dualista: o rural e o urbano não devem ser tomados como uma soma zero sob pena de perder-se o movimento que integra rural e urbano numa mesma lógica, qual seja a gradual consolidação do modo capitalista de produção no Brasil da década de 1950. Em texto publicado em uma coletânea em 1976²⁰, Florestan Fernandes atenta para a tendência de “abstrair os fatores rurais ou urbanos” tal como se cada um deles fosse causa explicativa única do que se passa em cada um destes setores; o autor aponta a ineficiência deste aporte

¹⁹ Limongi (1987) atenta para o caráter de “veículo oficial do pensamento da ELSP” que a revista “Sociologia” assume nos períodos em que foi dirigida por Emílio Willems (1939-49) e Donald Pierson (1949-1957); nesses períodos, são de autoria dos dois autores a maioria das publicações da revista (a presença de Pierson se faz de forma mais intensa). Os “estudos de comunidade” tomam grande número das páginas da revista durante a permanência de ambos na direção da revista. Jackson (2003) corrobora esta leitura (JACKSON, LUIZ, 2003: p.58-59)

²⁰ Embora seja um artigo publicado em período posterior ao analisado neste espaço, tal texto, publicado em uma coletânea de trabalhos que recuperam décadas da produção sociológica sobre a relação entre mundo rural e mudança social, traz de forma clara as críticas de Florestan aos “estudos de comunidade”.

teórico ao apontar que “rural” e “urbano” nada explicam se isolados de processos sociais mais amplos, tal como o lugar que a economia brasileira ocupa no capitalismo mundial.

Tomando como pedra de toque de sua reflexão o conceito de “dependência dentro da dependência”, Florestan demonstra o caráter subjugado da economia agrária brasileira diante de outros setores econômicos (o comércio, a indústria, as finanças e os serviços) que “redefiniu “para dentro” o mesmo tipo de vinculação que ela experimentara “para fora””, isto é, a economia agrária é convertida em um meio de captação de excedentes econômicos direcionados às cidades em um movimento que reproduz o caráter dependente da economia brasileira diante da economia mundial. Rural e urbano, portanto, não podem ser tomados como entidades independentes ou fatores explicados isolados: tais setores estão completamente interligados no contexto do capitalismo global. Atrás e moderno, neste sentido, são facetas da manutenção do capitalismo dependente que caracteriza a economia brasileira.

Nos poucos textos publicados sobre o mundo rural na década de 1950, há dois que trazem de forma inequívoca a crítica à tese dualista e, ainda que de forma velada, a crítica aos “estudos de comunidade”- são os textos de Kalervo Oberg e o de Antonio Candido. Ambos os textos tratam de um personagem quase esquecido do mundo rural brasileiro, o pequeno agricultor. O texto de Oberg (professor de antropologia formalmente ligado à ELSP²¹) demonstra muito bem o caminhar da crítica à tese dualista: “O campônio marginal no Brasil rural”, de 1957, leva à frente a tese de Costa Pinto, há pouco explicitada, segundo a qual o sistema produtivo do Brasil dos primeiros séculos impediu o pleno desenvolvimento de “um tipo europeu de agricultura campesina” (p.130).

O que o autor chama de campônio marginal são os camponeses que vivem e cultivam pequenas áreas de terra na propriedade de terceiros e que, por esta razão, estão subjugados a sistema de obediência, regras e favores: trata-se do pequeno

²¹ Kalervo Oberg (1901-1973) nasceu no Canadá e fez seus estudos graduandos na University of British Columbia, seus estudos pós-graduandos na University of Pittsburg (mestrado) e na University of Chicago (doutorado); Oberg lecionou em algumas universidades dos EUA e em 1944 tornou-se cidadão americano. Nos anos 1950, por um breve período, Oberg lecionou na ELSP.

produtor de subsistência, o roceiro; o lavrador instável que tem métodos de manejo da terra predatórios; o agregado; o meeiro, enfim, todos aqueles tipos rurais que praticam um tipo de agricultura que os condenam a uma economia de excedente e a uma vida de miséria:

Mas seu gado, e sua dependência do mercado, embora limitada, lançam-no à margem da economia nacional. Ele é o zero econômico do Brasil, porque compra e vende pouco. Embora depositário de uma rica música folclórica e tradições populares, é também depositário da ignorância, da pobreza e da doença. No Brasil como em qualquer outra parte da América Latina, é o grande símbolo do subdesenvolvimento (OBERG, KALERVO, 1957, p.119).

Para caracterizar melhor o campônio marginal, Oberg não lança mão da literatura sociológica a que tinha acesso (os “estudos de comunidade”, por exemplo), mas sim expoentes do pensamento social brasileiro: Caio Prado Jr, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre. A origem deste tipo social é remetida, pelo autor, ao período colonial, isto é, o autor recupera o processo histórico de formação de um campesinato miserável em sua análise: composta de ex-escravos que se tornaram os produtores marginais dos centros urbanos, das minas ou que terminaram sendo posseiros em propriedades de terceiro, a agricultura praticada por estes homens à margem da sociedade nacional tem uma relação predatória com a natureza e garante apenas um pequeno excedente para troca no mercado.

A pergunta que o autor se faz e que nos leva ao cerne do debate com as teses dualistas é como se explica a grande massa de lavradores que são “como peso morto na economia nacional”? (OBERG, KALERVO, 1957: p.124).

Como fator explicativo, o autor aponta a importância que os colonizadores portugueses deram à agricultura de plantação e às grandes atividades de criação de gado; tais elementos impediram o desenvolvimento de uma tradição campesina à moda europeia de modo a influenciar as atividades agrícolas do Brasil. Neste sentido, a causa da miséria no campo não está nele mesmo, mas no processo de formação da agricultura nacional. Embora a análise se limite a caracteres culturais determinantes na formação do campesinato brasileiro, é possível perceber que o autor articula sua análise a cenários mais amplos, como o sentido da colonização do país.

É para a miséria do campesinato que Antonio Candido também olha nas páginas de “A vida familiar do caipira” de 1954; primeiro produto publicado de sua tese de doutoramento em sociologia “Os Parceiros do Rio Bonito”, Antonio Candido descortina neste estudo o modo de vida do homem pobre do campo, personagem invisível política e socialmente no Brasil em processo agudo de mudança social e econômica em meados da década de 1950. O artigo explora todos os elementos relacionados à constituição da família caipira: a escolha do cônjuge, a corte e o casamento, a vida conjugal e o papel dos sexos, nascimento e a escolha do nome atribuído ao nascituro, o batizado e o processo de escolha e estabelecimento do compadrio, a relação entre pais e filhos, o processo educacional dos menores, a instabilidade da estrutura familiar caipira. Trata-se, essencialmente, de uma análise minuciosa de elementos culturais de um grupo social condenado à miséria e anomia; neste sentido, as reflexões de Antonio Candido refletem movimentos mais amplos do contexto intelectual no qual estava inserido, como o próprio autor reconhece em entrevista:

A importância da Sociologia e Política e da Faculdade [FFCL-USP] foi deslocar a sociologia brasileira das classes dominantes para as classes dominadas. Os grandes nomes da sociologia brasileira eram Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, que estudavam as classes dominantes, na perspectiva da história. A realidade imediata do Brasil contemporâneo foi estudada pela Escola de Sociologia e pela Faculdade em suas camadas humildes. Samuel Lowrie fez a pesquisa sobre o lixeiro; Gioconda Mussolini estudou os caiçaras; eu estudei o parceiro rural; Egon Schaden, o índio destribalizado; Florestan, o negro. Por assim dizer, nós radicalizamos a sociologia brasileira (JACKSON, LUIZ, 2003: p. 26).

A descrição da miséria do homem do campo é o ponto de partida para as propostas de reforma agrária (que o autor trata no capítulo final de “Os Parceiros do Rio Bonito”) tão discutidas na década de 1950 e 1960: o Brasil só se faria moderno se o mundo rural fosse retirado da situação de miséria e atraso a que estava condenado há séculos.

É na década de 1960 que se concentra o maior número de artigos sobre o mundo rural, como também atenta Limongi (1987) que toma o tema como o grande

destaque da última década de existência da revista. O tema toma progressivamente amplo espaço na revista de modo que há um número da revista inteiramente dedicado aos estudos rurais: o volume 24 do mês de dezembro de 1962. Neste volume são publicados 05 artigos de autoria de: Manuel Diegues Junior, José Pastore, Archibald C. Haller, Ivan T. Cajueiro e J. V. Freitas Marcondes.

É possível sugerir que “Brasil Moderno”, àquela época, não poderia ser pensado a parte do atraso a que estava condenado o mundo rural. Um Brasil moderno não se construiria sobre a miséria e o atraso de milhões de pequenos agricultores- esse é, de forma geral, o ponto de partida de todos os artigos que tratam dos rumos da agricultura, de educação e extensão rural e, especialmente, do tema da reforma agrária no Brasil nesse período. Perceba-se como as propostas desenhadas por Antonio Candido em texto da década anterior tomam vigor nessa década e refletem o debate intelectual mais amplo há pouco esboçado.

A distinção entre sociologia rural e “estudos de comunidade”, que começa a ser delineada em meados da década de 1950, toma forma acabada na década de 1960. Os “estudos de comunidade” tratavam de forma exaustiva a sociedade rural brasileira de modo a oferecer uma “fotografia” do mundo rural brasileiro da primeira metade do século XX sem grandes discussões teóricas e adotando de forma livre metodologias de pesquisa da antropologia e da sociologia à moda de Robert Redfield. A sociologia rural, tal como se coloca em meados do século XX, propõe uma forte discussão teórica nos moldes daquela desenhada no panorama que há pouco tracei da sociologia rural brasileira; além disso, parte-se de um ponto de vista renovado no tratamento das transformações a que estava submetida a sociedade rural brasileira naquele período, pois deixa para trás as análises que tomavam a dicotomia rural/urbano, tradição/moderno como pares auto-excludentes e assume uma análise da realidade brasileira à moda daquela desenhada especialmente por Caio Prado Jr, por meio da qual tradição e moderno, em sua relação, dão o tom dos rumos do capitalismo no país. O debate da sociologia rural, como já apontamos, está intimamente relacionado ao tema da modernização do país e às discussões sobre o lugar da reforma agrária neste processo. As referências teóricas da sociologia rural deslocam-se dos EUA, tão fortemente presente nos “estudos de comunidade”, para Europa, especialmente França.

Um indicador da importância do tema rural nas ciências sociais do período, em

especial na ELSP, é a criação, em 28 de julho de 1961²², do Instituto de Estudos Rurais naquela instituição em convênio com o Serviço Social Rural, órgão governamental federal criado em 1955. Este instituto tinha um caráter interdisciplinar e congregava estudiosos, brasileiros e estrangeiros (americanos em sua maioria), da questão rural brasileira e oferecia um curso de pós-graduação voltado especialmente para os temas rurais, “Ciências Sociais aplicadas ao meio rural brasileiro”. Seus objetivos primordiais eram: formar técnicos para a realização de pesquisas sociais aplicadas ao desenvolvimento de comunidades rurais, preparar professores que poderiam eventualmente colaborar no corpo docente de escolas interessadas em problemas do meio rural e realizar programas de pesquisas sobre problemas rurais.

Além da criação desse instituto, a Escola Livre de Sociologia e Política promove alguns importantes eventos acerca do tema sociologia rural, como por exemplo, a Semana de Educação Rural em dezembro de 1962.

A riqueza do debate em torno do mundo rural contrasta com a situação periclitante a que a revista *Sociologia* esteve submetida desde a partida de Donald Pierson em 1957 para os EUA; sem uma liderança intelectual de peso e imersa numa séria crise financeira, a revista parece cambaleante no cenário intelectual paulista e brasileiro da década de 1960. Embora nunca tenha sido um sucesso editorial, a revista representou por quase vinte anos um modo específico de se pensar e fazer sociologia no país- como órgão oficial da ELSP, *Sociologia* era o lócus privilegiado do debate sociológico até meados da década de 1950. Mesmo assim, a passos claudicantes, a revista expressa de forma clara o debate sobre os temas rurais bem como as “mudanças de posições” na intelectualidade paulista com a criação de novas revistas²³

²² O Instituto foi criado nessa data mas passa a funcionar de forma regular em 26 de março de 1962 data da aula inaugural proferida pelo Sr. Manuel Diegues Junior, diretor do Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais e figura fortemente ligada ao Serviço Social Rural.

²³ A criação da Revista de Antropologia em 1953 editada pela FFCL sob a direção de Egon Schaden, por exemplo, marca de forma inequívoca a disciplinarização da antropologia (JACKSON, LUIZ, 2003; PEIXOTO, FERNANDA; SIMÕES, JULIO, 2003). Duas outras revistas foram criadas nos anos 1950: Anhemi (1950) e Revista Brasiliense (1955); Jackson (2003) destaca a “atuação de Florestan Fernandes que delas se utilizou como ”caixas de ressonância” para a legitimação de seu projeto

e, principalmente, com a crescente proeminência da FFCL-USP e o despontar de Florestan Fernandes como o grande intelectual brasileiro do período.

Se voltarmos nossa atenção para os artigos publicados no período, notaremos esta ambiência intelectual. É interessante notar, nesse período de publicação da revista, a total ausência de autores ligados a FFCL-USP o que denota o gradual afastamento da ELSP da intelectualidade da FFCL-USP; uma grande quantidade de artigos é tradução de trabalhos publicados em periódicos internacionais (03 artigos) ou mesmo a reprodução dos textos em sua língua original (04 artigos); os autores que mais publicações têm no período acerca do tema tratado são aqueles ligados de alguma forma a ELSP: Freitas Marcondes, professor da ELSP, contribui com 3 artigos no período; Manuel Diégues Junior, membro do Serviço Social Rural (órgão ligado ao Instituto de Pesquisas Rurais da ELSP) contribui com dois artigos no período.

Com exceção do texto de Pastore (1962), é digno de nota, nos artigos publicados por esses autores, o completo distanciamento da sociologia crítica de Florestan Fernandes ou mesmo a de Costa Pinto. Freitas Marcondes (1962 a), por exemplo, em posição oposta a de Costa Pinto (1948), apresenta uma espécie de classe média camponesa fruto de um movimento migratório da cidade para o campo “visando, entre outras causas, usufruir melhor os últimos anos de vida, depois da aposentadoria na cidade” (p.33): são os trabalhadores rurais em tempo parcial que, num movimento pendular, trabalham nas cidades, num período do dia, e residem no campo e trabalham a terra em um outro período do dia. Freitas Marcondes encontra o que outros intelectuais procuraram em vão na formação da sociedade brasileira, a classe média rural.

É possível pensar que a publicação desses artigos sugere uma abordagem alternativa ao *mainstream* sociológico do período- de forma clara, a revista *Sociologia* dá vazão a outros temas, preocupações e pontos de vista acerca da questão rural que se distanciam da sociologia rural uspiana. Um pouco distante das discussões teóricas de

peso e mais próxima de pesquisas que visem diretamente a ação na realidade num aporte muito próximo dos “estudos de comunidade“, como sugere a criação do Instituto de Estudos Rurais, a revista *Sociologia* reflete a mudança de posições teóricas e metodológicas na sociologia rural paulista de meados do século XX- é nessa ambiência de deslocamento dos “estudos de comunidade” do lugar outrora central que ocupava na produção sociológica paulista e a formação de uma sociologia rural “crítica” que a obra de Antonio Candido se insere.

Pelo estudo dos artigos da revista *Sociologia* sobre o tema sociologia rural é possível perceber a lenta constituição de um campo de estudos sobre o mundo rural no pensamento sociológico brasileiro, em especial na produção paulista. Ao longo das décadas de publicação da revista, é possível perceber que os artigos sobre o tema se avolumam de modo a se tornar o destaque na última década de publicação da revista. Os artigos analisados também refletem o debate entre aqueles que esposavam a tese dualista da análise da realidade brasileira e aqueles que entendiam que existia uma relação segundo a qual os termos desse par compõem uma relação que repõe o atraso como suporte do moderno.

A análise dos artigos também indica o progressivo afastamento entre intelectuais da USP e ELSP pela progressiva diminuição, ao longo dos anos, de autores ligados àquela instituição que publicam artigos sobre o tema estudado na revista. Há, é certo, uma distância teórica, como apontamos na análise dos artigos, mas há também um distanciamento quanto aos posicionamentos políticos dos intelectuais filiados a cada uma das instituições em período de intensa mobilização política e social no país.

É nesta ambiência intelectual que Antonio Candido pensa os caipiras de Bofete: há a aceitação da crítica à tese dualista que se expressa, especialmente, pelo o que chamamos, neste trabalho, de “movimento dialético” tão característico do pensamento de Antonio Candido.

Um ponto importante é o impacto da leitura da obra de Marx na confecção das reflexões em torno da relação natureza/caipira: como esclareceremos no capítulo 5, a relação sociedade/natureza tal como exposta em “Os Parceiros do Rio Bonito” tem como referência “A Ideologia Alemã” de Karl Marx. A leitura de Marx, sem sombra de dúvida, é tributária da ambiência intelectual na qual estava imerso (lembremo-nos do grande espaço que a análise marxista teve na crítica à tese dualista) e da militância

política com a qual estava envolvido em meados da década de 1940 (Antonio Candido fora militante socialista neste período), contudo o “senso de contrastes”, que parece se expressar no “movimento dialético” que caracteriza seu pensamento, parece estar muito próximo do modo como vários autores do pensamento social brasileiro trataram do lugar do país na modernidade ocidental. A escolha da etnografia e da análise da cultura do caipira também remete o autor à tradição dos estudos do pensamento social que, em meados do século XX, é paulatinamente deixada de lado em prol de análises que privilegiam a perspectiva econômica no debate acadêmico, como tratamos neste capítulo.

No próximo capítulo, então, olhemos para o pensamento social brasileiro e para o modo como este “senso de contrastes” reafirmou o olhar crítico de Antonio Candido com relação à “matriz dualista” da análise da realidade brasileira. Para tanto, tomaremos como guia o modo como os autores e obras trataram do tema natureza/sociedade: no período de formação da nação brasileira, a natureza tropical fora tomada como uma régua que media o distanciamento entre civilização e barbárie, moderno e tradição e apontava as possibilidades de construção de um país moderno nos trópicos. O mundo rural aparece nesta literatura como subsidiária da relação que o homem estabelece com a natureza e tal relação é significativa do modo como a intelectualidade brasileira via a si mesmo e seu país inseridos no Ocidente.

Capítulo 3

“Natureza e sociedade” e a construção do “senso de contrastes” no pensamento social brasileiro

Antonio Candido, no famoso prefácio a “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, elege três obras que considera formadoras de sua geração: “Casa-Grande & Senzala” (1933) de Gilberto Freyre, “Raízes do Brasil” (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e “Formação do Brasil Contemporâneo” (1945) de Caio Prado Jr; estas obras introduziram o autor, e seus contemporâneos estudiosos, nas “coisas do Brasil”.

Formados no contexto intelectual e cultural dos anos 30, Antonio Candido e seus amigos mais próximos concebiam-se em grande parte como resultado da geração de autores que, sem deixar o ensaísmo de lado, produziram obras que mantinham um forte diálogo com as teorias e metodologias das ciências sociais (JACKSON, LUIZ, 2002). Além da introdução de conceitos e metodologias das ciências sociais, as três obras assinaladas por Antonio Candido contribuem com uma revisão decisiva do passado e das possibilidades do Moderno no Brasil: Gilberto Freyre toma o negro como protagonista da formação da nação e promove o elogio à ambiência harmoniosa de convivência das raças na conformação da cultura brasileira; Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, reconhece o peso do familismo na cultura brasileira como nefasto para as possibilidades da formação de um país moderno; Caio Prado Jr, por fim, reconhece o “sentido da colonização” como elemento determinante da condição periférica do país na modernidade ocidental. “Rever as orientações do passado segundo critérios que se abrem para o futuro da disciplina” (CANDIDO, ANTONIO, 2006: p.283) parece ser a tarefa dos intelectuais filiados à chamada geração de 1930.

De forma geral, é possível afirmar, com relação às obras e autores relacionados por Antonio Candido, que estes tinham o passado como elemento chave das reflexões que tecem sobre as possibilidades futuras do país. Esta ânsia pelo passado que se refletiu na formação de Candido, gostaríamos de sugerir, foi amplificada pela formação que Antonio Candido teve na FFCL-USP, em meados da década de 1940, sob a orientação da “missão francesa”. Por ocasião da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934, professores

estrangeiros (franceses em sua maioria) foram contratados para serem responsáveis pela formação da primeira turma de cientistas sociais formados pela Universidade de São Paulo. Pierre Monbeig, Roger Bastide, Paul Arbousse- Bastide, Jean Magué e Claude Lévi-Strauss são alguns dos professores franceses que chegam a São Paulo e causam um forte impacto intelectual nos jovens que acabavam de ingressar na faculdade.

Heloísa Pontes (1998) reproduz o embaraço de Claude Lévi-Strauss diante da postura de seus alunos da FFCL-USP diante das “coisas do Brasil”, especialmente no que toca às injunções do passado: os alunos “manifestavam uma ignorância total quanto ao passado mas que mantinham sempre um avanço de alguns meses, em relação a nós, quanto á informação” (PONTES, HELOÍSA, 1998: p.92).

Claude Lévi-Strauss compartilhava tal perplexidade com seus conterrâneos; os exemplos podem ser multiplicados: lembremo-nos da narrativa de Aziz Ab’Saber por ocasião de seu exame admissional na faculdade; ele se lembra do estupefação de Pierre Monbeig diante da riqueza de detalhes com o que o candidato descrevia o relevo francês e sua completa ignorância com relação ao relevo da cidade de São Paulo (AB’SABER, AZIZ, 1994: p.224).

A missão francesa, além de introduzir seus alunos nas teorias e metodologias das ciências sociais e afastar dos intelectuais em formação a tradição retórica do bacharelismo que caracterizou as reflexões sobre a realidade brasileira até aquele momento, assumiu o papel de introduzir seus pupilos nas “coisas do Brasil”²⁴.

Somada a esta ambiência intelectual, a experiência de Antonio Candido com as letras desde a infância é lembrada pelo autor, em entrevistas a Heloísa Pontes (2001) e Luiz Carlos Jackson (2002), como um elemento relevante no desenvolvimento de interesse pelo estudo da literatura.

Tanto sua mãe quanto seu pai tinham um grande empenho em uma formação cultural ampla para si e para os seus filhos; Antonio Candido contava com uma ampla biblioteca sobre os mais variados temas (com destaque para os clássicos dos estudos brasileiros) e do qual se servira desde menino. Mesmo depois ter deixado a casa dos

²⁴ Fernanda Peixoto (2000) dá destaque a obra de Roger Bastide no despertar o interesse de seus alunos no estudo aprofundado da realidade brasileira.

pais no interior de Minas Gerais para realizar seus estudos universitários na cidade de São Paulo, Antonio Candido voltava à biblioteca dos pais composta por livros de uma outra geração que, é certo, contribuíram para alimentar seu interesse pelo passado.

Esta imersão no passado como forma de dar o conhecer a realidade brasileira o fez tomar seus estudos literários como um ponto de vista privilegiado no estudo da cultura brasileira; assim como os intelectuais brasileiros cujas obras conhecia desde menino, a literatura é tomada, por Antonio Candido, como a consciência crítica da realidade brasileira.

Em conjunção com seus estudos na Faculdade de Filosofia da USP - que se concentrava, academicamente, no âmbito das ciências sociais- Antonio Candido teve uma atuação intensa na cultura paulistana de meados da década de 1940; em parceria com seus amigos da FFCL-USP, Antonio Candido edita a revista de cultura *Clima* de maio de 1941 a novembro de 1944 e, embora de existência curta, a revista lhe rendeu frutos valiosos, dentre os quais o reconhecimento de sua proficiência no campo da crítica literária: em meados da década de 1940, Antonio Candido, então com 20 e poucos anos, era considerado como uma promessa da jovem geração da FFCL-USP (PONTES, HELÓISA, 1998). Por um longo período, Antonio Candido publicou textos de crítica literária em jornais paulistas que lhe angariaram uma notoriedade intelectual: na *Folha da Manhã*, as “Notas de crítica literária” (1943 a 1945); depois as mesmas notas publicadas pelo *Diário de São Paulo* (1945 a 1947) e, por fim, a concepção e a direção do *Suplemento Literário de O Estado de São Paulo* (1956 a 1966). Estas atividades extra-acadêmicas eram combinadas com o ensino da sociologia na FFCL-USP até a defesa de tese em sociologia.

Depois da defesa de tese em 1956, Antonio Candido coloca um ponto final a sua carreira no ensino da sociologia: comunica formalmente a Fernando de Azevedo sua resolução de deixar a sociologia e dedicar-se integralmente aos estudos literários. Em 1958, assumiu a cadeira de teoria literária e literatura comparada na Faculdade de Letras em Assis; em 1959, Antonio Candido publica “Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos” escrita ao longo de anos e em concomitância a “Os Parceiros do Rio Bonito”. A publicação daquela obra e a dedicação à docência na área dos estudos literários são fatores cruciais na sua consagração como crítico literário de destaque de sua geração.

Um elemento importante do pensamento de Antonio Candido é sua intensa

preocupação em correlacionar literatura e sociedade. Este foi, aliás, o interesse inicial que levou Antonio Candido ao estudo do cururu, tema que antecedeu o estudo do modo de vida dos caipiras que compõe “Os Parceiros do Rio Bonito”. Esta preocupação também esteve presente na longa confecção da “Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos”.

Em “Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos”, ganha destaque o que Antonio Candido chama de “senso de contrastes” como elemento constitutivo tanto das obras quanto do intelectual brasileiro em formação em finais do século XVIII e século XIX. Como argumenta o autor em prefácio à obra,

a literatura no Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexiste nas literaturas dos países da velha cultura (CANDIDO, ANTONIO, 2009: p.20).

A análise do processo de formação da literatura brasileira, neste sentido, contribui para a análise do processo de autodefinição da consciência nacional. Neste processo de autodefinição, há um traço marcante que percorre toda a produção, aquilo que Antonio Candido chama de “síntese de tendências universalistas e particularistas”: a literatura brasileira tem como força constitutiva uma tensão entre o dado local e os moldes clássicos oferecidos pela cultura europeia. A literatura brasileira constitui-se em um movimento constante entre o nacionalismo literário e o universalismo dado pela tradição europeia: a obra literária, nesse sentido, resulta em um compromisso entre a expressão local e a forma universal.

A relação sociedade/natureza tem destaque nesta tensão entre local e universal no processo de formação da consciência nacional via literatura. A natureza não se apresenta como um pano de fundo neutro sobre o qual se dão as relações sociais; pelo contrário: as percepções em torno da relação sociedade/natureza, no Arcadismo e no Romantismo brasileiros por exemplo (movimentos literários que compõem os “momento decisivos” no processo de formação da literatura brasileira), refletem esta tensão de forma clara e, mais do que isso, apontam o lugar do intelectual brasileiro no processo de produção de conhecimento no Ocidente. Como Nísia Trindade (1999) nos chama a atenção, o intelectual brasileiro do século XIX tem um sentimento comum, um “senso de contrastes” entre a realidade que vive e os quadros mentais que tem

disponíveis para refletir a respeito da mesma:

a elite intelectual brasileira se vê como parte do mundo ocidental, e então absorve o valor do universalismo. Ao mesmo tempo, no entanto, a desigualdade é a característica dominante da relação e resulta em sentimentos de anomalia, estranhamento, ou no senso de ser “desterrado” na sociedade brasileira (TRINDADE, NÍSIA, 1999: p. 26).

Neste capítulo, olharemos para este “senso de contrastes” que, argumentamos, Antonio Candido compartilha com as gerações de intelectuais que o precederam; neste capítulo, portanto, questionamos a distinção rígida entre pensamento social e pensamento sociológico quando tratamos, especialmente, do pensamento de Antonio Candido. O que esperamos deixar claro aqui é que na compreensão que o autor da relação sociedade/natureza, há um elemento chave, o que chamaremos no capítulo 4 de “movimento dialético”, que tem um forte diálogo com a tradição de intelectuais brasileiros.

Neste capítulo, então, desvelaremos tal “senso de contrastes” como este transparece em importantes obras do pensamento social brasileiro e, para tanto, tomaremos como ideia-guia a relação sociedade/natureza. Na primeira parte, trataremos, de forma geral, de como tal “senso de contrastes” se mostra no romantismo e na chamada “geração de 1870”; na segunda parte, trataremos de forma exclusiva da obra de Gilberto Freyre no que toca o tema sociedade/natureza: acreditamos que o caráter ambivalente do intelectual brasileiro é apresentada de forma inequívoca na obra do autor por meio do conceito de “equilíbrio de antagonismos”. Para finalizar, apresentaremos um diálogo que Antonio Candido julga crucial nas reflexões que tece sobre o caipira em “Os Parceiros do Rio Bonito”, a obra de Sérgio Buarque de Holanda.

1- Romantismo e “Geração de 1870”: do elogio à danação

Por ocasião de seu processo de colonização, a América constrói-se como um ponto de interrogação à razão e à sensibilidade europeias; na ânsia por conhecer, a natureza é tomada como fator privilegiado na medição da distância, não só geográfica, mas histórica do Novo Mundo com relação à Europa. As reflexões sobre a distância entre

Europa e América, entre o velho e o novo, são deslocadas do mundo físico para o mundo humano no imaginário europeu. Para a moralidade europeia dos séculos XVII, XVIII e XIX, América tinha como sinônimo barbárie: a natureza intocada pela mão do homem era o emblema do atraso do homem americano com relação à civilização ocidental.

Por ocasião dos processos de luta pela independência política das colônias em fins do século XVIII e por todo o século XIX, a barbárie e o atraso americano passam a ser contestados pela intelectualidade latino-americana então em formação. A defesa da possibilidade do progresso americano tem, contudo, um elemento *sui generis*: o orgulho americano nascia como louvor dos méritos físicos do país e não como recuperação e defesa de uma herança histórica ou de uma antiguidade mítica.

Como via privilegiada de expressão das peculiaridades e do pertencimento da América ao Ocidente, a literatura, latino-americana e brasileira, toma a natureza como objeto privilegiado. No Brasil, a exaltação da Natureza, que começa a tomar forma no movimento árcade em meados do século XVIII como demonstra Antonio Candido em “Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos”, era parte do ataque às regras, tradições, hierarquias e idolatrias que tomara *status* de elemento programático do Romantismo no século XIX. No Romantismo brasileiro, nos romances regionalistas especialmente, encontraremos essa exaltação à natureza como forma de exercício do nacionalismo.

A um país livre, uma literatura livre- este era o empuxo das obras produzidas pela intelectualidade brasileira em meados do século XIX. Como argumenta Antonio Candido (2009),

Sobretudo nos países novos e nos que adquiriram ou tentaram adquirir independência, o nacionalismo foi manifestação da vida, exaltação afetiva, tomada de consciência, afirmação do próprio contra o imposto. Daí a soberania do tema local e sua decisiva importância em tais países, entre os quais nos enquadrados. Descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de sentimento nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, preestabelecida, demasiado abstrata- afirmando em contraposição o concreto, espontâneo, característico, particular (p.15).

O nacionalismo é o substrato para a formação de uma literatura independente, instrumento do intelectual da periferia do mundo ocidental que toma a literatura como

missão patriótica na construção da nação. No Romantismo brasileiro, tal missão se mostra de forma clara.

Dar a conhecer o Brasil constituía-se no grande objetivo do romântico. Como argumenta Renato Ortiz (1988), os românticos brasileiros partem de uma posição diversa daquela ocupada pelos seus colegas europeus- estes se voltam à História e tomam o passado medieval como as raízes seculares das nações; aqueles olham para o futuro. A América nascia como uma anti-história, como promessa de futuro. Sob este ponto de vista, a natureza acena possibilidades infinitas a um país novo, “sem história”: se não há feitos gloriosos dos quais se orgulhar, nos resta a natureza como possibilidade de um futuro grandioso.

O interessante a notar é o modo como o que se pensa sobre natureza está entrelaçado ao que se pensa sobre sociedade e cultura: se a natureza americana torna-se tão corrompida quanto sua gente aos olhos eurocêntricos de alguns testemunhos, o sinal é invertido quando os românticos traduzem o exótico em alternativa à decadência material e moral da Europa.

O ímpeto comum aos pensadores brasileiros do final do século XIX e início do século XX era pensar o Brasil *no mundo*, isto é, o país como *novidade, singularidade* na civilização ocidental. A retórica da novidade guardava a consciência do desajustamento entre a realidade americana e a realidade europeia: natureza e raça são os dois focos de compreensão e justificação das diferenças e mas também das promessas. A novidade que a América trazia ao mundo questionava a centralidade dos modelos europeus de natureza (a natureza cultivada dos campos) e de sociedade (a branca e civilizada): há que se encontrar lugar na história da constituição da moderna sociedade ocidental para o mestiço e para o trópico.

A natureza, tal como expressa nas obras do romantismo brasileiro, é objeto de uma detalhada descrição e análise que convida o leitor a conhecer e apreciar a “cor local”. Sob este ponto de vista, a lógica que comanda a confecção do retrato do país nas obras é o “pitoresco”, o particular, algo que indica a distância entre o Novo e o Velho Mundo.

É nesse sentido que podemos pensar no caráter mimético da natureza que tão bem caracteriza os romances brasileiros (especialmente os romances regionalistas): as comparações e metáforas utilizadas pelos autores sugerem que natureza e homem são feitos da mesma substância e por isso equivalem-se no protagonismo da formação

nacional. Não à toa, é o índio, figura humana indefinida entre natureza e cultura, o grande herói do romantismo brasileiro. Como argumenta Antonio Candido (2009), o indianismo dos românticos tem como movimento essencial *nacionalizar* os grandes temas do romantismo europeu, tomando-os como próprios de uma tradição brasileira. Nosso céu, nossas águas e nossas florestas comungam com o homem transformando-o em “brasileiro” e inoculando-lhe um temperamento *naturalmente* nosso: a natureza parece ser a essência da brasilidade.

Se a natureza compõe o objeto a ser descrito, a forma como esta descrição é realizada é amplamente compartilhada com a herança do velho mundo. A ambivalência do romantismo brasileiro mostra-se clara no sutil equilíbrio entre o dado local (substância da expressão) e os moldes herdados do pensamento europeu (as formas de expressão do lirismo do romântico). Nossa literatura consiste, como assinala Antonio Candido, numa superação constante desta “dupla consciência”.

No processo de “autodefinição da consciência local”, a “geração de 1870” apresenta ao país a renovação intelectual do Naturalismo cuja obra que ganhou mais notoriedade é “Os Sertões” (1902) de Euclides da Cunha. A linguagem científica do século XIX toma o lugar de protagonista no processo de tomada de autoconsciência nacional: o evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social são tomados como alternativas ao lirismo romântico; o nacionalismo romântico que privilegia a novidade que o Brasil simbolizava frente ao Velho Mundo começa a dar lugar à “consciência do atraso” de um país tropical e mestiço.

A década de 1870 constitui-se como um período de intensas transformações sociais e econômicas: o deslocamento do centro político-financeiro do Nordeste para o Sul do país, diante da decadência da economia da cana-de-açúcar e o desenvolvimento da cultura do café como principal item das exportações brasileiras, aponta para uma reconfiguração no interior da elite do país; esta reconfiguração regional aponta um progressivo deslocamento do eixo econômico-cultural do campo para a cidade (o urbano começa a tomar força como referência última da modernidade); o Segundo Império entra em crise com a Guerra do Paraguai e a crescente campanha republicana; o sistema escravocrata sofre um duro golpe com a Lei do Ventre Livre (1871) e o problema da mão-de-obra (bem como da imigração de trabalhadores estrangeiros) passa ser objeto do debate político.

Neste contexto de decadência, a ciência não olha para o país como depositário de

um futuro cheio de possibilidades, mas como um país dotado de um passado tomado como atraso que pesa como uma herança nefasta na conformação de um futuro moderno. Sob o ponto de vista dos intelectuais da “geração de 1870”, era como sociedade científica e moderna que o Brasil pretendia se apresentar às demais nações do mundo civilizado: na contramão do nacionalismo romântico que tinha na natureza a fonte de inspiração na conformação da nação, a chamada “geração de 1870” fomentava uma imagem da nação industriosa, urbana, científica, civilizada. A natureza, antes expressão da “cor local”, é tomada como símbolo maior do atraso brasileiro.

A natureza como “meio” é tomada como explicação do atraso. No romantismo, conhecemos uma relação distinta entre natureza e sociedade: a natureza é uma linguagem que estabelece uma relação lírica entre natureza e sociedade; a natureza, pelo olhar dos românticos, é evasão da realidade e *compensação* ao atraso material e moral do país.

Na acepção da “geração de 1870“, o vocábulo assume um sentido trágico, de destino inescapável do homem o qual nada pode contra a mecânica rija do “meio” - o homem é como uma vítima do meio que o determina, um prisioneiro numa jaula. Se a natureza tropical é signo do atraso brasileiro, a missão desses intelectuais é explicar o atraso e apontar um futuro; tal como os românticos, a nação é entendida como projeto, como consecução de um longo processo evolutivo.

Euclides da Cunha merece destaque nesta breve análise que fazemos da “geração de 1870” pelo impacto da obra “Os Sertões” na intelectualidade do período, mas também, atenta ao objeto de pesquisa desta tese, pelo modo como Antonio Candido toma sua obra. No artigo publicado em 1956 sobre o processo de formação do pensamento sociológico brasileiro, Antonio Candido toma o pensamento de Euclides da Cunha como um ponto de inflexão; o interessante a notar na leitura que Antonio Candido faz do autor é o modo como as ideias do darwinismo social são diluídas pela experiência de campo na cobertura da Guerra de Canudos feita pelo autor. Falando do que entende como uma boa sociologia, Antonio Candido não fala apenas do tempo pretérito, mas do futuro do pensamento sociológico.

Se deixarmos de lado as suas considerações já superadas sobre a formação étnica do tipo sertanejo, ou o rigor algo estrito com que expõe o condicionamento

físico, ainda nos surpreende hoje a acuidade sociológica demonstrada na descrição e análise da sociedade sertaneja, como fruto do isolamento. Da segregação geográfica e cultural, parte para apontar o que constitui (do ângulo que nos interessa) a sua melhor contribuição: o estudo da situação de conflito entre essa cultura e a que desenvolvia nas regiões litorâneas sob o signo do progresso moderno. Do acontecimento, Euclides extrai limpidamente a teoria, salientando o significado social da coexistência de dois Brasis, cujas relações poderiam tomar periodicamente um sentido de grande tragédia coletiva, se não se desenvolvesse uma política adequada para superar a distância entre ambos (CANDIDO, ANTONIO, 2006: p. 277-78).

Aceitando as reflexões de Candido sobre Euclides da Cunha, é possível dizer que os intelectuais da “geração de 1870” (Euclides da Cunha como destaque) reconhecem a ação deletéria da natureza tropical, mas não tomam a natureza como destino inescapável. No quadro de um determinismo geográfico que se aproxima das propostas de Ratzel e Thomas Buckle, Cunha aceita a influência da natureza sobre as sociedades humanas, entretanto, tomando de empréstimo uma ideia de Sevcenko (1999), na obra deste autor a natureza não se ergue como templo, mas como uma oficina na qual o homem é um operário (p.78).

No artigo publicado no ano de 1952 intitulado “Euclides da Cunha, sociólogo” (CANDIDO, ANTONIO, 2002)²⁵, Candido atribui a “Os Sertões” um caráter trágico (“no sentido clássico, de visão agônica em que destino humano aparece dirigido de cima” [CANDIDO, ANTONIO, 2002: p. 181]) e não determinista no que toca a relação entre o sertanejo e a caatinga:

O homem euclideano é o homem guiado pelas forças telúricas, engolfado na vertigem das correntes coletivas, garroteado pelas determinações biopsíquicas: - e no entanto, elevando-se para pelejar e compor a vida na confluências destas fatalidades (CANDIDO, ANTONIO, 2002: p. 181).

²⁵ O texto fora apresentado pela primeira vez em 1947 na Semana Euclideana na cidade de São José do Rio Pardo e posteriormente publicado numa página comemorativa do “Cinquentenário de Os Sertões” de *O Estado de São Paulo* em 1952. A versão aqui citada compõe a obra “Textos de Intervenção”, coletânea de textos de Antonio Candido organizado por Vinicius Dantas e publicado em 2002.

A natureza é obstáculo a ser vencido e indício da evolução do processo civilizatório e para tanto o acento das preocupações do autor é sobre o caráter do homem que se forma no embate natureza/ sociedade. Como aponta Antonio Candido (2009) quando este pensa na formação da literatura brasileira, elementos locais são combinados a tratamentos universais para dar forma às reflexões sobre a realidade brasileira na obra de Euclides da Cunha: como homens divididos entre uma realidade palpável e um pensamento dissonante, os intelectuais brasileiros re-significam o passado e traçam as possibilidades futuras do país.

A “consciência do atraso”, a qual nos aludimos parágrafos acima, dá espaço a um “sentimento de triunfo” no Modernismo de 1920: nossas deficiências (que os românticos resolviam pela idealização) são reinterpretadas como superioridades (CANDIDO, ANTONIO, 2000: p.110). O academicismo, a fascinação pelo classicismo greco-latino e tantas outras características que atestam o que os modernos chamam de artificialidade das soluções intelectuais brasileiras, dão lugar ao desejo de descobrir o país pelos próprios olhos.

Os modernismos paulista e carioca, no que Azevedo (1984) chama de primeira fase do movimento, orientaram-se por uma crítica às chamadas “velhas formas” de se pensar o Brasil: nada de conceitos, ideias, projetos e valores d’além mar; era chegada a hora de se pensar (e fazer o Brasil) a partir do próprio Brasil.

A ação e o pensamento têm como alvo o passado agrário e o provincianismo da submissão do pensamento aos padrões europeus de arte, literatura e ciência. O modernismo, como movimento de ideias, representa um esforço de ajustamento da cultura às novas condições sociais, econômicas e políticas que vinham tomando forma desde o final do século XIX que descrevemos parágrafos acima e que culminam, nas primeiras décadas do século XX, com a “Revolução de 1930”.

A busca por uma identidade nacional presente na literatura e na arte modernistas das décadas de 1920 e 1930, em São Paulo e no Rio de Janeiro, tem como resposta no Nordeste um outro modernismo: em contraposição à destruição do passado, à concepção da “tradição como um tristonho peso morto”, como sentenciava Mário de Andrade, o regionalismo nordestino tinha como mote a defesa da tradição como artífice da construção de um sentido original de nação. É neste contexto intelectual que a obra de Gilberto Freyre é construída.

Antonio Candido, como lembramos no início desta seção, toma a “geração de 1930” como formadora de sua geração; nas próximas seções, trataremos da obra de dois autores provenientes desta geração: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O modo como tais autores tratam a relação sociedade/natureza apresenta de forma clara o “senso de contrastes” apontado por Antonio Candido como característica essencial do intelectual brasileiro, sentimento que compartilha com os intelectuais que o antecederam, como temos tentado desenhar ao longo deste trabalho.

2- Gilberto Freyre e o “equilíbrio de antagonismos”

O que aponto, nesta seção, é que como equivalente do “senso de contrastes” (presente na literatura romântica brasileira e na “geração de 1870”), o pensamento de Gilberto Freyre, tal como elaborado na década de 1930, apresenta um conceito operativo²⁶ na leitura que o mesmo faz da cultura brasileira, claramente perceptível na forma como o autor trata da relação sociedade e natureza, o “equilíbrio de antagonismos”.

O “equilíbrio de antagonismos”, iluminado e amplamente trabalhado por Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), não surge como uma contradição que compromete as reflexões do autor, pelo contrário: este balanço entre elementos antagônicos, concretizado nas relações típicas do sistema Casa-Grande & Senzala (senhor/escravo; branco/negro; homem/menino; homem/mulher), é a chave para entender a leitura que Freyre tem da modernidade brasileira.

“Equilíbrio de antagonismos” é um conceito estruturante do pensamento de

²⁶ É preciso tomar um certo cuidado ao sugerir que há um conceito operante no pensamento de Gilberto Freyre: os leitores mais atentos estão familiarizados com o caráter aberto e fluido da formulação de proposições e construção de argumentos na obra de Freyre; há muitas “idas e vindas”, avanços e recuos e, mesmo, há incongruências no pensamento do autor (o modo como questão racial é tratada em “Casa-Grande & Senzala” e “Sobrados e Mucambos” é um bom exemplo disso); entretanto, se há um traço característico do pensamento do autor, uma “mola propulsora” das proposições do autor, este é a ideia de “equilíbrio de antagonismos”.

Gilberto Freyre (ARAÚJO, RICARDO, 1994); tomado como o fruto mais caro de uma formação sócio-cultural muito peculiar que caracteriza o Brasil desde suas origens (para ser mais exata desde suas raízes ibéricas), o “equilíbrio de antagonismos“ é o princípio (a essência, sugerimos) da cultura e sociedade brasileira. Uma das formas de concretização dessa essência é o caráter de transição entre Oriente e Ocidente que caracteriza a alma ibérica, tese amplamente trabalhada em “Casa-Grande & Senzala” (1933). Esse caráter transitório não se resume à localização geográfica indefinida da Península Ibérica entre Europa e África, Ocidente e Oriente; trata-se “de uma articulação entre dois climas, dois tipos de solo e de vegetação, duas raças, duas culturas, duas concepções de vida, dois complexos ecológicos- enfim, entre Euro-África e a América hispânica” (FREYRE, GILBERTO *apud* BASTOS, ELIDE, 1997: p.25).

Esta essência “indefinida” da herança ibérica assume o papel de protagonista na formação do Brasil enquanto nação, como Freyre narra ao longo dos capítulos que compõem “Casa-Grande & Senzala“. Esse caráter indefinido entre Oriente e Ocidente toma uma dimensão civilizatória no Brasil: é a capacidade de conciliar os contrários que comanda a fusão de raças e culturas tão díspares quanto a portuguesa, a indígena e a africana, que dão origem ao cadinho racial, cultural e social que é a nação brasileira.

“Trópico” e o método ecológico-regional são componentes centrais da interpretação freyreana do passado e do futuro da nação brasileira. No “mundo que o português criou”, “trópico” assume um caráter totalizante por meio do qual natureza e sociedade são elementos interconectados e coordenados na formação das raízes da cultura brasileira. Desafiando os cânones da modernidade ocidental, a natureza, na história que Freyre nos conta sobre o Brasil, não é sufocada pelo caminhar da razão ocidental, pelo contrário: Freyre aponta, em “Nordeste” (obra publicada em 1937), o equilíbrio entre natureza e cultura, que tão bem caracterizou nossa formação social, como razão do sucesso da primeira civilização nos trópicos para, em seguida, apresentar suas críticas ao esvanecimento desse equilíbrio pelo caminhar do processo de urbanização da sociedade brasileira em meados do século XX.

Gilberto Freyre apresenta-nos um capítulo muito original na conformação do “senso de contrastes“ que apresentamos neste capítulo. Seu pensamento encontra-se entre esses dois mundos, o Velho e o Novo Mundo. Entre os campos cultivados europeus e a natureza selvagem das Américas, o autor apresenta um equilíbrio entre

barbárie e civilização ao apontar uma convivência íntima entre natureza em seu esplendor determinista (“meio”) e natureza como vitória da civilização nos trópicos (“paisagem”).

Na obra da década de 1930 de Freyre, é possível perceber esse jogo de significados com a ideia de natureza. Por vezes, a natureza é tratada como destino, obstáculo à civilização, signo da barbárie, como império do Oriente; por vezes como registro da conquista civilizatória, alma de um povo, signo da ocidentalização; o que gostaria de propor é que natureza (“trópico” para ser exata) acaba por conformar um ponto de equilíbrio na bamba tensão, presente na obra do autor, entre “determinismo” e “livre-arbítrio”, entre barbárie e civilização, entre Oriente e Ocidente.

A ideia de “meio” como elemento determinante na conformação de culturas e sociedades está presente já no primeiro capítulo da obra “Casa-Grande & Senzala” quando Freyre nos fala da plasticidade do povo português. A colonização vitoriosa do Brasil pelos portugueses tem como antecedente a condição de povo dividido entre a África e a Europa; nesse ponto do argumento, o “meio”, como um dos elementos formatadores de uma nova raça, toma a cena: “o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas” (FREYRE, GILBERTO, 2006: p. 66).

A natureza é traduzida em traços culturais; mas não se trata apenas de inspiração criativa, mas de uma ação direta do ambiente sobre cultura e sociedade humana. A *hybris* tropical (ARAÚJO, RICARDO, 1994) é traduzida nos vários excessos que caracterizam o sistema “Casa-grande & Senzala”: o excesso de natureza sexual, como o principal deles, é o maior responsável por aquele clima de confraternização, de proximidade e de intimidade que caracterizava a Casa-Grande²⁷ e que governou o largo processo de miscigenação de raças e culturas que encurtou distâncias sociais numa sociedade caracterizada pelos extremos como a sociedade escravocrata no Brasil ao longo de quase quatro séculos de sua constituição.

²⁷ Não é o trópico o único agente da lubricidade que caracteriza a casa-grande: a escravidão é outro elemento que adiciona lassidão às relações sociais. “Não há escravidão sem depravação sexual” (FREYRE, GILBERTO, 2006: p.399). Uma multiplicidade de fatores conflui na formação de uma nação: natureza e cultura dispõem de importâncias semelhantes na interpretação freyreana.

É certo que os excessos do sistema Casa-Grande & Senzala são plenamente justificados do ponto de vista do autor (qual seja, o sucesso da ocupação humana dos trópicos), entretanto estamos longe de supor que a posição de Freyre possa ser inteiramente resumida a este elogio do excesso. Em “Nordeste” (1937), especialmente, Freyre desenha uma crítica ao clima de excesso que tem como base um olhar afiado acerca dos desequilíbrios herdados da Casa-Grande nas relações entre homens e destes com a natureza.

Assim, não só ao ambiente lúbrico e contemporizador se refere esse clima de excesso que transborda da natureza que caracteriza o sistema social da Casa-Grande; Gilberto, especialmente em “Nordeste”, concentrará a sua crítica a esse clima de excessos na terrível ameaça à natureza e à cultura nordestina representada pela absorvente e desbragada monocultura latifundiária²⁸ que se desenha nas primeiras décadas do século XX. A paisagem, antes predominantemente rural, dá lugar às primeiras cidades e uma avalanche de mudanças sociais que provocam a dissolução das distâncias entre a casa e a rua (mundo privado/mundo público que praticamente coincidiam nos tempos da Casa-Grande) e do abandono das tradições de um tempo no qual a harmonia (social e ecológica) era reinante.

Freyre constrói um grande mito da criação do Brasil por meio do qual natureza e cultura são cúmplices no desenrolar da História Humana e testemunhas de um mundo que já foi, está morto, mas que ainda pesa sobre os ombros dos vivos. Neste drama, o homem não é apenas mais um componente de um largo ecossistema: o homem atua como protagonista na relação estabelecida com a natureza, com a qual é firmada uma relação de domínio. O homem (enquanto fundador da lavoura da cana e criador de valores *à sombra* do sistema monocultor-escravagista) e sua inter-relação com cada elemento da natureza (a água, a terra, os animais, as plantas) é o foco da análise que se delineia ao longo de cada capítulo de “Nordeste”; o ímpeto que

²⁸ A crítica aos excessos também vem à tona quando Freyre descreve o processo de decadência do patriarcado em “Sobrados e Mucambos” (1936): a morte do sistema é associada à proliferação de vermes, doenças, aos conflitos entre o velho e o moço, entre o bacharel e o senhor de engenho, entre a cidade e o campo; uma série de desequilíbrios é acionada devido ao avanço do processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira descrito na obra citada.

alinha a análise é pensar de que forma o sistema social da monocultura da cana imprimiu suas marcas na paisagem da região: marcas de domínio da natureza, de um sistema social marcado pelo desequilíbrio entre homens e entre homens e natureza, mas também marcas do sucesso civilizatório, da formação de uma nova cultura marcada pelo não-eroupeísmo dos trópicos, paisagem que materializa um tempo de criação e de harmonia.

O ponto central da ecologia freyreana, tal qual apresentada em “Nordeste”, é o elogio da harmonia do tempo da casa-grande; é a quebra do equilíbrio entre os extremos de uma sociedade tão desigual que preocupa Freyre quando pensa na perda das tradições. Equilibrando os dois momentos do argumento, o elogio ao sucesso civilizatório e a crítica nostálgica ao que se perde, Freyre em cada ato desse grande drama apresenta o sentido em que se transformou a natureza de sua terra e assim apresenta sua crítica à modernidade ocidental ao recuperar um modo alternativo de “ser moderno”.

Em “Nordeste”, ao contrapor os dois tempos históricos, o da casa e o da usina, Freyre nos fala do que *falta* ao século XX. Falta ao século XX, o tempo da usina, um modo específico de relação entre dominantes e dominados que tornou possível o estabelecimento de uma civilização nos trópicos: o familismo e o privatismo gestados nas primeiras horas do Brasil que têm na “casa” a síntese dos valores e tradições. São esses valores os elementos de aproximação entre os extremos num quadro marcadamente despótico e violento. Esse é, aliás, o segredo da harmonia: um tenso “equilíbrio entre antagonismos” (ARAÚJO, RICARDO, 1994), concórdia custosa entre o senhor e o escravo, a casa e mata, que nunca chega a se romper sob a casa-grande. Em síntese, o que falta ao século da usina é o equilíbrio entre tendências antagônicas (ARAÚJO, RICARDO, 1994), peculiaridade da alma brasileira desde suas origens ibéricas.

Pela apresentação dos argumentos de Freyre, é possível perceber como o “senso de contrastes” peculiar à intelectualidade brasileira toma um sentido muito particular nas reflexões do autor, de elogio à tradição e à singularidade do processo de formação da cultura brasileira. De um ponto de vista muito distante pensa Sérgio Buarque de Holanda que, na próxima seção, trataremos como um diálogo decisivo na conformação das reflexões de Antonio Candido sobre o caipira em “Os Parceiros do Rio Bonito”. O que intentamos demonstrar é que, para além de compartilhar do “senso

de contrastes” aludido ao longo deste capítulo, Antonio Candido compartilha com o autor um sentido muito próximo de modernidade.

3- Sérgio Buarque de Holanda e a “metodologia dos contrários”

Nas próximas seções, trato da obra de Sérgio Buarque de Holanda de forma cuidadosa de modo a trazer à tona suas reflexões em torno de “natureza” em suas articulações com o tema da modernidade brasileira em dois momentos importantes da obra do autor: *Raízes do Brasil* (1936), de um lado, e, de outro, *Monções* (1949) e *Caminhos e Fronteiras* (1957)²⁹. Na apresentação das articulações entre natureza e modernidade na obra desse importante autor do pensamento social brasileiro, será possível perceber a construção daquele “senso de contrastes”, a que temos nos referido, tanto em sua leitura acerca da relação sociedade/natureza quanto ao balanço entre tradição e moderno na formação da modernidade brasileira.

Ao analisar as obras de Sergio Buarque elencadas, tomo como objetivo identificar de que modo natureza e modernidade são tratadas nesses dois momentos da carreira de Sérgio Buarque ao apontar diferenças ou convergências de tratamentos. Aceito como tese que a modernidade brasileira, do ponto de vista de Sérgio Buarque, é uma intrincada síntese entre passado e futuro, tradição e modernidade numa acepção que se caracteriza como uma leitura crítica da noção clássica de modernidade

²⁹ “Caminhos e Fronteiras” foi publicada três anos depois da defesa da tese em sociologia de Antonio Candido, portanto quando nos referimos ao diálogo do autor com a obra em questão, estamos, na verdade, indicando o diálogo do autor com o artigo “Índios e Mamelucos na expansão paulista” publicado nos Anais do Museu Paulista em 1949, como Antonio Candido indica na bibliografia de sua obra. Sérgio Buarque em prefácio à obra que data de 1956 agradece a Antonio Candido a grande contribuição para a publicação da obra que reúne trabalhos publicados em anos anteriores. Minha escolha pela obra que reúne outros trabalhos de Sérgio Buarque sobre tema é justificada pela riqueza que os textos trazem que permite conformar com mais precisão a contribuição intelectual do autor para o estudo dos meios de vida do caipira de Antonio Candido. Além disso, para o leitor desta tese, a consulta da obra em questão se faria de forma muito mais fácil.

ocidental. Acreditamos, como já aludido, que Antonio Candido compartilha com o autor um sentido de modernidade muito parecido, por isso dedicaremos maior espaço às reflexões de Sérgio Buarque.

Começamos esse empreendimento apontando que há uma discussão intensa na literatura acerca das distâncias e convergências entre esses dois momentos da obra de Sérgio Buarque. Alguns apostam na perenidade das posições e reflexões elaboradas em “Raízes do Brasil” (especialmente a partir da 2ª edição da obra, como argumenta Monteiro (1999)) outros apontam uma discordância relevante entre os dois momentos (WEGNER, ROBERT, 2000). No centro desse debate está o entendimento acerca dos caminhos da modernidade brasileira na primeira metade do século XX.

A essa disputa não acrescentarei mais polêmicas, entretanto tal debate é tomado como um ponto de partida para entender os desenvolvimentos da ideia de modernidade em consonância com o tema da relação sociedade/natureza ao longo da obra do autor. Tomo como hipótese condutora das minhas reflexões que não há uma ruptura entre os dois momentos, mas um olhar renovado em “Caminhos e Fronteiras” e “Monções” pela escolha do objeto de estudo, o processo de ocupação do interior do território paulista nos séculos XVII e XVIII, objeto este lembrado em uma passagem de “Raízes do Brasil”.

A escolha de tal objeto de estudo faz sentido quando percebemos que é no estado de São Paulo que uma racionalidade propriamente moderna começa a ser desenhada já nos séculos XVII e XVIII por ocasião das bandeiras e monções, segundo o autor. Assim, é possível que exista uma diferença, entre os dois momentos da obra do autor, quanto ao diagnóstico do futuro do Brasil tendo por base um certo ponto de vista acerca do passado do país, mas não há uma ruptura absoluta; em outras palavras, as bandeiras e as monções representam, no pensamento de Sérgio Buarque, uma novidade na formação da cultura e da sociedade brasileira no que toca às relações entre homens e destes com a natureza já entrevista, mas não desenvolvida, em sua obra de estreia “Raízes do Brasil”. Vejamos qual a medida dessa novidade.

3.1- As Raízes

Olhemos para “Raízes do Brasil”: qual o diagnóstico presente na obra a propósito do Brasil? Podemos sugerir que, de forma geral, Sérgio Buarque nutre uma

visão pessimista sobre o futuro da modernidade no país nesta obra. Já no primeiro capítulo, o autor nos traz um primeiro elemento desse quadro pessimista que é bem resumido na famosa frase “somos ainda uns desterrados em nossa própria terra” (HOLANDA, SÉRGIO, 1991: p.03). Por esta colocação, Sérgio Buarque chama atenção para o grande abismo que separa “cultura” e “natureza” nesse país. A natureza, em seu esplendor bem como em seu mistério, é a tropical com sua flora e fauna totalmente desconhecidas, seus rios caudalosos, cachoeiras temerosas e montanhas robustas e íngremes como obstáculos à penetração e ocupação humana; a cultura é aquela trazida do outro lado do oceano, a cultura ibérica. Já de saída temos a natureza em seu máximo esplendor como um obstáculo à implantação de uma cultura de origem europeia. Mas o autor enriquece a caracterização desta “cultura de implantação” ao longo da obra.

Sérgio Buarque analisa de forma detida e cuidadosa, ao longo de toda obra, os traços que julga serem peculiares aos povos ibéricos; o primeiro deles, o caráter de indecisão que uma *cultura de zona fronteira* traz em si: “nem uma coisa, nem outra”, a cultura ibérica traz a marca do indefinido entre a cultura europeia e o desconhecido do Oriente; não se trata, portanto, de uma cultura ocidental em sua plenitude, mas uma cultura cuja marca é o amálgama de todas aquelas culturas que convivem à beira do Mediterrâneo. A essa capacidade única de se misturar e aceitar o “outro” que caracteriza as culturas ibéricas é dado o nome de *plasticidade*, a segunda característica importante acerca das culturas ibéricas de que trata Sérgio Buarque. Somada a essa plasticidade, tem-se como fator dessa capacidade única de se adaptar às mais diversas situações o que o autor chama de *realismo fundamental* (HOLANDA, SÉRGIO, 1991: p.76), disposição típica da cultura ibérica cuja marca característica é a renúncia à ação no mundo, a aceitação resignada como este é sem ilusões.

Uma outra característica importante trazida d’além mar é a *cultura da personalidade* cuja peculiaridade é a importância exagerada que esses povos atribuem ao valor da pessoa em sua autonomia. Como um desenvolvimento daquele “realismo fundamental”, a autonomia do homem é o valor máximo atribuído ao indivíduo, dito de outra forma, o valor de um homem é reflexo da medida em que ele não precise depender dos demais. Há consequências nefastas desse individualismo “torto” dos povos ibéricos (“torto” porque este individualismo não é um elemento moderno, mas a valorização da honra pessoal como elemento crucial da personalidade), qual seja, a

fraqueza das organizações coletivas que se dá em grande parte devido ao horror, alimentado nessas culturas, à hierarquia e à cooperação entre pares.

Numa outra frase que expressa de forma completa essa postura dos povos ibéricos, Sérgio Buarque nos diz que “em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (HOLANDA, SÉRGIO, 1991: p.04). Nesse estado de coisas, não é difícil imaginar porque não se estabelece entre povos ibéricos um espírito de solidariedade e de cooperação imprescindível na conformação de organizações sociais: é a inteireza do indivíduo, e não a coletividade, o valor sagrado para o ibérico.

A impossibilidade de, entre ibéricos, surgir qualquer arremedo de solidariedade e organização social traz à baila um outro elemento negativo deste culto exagerado à autonomia do indivíduo, *o horror ao trabalho como valor moral*. Sabemos que o trabalho manual tem como suposto o mínimo de ordem e tranquilidade que assegure a cooperação e harmonia de interesses; não é difícil imaginar que em uma cultura em que a inteireza do indivíduo é valor supremo, o indivíduo basta-se a si mesmo. Se o indivíduo se basta, como sugere argutamente Pedro Monteiro (1999), porque alterar a ordem do mundo? O trabalho manual, como objeto exterior e estranho ao homem, nada acrescenta à dignidade do homem ibérico, pois este sempre está voltado para si mesmo.

Assim, a verdadeira aversão ao trabalho manual tão característica da gente ibérica, argumenta Sérgio Buarque, tem como resultado o louvor ao ócio em detrimento do negócio, a “aventura” em detrimento do “trabalho”; e é a “aventura”, sentencia Sérgio Buarque, o princípio regulador da cultura ibérica; desse modo, os homens, que se jogaram na aventura americana e aqui fincaram raízes, foram dissolvendo-se na e plasticamente amoldando-se à natureza tropical e à gente americana de modo que o fundamento propriamente europeu da cultura fora lentamente adaptado à nova situação. Contraposta à ética do trabalho que tão profundamente marcou o empreendimento das 13 colônias na América do Norte, a ética da aventura teve como produto, no trópico, uma civilização *sui generis*.

Daquele reino de emoções e instabilidade que é a alma do ibérico, não se pode esperar um empreendimento marcado pela ordem, disciplina e hierarquia- muito pelo contrário, o Brasil como fruto direto desse “jogar-se ao mundo” dos portugueses é filho da aventura e não do trabalho, da desordem e não da ordem. Quais são, então, os

resultados desse espírito de aventura que marcou os primeiros séculos de vida do país?

Diz-nos Sérgio Buarque que o Brasil não é uma civilização agrícola, mas uma civilização de raízes rurais- o que o autor, com isto, quer dizer? Sérgio Buarque afirma que a civilização que aqui se formou não é fruto do trabalho racional e diligente da terra cujo fruto é uma sociedade organizada em torno da solidariedade e da cooperação, mas sim uma sociedade fruto da aventura daqueles que aqui se lançaram em busca de riquezas, sem calcular riscos e almejando a fortuna a qualquer custo.

Assim, a “civilização da cana” dos primeiros séculos de vida do país não fora marcada pela racionalidade do cultivo da planta e comercialização do açúcar, mas pela ambiência de *hybris* tão bem descrita por Ricardo Benzaquen de Araujo (1994) quando estuda a obra de Gilberto Freyre. Essa *hybris* é entendida como uma ambiência de exageros que muito se afasta do ideal ordenado e civilizatório da formação de valores e instituições propriamente modernas. Nos trópicos, diz-nos Sérgio Buarque, foi a grande propriedade de terra tocada pelas mãos de escravos - e não a pequena propriedade tocada pelo próprio esforço de seu dono- a marca distintiva da “civilização da cana“. Na exploração de terras tão exóticas quanto as tropicais, a técnica europeia serviu para tornar extremamente devastadores os métodos indígenas que tiveram suas finalidades virtualmente desviadas da produção para subsistência para a produção em larga escala com o objetivo de geração de lucros na produção do açúcar de cana.

A verdade, sentencia Sérgio Buarque, é que “sem braço escravo e terra farta para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela [a produção em larga escala de cana-de-açúcar] seria irrealizável” (HOLANDA, SÉRGIO, 1991: p.18). É, como já notamos, uma “ética da aventura” que não mede esforços para realizar seu fim maior, e não uma “ética do trabalho” paciente e resignada, que comanda os primeiros esforços civilizatórios em terras brasileiras, segundo o autor.

Essas raízes nefastas persistem na formação da sociedade brasileira, argumenta Sérgio Buarque, como um grande obstáculo à formação de uma sociedade moderna segundo o gabarito da civilização ocidental. Esse “espírito de aventura” que direcionou o empreendimento colonial soma-se à verdadeira força motriz daquela sociedade, a família patriarcal. A família, e não a comunidade, fornecia a ideia mais

corrente de poder, obediência e coesão entre os homens no Brasil Colonial. O resultado dessa ambiência de “intoxicação familiar” é a predominância, em todas as esferas da vida social, de sentimentos próprios ao ambiente doméstico, esfera antipolítica e particularista por definição; trata-se de um transbordamento da ordem privada que invade e determina o movimento do espaço público, poderíamos sugerir.

A despeito das sucessivas crises agrícolas (desde as crises do açúcar no século XVIII às do café nas primeiras décadas do século XX, momento de escrita dessa obra de Sergio Buarque), as raízes rurais persistem como a marca da sociabilidade brasileira. E qual a marca distintiva de nossa cultura? Sérgio Buarque apresenta-nos, então, a *cordialidade* como a nota básica de nossa cultura.

A cordialidade é tomada como um dos efeitos daquela supremacia incontestável da família colonial; a esfera familiar tomada como o *locus per se* dos contatos primários, aqueles laços afetivos firmados pelo império do sentimento (do coração, por isso *CORdial*) e não da razão, transborda a esfera doméstica e oferece o modelo das relações sociais no Brasil na esfera pública. Nesse sentido, a afabilidade, a hospitalidade, a proximidade denotam não um caráter positivo de civilidade, mas apontam para a persistência daquela sociabilidade herdada de tempos passados em que a família patriarcal fornecia o gabarito das relações sociais. Assim, a cordialidade não é uma nota da modernidade, mas um resquício das formas tradicionais de sociabilidade que comandaram a formação do Brasil enquanto nação e que persistiam como “brasilidade” (peculiaridade da cultura brasileira) na modernidade no Brasil.

Diante dessas raízes fundas e frondosas, qual o espaço para mudança? Qual o espaço para o florescimento de relações e valores modernos? Voltamos, então, ao pessimismo do autor diante do futuro do país descritos parágrafos acima.

É nos dois últimos capítulos de “Raízes do Brasil” que Sergio Buarque traça o que julga ser os “novos tempos” da sociedade brasileira; contudo, os tempos vindouros, do ponto de vista do autor, pouco trazem de novidade. Há sim um processo de urbanização e industrialização em curso no país que tende a empurrar para o passado as raízes ibéricas e dar espaço a uma nova mentalidade fomentada na nova terra, o “americanismo”, mas, diz-nos Sérgio Buarque, a cultura brasileira, em pleno século XX, ainda permanece largamente ibérica e isso se deve ao o que o autor chama de “insuficiências do americanismo”- insuficiência e não ausência, é preciso notar. Aprisionado mas existente, o americanismo, num processo lento, se eleva à altura do

iberismo pelo intenso processo de urbanização em curso no país, contudo, diz-nos o autor, há que se atentar para a convivência e não para o estiolamento completo de um, o iberismo, em favor de outro, o americanismo.

Uma prova da existência, ainda que insuficiente, dessa mentalidade americana em solo brasileiro, diz-nos o autor em “Raízes do Brasil”, é o avanço da civilização para o Oeste do país partindo do Estado de São Paulo. Em meados do século XIX, o café imprime um novo movimento à economia e sociedade do país. Libertando-se das formas de exploração da terra e do trabalho do passado colonial, a lavoura cafeeira representa os avanços da tecnologia no cultivo da planta, da modernização das formas de comercialização e, finalmente, os primeiros traços de uma sociabilidade minimamente liberta da cordialidade. A “ética do trabalho” começa a se desenhar no horizonte brasileiro de forma clara, ainda que insuficiente.

Essa ilha de americanismo em meio ao mar de iberismo leva-nos a pensar que já em “Raízes do Brasil” se desenha um plano de trabalho sobre a modernidade tipicamente brasileira no pensamento do autor. “Caminhos e Fronteiras” e “Monções” são, nesse sentido, continuação do capítulo “Nossa Revolução” de “Raízes do Brasil”.

Para perceber esse diálogo entre as duas obras, olhemos agora para “Caminhos e Fronteiras” (1957) e “Monções” (1945).

3.2- O Movimento

Nas obras que tratam do processo de conquista do Oeste brasileiro em dois momentos distintos, as bandeiras em “Caminhos e Fronteiras” (1957) e as expedições realizadas via rios em “Monções” (1945), há indícios de uma nova mentalidade a se formar na cultura brasileira que apresenta traços da modernidade; “americanismo” é o conceito utilizado pelo autor para indicar a conformação lenta desta mentalidade que traz a novidade representada pela América na cultura ocidental.

Para pensar de que forma o americanismo surge e se firma na cultura brasileira, aceito a tese de Antonio Candido segundo a qual Sérgio Buarque de Holanda desenvolve, tanto em “Raízes do Brasil” quanto em “Monções” e “Caminhos e Fronteiras”, de uma forma muito original os tipos ideais uma vez propostos por Max

Weber. Diz-nos Antonio Candido que

(...) *Sérgio Buarque de Holanda aproveitou o critério tipológico de Max Weber, mas modificando-o, na medida em que focaliza pares, não pluralidades de tipos, o que lhe permite deixar de lado o modo descritivo para tratá-los de maneira dinâmica, ressaltando principalmente a sua interação no processo histórico* (CANDIDO, ANTONIO *apud* MONTEIRO, PEDRO, 1999: p.98).

Antonio Candido percebe na obra de seu contemporâneo um elemento que percorre a formação da intelectualidade brasileira tal como descrita em “Formação da Literatura Brasileira”, o “senso de contrastes”.

Se olharmos para o modo como Sérgio Buarque trata, nessas obras, a relação entre tradição e iberismo, de um lado, e americanismo e modernidade, de outro, temos que o autor dissolve a dicotomia que persiste nas leituras clássicas, acerca do processo de modernização, entre americanismo/modernidade e iberismo/tradição e trabalha tais elementos como pares de uma relação dialética por meio da qual uma unidade, ainda que instável, é composta. Trata-se da “metodologia dos contrários” amplamente trabalhada na obra de Pedro Monteiro (1999) quando este analisa o pensamento de Sérgio Buarque; na obra deste autor, argumenta Monteiro (1999), a relação entre iberismo e americanismo na cultura brasileira é tratada de uma maneira muito especial- na leitura buarqueana, não existe nada como uma vitória triunfante da modernidade sobre as raízes ibéricas, símbolo da persistência da velha tradição no país; há sim convívio entre lógicas divergentes, ou seja, tradição e iberismo, de um lado, e modernidade e americanismo, de outro, não são tomados como termos incongruentes ou auto-excludentes, mas como elementos que se combinam dando forma a um roteiro de modernidade crítico àquele que chamamos de *episteme* da modernidade.

Há alguns exemplos desse convívio ao longo de “Caminhos e Fronteiras”. Sabemos como era patente a presença da cultura indígena naqueles exploradores jogados ao sertão no processo de conquista do Oeste brasileiro. Essa presença não representa uma herança desprezível, pelo contrário, ela constitui elemento positivo e dinamizador da cultura ibérica, força capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o adventício e a natureza tropical. Nesse sentido, o retrocesso a condições mais primitivas de cultura material a cada novo contato do bandeirante com a natureza e

com o indígena despe-se de sua negatividade e assume um caráter imprescindível no processo de adaptação às novas condições de vida. Sem essa “plasticidade”, argumenta Sérgio Buarque, não se poderia conceber a vitória do português na conquista e ocupação das terras amplas e impenetráveis do sertão paulista.

Sabemos que entre nossos indígenas e sertanejos, os laços que unem o homem ao mundo ambiente são bem mais estreitos do que aqueles estabelecidos entre o civilizado e a natureza. A relação estabelecida entre homem e natureza no empreendimento das bandeiras parece um pouco distinta daquela plasticidade que tão bem caracterizou o adventício em sua conquista dos trópicos nos primeiros séculos de ocupação do litoral brasileiro cujo fruto mais importante foi a chamada “civilização da cana”. Trata-se, contudo, de uma diferença de grau e não de natureza, isto é, é a plasticidade que comanda tanto o empreendimento das bandeiras quanto a exploração militar da natureza tropical no plantio e cultivo da cana-de-açúcar. A plasticidade, entendida como aquela qualidade de adaptar-se facilmente às mais diversas situações, foi elevada ao um grau exponencial nas bandeiras de modo que a relação natureza/sociedade tornou-se mesmo uma relação de profunda intimidade, uma “mistura” por assim dizer.

A civilização da cana foi vitoriosa devido a essa plasticidade incrível da gente ibérica, mas essa característica não implicou uma intimidade entre portugueses/trópico/indígenas- foram os escravos negros, e não os portugueses, que trabalharam a terra e produziram as riquezas e os naturais da terra, estes, foram completamente dizimados. É certo que, tanto na civilização da cana quanto nas bandeiras e monções, é a aventura, o “jogar-se no mundo” ou o “espírito do provisório”, o princípio que dá o tom do empreendimento, mas há uma diferença crucial entre o bandeirante e o senhor de engenho: o primeiro, a despeito de sua ânsia pelo ganho fácil, está mais cá, no sertão brasileiro, do que lá, Portugal; completamente ambientado na nova terra e íntimo dos indígenas, o bandeirante é o novo homem dos trópicos e aqui estabelece uma relação peculiar entre os homens e destes com a natureza; o senhor de engenho, que tinha a terra e a gente americanas como insumos a serem consumidos na produção da cana e do açúcar, tem seus olhos e esforços voltados, não para a nova terra, mas para Portugal.

De alguma forma, o espírito de aventura tem seu sentido renovado nas bandeiras e monções e isso se deve à peculiaridade das relações estabelecidas entre os

homens e destes com a natureza. O caráter de aventura que tão bem caracteriza as raízes da cultura brasileira começa a se dissipar no sertão paulista por ocasião das bandeiras e monções. Contudo, o americanismo não vence tão fácil assim, em outras palavras, não há uma troca de um, iberismo, pelo outro, o americanismo: trata-se de processos longos, de avanços e recuos, de um equilíbrio sutil entre ambos os elementos. É, portanto, um indício de uma nova mentalidade, (que não é cópia, é originalíssima porque é americana-brasileira) calcada ainda na mentalidade tradicional. Americanismo e iberismo se combinam e dão forma a um elemento inesperado, os primeiros traços de uma cultura brasileiríssima, poderíamos sugerir. Sérgio Buarque nos oferece, especialmente, em “Caminhos e Fronteiras” alguns exemplos dessa combinação vitoriosa entre os dois elementos que deu origem a alguns elementos peculiaridades da cultura brasileira.

A arte sertaneja de curar é um exemplo dessa síntese. É possível distinguir entre as mezinhas e procedimentos utilizados pela gente sertaneja na cura de variadas enfermidades tanto elementos indígenas (como o hábito de afogear-se o corpo ou parte do corpo do doente) como europeus (como o uso corriqueiro da aguardente na preparação das fórmulas medicinais sertanejas); contudo há mesmo produtos tão imprevistos dessa “mistura” que é simplesmente impossível determinar se tal ou qual prática é de origem indígena ou europeia- trata-se, na verdade, da síntese de um terceiro elemento, fruto do encontro entre cultura indígena e europeia.

Um outro exemplo que o autor nos oferece em “Caminhos e Fronteiras” é o tropeiro que surge como a figura paradigmática da síntese de elementos culturais tão díspares. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro, argumenta Sérgio Buarque. Aquele espírito de aventura que presidiu a conquista de tão largas terras toma aos poucos uma forma mais ordenada e disciplinadora. O tropeiro, assim como o monçoneiro, conta com uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante, uma postura que supõe calcular danos e perdas.

Esses empreendimentos tinham como objetivo geral a comercialização de gêneros de variadas naturezas e para tanto uma disposição renovada dos viajantes-comerciantes era necessária: seja para tanger tropas de animais por longas distâncias com objetivo de comercializá-las, seja para conduzir as expedições comerciais rumo a Cuiabá com o fito de abastecer pequenos povoados que se estendiam ao longo do caminho, virtudes eminentemente burguesas, como a previdência, a organização, o

cálculo, e uma certa disciplina, são necessárias para assegurar o cumprimento rotineiro dessas tarefas. Ainda que guarde aquele espírito de aventura imprescindível ao “jogar-se ao sertão“, o tropeiro e os monçoneiros trazem uma novidade ao espírito ibérico, a previsibilidade e a calculabilidade, disposições eminentemente modernas, como trabalha Max Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo“.

A presença de uma nova mentalidade nesses homens é clara em “Monções”. Os habitantes de São Paulo, distantes dos núcleos de forte intercâmbio com a metrópole, vão se manter por muito tempo numa situação de instabilidade social e isolamento que favorece um maior contato e mesmo intimidade com os indígenas e com a natureza tropical. A vocação do paulista, sentencia Sérgio Buarque, encontra-se no movimento e não nas grandes propriedades de terras que fincam raízes, como argumenta Gilberto Freyre quando esse trata dos senhores de engenho em “Casa-Grande & Senzala“. Contudo, com a descoberta de ouro em Cuiabá e o consequente assentamento de pequenos povoados ao longo dos caminhos que levavam ao novo pólo minerador, aquela instabilidade e isolamento deveria ser enfrentada em nome da continuidade e sucesso da exploração do ouro naquela região. Embora seja a aventura o princípio que move esses homens em busca de riqueza fácil e rápida, aqueles que participam dessas expedições rumo ao Mato Grosso tem ambições mais disciplinadas, trata-se de

um ritmo que já não é o da simples energia individual livre de expandir-se, que regula toda sua atividade. A própria vida há de sujeitar-se neles a limites novos, a novas opressões. Aos freios divinos e naturais, os únicos, em realidade, que compreendiam muitos dos sertanistas de outrora, acrescentam-se, cada vez mais poderosas, as tiranias legais e jurídicas, as normas de vida social e política, as imposições frequentemente caprichosas dos governantes (HOLANDA, SÉRGIO, 1976: p.117).

Por meio dessa descrição lírica da vida nas monções, percebe-se o lento processo de formação de uma nova mentalidade que não surge em sua inteireza e força para sufocar o “espírito de aventura“- trata-se de uma convivência entre esses dois princípios, a aventura e o trabalho, tradição e moderno, na conformação de uma mentalidade tipicamente americana, isto é, uma mentalidade que não é puramente europeia e muito menos puramente indígena. Dito de outra forma, não há uma opção

entre cordialidade e civilidade (elementos determinantes das lógicas ibérica e da americana, respectivamente), mas uma combinação entre os dois princípios que, aos poucos, dá lugar a relações sociais caracterizadas pela urbanidade. Como sugere Pedro Monteiro (1999), a tradição fundada em bases personalistas e o liberalismo fortemente aliado ao urbano não são princípios excludentes ao menos naquele Brasil então em seus primeiros passos.

Não se trata, portanto, de uma simples opção pelo pólo moderno como se fosse possível despir-se da tradição e vestir-se de moderno. No plano da realidade, do viver cotidiano daqueles homens, o caminho não era tão simples. A questão que se coloca, que sintetiza toda a discussão que montamos ao longo desta última seção, é a seguinte: pode a civilidade, marca dos novos tempos, conviver com a cordialidade, resquício da tradição ibérica? Dito de outro modo, pode a modernidade conviver com a tradição?

Do ponto de vista de Sérgio Buarque de Holanda, o estudo da cultura material de bandeirantes e monçoneiros traz uma resposta- trata-se de uma síntese por meio da qual os opostos, iberismo e americanismo, cordialidade e civilidade, convivem sem transcender um ao outro. Apesar de sua total incompatibilidade do ponto de vista de uma *episteme da modernidade* (TAVOLARO, SÉRGIO, 2005), a ordem e a desordem conviveriam na cultura e sociedade brasileira. Um pergunta muito pertinente é feita por Pedro Monteiro (1999) que nos leva direto ao objeto central desta tese.

Estaríamos aqui próximos àquela dialética da ordem e da desordem, apontadas por Antonio Candido, quando submeteu o romance de Manuel Antonio de Almeida a uma redução estrutural? (p. 257).

Em outras palavras, poderíamos sugerir que tal qual o personagem de “Memórias de um sargento de milícias” de Manuel Antonio de Almeida, as ordens existem para serem transgredidas. Como sugere mais uma vez Pedro Monteiro (1999), o moderno não anularia o primitivo, mas o assimilaria à modernidade que então tomava forma no Brasil.

Trata-se, é certo, de uma leitura da modernidade que questiona o gabarito da modernidade; por sermos “filhos do jacaré com a cobra d’água”, como sugere Werneck Vianna (*apud* BASTOS, ELIDE, 2002: p.183), talvez seja possível, como

intuiu Florestan Fernandes, pensar o mundo moderno a partir da periferia, do “desvio” da ordem, ponto de vista que permite a compreensão de movimentos mais amplos da sociedade global.

A parte 1 de “Os Parceiros do Rio Bonito” intitulada “A Vida Caipira Tradicional” promove uma reconstrução histórica do processo de formação secular da cultura caipira no interior do Estado de São Paulo com dois objetivos principais: apanhar, no fluxo histórico, a construção dos mínimos sociais e vitais, conceitos operativos da análise do processo de mudança social, como forma de compreender as condições de vida do caipira no momento da realização da pesquisa de campo. Para tanto, a análise buarqueana sobre o modo como ajustamento ecológico se soma a ajustamento cultural para tornar possível o empreendimento das bandeiras e das monções no processo de ocupação do Oeste paulista é central.

Argumenta Antonio Candido que o equilíbrio ecológico e social do caipira se deu devido às “condições primitivas do meio” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 221): as grandes extensões de terra disponíveis, a densidade demográfica incipiente e a mobilidade que tão bem caracteriza o bandeirismo compõem o pano de fundo da cultura caipira estudada por Candido.

Como argumenta Sérgio Buarque, a cultura indígena teve um papel crucial no sucesso da ocupação do sertão paulista: como um elemento dinamizador da cultura ibérica, a relação do indígena com a natureza aprendida por aqueles homens que se jogaram no sertão é a medida da adaptação do ibérico à natureza tropical. Assim, o que poderia ser considerado como um retrocesso a condições primitivas de relação entre homens e natureza toma um sentido renovado, de possibilidade de assentamento da civilização.

Há, portanto, traços da cultura caipira que Antonio Candido percebe como construídas historicamente: a *mobilidade* como solução a situações de crise, por exemplo; quando “as condições primitivas do meio” não atendem as necessidades mínimas dos grupos, procurar outra terra para plantar e viver se erige como saída quase obrigatória. Outro elemento importante da cultura caipira é o que chamamos de *cultura da personalidade* entendida como a importância exagerada atribuída ao autonomia pessoal.

Na análise histórica da formação destes traços culturais, Antonio Candido não

se embasa na ancestralidade ibérica, mas nas condições de vida do caipira para explicar a tradição caipira. Tal qual Sérgio Buarque, Antonio Candido olha para a cultura material (isto é, para as relações do homem com a natureza e dos homens entre si) para identificar os elementos mínimos da cultura caipira. Longe de identificar uma essência cultural que recorta a formação de uma cultura, como o faz Gilberto Freyre, por exemplo, quando este nos fala do “equilíbrio de antagonismos”, Antonio Candido olha para a prática cotidiana dos homens em seu processo de formação.

Vale a pena citar um trecho em que tal ponto de vista fica claramente estabelecido:

A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade dos bandeirantes e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 48)

Em um claro diálogo com a obra de Marx no que toca a relação sociedade e natureza, Antonio Candido entende que o equilíbrio social depende da correlação entre as necessidades e sua satisfação (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.29). Trataremos deste diálogo no capítulo 5, por ora o que queremos demonstrar é a riqueza dos diálogos que compõe as reflexões de Antonio Candido bem como apontar a conformação daquele “senso de contrastes” a que temos nos referido ao longo deste trabalho.

Assim, encerramos este capítulo sugerindo que essas obras de Sérgio Buarque de Holanda, a saber “Caminhos e Fronteiras”, “Raízes do Brasil” e “Monções”, são parte de uma tradição da reflexão sobre a realidade brasileira que tem como tração essencial a percepção do contraste entre a realidade brasileira e o mundo ocidental no que toca essencialmente as possibilidades da modernidade como elemento da cultura brasileira.

O que gostaríamos de sugerir é que o termo desvio, que há pouco utilizei para marcar a diferença brasileira com relação ao gabarito do mundo ocidental, talvez seja

completamente inadequado, já que não se trata de uma aberração, mas antes de um “modo de ser” integrante da modernidade, afinal de contas, há dúvidas do lugar do Brasil, ou mesmo de outros países outrora classificados como “Terceiro Mundo“ e hoje tomados como “países em desenvolvimento“, no concerto do mundo globalizado?

Sérgio Buarque de Holanda ao focalizar e desmistificar o bandeirante ilumina uma história e uma forma de relação entre os homens e destes com a natureza não percebida e tratada com cuidado pelos estudiosos da cultura e sociedade brasileira. Pode-se sugerir que Sérgio Buarque de Holanda, assim como Antonio Candido em seu “Os Parceiros do Rio Bonito”, dão vazão à consciência de que as mazelas nacionais e as desigualdades entre países e regiões do mundo formavam um único conjunto, a ser visto como tal.

Nos próximos capítulos, espero poder desenvolver esta proposta acerca da obra de Antonio Candido. A hipótese que tomo como condutora dos próximos capítulos é a existência de uma relação dialética entre tradição e modernidade que compõe a estrutura dos argumentos de Antonio Candido acerca do Brasil Moderno. Nos próximos capítulos, apresento tal “movimento dialético” do pensamento do autor que está presente tanto em sua crítica literária (dela trataremos no capítulo 4) quanto em sua sociologia (capítulos 5 e 6).

Capítulo 4

O “movimento dialético” na obra de Antonio Candido: uma leitura de sua crítica literária

Ao longo da apresentação do contexto de produção da obra “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido (capítulos 1 a 3) foi possível verificar que há, na história do pensamento social brasileiro bem como na sociologia brasileira em suas primeiras décadas, a presença de um “senso de contrastes” nas reflexões sobre a realidade brasileira em processo de mudança. Tal “senso de contrastes” mostra-se claramente na identificação das contradições do processo de modernização brasileiro em meados do século XX.

Neste capítulo, tomo como objetivo apresentar o “movimento dialético” que acredito estar presente no pensamento de Antonio Candido especialmente quando este pensa a modernidade brasileira. Começo por investigar a presença deste “sentimento dialético” (ARANTES, PAULO, 1992) em sua crítica literária, sem, contudo, acalantar a ambição de fazer um estudo exaustivo ou definitivo sobre o “movimento dialético” na crítica literária do autor- quero apenas entender de que forma um tema tão importante para se compreender as ideias de natureza e modernidade do autor se construiu ao longo de seus escritos ao longo de sua trajetória de intelectual. Também não queremos sugerir uma continuidade entre a crítica literária e a sociologia do autor, embora talvez isso esteja implicado na apresentação deste e dos próximos capítulos; queremos tão somente chamar a atenção do leitor para uma característica essencial do pensamento do autor e para identificá-la e compreendê-la é importante que retomemos o longo processo de construção dessa leitura dialética acerca da realidade brasileira; assim, olhamos para o conjunto da obra do autor (enorme e riquíssima) sem nos afastarmos, contudo, do objeto central desse trabalho. Esse capítulo acerca do “movimento dialético” na crítica literária do autor constitui-se, portanto, como uma introdução ao estudo de sua sociologia, um recurso para compreender de maneira profunda suas propostas sociológicas.

Antes, contudo, precisamos definir o que entendemos por “movimento dialético“. Primeiro, entendamos porque, neste trabalho, utilizo as ideias

“movimento”, “sentimento” ou “posição”. Tais palavras indicam que a dialética, no pensamento de Antonio Candido, não é um aporte teórico-metodológico pronto e acabado como muito vezes se constitui na história da filosofia e da sociologia (pensamos, como um exemplo, no materialismo dialético do marxismo ocidental), dito de outro modo, Antonio Candido não faz uma apresentação sistemática acerca do que aqui chamamos de “movimento dialético” ou mesmo promove uma discussão teórica acerca da dialética, embora se refira a este “sentimento dos contrários” em vários trabalhos, como logo mais demonstraremos. A dialética apresenta-se, então, no pensamento do autor como um ponto de vista, um “sentimento”, como propõe Paulo Eduardo Arantes (1992), uma lente por meio da qual a realidade brasileira pode ser analisada e compreendida.

O método dialético que Antonio Candido tem como uma referência importante é a leitura que Karl Mar dá ao conceito. Em Marx, dialética é ainda tomada como método de análise da realidade- trata-se, como querem os filósofos da Antiguidade, do método do movimento dos opostos, da relação ou contraposição de elementos que atuam entre si. Marx e Engels dão à dialética um movimento inédito na história da filosofia: como querem os autores, a dialética é colocada sobre seu pés.

Para Marx tanto quanto para Engels, a dialética hegeliana é idealista, ou seja, procede de um pensamento que preexiste à história e a determina. A tarefa que Marx e Engels se propõem é a de colocar a dialética sobre seus próprios pés, isto é, superar as leituras idealistas de um ponto de vista materialista. A dialética marxiana é a dialética da luta do homem com as condições externas da sua existência criadas pelo próprio homem, mas que lhe aparecem como entidades independentes: os estágios hegelianos do desenvolvimento do pensamento são aplicadas à história humana, à realidade humana. Não se trata mais de uma um movimento restrito ao mundo das ideias, mas do caminhar da história humana em seu movimento contraditório- esse é o objeto de estudo de Marx e Engels.

Quando nos referimos à dialética de Antonio Candido estamos nos referindo, aquele ponto de vista acerca da realidade que tem como característica peculiar a contraposição entre elementos que atuam entre si. Trata-se de um método de estudo aplicado à realidade histórica, a realidade brasileira para ser exata, com o objetivo de apreender a multiplicidade e complexidade do real que escaparia ao ímpeto instrumental que tão bem caracteriza a racionalidade instrumental. A dialética é o

método (ou ponto de vista, no caso de Candido) que prima pela complexidade do real em sua riqueza de meandros, encontros e oposições; "movimento", neste sentido, traz exatamente a tração essencial das reflexões de Candido, qual seja, o jogo entre posições e leituras tomadas como antitéticas que permite uma leitura mais enriquecida da realidade humana porque olha para suas contradições; para tanto, Candido não se serve da mobilização de um corpo sistemático de enunciados e regras que devem ser seguidas no estudo da realidade- por isso não se trata de um método ou metodologia em sua integralidade, mas de um "sentimento", como diria Paulo Eduardo Arantes (1992), de um ponto de vista diante da realidade. Estes são os elementos essenciais do "movimento dialético" presente nas reflexões de Antonio Candido.

O "movimento dialético" do pensamento de Antonio Candido tem como referência importante a dialética marxiana, mas não se esgota nela- como temos indicado na análise da construção de um modo de análise da realidade brasileira ao longo dos três primeiros capítulos, não se trata de uma relação unívoca de uma obra ou um autor na conformação do "movimento dialético" de Antonio Candido, mas do diálogo com várias obras e autores de contextos históricos e intelectuais muitos distintos que dá forma ao "movimento dialético" que caracteriza tanto a crítica literária do autor quanto sua análise sociológica. Não concordamos com Heloísa Pontes (1998) que toma a análise da experiência individual do autor - sua militância política assim como os laços intelectuais e de amizade com contemporâneos- e o contexto intelectual do autor como fatores determinantes da presença de Marx em "Os Parceiros do Rio Bonito"³⁰. O que tentaremos demonstrar, neste capítulo principalmente, é que o "movimento dialético" constitui-se como tração essencial do

³⁰ "Em 1964, Antonio Candido dispunha dos trunfos necessários para dar visibilidade, no interior da Faculdade de Filosofia, a uma outra dimensão da sua vida que se realiza fora da instituição, de forma também cívica: a de militante político de esquerda. Com 46 anos, seguro de sua reputação intelectual, ele podia tornar pública a sua opção política não apenas como resultado de sua filiação à esquerda democrática, mas, ainda, como parte de suas preferências teóricas, moldadas no trabalho acadêmico. Sua posição do campo intelectual, aliada ao contexto mais amplo de intensa politização dos anos 60, permitia e como que solicitava essa tomada de posição. *Daí, o destaque de Marx e de sua influência na construção de "Os Parceiros do Rio Bonito* [grifo meu]" (PONTES, HELOÍSA, 1998: p. 180).

pensamento do autor, tanto na crítica literária quanto na análise sociológica. Não se trata, portanto, de uma reação ao contexto de produção ou uma consequência da vivência do autor: trata-se de uma maneira de pensar a realidade brasileira gestada pela concorrência de inúmeros fatores.

Olhemos, então, para o modo como tal “ponto de vista” se constrói na crítica literária do autor; é claro que diante da riqueza e amplitude da obra o autor, escolheremos trabalhos que enriqueçam nossa hipótese e que nos forneçam elementos que permitam a compreensão de “Os Parceiros do Rio Bonito”.

O “movimento dialético” que, sugerimos, é característica principal do pensamento de Antonio Candido pode ser ampliado e aplicado a outros tantos pensadores brasileiros, como notamos especialmente no capítulo anterior. Já de saída temos a leitura do autor acerca do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda.

Antonio Candido, ao tratar da peculiaridade e originalidade de “Raízes do Brasil”, diz-nos que, ao que tudo indica, o assunto típico deste ensaio solicita algo como uma “metodologia dos contrários”, uma adaptação que Sérgio Buarque promove da metodologia weberiana dos tipos ideais, como expusemos no capítulo 03, centrada na exploração e enfoque simultâneo de conceitos polares- trabalho e aventura, método e capricho, norma impessoal e impulso afetivo. Assim procedendo, Sérgio Buarque, segundo observa Antonio Candido, estaria aprofundando uma antiga dicotomia característica da reflexão latino-americana:

No pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso de contrastes e mesmo dos contrários-apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições” (CANDIDO, ANTONIO apud ARANTES, PAULO, 1992: p.22).

Antonio Candido remete esta dicotomia da reflexão latino-americana à condição de país colonizado, de nação que não se encontra nem lá, a Europa, e nem cá, a América. Essa dualidade, contudo, é tratada de uma perspectiva renovada por Antonio Candido ao longo tanto de sua crítica literária quanto de sua sociologia- o sentimento de cópia ou desvio, tão comum em seus antecessores, é deixado de lado em prol de um ponto de vista que percebe as contradições da realidade do país como constitutivas da modernidade ocidental.

Um dos temas que percorrem a obra do autor, no âmbito da crítica literária, é o que o mesmo chama, em texto de 1950 intitulado “Literatura e cultura de 1900 a 1945“, de “dialética do localismo e cosmopolitismo” presente no processo de formação da literatura brasileira; neste artigo, o autor qualifica como dialético o longo processo de formação da literatura brasileira no qual a tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma da expressão) é o elemento essencial do movimento de conformação de uma vida literária no país. A literatura brasileira, argumenta Antonio Candido, tem consistido numa oscilação constante entre a afirmação do nacionalismo literário e o declarado conformismo e imitação consciente dos padrões europeus: a obra, nesse sentido, resulta em um compromisso entre a expressão local e a forma universal. O que se tem realizado de forma mais perfeita como obra e como personalidade literária- Machado de Assis é o grande exemplo- representa os momentos de equilíbrio ideal entre as duas tendências.

Essa “dialética do localismo e do cosmopolitismo” está presente em toda obra de envergadura de Antonio Candido (no âmbito de seus trabalhos de crítica literária) de modo que tal ponto de partida pode ser tomado como uma espécie de método de análise das imbricações entre literatura e sociedade, tema candente das reflexões do autor. Este método, se podemos chamá-lo dessa maneira, é desenvolvido em sua grande obra “Formação da Literatura brasileira”, publicado em 1959. O ponto de partida desta obra é, mais uma vez, a existência de um movimento de dupla formação na literatura brasileira. De um lado, a realidade americana se oferecia como enigma que deveria ser confrontado e transformado em “temas” da literatura, diferentes daqueles que nutriam a literatura metropolitana: esta era a tarefa da literatura em um país na periferia do mundo civilizado, desvendar o enigma do “atraso“ e traduzir a diferença em universalidade. Do outro lado, existia a necessidade de utilizar as “formas” da literatura cosmopolita adaptadas às peculiaridades de expressão da realidade americana como forma de expressão legítima das reflexões acerca daquela realidade. O ímpeto que dirigia esta empreitada era um só: exprimir o novo sem abandonar o velho, apreender e exprimir a peculiaridade do Novo Mundo sem prescindir da inspiração das matrizes do mundo ocidental, condição *sine qua non* da legitimidade da literatura produzida deste lado do Atlântico.

A partir da metade do século XVIII, argumenta o autor, se pode falar em uma

literatura como fato cultural configurado no Brasil. A consciência de grupo por parte dos intelectuais, o reconhecimento de um passado literário local tomado como referência de uma produção literária comum e a formação, ainda que incipiente, de um público leitor são elementos que sugerem a conformação de um sistema literário brasileiro minimamente formado; o Romantismo é tomado como o período em que uma literatura brasileira pode ser claramente identificada como um sistema integral.

Ao longo de “Formação da Literatura brasileira”, Antonio Candido deixa claro que a ruptura estética que o Classicismo (em meados do século XVIII) e o Romantismo (a partir da segunda metade do século XIX) representaram no processo de formação de um sistema literário brasileiro não implicou uma ruptura histórica, se assim podemos dizer, com a dialética localismo/cosmopolitismo. Há certos momentos, na história do processo de formação da literatura brasileira enquanto sistema, de raro equilíbrio entre o local e o universal - como a obra de Machado de Assis - que indicam um momento de “síntese”, em que o local é tomado como universal, isto é, ponto primordial de referência da reflexão, mas a dialética cosmopolitismo/localismo apresenta-se como persistente e, até mesmo, como referência da produção literária brasileira; aquele caráter indefinido e partido da identidade de uma cultura da periferia do mundo ocidental, expresso no “senso de contrastes” encarnado na dialética do cosmopolitismo/localismo, é tomado como referência essencial do que se entende por cultura brasileira. É importante que fique claro que a dialética cosmopolitismo/localismo tem um sentido muito mais profundo que ultrapassa a relação entre sociedade e literatura e caracteriza a peculiaridade da produção intelectual de um país de passado colonial (como tratamos no capítulo 3) e, portanto, o modo como nos vemos como periferia e somos vistos como tal pelos centros de poder econômico e cultural; essa proposição ficará clara ao longo desse capítulo, mas especialmente no capítulo 6.

Quando olhamos para a primeira obra publicada de Antonio Candido, “O Método Crítico de Silvio Romero” (1945), percebermos claramente o processo dialético de formação da crítica literária brasileira. Nesta obra, Antonio Candido toma um ponto de partida muito original para a construção de sua crítica literária: o autor toma a obra de Silvio Romero, importante intelectual recifense de fins do século XIX, como objeto de estudo e como referência para pensar literatura brasileira, invertendo o *modus operandi* da crítica literária do período que insistia em olhar “para fora”

(debater a bibliografia internacional, por exemplo) ao invés de olhar para o dado local, este tomado como prenhe de vícios, equívocos e claramente datado. Ao recuperar o pensamento de Silvio Romero, Antonio Candido reconhece uma tradição na crítica literária brasileira e coloca-se como parte do processo de formação desta ao tomar o dado local (ainda que repleto de equívocos, como era o caso da crítica literária naturalista de Silvio Romero) para pensar em um ponto de partida para a formação de um sistema literário no país. O suposto do qual parte o autor (qual seja, colher um problema tal como construído em sua feição local, ou seja, partir da crítica literária do passado para a construção da crítica literária do presente) claramente expõe a convicção de que só se pode alcançar a real universalidade da análise crítica de uma obra literária mediante o aprofundamento das sugestões locais, que, afinal, são parte da movimento mundial do processo reflexivo do Ocidente.

Percebe-se, portanto, que ao intelectual brasileiro (e também latino-americano) erige-se uma antinomia, uma “dupla fidelidade” (ARANTES, PAULO, 1992) a qual é necessária ficar atento: atualizar-se ao movimento cosmopolita a ponto de perder de vista a implantação local *ou* alinhar-se à posição periférica do país e dar as costas ao mundo contemporâneo. A essa antinomia, a produção literária responde com uma síntese dos elementos que compõem o par da antinomia, qual seja, o dado local é expresso (“forma social”) de uma forma universal (“formalização estética”³¹)- este é o desafio que se coloca ao intelectual da periferia do mundo ocidental, ou, como queira Roberto Schwarz, trata-se das providências que deve tomar um escritor (ou crítico literário para pensarmos na condição de Candido) na periferia do capitalismo para se tornar um intelectual de mesma importância que os maiores de seu tempo oriundos doutro lado do Atlântico.

Em outros trabalhos produzidos no âmbito da crítica literária, mas posteriores a “Os Parceiros do Rio Bonito”³² é possível perceber de forma acabada este

³¹ Tanto “forma social” quanto “formalização estética” são conceitos trabalhados pelo autor em texto posteriores a “O Método Crítico de Silvio Romero”; tais conceitos são amplamente empregados em outro artigo de Antonio Candido, “Dialética da Malandragem” (1970) que será alvo de análise alguns parágrafos à frente.

³² Vale a pena lembrar: a tese de doutoramento a qual “Os Parceiros do Rio Bonito” refere-se foi

“movimento dialético” que estamos descrevendo; embora possa parecer deslocada a abordagem desses trabalhos nesse espaço, já que são trabalhos publicados posteriormente, acredito que esses textos nos fornecem sugestões importantes acerca do que temos considerado como elemento essencial do pensamento de Antonio Candido.

Assim, em “Literatura e subdesenvolvimento”, o autor desenvolve sua “posição dialética” de forma clara. Nesse artigo originalmente publicado em 1970, o autor trata das condições a que estava submetida a formação da literatura em um país da periferia do capitalismo como o Brasil. O autor analisa a relação entre a confrontação da peculiaridade local e a universalidade cosmopolita na história da literatura brasileira: repleta de altos e baixos nos quais ora a literatura local era tomada em seu sentido positivo como expressão da singularidade do país (“consciência amena do atraso”) ora em sua triste minoridade frente às produções do núcleo da modernidade ocidental (“consciência catastrófica do atraso”), a formação da literatura brasileira expressa não apenas o reconhecimento do caráter contraditório da realidade de um país periférico, que combina dado local e universal de forma, mas a percepção do movimento da experiência cultural brasileira, ou seja, a persistência daquele “sentimento dos contrários” ou aquele “senso de contrastes“, que vê em cada tendência sua componente oposta, movimento tão característico do processo de formação da intelectualidade brasileira. Assim, trata-se de um ponto de vista de análise do real que toma o processo de inserção da sociedade e cultura brasileira na

defendida em 1954; lembremo-nos que a primeira edição do livro é de 1964. “Formação da Literatura Brasileira” foi publicada em 1959 mas trata-se de um projeto antigo de Candido que se remete a meados da década de 1940; podemos dizer que “Formação da Literatura Brasileira” e “Os Parceiros do Rio Bonito” foram escritos e pensados concomitantemente.

modernidade ocidental como contraditório.

Seguimos nossa viagem pela crítica literária de Cândido em busca desse “sentimento dos contrários” que parece ser parte essencial de seu ponto de vista. Um trabalho do autor que traz de forma acabada a análise dialética da relação sociedade e literatura é a “Dialética da Malandragem”, artigo originalmente publicado em 1970, que tem como objeto de estudo a obra “Memórias de um Sargento de Milícias” de Manoel Antonio de Almeida. Este artigo toma como objetivo apresentar a peculiaridade “brasileiríssima” da obra e o faz em dois movimentos. Primeiro, apresenta a correspondência entre “forma social” e “formalização estética” por meio de um processo de “redução estrutural” em que a realidade do mundo se torna, na narrativa ficcional, componente da estrutura literária.

Nesse sentido, “Memórias de um Sargento de Milícias” apresenta o primeiro malandro da história da literatura brasileira, este tipo humano que condensa de forma magistral as ambiguidades da ordem burguesa em seus primeiros passos em uma sociedade na periferia da modernidade ocidental. Irredutível ao “pícaro” ou ao “aventureiro astucioso”, o “malandro” tem sua peculiaridade salvaguardada por sua origem tropical: se compartilha algumas características com o “aventureiro astucioso” (o “pícaro” é um correspondente), o “malandro” é um aventureiro muito original porque é brasileiro. Portanto, o romance de Manoel Antonio de Almeida não pode ser reduzido apenas a um registro documental de um determinado período da história do Brasil- embora se atrele aos romances documentários de meados do século XIX, “Memórias” é também um romance representativo da cultura brasileira.

Percebemos, então, um grande movimento universalizador por meio do qual o “romance malandro” se perfila ao lado do “romance picaresco” como um possível símbolo do aventureiro astucioso (um movimento cosmopolita, por assim dizer, que aponta para o compartilhamento da “forma”) e outro movimento menor que diz respeito essencialmente ao que torna o “malandro” peculiar, brasileiro de origem (um movimento localista que corresponde ao conteúdo da forma). Nesse movimento menor, Antonio Candido apresenta o segundo momento de sua análise dialética ao propor a “dialética da ordem e da desordem” como motor da obra em análise no artigo. Essa dialética diz respeito a setor significativo da sociedade brasileira ao tempo do período regencial, os chamados “homens livres”, aquele estrato social que gravita entre os dois grandes elementos da estrutura social do período (os senhores e

escravos) e que vivem em um espaço intermediário entre a ordem e a desordem, entre civilização e barbárie. Dialética, nesse segundo momento da análise de Antonio Candido, designa esse movimento que comanda a “substância” do romance: os personagens e o enredo da obra são operacionalizados por esse movimento constante e infundável entre ordem e desordem, entre civilização e barbárie. Como argumenta Paulo Arantes (1992), Antonio Candido percebe, na análise da obra, a conformação de uma “dialética inconclusiva” capaz de acomodar os elementos opostos num sistema de equivalências e de comunicações recíprocas- esse é o movimento do romance, mas também do pensamento de Manoel Antonio de Almeida, isto é, a “dialética da ordem e da desordem” aponta para a realidade mas também para uma forma de pensar específica.

Antonio Candido chamou de dialético, em “Dialética da Malandragem”, esse balanceio caprichoso entre ordem e desordem, alternância entre dois pólos antinômicos que se combinam, se misturam e assim definem a fisionomia da cultura brasileira. Entretanto tal “fisionomia dual“, poderíamos sugerir, não está restrita à obra “Memórias de um Sargento de Milícias”, mas se encontra expressa em outros trabalhos de Antonio Candido no âmbito de sua crítica literária. Vejamos, já nos encaminhando para a conclusão deste capítulo, as leituras críticas que o autor fez de outra importante obra da literatura brasileira, “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo, para assim nos aproximarmos do tema principal desta tese.

Em “De Cortiço a Cortiço”³³, Candido apresenta uma modalidade da dialética do ordem e da desordem, a “dialética do espontâneo e do dirigido”. Tomada como um movimento incessante expresso no enredo e nos personagens da trama, a dialética do espontâneo e do dirigido é mobilizada pelo crítico como elemento mediador entre os

³³ Esse texto resulta da junção de duas versões parciais de artigos sobre a obra de Aluísio de Azevedo publicadas em meados da década de 1970. Como esclarece Ramassote (2008) a primeira, intitulada “A passagem do dois ao três”, foi publicada integralmente na Revista de História, da Universidade de São Paulo (n. 100, volume L, ano XXV, 1974). A segunda versão é uma transcrição da palestra pronunciada no II Encontro Nacional de Professores de Literatura, intitulada originalmente “Literatura – Sociologia: análise de O cortiço de Aluísio Azevedo”, publicada no *Cadernos da PUC* (Série Letras e Artes), n. 28, 1976.

dois pólos que costumam ser referência para a compreensão da obra- estamos falando da clássica dicotomia, presente no pensamento sociológico, entre natureza e sociedade. Se adotarmos esse ponto de vista dicotômico, teríamos natureza (cortiços) e sociedade (sobrado) como pólos antinômicos da realidade ficcional. O problema dessa abordagem dicotômica, argumenta Antonio Candido, é que esta não parece dar conta da riqueza e peculiaridade social e cultural que a trama do romance expressa. Se lembrarmos, por exemplo, da complexidade das relações raciais que a obra revela teremos isso de forma clara.

Vejamos: o branco é, por excelência, não o que tem cor branca, mas o que pertence ou pertencerá à camada dominante. O negro não é o de cor preta, mas todos os que pertencem às camadas sociais cujos membros são, no limite, tratados como escravos, isto é, aqueles sobre os quais recai o trabalho produtivo. A massa do Cortiço é feita de brancos, negros, mulatos, caboclos e cafuzos. Os portugueses que, em vez de tenderem à classe dominante, tendem à classe dominada, se equiparam essencialmente ao negro. Assim, a realidade das classes sociais, ou seja, a divisão essencial da sociedade capitalista entre proprietários e trabalhadores se interpõe entre as duas categorias extremas, natureza e sociedade, e revela a dinâmica mais complexa da análise produzida pelo autor de “O Cortiço“. A dicotomia só faz sentido se apresentar termos mediadores que complexificam a análise da realidade: no romance em tela, o termo mediador é classe social que “bagunça” ou borra as categorias e dá novas possibilidades de arranjo à dicotomia natureza e sociedade.

Assim, a dialética do espontâneo e dirigido expressa muito bem o incessante movimento entre os pólos da desordem e da ordem a que estão submetidos todos os personagens da narrativa; não é, portanto, a proximidade ou distanciamento de um dos pólos da dicotomia natureza/sociedade o elemento essencial na compreensão profunda da obra em questão, mas é sim a entrada no palco de um termo mediador (“classe social”) entre as dicotomias clássicas do pensamento sociológico (sociedade/ordem/dirigido *versus* natureza/desordem/espontâneo) o elemento que esclarece, porque complexifica, o cenário social. Remetemo-nos, assim, àquele sentido profundo de “dialética”: dialética tomada em sua oposição com a lógica formal e entendida como o movimento de elementos contrários cujo resultado é uma visão mais ampla, rica e profunda da realidade social.

É esse o ponto de partida da crítica à análise estruturalista, tão a gosto da

crítica literária dos anos 1960 e 1970, que Candido desenvolve de forma clara no texto “Duas vezes “A passagem do dois ao três”” publicado na coletânea “Textos de Intervenção” (2002). O que mais me interessa neste texto (que também toma como objeto de estudo a obra “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo) é o que nos conduz ao tema central desta tese, a relação entre sociedade e natureza. Tratada como uma dicotomia de soma zero, tal oposição é diluída em uma análise à moda marxiana que adota “classe social” como termo mediador das dicotomias clássica do pensamento ocidental. Assim, nas palavras de Antonio Candido, entre natureza e sociedade se interpõe a luta de classes em torno da apropriação dos meios de produção como elemento complexificador da narrativa de “O Cortiço”. Para sintetizar essa proposição, há uma bela formulação do autor que remete a uma obra clássica de um pensador importantíssimo do estruturalismo no âmbito dos estudos antropológicos, Claude Lévi-Strauss:

Entre o Cru e o Cozido, avultam os meios segundo os quais é possível cozer os alimentos e determinar como e por quem serão consumidos (CANDIDO, ANTONIO, 2002: p. 67).

As dicotomias apresentadas pouco nos dizem a respeito da realidade brasileira, fato que leva o crítico a procurar possibilidades de análises mais completas ou pelo menos diferentes daquelas clássicas- estamos nos referindo mais uma vez àquele “sentimento dos contrários” que identificamos em algumas obras de crítica literária do autor e que, sugerimos, amplia-se à sociologia produzida pelo autor, especialmente naquela exposta em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Dicotomia diluída e novo ponto de vista conquistado- esse é resultado do método crítico de Antonio Candido, ou em outras palavras, estas são as providências que um crítico literário da periferia da modernidade ocidental deve tomar para captar e compreender não só o lugar de seu país (e de sua produção intelectual) no mundo ocidental, mas como movimentos mais amplos que caracterizam a modernidade ocidental.

É a “passagem do dois ao três”, como belamente expõe Antonio Candido, o elemento essencial não só de sua crítica literária, mas também de sua sociologia. O que queremos dizer é que como pano de fundo dos pares dialéticos identificados ao longo desse capítulo - localismo/cosmopolitismo; desordem/ordem; espontâneo/

dirigido- e que estão dispersos ao longo da obra do autor, há um movimento mais profundo que caracteriza não só as reflexões do autor, mas também o como este entende a inserção do Brasil na modernidade ocidental (seja no plano das ideias ou no plano da reprodução material da vida), o “movimento dialético”, que problematiza as dicotomias à moda da *episteme da modernidade* (natureza e cultura; barbárie e civilização; tradição e moderno). No próximo capítulo, tomaremos este ponto de vista para análise da relação sociedade e natureza na obra “Os Parceiros do Rio Bonito” de modo a iluminar a leitura do autor sobre a modernidade brasileira.

Capítulo 05

Natureza e sociedade sob o “movimento dialético” em “Os Parceiros do Rio Bonito”

Nos capítulos que constituem a leitura do contexto de produção de “Os parceiros do Rio Bonito” em seus possíveis diálogos com autores e obras que oferecem elementos que dão suporte ao processo de compreensão da obra, tentamos deslindar a construção de um ponto de vista dialético nas reflexões de Antonio Candido (o que chamamos de “movimento dialético no capítulo 4) que não se restringe ao campo de seus estudos sociológicos, mas se ampliam ao conjunto de sua obra, especialmente à crítica literária que o consagrou como um dos intelectuais mais importantes da cultura brasileira no século XX.

O “movimento dialético”, ao qual nos referimos, tomamos como a característica essencial das reflexões de Antonio Candido, especialmente quando este se debruça sobre um tema caro a gerações de intelectuais brasileiros, a modernidade brasileira.

O argumento que apresento nos dois próximos capítulos é que Antonio Candido pensa a modernidade brasileira a partir de uma relação dialética entre tradição e modernidade; para pensar o modo como o autor pensa a modernidade brasileira, partimos de um ponto de vista peculiar: a relação entre natureza e sociedade; nosso argumento é que o “movimento dialético” também está presente no modo como Antonio Candido trata a relação sociedade e natureza em “Os Parceiros do Rio Bonito”.

Tal leitura dialética, argumentamos neste capítulo, está muito próxima da proposta marxiana, mas não se esgota nela. Para esclarecer tal ponto, gostaria de

esclarecer alguns pontos acerca das escolhas dos diálogos³⁴ que serão expostos neste capítulo.

Um ponto que precisa ser esclarecido é que não acredito na possibilidade de diálogo claro e aberto entre a sociologia e os estudos literários de Antonio Candido no que toca ao tema natureza/sociedade tal como apresentado em “Os Parceiros do Rio Bonito”; ao final do capítulo 4, apresentamos a crítica feita pelo autor à leitura estruturalista da relação cultura/natureza em “A passagem do dois ao três” que aponta uma referência clara ao tema tal como o trataremos nos dois próximos capítulos (aponta, especialmente, um ponto de vista marxiano na análise da relação citada); o que argumento é que tal referência constitui-se como um elemento quase isolado e que não se reproduz tal qual em outras obras em outros momentos da reflexão do autor sobre o tema. Para tratar da relação sociedade e natureza em seu estudo sobre o caipira paulista, Antonio Candido adota como diálogo importante a obra de Marx e, embora tenha pensado e produzido muitos textos sobre o tema natureza e sociedade na literatura brasileira (como demonstramos no capítulo 3), o modo como o tema natureza e sociedade é tratado em “Os Parceiros do Rio Bonito” evidencia um debate claro com a sociologia e não com os estudos literários, sejam internacionais ou brasileiros³⁵.

Por outro lado, a aproximação entre crítica literária e estudos sociológicos, na obra de Antonio Candido, pode ser feita pela presença de um traço característico do pensamento do autor, o “movimento dialético”. Como temos demonstrado ao longo dos capítulos desta tese, há uma série de diálogos que conformam este “movimento dialético”, seja ele o debate sobre o mundo rural na sociologia nos anos 1940 ou o

³⁴ É importante notar, mais uma vez, que lidamos, nesse trabalho, com a ideia de “diálogo” e não de “influência”, conforme discussão que apresentamos na introdução a esse trabalho. A ideia de “diálogo” sugere o debate e combinação original de ideais que dão forma a uma leitura muito peculiar acerca da realidade social.

³⁵ A escolha pelo *Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies*, na *University of Texas at Austin*, como local de estágio e aprofundamento da pesquisa teve como uma das razões a verificação de uma hipótese, qual seja, que existiria um diálogo entre a produção latino-americana, no âmbito dos estudos literários, e “Os Parceiros do Rio Bonito” no que toca o tema natureza e sociedade.

pensamento social brasileiro- a leitura marxiana sobre as relações sociedade/natureza é mais um diálogo que compõe esse movimento. Assim, é possível dizer que exploramos as possíveis aproximações entre a crítica literária e os estudos sociológicos do autor não por meio de identificações de temas, mas pela investigação de um elemento que trabalha como um método de apreensão da realidade, ou melhor, um ponto de vista sobre o mundo social³⁶.

Como esclareci em capítulos anteriores, o pensamento social brasileiro é uma fonte clara de inspiração e diálogo na obra de Antonio Candido, que transparece, especialmente, no modo como o autor desenha um ponto de vista muito peculiar na leitura da realidade brasileira, o “movimento dialético”. No que toca, especificamente, o tema natureza/sociedade na obra que é objeto desta tese, acredito que o diálogo que mais ilumina a compreensão do autor sobre o assunto é sua leitura da obra de Marx que, sem sombra de dúvida, é feita de um determinado ponto de vista e de uma certa experiência intelectual.

Além disso, é preciso reafirmar que “Os Parceiros do Rio Bonito” constituiu-se como tese de doutoramento em sociologia; como qualquer trabalho que se insere em um campo de produção de conhecimento, se espera de uma tese o debate com a tradição de pensamento da disciplina (seja aceitando-o ou rejeitando-o), a manipulação de teorias, conceitos, teorias e metodologias construídos no interior da *episteme* da disciplina e o reconhecimento pelos pares do *status* e valor científico da obra produzida. Neste sentido, embora Antonio Candido nutrisse uma imensa intimidade com o pensamento social brasileiro, “Os Parceiros do Rio Bonito”, como símbolo maior de sua proficiência do conhecimento sociológico, deveria trazer de forma explícita o diálogo com a disciplina.

³⁶ Ramassote (2008) trabalha na identificação de temas que promovem um diálogo entre a crítica literária do autor e sua produção sociológica e, desse modo, identifica um ponto de vista sociológico que atravessa as reflexões do autor em seus dois campos de produção e atuação acadêmica. Acredito que seja uma leitura muito produtiva da obra do autor, mas que ilumina pouco de dois temas caros ao desenvolvimento desta tese, a relação sociedade/natureza e modernidade brasileira. Tendo como ponto de partida o que chamamos de “sociologia da questão ambiental” na introdução a este trabalho, adotei uma estratégia diferente na abordagem do autor.

Lembre-mo-nos de um ato fortuito mas muito significativo: Antonio Candido lembra que Roger Bastide não dera nota máxima ao seu trabalho porque o mesmo colocava-se em uma situação limítrofe entre a sociologia e antropologia pela manipulação de metodologias tão díspares quanto pesquisa de campo e estudo historiográfico (PONTES, HELOÍSA, 1998: p.14). Em um contexto de definição das fronteiras entre as disciplinas que compõem as Ciências Sociais (e tudo o que está implicado nesta definição: o monopólio legítimo da fala sobre determinados assuntos; o financiamento de pesquisas; a criação de cátedras; a escolha de professores e de assistentes), a indefinição entre campos de conhecimento colocava o autor em uma situação delicada.

A despeito disso e reconhecendo a importância de Roger Bastide ao despertar nos jovens alunos o interesse pela realidade brasileira, Antonio Candido admite em artigo em que trata da formação do pensamento sociológico brasileiro a adequação do método à análise da realidade brasileira. Como o autor argumenta, a literatura foi no Brasil a forma privilegiada de expressão das reflexões sobre sociedade e cultura; o processo de disciplinarização dos estudos sociais no Brasil que se dá em meados da década de 1930 e 1940, a ciência e não mais a literatura passa a ser a linguagem privilegiada das reflexões sociais (p. 291); a restrição da “soberania literária” (p. 291) indica, segundo Antonio Candido, uma delimitação de campos de produção de conhecimento que indica “maturidade intelectual”; por outro lado,

as condições segundo as quais se desenvolveu a sociologia no Brasil convergem para lhe dar certas características próprias, num sentido de maior sincretismo, ou se quiseram, maior indiferenciação que noutros lugares (...) Sincretismo que pode parecer indevido e talvez o seja em certa medida, mas corresponde a características da nossa evolução mental e necessidades ainda sentidas de compreensão da nossa realidade. Ela só tem sido prejudicial na medida em que não cria ambiente favorável para o desenvolvimento pleno das pesquisas sobre as sociedades urbanas e seus aspectos próprios, com técnicas quantitativas e recursos à estatística, a via preferencial por que deve entrar a sociologia moderna (...) Mas, por outro lado, permite ao espírito e aos métodos sociológicos estenderem-se por várias setores que lhe estariam vedados em países de especialização acadêmica mais estrita, enriquecendo o conhecimento da realidade e facultando maior plenitude à personalidade dos estudiosos (p.292)

Um reforço a este “sincretismo” defendido pelo autor é o debate em torno das

“teorias conciliadoras” ou do “ecletismo” entre Florestan Fernandes e Costa Pinto nos artigos publicados na Revista Sociologia no ano de 1947, como expusemos no capítulo 2.

Parece que uma norma científica seria a combinação do maior número possível de critérios, como condição para o aproveitamento máximo das contribuições das várias teorias sociológicas (...) pois a experiência mostra que tais “crises de conciliação” constituem verdadeiras crises de desenvolvimento da sociologia como ciência. Por meio delas, a sociologia aumenta constantemente seu corpus teórico, alargando e refinando cada vez mais o seu equipamento conceptual e metodológico, e definindo com maior clareza seus problemas e as suas finalidades práticas (FERNANDES, FLORESTAN, 1947: p.344).

Se, por um lado, existia a pressão pela definição sociológica de “Os Parceiros do Bonito” (prova maior da proficiência do autor no conhecimento sociológico), por outro, seu “ecletismo” recebia a anuência de um nome importante no processo de formação do pensamento sociológico brasileiro, Florestan Fernandes; o interessante a notar é que esta constelação de diálogos (bem como seu movimento entre posições distintas) transparece no modo como “Os Parceiros do Rio Bonito” é construído.

Outro ponto importante é a militância de esquerda de Antonio Candido. Em meados da década de 1940, período de grande radicalização política, Antonio Candido, ao lado de seu amigo Paulo Emilio, teve uma militância política intensa em grupos de esquerda: até o fim do Estado Novo, ambos atuaram na clandestinidade e depois atuaram ativamente na Esquerda Democrática que, a partir de 1947, passa a ser denominada Partido Socialista Brasileiro. Antonio Candido participava ativamente de reuniões, escrevia artigos para a revista Folha Socialista (no período de 1947 a 1952, cf. DANTAS, VINÍCIUS, 2002) e tinha uma militância política intensa como descreve em entrevista a Heloísa Pontes (1998, p. 21 a 24)³⁷.

Como lembramos no capítulo 2, os debates realizados no âmbito das ciências

³⁷ Nesta mesma entrevista, Antonio Candido a presença do Professor Jean Magué na conformação de seus interesses pela militância política socialista (PONTES, HELOÍSA, 1998: p.17). Há, portanto, uma constelação de elementos que conformam seu “ponto de vista dialético”, isto é, sua leitura da realidade brasileira que nota as contradições da realidade.

humanas brasileiras em processo de formação, em meados da década de 1940, são muito alimentados por uma perspectiva ideológica: lembremo-nos que à polarização política da guerra fria correspondeu a polarização das forças políticas no país; nacionalismo/entreguismo, comunismo/ capitalismo transbordaram o debate político e reinaram absolutas no debate sociológico que então se constituía no período.

Contrariando uma hipótese de Heloisa Pontes (1998, p.180), não me parece que a postura descrita, nas linhas acima, seja o caso de Antonio Candido: como descrito na introdução a este trabalho, não acredito que a biografia do autor tenha o poder de causalidade indicado pela autora; sem sombra de dúvida, a escolha da obra de Marx teve como suportes a experiência do autor tanto na militância política de um partido de esquerda quanto a ambiência intelectual da FFCL-USP de intenso debate sobre a obra de Marx (o trabalho de Lidiane Rodrigues (2011) explora esta ambiência de forma clara), mas a escolha do diálogo não se explica tão somente pela experiência de vida do indivíduo, ou seja, há uma confluência de experiências que levam a tal escolha. É interessante notar o “ecletismo” operado por Antonio Candido na combinação de perspectivas teóricas tão distantes quanto o funcionalismo de Malinowski e o marxismo: se, por um lado, tal ecletismo despertou desconfiança de seus pares (lembremo-nos da avaliação feita por Roger Bastide do caráter indefinido da obra de Candido), por outro demonstrou uma grande capacidade do autor de mobilizar autores e obras que “estavam por ali” no período de elaboração da obra, tal como Florestan Fernandes propusera em artigo publicado em 1947 na Revista *Sociologia*.

Após estas observações, voltemos para análise da relação sociedade/natureza tal como trabalhada em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Ao nos debruçarmos sobre a literatura contemporânea, encontramos alguns estudos que, inspirados no debate ecológico contemporâneo, tomam “meio ambiente” e “ecologia” como conceitos operativos na análise literária (PARHAM, JOHN, 2002; JUNQUERA, CARMEN *et alii*, 2010, MURPHY, PATRICK, 2009). Estas propostas teóricas e metodológicas são ainda muito jovens e são decorrências de todo o debate ambiental que toma forma em meados da década de 1970 em todo o mundo. As primeiras associações que congregam estudiosos sobre a temática começaram a surgir nos EUA (país no qual o debate tem grande relevância) em meados da década de 1990 (uma das primeiras revistas sobre a temática, *ISLE - Interdisciplinary Studies in Literature and*

Environment, é criada em 1992; a organização *ASLE - Association for the Study of Literature and environment* - é criada em 1993³⁸).

Essas novas propostas teóricas, embora apresentem uma leitura renovada de obras clássicas da literatura ocidental na qual o tema meio ambiente é amplamente tratado (leitura importantíssima como esforço de compreensão das relações ambiente e sociedade, seu passado e suas possibilidades), não nos ajudam a compreender e explanar a leitura que Antonio Candido faz da relação sociedade/natureza na obra em questão porque, sugiro, há, de forma geral, a predominância de um ponto de vista “ecocêntrico” (CATTON, WILLIAM; DUNLAP, RILEY, 1978) nestas leituras³⁹; o suposto central de uma visão ecocêntrica das relações sociedade e natureza é concebê-los como elementos que compõem uma dicotomia irreconciliável, ponto de vista que não poderia estar mais distante da leitura dialética que Antonio Candido faz da relação entre natureza e sociedade.

Outra leva de estudos bem distantes desta perspectiva alinhada ao debate contemporâneo sobre ambiente e sociedade aponta, no âmbito dos estudos literários na América Latina e no Brasil, um número muito grande de trabalhos acerca do amplo tema natureza e sociedade (CARVALHO, FLÁVIA, 2005; MURARI, LUCIANA, 2009; WEBER, JOÃO, 2007; ZILBERMAN, REGINA, 1994; NAVASCUÉS, JAVIER, 2002; SORIANO-MOLLÁ, DOLORES, 2011; MARTINEZ, JOSÉ, 1963; FRENCH, JENNIFER, 2005; TRINDADE, NÍSIA, 1999) de modo que podemos sugerir que “natureza” é um tema muito presente no modo como a América Latina, por meio de sua literatura, olha para si. Antonio Candido em “Formação da Literatura Brasileira” (1975) trata isso de forma clara quando analisa o Arcadismo e o Romantismo principalmente, como tratamos no capítulo 3. Podemos dizer que natureza foi (e arrisco a dizer que ainda é) uma das narrativas prediletas dos autores e pensadores acerca da sociedade e cultura não só brasileira como latino-americana. Sob este ponto de vista, é possível sugerir que Antonio Candido compartilha com os

³⁸ Para eventual consulta, www.asle.org

³⁹ A obra editada por Carmen Junqueira é repleta de exemplos nesse sentido. Recomendo a leitura da introdução à obra feita pelos editores em que as propostas e tarefas centrais dos estudos sobre ecologia e literatura são explanados como um exemplo claro.

demais estudiosos da literatura brasileira e latino-americana a mesma percepção com relação ao tema natureza e sociedade no que tange aos estudos literários.

Entretanto, a relação sociedade e natureza assume um *status* renovado quando é tomada como conceito operativo da análise sociológica em “Os Parceiros do Rio Bonito”. Como o próprio autor admite, no tratamento da relação natureza e sociedade no que toca à cultura caipira, seu principal diálogo foi a obra de Marx, em especial “A Ideologia Alemã” (CANDIDO, ANTONIO, 2001, p.14). Antonio Candido compartilha a tese de Marx acerca da relação sociedade e natureza, qual seja, “homem e natureza surgem como aspectos indissolúvelmente ligados de um mesmo processo, que se desenrola como História da sociedade” (CANDIDO, ANTONIO, 2001, p.14).

O entendimento que Antonio Candido tem sobre natureza, na obra “Os Parceiros do Rio Bonito”, tem como um de seus diálogos a antropologia e a sociologia produzidas em meados do século XX.

Como apontamos nos capítulos 1 e 2, um diálogo importante na conformação de sua compreensão sobre o caipira (e a relação deste com a natureza) é seu afastamento crítico dos chamados “estudos de comunidade”, tão à moda da sociologia paulista na década de 1940.

Como o próprio autor argumenta, o estudo que promove sobre os caipiras paulistas não se esgota em uma visão sistemática de todos os aspectos da vida social que poderia ter como objetivo, tal qual os “estudos de comunidade”, oferecer um panorama completo e orgânico da sociedade em questão. Antonio Candido parte de supostos bem distintos em sua pesquisa sobre o caipira: ele focaliza o caipira para olhar para movimentos sociais, econômicos, culturais e políticos mais amplos, a saber o processo de modernização de meados do século XX no Brasil. Neste ponto está a conformação do “senso de problemas” que Candido considera ausente dos “estudos de comunidade”: a reconstrução histórica da formação do modo de vida caipira é elucidativa neste sentido; é inserindo o caipira no fluxo da história e promovendo uma comparação entre o “tempo dos antigos” e o tempo presente que Antonio Candido percebe a miséria a que está condenado o homem pobre do campo no Brasil do século XX. É o movimento, operado pela análise, entre tempo pretérito e presente que permite a percepção das contradições do processo de modernização de um país na periferia do capitalismo.

Os “estudos de comunidade” conformam-se, do ponto de vista de Antonio

Candido, como instrumentos pobres e insuficientes cuja falha mais grave é oferecer um panorama a-histórico da sociedade em estudo tal como se agrupamentos humanos fossem desprovidos de movimento histórico; em um “estudo de comunidade”, argumenta Antonio Candido, tudo se passa como se a comunidade estivesse em isolamento completo do movimento histórico, político e social mais amplo da região e do país. Tal postura teórico-metodológica coloca em risco o “senso de problemas” da pesquisa em desenvolvimento: afinado ao debate da sociologia do período, como apontamos no capítulo 2, o estudo da vida do caipira paulista em meados do século XX, para Antonio Candido, não é apenas um problema de pesquisa, mas um problema social amplo que nos leva ao cerne da questão social brasileira (e moderna, como penso neste trabalho).

Comprometido com o “senso de problemas” que qualquer pesquisa sociológica precisa ter, Antonio Candido toma como objetivo em sua tese de doutoramento conhecer *os meios de vida* de uma comunidade caipira localizada nas proximidades do município de Bofete, interior do estado de São Paulo, como forma de compreender de que modo o intenso processo de mudança social, decorrente dos processos de urbanização e industrialização em curso no Brasil em meados do século XX, afetava o modo de vida tradicional.

A distinção que Candido opera entre rural (referido exclusivamente à localização do grupo) e rústico (referido ao caráter tradicional da cultura do homem do campo) (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.24) na qualificação da cultura dos grupos caipiras nos oferece um indício do modo como o “senso de problemas” é importante em suas escolhas teóricas; ao adotar o adjetivo “rústico” na qualificação dos caipiras, o autor dá provas de seu interesse maior no estudo das comunidades caipiras, qual seja, o modo como índices mínimos da sociabilidade e sobrevivência econômica do caipira eram atingidos pelo processo de modernização. Lembremos que seu objetivo não era estudar a comunidade como um todo orgânico, mas sim focalizar alguns elementos que considerava cruciais para o entendimento da cultura e da sociabilidade do homem pobre do campo. Assim, em um grupamento humano no qual a relação sociedade/natureza é caracterizada pela proximidade extrema entre os elementos, o modo como tal relação se modifica historicamente é um índice do modo como as relações sociais se modificam.

Candido escolhe, então, um único tema (e não todos os aspectos da estrutura

social como era praxe nos “estudos de comunidade“) que julga ter um papel essencial na re-construção teórica das “unidades mínimas de vida econômica e social” do caipira, qual seja *a alimentação*; todos os processos relacionados à obtenção e consumo de alimentos mostram-se como elementos centrais de todo o processo de reprodução da vida social e biológica de uma comunidade rústica, por isso mudanças sociais de tamanha importância, como o processo de urbanização, afetam de modo tão profundo tais comunidades de modo que podem condená-las ao desaparecimento. Neste sentido, os níveis básicos de vida e sociabilidade, tal como expressos nos processos envolvidos na alimentação, apresentam-se como formas de compreender o lugar do caipira no Brasil de meados do século XX.

Na análise das “unidades mínimas de vida econômica e social”, a relação que o caipira estabelece com a natureza tem centralidade na reflexão do autor. Como esclarece, num claro diálogo com a teoria marxiana, “as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 29).

Assim, um equilíbrio, mesmo que relativo ou precário, entre as soluções concebidas para satisfação das necessidades do grupo e os recursos disponíveis na natureza é o suposto da existência de todo grupo social.

É a partir de uma “sociologia dos meios de subsistência” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 35) que Antonio Candido olha para o caipira; as relações que os caipiras estabelecem entre si e com a natureza com o objetivo de satisfazer uma necessidade física – a alimentação – constituem-se como o problema sociológico para autor e ideia-guia do esforço reflexivo do autor. As necessidades, argumenta o autor, têm um duplo caráter natural e social: se a manifestação primária da necessidade são impulsos orgânicos (a fome, o frio, a pulsão sexual), a satisfação destas se dá por meio do trabalho humano, o processo de transformação da natureza em valores de uso. Tal constatação tem tamanha centralidade na análise que se pode afirmar que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos e os recursos de que dispõem para satisfazê-las (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 29).

É possível sugerir que uma presença decisiva no modo como Antonio Candido lê a relação sociedade e natureza na obra em questão é a leitura que o autor tem da obra de Karl Marx. O interesse que a obra de Marx desperta em Candido, como o

próprio autor admite (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.14), se justifica pela leitura antropológica que Marx faz da relação sociedade e natureza que, essencialmente, está exposta em “A Ideologia Alemã”.

O interesse pela “leitura antropológica” de Marx acerca da natureza explica-se, por sua vez, pelo objeto de estudo que Antonio Candido escolhe, uma comunidade rural na qual a natureza tem um lugar ímpar: como Antonio Candido demonstra, ao longo de “Os Parceiros do Rio Bonito”, na cultura caipira não existe uma distinção clara entre natureza e sociedade tal qual aquela que caracteriza o modo como sociedade/natureza são entendidas na modernidade ocidental (TAVOLARO, SÉRGIO, 2005); a separação abissal entre natureza e sociedade que caracteriza a modernidade é completamente dissolvida em comunidades rurais, tais como aquelas que Antonio Candido estudou, em prol de uma relação de maior proximidade entre natureza e sociedade, típicas de comunidades que têm a tradição como valor operativo.

A característica essencial do conceito marxiano de natureza é seu caráter sócio-histórico: Marx toma a natureza como a primeira fonte de todos os meios e objetos para o trabalho de modo que a natureza passa a constituir uma condição *sine qua non* dos processos objetivos de produção e reprodução sociais.

Diz-nos Marx que a força de trabalho é sempre exteriorização de uma força natural. Como força natural, o trabalho contrapõe-se à matéria da natureza para criar coisas úteis, “valores-de-uso”, que habilitem o homem a produzir e reproduzir a própria vida. A relação sujeito e natureza externa é parte constitutiva do resultado do processo de trabalho, mas também parte da natureza: ao ser transformada pelo trabalho humano, a natureza passa a ser “natureza humanizada”; sob o ponto de vista, a dicotomia natureza/sociedade, tão característica das ciências naturais do século XIX, é dissolvida em prol de uma leitura que toma natureza e sociedade como elementos inter-relacionados, como pares de uma relação dialética.

Em “A Sagrada Família”, segundo Schmidt (1977), fica claro que para Marx o materialismo constitui o pressuposto tácito de qualquer reflexão acerca das sociedades humanas. O materialismo pode ser entendido, grosso modo, como um corpo de ideias que tem como suposto essencial a proposta de que a matéria é a causa de todos os fenômenos reais, ou seja, não existe um princípio inteligente independente da matéria que seja causa determinante ou concorrente de qualquer fenômeno real e a natureza subsiste independente e fora da consciência e da vontade humana (FOSTER, JOHN,

2005: p.14). Do ponto de vista materialista, as elucubrações da Razão, suas dicotomias e o caminhar do Absoluto ao longo do processo histórico da humanidade, temas presentes no pensamento de Hegel, são puras ficções. Num claro posicionamento crítico diante da filosofia espiritualista e teológica característica do idealismo alemão do século XIX, Marx argumenta que é impossível pensar em separado, como dicotomias, a razão e sensações; a alma e corpo; o homem e o mundo; a história e a ciência, a natureza e a indústria, a teoria e a prática.

Esse *pathos* pela realidade é a grande característica do pensamento de Marx; esta centralidade da realidade concreta na análise filosófica coloca o homem, em articulação com seu substrato material, como grande referência do pensamento filosófico de Marx. O autor não se propõe a substituir o Absoluto hegeliano por outro princípio igualmente metafísico ou essencialista; a tração essencial do pensamento marxiano é tomar o homem como objeto central de suas reflexões; para Marx, o pensamento filosófico pode somente demonstrar todo seu potencial quando apontar, de forma clara, que o produtor do mundo objetivo é o processo vital, social e histórico de produção e reprodução da vida dos homens. É o homem em sua luta diária com a natureza o motor propulsor da história humana.

A natureza é tomada, na teoria marxiana, como material da atividade humana; a natureza, para Marx, não se confunde com o subjetivo, ou seja, não se dissolve nas formas de apropriação humana pois não guarda nenhuma identidade ontológica com o homem: a natureza é um momento da práxis humana pois é socialmente construída ao ser humanamente moldada; na análise do modo de produção capitalista, Marx toma a natureza em sua relação com o homem em seu processo cotidiano de produção e reprodução da vida como central.

A História, portanto, é uma relação recíproca dos homens entre si e destes com a natureza. A história natural e a história humana constituem para Marx uma “unidade na diversidade”, ou seja, a história humana não se reduz à pura história natural e tampouco a história natural se reduz à humana. Como lembra Antonio Candido (2001),

A História pode ser encarada de dois lados e dividida em História da Natureza e História dos Homens. Mas os dois lados não podem ser separados do tempo; enquanto houver homens, a História da Natureza e a História dos Homens se

condicionarão reciprocamente” (p.30).

É importante que fique clara a ruptura que o pensamento de Marx sinaliza com as várias leituras deterministas da relação entre natureza e sociedade à moda do naturalismo do século XIX (a despeito de todos aqueles que pregam o contrário; lembremo-nos que a leitura dos brasileiros das obras de Marx em meados do século XX tinha muito um viés leninista que guardava um tom fortemente evolucionista). Lembremo-nos que todo o empenho intelectual de Marx em suas obras, especialmente em “O Capital”, é desvelar uma suposta “naturalidade” das relações sociais na sociedade capitalista ao demonstrar o caráter social e histórico da produção econômica.

Assim, é possível dizer que Marx coloca a natureza em seu devido lugar, isto é, a natureza não está excluída dos processos humanos, mas também não os comanda tal como supõe o evolucionismo do século XIX. Desse modo, a natureza interessa à Marx, em sua análise da sociedade capitalista, como momento da práxis humana. Como atenta Antonio Candido (2001) quando pensa o caipira, a relação do homem com a natureza não pode ser considerada apenas como reprodução física: a relação do homem com natureza já em si uma atividade, um determinado modo de viver destes indivíduos. Para utilizar um conceito caro a Sérgio Buarque, a cultura material expressa modos de relações dos homens com a natureza e das relações dos homens entre si.

Devido a este caráter “duplo“ dos produtos do trabalho (natural e social), estes não são somente histórico-sociais, mas também estão condicionados pelos caracteres naturais de toda matéria-prima. Para Marx, os homens, quaisquer sejam as condições históricas em que vivam, se vêem frente a um mundo de coisas, a natureza, do qual devem apropriar-se para sobreviver e sobre a qual não podem exercer controle absoluto⁴⁰.

⁴⁰ John Bellamy Foster (2005) trabalha muito bem esse reconhecimento da interdependência entre homens e natureza quando perscruta os diálogos de Marx com a obra de Charles Darwin. Como Foster (2005) argumenta, a leitura materialista da realidade une Darwin a Marx ao tomar como suposto a ideia de que na luta contra a natureza, os homens entram em relação uns com os outros de tal modo que os

Assim como a subsistência de um indivíduo está ligada às funções do seu corpo, também a sociedade deve manter-se em um contato produtivo ininterrupto com a natureza. Há um duplo movimento, portanto: se os homens transformam a natureza em valores de uso, estes, por sua vez, são reduzidos a natureza quando o processo de consumo é finalizado. Simmel quando trabalha a relação dialética entre natureza e sociedade o faz por meio da utilização de dois conceitos, “paisagem” e “ruína”: a “paisagem” traduz o primeiro movimento de transformação humana da natureza e “ruína” traduz em termos metafóricos o processo de naturalização de obras humanas (SANTOS, ANA, 2011). Esse duplo movimento é o coração do conceito marxiano de “intercâmbio orgânico” que desenvolve de forma clara aquele balanço dialético entre sociedade e natureza a que temos nos referido insistentemente.

O intercâmbio orgânico entre homem e natureza que caracteriza todas as épocas da história da humanidade transforma-se de forma radical com o surgimento das condições burguesas de produção; o modo de produção capitalista tem a divisão radical entre o trabalho e suas condições objetivas de produção como motor essencial. A unidade do homem e a substância natural, materializada sob a forma de valores de uso, mantém-se firme sob as relações burguesas de produção, entretanto o que interessa à crítica da Economia Política e requer explicação é a mencionada separação radical, tão típica da sociedade burguesa, entre as condições inorgânicas da existência humana e sua existência ativa, uma separação tal como aquela que está presente na relação entre trabalho assalariado e capital.

Marx descreve um aspecto crucial do trânsito da era feudal para a burguesa no que toca à relação sociedade/natureza: nas sociedades agrárias, diz-nos Marx, há uma relação de quase-simbiose entre natureza e homens de modo que os homens estão submergidos, por assim dizer, no “ser natural”; na sociedade burguesa, em que a tecnologia fornece ao homem meios muito eficazes de controle e domínio da natureza como jamais testemunhados na história da humanidade, é possível dizer que a

homens não podem mudar a natureza sem mudar a si mesmos.

natureza se solidifica em “um-em-si”, exterior e estranho aos homens.

Este último movimento histórico constitutivo da Época Moderna analisado por Marx, o movimento do campo para a cidade, é o objeto de estudo da obra de Antonio Candido; na obra de Candido, na transição campo-cidade, a relação natureza/sociedade tem centralidade na compreensão do modo como o caipira se adapta à nova realidade do Brasil urbanizado. O que Antonio Candido aponta é que o equilíbrio social entre necessidades e recursos para satisfazê-las típico das sociedades caipiras, ou o “intercâmbio orgânico” entre natureza e sociedade, é comprometido com o processo de urbanização.

Antonio Candido tem no caipira do século XX este momento de transição entre modos tão distintos de relação dos homens entre si e destes com a natureza. O grande objetivo de Antonio Candido em “Os Parceiros do Rio Bonito” é analisar de que forma a modernidade é recebida e “digerida” pelas comunidades caipiras do interior de São Paulo e, para tanto, o modo como o caipira luta pelo “o de comê”, como diria Guimarães Rosa, é o objeto central de sua reflexão. Ao ponto de vista antropológico da análise marxiana da relação sociedade/natureza, Antonio Candido soma a leitura de um estudo clássico do funcionalismo inglês, *Hunger and work in a Savage Tribe: a functional study of nutrition among the southern Bantu* (1948), de Audrey Richards (1899-1984).

Richards produz esse trabalho - que se conforma na sua tese de doutoramento - sob a orientação de Bronislaw Malinowski (1884-1942), antropólogo polaco que fez sua carreira na Inglaterra, amplamente conhecido pelo método funcionalista que emprega em seus estudos etnográficos. Seguindo os passos do mestre, Richards toma como objetivo em seu livro demonstrar que somente uma síntese dos fatos concernentes à nutrição pode dar uma ideia total da organização econômica, da vida doméstica, das ideias religiosas e valores éticos de uma comunidade.

Um importante antropólogo ligado à escola funcionalista que produz reflexões teóricas importantes sobre a escola é Alfred R. Radcliffe-Brown (1891-1955); para este autor, o conceito de função baseia-se na analogia entre vida social e vida orgânica: no artigo “Sobre o conceito de função em Ciências Sociais” (originalmente publicado em 1935) explica que para Durkheim função é a correspondência entre as funções biológicas e as necessidades da organização social. Toda tentativa de aplicar este conceito de função em ciências sociais implica a suposição de que as condições

necessárias de existência para as sociedades humanas são as mesmas para quaisquer outros organismos animais: a exemplo das ciências naturais, tais condições necessárias de existência das sociedades humanas podem ser descobertas pela pesquisa científica.

Para Radcliffe-Brown no artigo indicado, toda célula ou órgão tem uma atividade e esta atividade tem uma função na estrutura do organismo; a função é a parte que determinado elemento desempenha na vida social como um todo- tal é sua contribuição para a manutenção da continuidade estrutural do organismo. A vida do organismo é, portanto, concebida como o funcionamento de sua estrutura, deste todo integrado.

A estrutura social como um todo só pode ser observada em seu funcionamento, isto é, as relações sociais só podem ser observadas nas atividades sociais nas quais as relações estão em progresso. Há, então, dois níveis de análise na análise funcionalista: o primeiro deles, a morfologia social que consiste na definição, comparação e classificação das estruturas sociais e há o estudo fisiológico que se pergunta como persistem os sistemas estruturais, isto é, quais os mecanismos que mantêm viva a estrutura social. Não se pode estabelecer uma morfologia social independente de uma fisiologia social, isto é, a vida social deve ser percebida como um todo, como uma unidade funcional em que estrutura e ação estejam articuladas de formas claras.

No trabalho de Richards (assim como no de Antonio Candido), a alimentação assume este caráter totalizante. No livro em questão, a autora tenta explicar de que modo as instituições sociais perfazem funções que satisfazem necessidades biológicas: a alimentação, nesse sentido, traz o encontro entre biologia e sociologia de forma clara. A autora argumenta que a alimentação determina, mais do que qualquer outra função fisiológica, a natureza dos grupos sociais e o modo como suas atividades se desenvolvem: todas as atividades humanas relacionadas à busca e produção de alimentos em sociedades agrárias não somente necessitam de cooperação, mas dependem desta.

Em sociedades agrárias, todos os processos envolvidos na coleta, produção, preparo e consumo de alimentos são os grandes temas e preocupações da coletividade de modo que é possível dizer, argumenta a autora, que a alimentação é o centro da vida social; as relações dos membros da comunidade são largamente determinadas por suas necessidades alimentares que não se resumem ao atendimento de necessidades

puramente físicas, mas traduzem-se em aspectos culturais, econômicos e sociais das sociedades em questão. A alimentação tem uma capacidade narrativa ampla em sociedades agrárias, poderíamos dizer- essa é, de forma geral, a ideia central que Antonio Candido compartilha com Richards.

A análise construída pela autora oferece sugestões importantes para o modo como Antonio Candido olha para seu objeto de estudo, o caipira. Como sugeri em outro momento deste trabalho, não é possível falar em influências, tal como um bloco de ideias fechadas prontamente aceitas, na compreensão do modo como Antonio Candido monta seu instrumental teórico para compreender o caipira. Antonio Candido constrói diálogos (o sentido de debate crítico, negação, aceitação e releitura de proposições é a ideia central que diálogo nos traz aqui) com a literatura produzida e estudada no período em que produz sua obra com um único intuito, entender e explicar a realidade da cultura caipira. É seu *pathos* pela realidade o que o leva a combinar livremente leituras e propostas teóricas tão distintas quanto o materialismo dialético de Marx e o funcionalismo de Malinowski, como apresentamos parágrafos acima.

O funcionalismo, sem sombra de dúvidas, toma um espaço grande na análise que Antonio Candido (2001) produz- o autor apresenta uma única ressalva à leitura funcionalista quando trata da obra de Richards e atribui à análise um caráter por vezes simplificador da realidade humana (p.14). Como trataremos no próximo capítulo, a análise da mudança tem viés claramente funcionalista ao apontar a mudança como uma espécie de equação entre traços de persistência e de mudança na cultura caipira no contexto do processo de modernização. Contudo, o que explica a perenidade da obra de Candido (isto é, o que torna a obra de Antonio Candido um clássico dos estudos sociológicos brasileiros) não é seu funcionalismo, mas a análise sensível da cultura do homem pobre do campo.

O interessante a notar das reflexões elaboradas por Antonio Candido é o modo como combina propostas teóricas tão distintas e, assim, promove uma leitura rica sobre o universo do caipira. O trabalho de Richards, neste sentido, abre perspectivas não vislumbradas para o autor no estudo da cultura caipira, como o próprio autor admite (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.14); lembremo-nos que seu interesse pela cultura caipira teve início pelo estudo de uma forma de manifestação cultural tipicamente caipira, o cururu. Da dança e da cantoria para a alimentação, Antonio

Candido faz um movimento importante que pode ser explicado pelos objetivos que elege para sua tese de doutoramento em sociologia. Ao se interessar pelos modos de reação e adaptação do caipira ao processo de mudança social, os processos relacionados à alimentação do grupo parecem ser os objetos que proverão um acesso mais amplo e rico ao quadro cultural caipira.

Como trabalhado por Richards, no nível básico da subsistência humana, a alimentação assume um valor central; assim, argumenta o autor, se a obtenção, concepção e produção de uma dieta são completamente dependentes de formas de organização social, em sociedades agrárias a relação entre alimentação, meio e grupo tem um caráter central na medida em que são temas que organizam toda a organização social. A alimentação, desse modo, tem um caráter totalizante.

Diz-nos Candido (2001), numa clara aproximação da leitura marxiana exposta em “A Ideologia Alemã”, que *as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las* (29).

O modo como os homens produzem seus meios de subsistência, argumenta Antonio Candido (2001), depende estritamente do caráter dos meios de subsistência que encontram a sua disposição (caça e coleta) e daqueles que são capazes de produzir; o equilíbrio entre necessidades e recursos disponíveis para suprir tais necessidades depende do modo como a sociedade está organizada, isto é, o equilíbrio entre necessidades/recursos está intimamente relacionada à estrutura e organização social de cada grupo; alterações na equação meios/necessidades implicam, portanto, mudanças nas relações sociais.

Para cada sociedade ou grupo, em um determinado momento de sua história, há uma relação ótima entre ajuste ao meio e organização social, um equilíbrio entre necessidades e recursos. Tal relação exprime formas não só de equilíbrio vital (isto é, de subsistência física de indivíduos que compõem o grupo), mas também de equilíbrio grupal ou social. O equilíbrio social depende de formas de equilíbrio entre necessidades e satisfação das mesmas: esse equilíbrio é variável no tempo para cada sociedade, isto é, tanto as formas de equilíbrio vital como social são construídas historicamente e, portanto, sofrem modificações ao longo da história de cada grupo.

O modo como os grupos sociais equacionam essas formas de equilíbrio - vital e social- é amplamente determinado pelas formas de organização social assim como

pelo caráter e quantidade de meios disponíveis para satisfação de suas necessidades. Se, como ensina Marx, o desenvolvimento histórico das sociedades é um processo intermitente de emergência de necessidades sempre renovadas e amplificadas a que devem corresponder recursos também renovados e amplificados para satisfazê-las, o movimento histórico de ajustamento entre necessidades e recursos provê uma constante alteração dos vínculos entre o homem e meio natural. É também possível propor, portanto, que tais formas de equilíbrio variam de grupo para grupo e que existem patamares ótimos e também mínimos tanto de equilíbrio vital e social.

Argumenta o autor, que há para cada cultura, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. É olhando para este equilíbrio que Antonio Candido (2001) pensa seus conceitos de “mínimos”; para cada sociedade, em um determinado momento, há uma relação necessária entre meio e organização social; estas relações ou equilíbrios, relacionados a modos de subsistência grupais, exprimem “fórmulas de equilíbrio social”. “Mínimos vitais” de alimentação e abrigo e “mínimos sociais” de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas e a sobrevivência física. Formulado nestes termos, o equilíbrio social depende de uma equação entre “mínimo social” e “mínimo vital”:

Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.35).

Tendo em vista o objetivo de sua tese, Antonio Candido cunha a análise que produz de “Sociologia dos Meios de Subsistência” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.35). Como suposto desta proposta, o autor entende que os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos à parte do conjunto de valores e normas culturais, isto é, ao analisar os elementos básicos de subsistência física e cultural dos caipiras, Antonio Candido privilegia uma leitura da realidade social que articula “reações culturais” e “necessidades básicas”, cultura e biologia, sociedade e natureza. Tal como Marx propõe, sociedade e natureza compõe um par de uma relação dialética que conta a história humana.

A alimentação traz esse duplo caráter - natureza e cultura- de forma clara: a

alimentação é um recurso vital que não cabe adiamento, pois a fome só cala com comida e, portanto, requer satisfação constante e, para tanto, exige uma organização social mínima que garanta a sobrevivência física da comunidade. A alimentação torna-se o centro de um vasto complexo cultural que abrange normas, práticas, mitos e ritos que mostram, de forma clara, a indissolubilidade entre grupo, meio e reprodução e da vida.

Assim, o complexo de práticas, normas, tabus e mitos que compõe o amplo processo de produção, distribuição e consumo de alimentos ilustra o caráter de continuidade que caracteriza as relações do grupo com o meio natural. A alimentação pode ser tomada como um vínculo entre natureza e sociedade de modo que homem e meio aparecem numa solidariedade indissolúvel (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.36).

O meio se torna deste modo um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com as suas necessidades e planejamento em função destas – aparecendo plenamente, segundo queria Marx, como uma construção da cultura (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.36).

É a partir desse sutil e precário equilíbrio entre homens e destes com a natureza (entre os “mínimos vitais” e “mínimos sociais”, segundo a conceituação criada pelo autor) que Antonio Candido recupera a história do caipira paulista bem como percebe o sentido das mudanças econômicas e sociais que se colocam com o avanço da agricultura comercial e a urbanização no século XX para o caipira. Assim, o equilíbrio social (atentemo-nos que, a despeito do ponto de vista marxiano no que diz respeito às relações entre homem e meio, são os conceitos típicos do funcionalismo à moda de Malinowski que dão o tom geral do estudo) está intimamente relacionado à correlação entre as necessidades humanas e as formas e recursos para sua satisfação. Sob este ponto de vista, desequilíbrios no balanço necessidade/satisfação suscitam situações de crise tais como descritas na parte 3 do trabalho de Antonio Candido.

Tal como notamos no capítulo 3, a análise do processo de formação da cultura caipira traz este diálogo com Marx de forma clara. Não é a ancestralidade ibérica em sua plasticidade o elemento dinamizador da cultura caipira (tal como argumenta, por exemplo, Gilberto Freyre quando este pensa na persistência do “equilíbrio de

antagonismos”), mas estados de equilíbrio entre necessidades e meios para satisfazê-las o fator primordial na análise da cultura caipira. Como o autor trata em “Da passagem do dois ao três”, como expusemos no capítulo 4, a oposição natureza/sociedade é diluída em uma análise à moda marxiana que atenta para o modo como as relações sociais se dão no plano da realidade.

É a prática cotidiana dos homens na lida com a natureza e na relação com seus pares que oferece uma miríade de saídas para os dilemas apresentados pela natureza, ou seja, é o homem sua luta diária com a natureza o motor propulsor da história humana. Para a cultura caipira estudada pelo autor, o nomadismo, por exemplo, surge como uma saída privilegiada no “tempo dos antigos”, mas que é profundamente comprometida com a ocupação das terras e a exigência de titularidade para ocupação.

A mudança que se avizinha com o intenso processo de urbanização e industrialização a que estava submetido o Estado de São Paulo em meados do século XX sinaliza um momento de crise na sociedade caipira; no “tempo dos antigos”, como dizem os caipiras, o ajustamento do caipira ao meio dava-se de forma, ainda que precária, mas harmoniosa, isto é, o caipira era como que absorvido pela natureza de modo que caipira e natureza formavam uma espécie de continuidade.

O meio representava para o grupo uma totalidade, cujos limites coincidiam com os limites da atividade e da mobilidade grupais. Havia entre as atividades do caipira uma correlação estreita, e todas elas representavam, no conjunto, síntese adaptativa da vida econômico-social (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 217).

Na década de 1940, período em que a pesquisa de campo começa a ser realizada, o equilíbrio entre meio e grupo humano complica-se nas comunidades caipiras: tendo em vista a crescente comunicação entre campo e cidade, o isolamento a que, tradicionalmente, esteve “condenado” o caipira é colocado em xeque; o estabelecimento de novas relações com o mundo externo, isto é, a ampliação do mundo do caipira, dilui o equilíbrio, mesmo que precário (o adjetivo “mínimo” no conceito criado por Candido indica o grau de precariedade do equilíbrio entre caipira e meio) que caracterizava a sociedade caipira.

O equilíbrio entre natureza e homens e destes ente si, nos grupos caipiras, foi estabelecido pelas “condições primitivas do meio” nos primeiros séculos de ocupação do Oeste paulista: terras virgens e abundantes, natureza pródiga e baixa densidade

demográfica ofereciam ao caipira um horizonte amplo e sem limites para sua sobrevivência. Os paulistas têm pernas, já ensinava Gilberto Freyre (2006): a grande mobilidade espacial é uma característica essencial da cultura caipira; quando o equilíbrio social e ecológico era ameaçado, o caipira corrigia tal desequilíbrio pela procura de novas terras para viver; a mobilidade, explica Candido, recria o meio ao permitir um novo balanço entre natureza e homens e também mudanças no interior dos grupos sociais.

Em situações de profundas mudanças sociais como as que se dão no sudeste do Brasil em meados do século XX, no entanto, as transformações ambientais e sociais (empobrecimento do solo pelo uso contínuo e predatório, alta densidade demográfica, a presença cada vez maior do Estado que disciplina a posse da terra) não podem ser compensadas pela mobilidade, fato que provoca o surgimento de condições graves de desequilíbrio e crise que empurram o caipira para condições de vida cada vez mais miseráveis que beiram a anomia. O mote central da obra de Antonio Candido é apontar e entender os mecanismos de adaptação forjados pelos caipiras, isto é, novos modos de equilíbrio social e vital como modo de lidar com a mudança social.

A escolha do objeto de estudo é indicativo do tipo de análise que Antonio Candido pretende construir: ele escolhe os parceiros, “que representam aspecto menos estabilizado e íntegro na vida social e econômica do homem do campo, mas ainda se prendem à cultura tradicional” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 118). Os parceiros (é a relação de trabalho predominante na área que estuda o que indica a nomenclatura) estão, portanto, entre dois mundos, o tradicional, do campo e o moderno, da cidade.

Bofete, cidade onde se localiza a comunidade de caipiras onde Antonio Candido desenvolve seu longo trabalho de campo, também se constitui em uma realidade entre duas lógicas distintas, o moderno e o tradicional.

Antes de chamar-se Bofete, o município no qual se localiza a comunidade estudada por Candido, se chamava Rio Bonito e, antes disto, Bofete era uma pequena comunidade chamada Samambaia⁴¹. O processo de crescimento do povoamento deu-

⁴¹ “Botucatu é elevada a vila e município em 1855, trazendo para a sua jurisdição o lugar denominado capelo do Samambaia; este, criado distrito e freguesia com o nome de Rio Bonito pela Lei provincial nº 6, de 28 de fevereiro de 1866, foi pela lei nº 75, de 21 de abril de 1880, elevado a vila, sede de

se essencialmente pelo desenvolvimento das vias de comunicação e da produção agrícola; Bofete constituiu-se por meio de uma oscilação entre a cultura tradicional caipira representada por Tatuí e as características econômicas e sociais da produção em larga escala tal como se dava em Botucatu e tem como impulso essencial o desenvolvimento de vias de comunicação e a produção agrícola (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 127)⁴².

No período em que fora elevada à condição de vila e, posteriormente, município, Rio Bonito não se constituía como uma vila que servia aos grandes latifúndios; um indicativo desta característica é o menor número relativo de escravos na população do total da freguesia (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 123). Enquanto área do município de Botucatu, Rio Bonito concentrava mais de 1/3 da população total, mas os escravos representavam apenas 1/12 da população de Botucatu: Rio Bonito constituía-se como uma região típica de agricultura de excedente. No final do século XIX, contudo, algumas grandes fazendas de café lá fincaram raízes o que trouxe à comunidade não só a prosperidade econômica, como o mundo da cidade.

Tal situação de prosperidade sofre um forte abalo por volta de 1920: desde a crise do café de 1902, a região sofrera fortes abalos em sua economia, mas a geadas de 1928, argumenta Antonio Candido, fora o tiro de misericórdia na economia agro-exportadora que apenas se esboçava na região. No período em que Antonio Candido

município autônomo, com a mesma denominação. A Lei estadual nº 1038, de 19 de dezembro de 1906, elevou-a à categoria de cidade, a que foi mais tarde dado o nome de Bofete, pela Lei Estadual nº 1828, de 21 de dezembro de 1921“ (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 119).

⁴² Cito aqui um trecho em que o diálogo com os “estudos de comunidade” está posto de forma clara no modo como Antonio Candido constrói sua análise da cultura caipira; refiro-me exatamente ao contínuo rural-urbano de Robert Redfield: “O café trouxe a Bofete mais estrangeiros, em números absolutos, do que a todos os outros municípios de origem semelhante (Pirambóia, Porangaba, Pereiras, Angatuba, Guareí). Em números relativos, mais do que a eles, e ainda, do que a Botucatu, Itapetininga e Tatuí. Supera-o apenas Conchas, estação ferroviária logo desenvolvida em centro de comércio, onde a influência do imigrante e descendentes é decisiva (...). No outro extremo, temos Guareí, núcleo compacto de caboclos de velha cepa, onde o estrangeiro é raridade. Bofete se situa entre ambos não apenas geograficamente, mas também cultural e etnicamente” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 129).

fizera seu trabalho de campo, a decadência econômica era o dado relevante; no final dos anos 1940, o sentimento de decadência dá lugar à estabilização da pobreza via os recursos adaptativos tão bem explorados pelo autor ao longo da Parte 3 de sua obra.

Como argumenta o autor, a crise do café não permitiu a vila quebrar seu isolamento e tampouco fortalecer suas relações com a modernidade da cidade; a consequência deste processo de crise, foi o “acaipiramento” da população:

A agricultura de semi-subsistência avultou de novo, recobrando os destroços do café, cuja invasão viera perturbar o seu ritmo tradicional. Do mesmo modo, a vida caipira, um momento abalada pelo colono português ou vêneto, retomou a sua eminência discreta, incorporando- a seus padrões (....) Em Bofete, encontram-se pois, numa situação de interessante confronto, a monocultura e a pequena policultura, o latifúndio e o sítio, o imigrante e o caboclo, o presente e o passado, mostrando ao pesquisador, ou ao simples curioso, a vitalidade da velha cultura cabocla como recurso de ajustamento ecológico e social (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 130).

Nos capítulos 14, 15 e 16 da obra, o autor expõe tais mecanismos de adaptação cultural em várias esferas da vida social do caipira: nas crenças, hábitos e uso de tecnologia, nas representações mentais e nas posições e relações sociais, especialmente nas relações de trabalho em que a parceria surge como uma possibilidade, ainda que precária, de estabilidade no intenso processo de mudança social. O autor aponta alguns elementos que sugerem a persistência de traços culturais que das quais trataremos com mais cuidado no capítulo 6.

São, pelo menos, cinco pontos que autor mobiliza para apontar os fatores de persistência (ou resistência) da cultura caipira frente às mudanças (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 255-264): o que todos os fatores de persistência da cultura caipira têm em comum é a manutenção da relação grupal sediada nos “bairros” como elemento determinante da manutenção de características fundamentais da cultura caipira.

A manutenção das relações de vizinhança, possíveis pela existência do bairro como núcleo espacial, é uma forma de resistência frente às mudanças sociais porque recompõem duas características fundamentais da cultura caipira, o isolamento e a relativa homogeneidade social como relatada pelo autor. As práticas de solidariedade

entre vizinhos promovem a interdependência de famílias no interior do grupo a partir da manutenção de práticas culturais tradicionais que retomam a característica de economia fechada da cultura caipira: o isolamento, ainda que relativo, é recomposto pela rede de relações pessoais que trabalham como anteparo - ou uma espécie de “escudo”- na vivência da mudança social.

Do ponto de vista do caipira, o progressivo processo de estratificação social que divide grandes proprietários e trabalhadores rurais surge como perda destas relações sociais que fazem às vezes daquele anteparo a que nos referimos no parágrafo acima: a parceria, neste sentido, vivida não tanto como precarização da situação econômica, mas como tentativa de restabelecimento de uma situação social. Antonio Candido, contudo, parece não olhar para o que ele chama de homogeneidade social da cultura caipira sob este ponto de vista: o suposto do isolamento da cultura caipira leva o autor a tomar a heterogeneidade social como um elemento de contraste com relação a uma situação histórica de relativa homogeneidade social (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 138)- este é, aliás, o ponto de partida da leitura crítica que Maria Sylvia de Carvalho Franco faz da obra de Candido em “Homens Livres na Ordem Escravocrata”, de 1969⁴³.

O apego do caipira às formas de parceria como relações privilegiadas de trabalho, do ponto de vista do caipira, representa uma tentativa de prolongar ou recriar a posição social autônoma do sitiante, mas também sinaliza a precarização das

⁴³ A parceria assim como a manutenção das relações pessoais no interior dos grupos caipiras indicam dos movimentos distintos no interior da cultura caipira; há, é certo, um movimento de estabelecimento de laços de reciprocidade, mas também a violência surge como código da conduta e dos valores caipiras. Como atenta Maria Sylvia, “violência está entranhada nas relações sociais constituídas a partir da vizinhança como forma rotinizada de ajustamento” (FRANCO, MARIA, 1969: p. 28). Esta constatação é ponto de partida da autora para afirmar, em um contraste com a análise dos “estudos de comunidade”, que a sociedade brasileira se organizaria por relações societárias, marcadas pelo conflito, e não por relações comunitárias típicas de sociedades tradicionais; neste sentido (e em desacordo com seu orientador Florestan Fernandes e o grupo de pesquisa ligado a ele, como indica Jackson [2003]), teríamos desde o início do processo de colonização uma economia capitalista, a despeito da presença do latifúndio e da escravidão como marcas da sociedade colonial.

relações e condições de trabalho.

Bofete, em 1954, tinha uma economia eminentemente agrícola com expressiva participação de pequenos proprietários: aproximadamente 70% das propriedades são pequenas; a despeito da quantidade expressiva de pequenos proprietários, a grande propriedade concentra quase 60% da área do município no ano supracitado (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 134-135). O interessante a notar é que são nas antigas áreas produtoras de café que se encontra um solo de melhor capacidade produtiva- a maioria dos pequenos produtores, resta uma terra arenosa e demanda um grande esforço de manejo para a produção agrícola.

A parceria, enquanto relação de trabalho, surge como a “associação sobre um solo pobre do trabalho lento e do capitalismo tímido” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.236). É no processo de decadência da economia cafeeira que a parceria surge como solução para a exploração das grandes fazendas que, na área estudada pelo autor, são desmembradas em pequenas glebas destinadas a trabalhadores rurais que assumem o cuidado da terra e os riscos da produção agrícola.

Na leitura de Antonio Candido, o “bairro” é um fator de persistência da cultura caipira, por isso a referência à vila - Rio Bonito- e não ao município - Bofete- em sua articulação com uma relação de trabalho tradicional- a parceria- no título da obra: Candido olha para o que persiste da cultura caipira e para o futuro condenado à penúria da cultura tradicional.

A análise dos traços de persistência se dá também pelas condições técnicas da produção agrícola; um primeiro ponto analisado é a completa dependência do pequeno agricultor da mão-de-obra familiar (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 149); o segundo ponto, é a utilização de ferramentas simples para o manejo da terra: o machado, a foice, o arado, a cavadeira e a enxada são os instrumentos do caipira da lida da terra (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 153), o que denota o caráter precário da agricultura praticada.

Um ponto que nos leva diretamente à manutenção das relações grupais como forma de persistência cultural é a larga utilização da cooperação vicinal como forma de garantia da produção agrícola em momentos delicados do processo produtivo (como o plantio e a colheita, por exemplo) (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 160). Dentre as formas de colaboração vicinal elencadas por Antonio Candido, o mutirão ganha destaque como forma de manutenção das relações vicinais e, portanto, como

fator de persistência cultural (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 161).

O mutirão ganha destaque na análise por dois motivos principais: primeiro, porque se trata de uma contra-prestação de trabalho, mas como compartilhamento de uma tarefa coletiva, por exemplo o conserto de uma estrada ou a reforma de uma pequena capela; por esta razão (o segundo motivo que aventamos), o mutirão está muito relacionado a festividades, a celebração do coletivo. Antonio Candido apresenta os contrastes entre as perspectivas dos jovens e trabalhadores por empreitada (negativa pelo o que o afasta da rotina do trabalho remunerado), de um lado, e dos velhos, vizinhos e parentes (positiva pelo o que o aproxima do “tempo dos antigos”), de outro, mas, de forma geral, o mutirão é entendido pelo autor como a manutenção do sentimento de coletividade de uma comunidade que tinha homogeneidade social como característica principal, como atentamos. Tal perspectiva além de apontar a leitura harmônica das relações comunitárias (como atenta Maria Sylvia de Carvalho Franco em “Homens Livres na Ordem Escravocrata”⁴⁴), aproxima Antonio Candido da análise tão típica dos “estudos de comunidade”, dos quais ele tanto tentou se diferenciar como atenta na introdução na obra em análise.

Um outro traço da persistência da cultura é o modo como os “mínimos vitais” são reabilitados na cultura caipira; a análise das sucessivas aquisições e perdas na alimentação é ilustrativa: a presença e a ausência da farinha de mandioca, a carne de caça, a farinha de trigo (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 175) na dieta do caipira indica flutuações no modo como o caipira se relaciona com a natureza e com sociedade nacional.

A cultura caipira tradicionalmente “fechada em si” sofre com o comprometimento do isolamento relativo da comunidade, assinalado pelo processo de modernização, pois não é mais capaz, a partir de seus recursos culturais e técnicos, prover inteiramente suas necessidades alimentares mínimas. De uma situação em que os componentes da dieta eram obtidos no sítio, a necessidade de compra ou troca na

⁴⁴ Numa leitura oposta de Candido, Maria Sylvia aponta que o mutirão não pode ser reduzido a sua função integradora. Como esclarecido em nota anterior, embora houvesse cooperação, a violência surge como elemento operativo das relações sociais nos grupos caipiras: as relações sociais, naquele contexto social e cultural, tomam a forma de solidariedade e conflito ao mesmo tempo.

vila pelos produtos outrora produzidos surge como uma situação de crise.

Trata-se, pois, de um acentuado incremento da dependência, que destrói a autonomia do grupo de vizinhança, incorporando-o ao sistema comercial das cidades. E, ao mesmo tempo, uma perda ou transferência de elementos culturais, que antes caracterizavam a sociedade caipira na sua adaptação ao meio. Desapareceram, ou estão desaparecendo: tipiti, prensa de mandioca, monjolo, moinho, engehoca, pilão de pé, prensa manual, assim com as técnicas correspondentes (...) O homem rural depende, portanto, cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 179)

A oferta e troca de alimentos em uma situação de penúria, ou de “mínimos vitais”, surge como um elemento de manutenção das relações grupais: os festejos, neste sentido, surgem como uma oportunidade de consumo alimentar (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 181-182).

A parte os fatores que privilegiam as relações grupais, Antonio Candido assinala o último recurso, a mobilidade no espaço como a migração para cidade ou para as zonas pioneiras, em meados do século XX no interior de São Paulo; tal elemento se constitui como outro importante fator de persistência da cultura caipira (como ensinava Gilberto Freyre, os caipiras tem pernas e um espírito de aventura peculiar), mas aponta também a acentuação da precariedade das condições de vida.

Antonio Candido percebe uma contradição no modo como a relação caipira/natureza se insere no mundo moderno e urbano: a inserção se dá pela “regressão” a modos íntimos de relação do caipira com a natureza como forma de sobrevivência. Esta regressão, para além de indicar uma leitura crítica sobre o tema modernidade, indica seu compromisso com o “senso de problemas” que ele julga estar ausente nos “estudos de comunidade”. Ora, se o equilíbrio social se dá segundo uma equação entre necessidades humanas e os meios de satisfazê-las, não é aceitável que para sobreviverem no mundo moderno e urbanizado em que a relação sociedade/natureza tenha tomado um *status* renovado, dado pelo avanço tecnológico, os caipiras sejam obrigados a mobilizar práticas sociais tradicionais que não garantem nem mesmo o mínimo vital para a sobrevivência física. Se a tradição oferecia condições de satisfação vital e social mínimas no “tempo dos antigos”, o apelo à tradição, na década de 1950, indica o tamanho da situação de desigualdade e miséria do caipira. O

equilíbrio entre necessidades e meios disponíveis para satisfazê-las oferece a medida da crise do modo de vida caipira e do aspecto contraditório da inserção desta cultura no processo de modernização.

Paradoxalmente, é a intimidade do caipira com a natureza (e as formas predatórias de exploração da mesma) bem como as formas tradicionais de relações sociais - sociedade e natureza como faces da realidade humana, como postula Marx - que inserem o caipira no fluxo inseguro da modernidade: a miséria é a forma de “inserção”. Contrariamente ao que é postulado na *episteme da modernidade*, são práticas tradicionais o modo segundo o qual o caipira se insere no mundo moderno.

No próximo capítulo, exploraremos esta leitura ao tratar com mais detalhes dos ajustes do caipira às mudanças trazidas pelo processo de urbanização, com destaque para a parceria; deste modo, esperamos demonstrar a contribuição do autor para as reflexões sobre o amplo tema modernidade.

Capítulo 06

Modernidade a partir de um ponto de vista renovado: a contribuição de Antonio Candido.

Ao longo dos cinco capítulos, tentei construir a tese de que um “movimento dialético” percorre e caracteriza tanto a produção de crítica literária quanto a sociológica de Antonio Candido: sua leitura crítica dos “estudos de comunidade”, então em voga na sociologia paulista da década de 1940, e sua contribuição à construção paulatina da sociologia rural uspiana em que a crítica marxista tem um lugar de destaque; sua aproximação e afinidade com a tradição do pensamento social por meio da construção de um “senso de contrastes” na análise da realidade brasileira de forma geral, todos esses capítulos são indícios importantes que apontam a conformação daquele “ponto de vista dialético” de Antonio Candido a que se referiu Paulo Arantes (1992) e que é amplamente trabalhado no capítulo 4 do presente trabalho. No capítulo 5, vemos como esse ponto de vista dialético é aplicado à análise do conceito de natureza trabalhado pelo autor em “Os Parceiros do Rio Bonito”.

No presente capítulo, tomamos como objetivo transcender temas que são abertamente discutidos na obra “Os Parceiros do Rio Bonito” e tratar de um debate que está implícito no tratamento que o autor dispensa ao processo de mudança social a que está submetido o caipira de meados do século XX: modernidade.

Nesse capítulo, apresentarei a ideia que se constitui como fio condutor da tese, a saber, a ideia de que a modernidade brasileira é tratada, por Antonio Candido, como uma síntese entre moderno e tradicional que se afasta do que entendemos como *episteme* da modernidade que tem como suposto uma radical distinção entre moderno e tradição. A persistência daquele “movimento dialético”, que trabalhamos como hipótese ao longo da tese, é característica essencial da ideia de modernidade trabalhada por Antonio Candido na obra em estudo.

Antonio Candido olha para o caipira, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, para pensar processos muitos mais amplos e profundos que presidem a modernização do Brasil. Tal como Sérgio Buarque em “Monções” e “Caminhos e Fronteiras”, o autor não supõe uma ruptura entre tradição e modernidade no processo de modernização brasileiro, pois pensa na convivência de temporalidades, na persistência de visões de

mundo, que mesmo fadadas ao desaparecimento pela migração do homem do campo para os grandes centros urbanos ou pelo avanço da agricultura comercial, dão forma à consciência de amplas parcelas da população brasileira nas décadas de 1950 e 1960.

Antonio Candido descortina, nas palavras de Ianni (1989), o “homem simples” brasileiro ao nos contar da vida do caipira; o autor toma a “auto-reflexão” do caipira (FRANCO, MARIA, 1992) como uma reflexão que se amplia sobre a sociedade brasileira. A questão que se coloca para Antonio Candido, a meu ver, é compreender o Brasil Moderno não como um desvio, uma versão imperfeita da modernidade ocidental mas, como sugere Renato Ortiz (1999), “como uma diferença que não se esgota no atraso” (p.165). Podemos sugerir, então, que Antonio Candido em seu “Os Parceiros do Rio Bonito” trata a modernidade brasileira a partir de seus limites, de suas margens. E por que esse ponto de vista é esclarecedor? Por que tratar modernidade de sua “periferia” esclarece mais sobre a modernidade brasileira do que os pontos de vistas “ortodoxos” traçados pelas teorias clássicas da sociologia?

Em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Antonio Candido toma o ponto de vista das “margens”, o caipira, para olhar para movimentos mais amplos de mudança social. Como tenho argumentado, esse posicionamento é construído por meio da crítica à teoria da modernização em voga naquele período e a construção de um ponto de vista crítico a respeito do processo de modernização.

Nos anos 1940 e 1950, os teóricos do processo de modernização tinham como suposto a modernidade como um padrão estruturante que tinha como tração essencial um movimento rumo ao progresso das condições materiais e espirituais da humanidade; é possível dizer que o grande exemplo deste caminhar harmonioso e certo rumo ao progresso humano eram as sociedades ocidentais. Tal formulação está presente nas formulações de Robert Redfield (como notamos no capítulo 1), assim como na tese dualista tão presente no pensamento sociológico brasileiro na primeira metade do século XX (como tratamos no capítulo 2).

Para entendermos estas proposições e diante da riqueza da literatura que trata do tema modernidade, utilizo aqui um arrazoadado de ideias que aponta elementos que caracterizam, de forma essencial, o que se entende por modernidade. É possível agrupar as características essenciais da modernidade em quatro elementos centrais, que, como sugere a análise de Sérgio Tavolaro (2005), conformam uma certa *episteme*: a *diferenciação ou complexificação social* das esferas sociais de modo que

cada uma delas assume uma lógica própria; a *secularização ou des-traditionalização* das esferas sociais ou “desencantamento do mundo“ numa acepção weberiana; a *separação entre os âmbitos público e o privado* vinculada a um processo intenso de *individuação* e a radical *separação entre natureza e sociedade*. Esta *episteme* tem na obra de Karl Marx, Max Weber, Emile Durkheim, Georg Simmel, Anthony Giddens seus representantes de destaque.

O processo de modernização de qualquer sociedade, segundo tais leituras clássicas, tinha como mote central a paulatina consolidação dos quatro amplos vetores da *episteme* da modernidade, tal como agrupamos parágrafo acima, ou seja, para ser considerado moderna, a sociedade deveria apresentar, ao menos, gradações dessas transformações. A modernidade, como argumenta Giddens (1991), é tomada por um sentimento de *descontinuidade* dado pela extrema velocidade e escopo (do local ao global) das mudanças bem como pela novidade representada pelas instituições modernas. O caminhar veloz do progresso assinalava a diluição das particularidades existentes entre culturas e sociedades em favor da força homogeneizante do moderno, não só implacável, mas inevitável. Sob esse ponto de vista, a modernidade tem um caráter totalizante e teleológico (KAYA, IBRAHIM , 2004).

Tais propostas teóricas tomam como suposto que as formações institucionais e o programa cultural do Ocidente tal como desenvolvido desde, pelo menos, meados do século XVIII, têm tendências homogeneizantes e hegemônicas que tendem “naturalmente” a se consolidarem em outros países. Modernidade, portanto, tinha como sinônimo “ocidentalização”.

É possível sugerir que os aportes teóricos que tomam a modernidade como uma força totalizadora aceitam, de forma geral, os seguintes supostos quando tratam de processos de modernização: primeiro, modernização implica um processo de deslocamento da tradição como referência de valores e ação em favor de uma postura que adote os supostos, elencados acima, da *episteme* da modernidade; segundo, a modernidade é dirigida por um progresso unilinear e harmonioso; terceiro, não há espaço para relatividade no caminhar do processo de modernização, em outras palavras, o processo de modernização é inevitável e deve ser levado como um “pacote fechado” sem grandes espaços para especificidades locais; quarto, modernidade supõe o planejamento racional das ordens sociais e a padronização de formas de conhecimento e de produção social.

Tal leitura sobre o processo de modernização tem como tração essencial a identificação de um padrão atribuído a uma sociedade tradicional e outro padrão atribuído a uma sociedade moderna; o processo de modernização é, então, a passagem, a mudança paulatina, de um padrão para outro. Sob este ponto de vista, a história é tratada como um processo único e integrado de evolução cujo único destino é a forma societária moderna cujo grande modelo é a sociedade norte-americana.

A base das análises do processo de modernização levadas a cabo pelas teorias da modernização de meados do século XX, como temos desenvolvido desde o capítulo 1, é o confronto entre um padrão avançado e um padrão atrasado atribuindo claramente a superioridade ao segundo padrão e reconhecendo a necessidade imperiosa e quase natural da passagem do tradicional para o moderno. Sem dispor de explicação para a especificidade, variabilidade e caráter da mudança em cada contexto cultural, tais formulações não analisam o processo de mudança social em seu fluxo histórico: os “estudos de comunidade” produzidos no Brasil em meados do século XX oferecem essa visão estática acerca dos processos de mudança social.

O que intentamos demonstrar é que a despeito do diálogo de Antonio Candido com o funcionalismo na análise do modo de vida do caipira em meados da década de 1950, a problematização histórica do processo de mudança social não está ausente de suas reflexões: pelo contrário, o “senso de problemas”, como o autor chama, é enriquecido pela perspectiva histórica e pela empatia desenvolvidas no trabalho de campo mas também devido à presença daquele “movimento dialético” como característica essencial do pensamento do autor.

Acredito que a leitura renovada de Antonio Candido sobre o processo de modernização brasileiro é possível porque o autor olha para o processo de modernização a partir das “margens” (é o ponto de vista do caipira que alinhava o ecletismo teórico do autor bem como seu posicionamento político diante do processo de modernização do Brasil), propositura muito próxima da literatura sobre pós-colonialismo.

A pesquisa sobre a modernidade em Antonio Candido, a partir de seu olhar sobre a relação entre natureza e sociedade (tal como trabalhado em “Os Parceiros do Rio Bonito”), teve como propulsão essencial a busca de leituras sobre modernidade que divergissem daquele discurso “ortodoxo” da modernidade, que apresentamos há pouco. Se ao longo dos primeiros capítulos da tese, busquei por diálogos que me

permitissem compreender o pensamento de Antonio Candido, neste estágio do meu processo reflexivo, procuro por diálogos com meu tempo que me esclareçam a riqueza do pensamento do autor e os limites e as possibilidades heurísticas da relação sociedade/natureza. Assim, tento desenhar as possíveis aproximações de uma obra da década de 1950 com a literatura contemporânea (MAIA, JOÃO, 2009, 2011; TAVOLARO, SÉRGIO, 2011 a,b) a partir de um tema caro ao debate contemporâneo, a questão ambiental.

Procurou-se, portanto, por leituras “alternativas”, alternativas porque elaboram uma leitura crítica sobre aquele gabarito da modernidade tal como exposto no que chamamos de *episteme* da narrativa da modernidade. Como elabora Sérgio Costa (2006), buscou-se por contribuições teóricas que apresentem como peculiaridade um esforço de construir “pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, SÉRGIO, 2006: p. 117). Perguntei-me, então, quais seriam estas propostas no interior da literatura sociológica sobre modernidade que tivessem como peculiaridade esta leitura crítica.

A busca por diálogos com meu tempo que me levassem a leituras “alternativas” da modernidade levaram-me aos “estudos pós-coloniais”; trata-se, é certo, de uma literatura riquíssima com abordagens, propostas teóricas e metodológicas distintas o que nos coloca em uma situação delicada ao tratar tal riqueza por meio de um rótulo. Entretanto, acredito que é possível traçar princípios comuns a obras e autores que nos ofereçam *insights* que nos permitam compreender a ideia de modernidade presente em “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido.

Tendo isso claro, podemos dizer que o termo “pós-colonial” passou a ser utilizado entre os teóricos anglo-saxões (SAID, EDWARD, 1990; HALL, STUART, 1992 como destaques) e multiplicaram-se entre os intelectuais que tratavam da diáspora do colonialismo francês, holandês, português e espanhol. Como conceito, “pós-colonial” começa a tomar forma em meados da década de 1980, entretanto podemos dizer que as leituras teóricas produzidas em países “periféricos” ao mundo europeu e norte-americano, em meados do século XX, se encaixam no tipo de crítica ao imperialismo cultural que os estudos pós-coloniais da década de 1980 tão bem apresentam. Assim, a sociologia crítica uspiana e a sociologia de Guerreiro Ramos, produzidas no Brasil dos anos de 1950 e 1960, e os escritos de libertação nacional do

martinicano Franz Fanon, embora não carreguem o rótulo, podem ser tomados como os primeiros ensaios do pós-colonialismo (MAIA, JOÃO, 2009, 2011).

O que tão distintas e distantes formulações têm em comum é a percepção de que a posição periférica dos teóricos dos países não-centrais tem como resultado um ponto de vista crítico diante do pensamento e das categorias centrais do pensamento ocidental e, no limite, um questionamento dos fundamentos do pensamento ocidental bem como do lugar de onde o discurso ocidental é forjado. Embora, o conceito “pós-colonial” seja de origem recente, o alcance da crítica é estendido para englobar posturas e discursos produzidos em contextos sociais, históricos e políticos nos quais o incômodo diante de uma relação desigual entre “margens” e “centro” estivesse presente na reflexão intelectual. Esse é o ponto que nos leva diretamente à obra de Antonio Candido- disso trataremos logo mais. Nesse momento, é importante que fiquem claros os elementos centrais da crítica pós-colonial, guardadas as particularidades de obras e autores.

Um tema que está presente, de forma geral, em todos os estudos classificados como pós-coloniais é a crítica ao eurocentrismo da teoria social (APPADURAI, ARJUN, 1996; BHAMBRA, GURMINDER, 2007a, b; CHAKRABARTY, DIPESH, 2001; DUSSEL, ENRIQUE, 1993; GAONKAR, DILIP, 2001; HALL, STUART, 1992; LANDER, EDGARDO, 2000; MIGNOLO, WALTER., 2003; QUIJANO, ANÍBAL; WALLERSTEIN, IMMANUEL, 1992; SAID, EDWARD., 1990; SPIVAK, GAYATRI, 1988); entretanto, a crítica ao ocidentalismo vai muito mais além daquela proposta pelas modernidades múltiplas que preza pela afirmação da diferença e da possibilidade de programas de modernidade alternativos ao ocidental (EISENSTADT, SHMUEL, 2006), como notei na introdução a este trabalho: os estudos pós-coloniais, por meio de uma crítica profunda dos supostos epistemológicos e teóricos da teoria social, tomam como objetivo recriar os próprios parâmetros do discurso sociológico. Desse modo, a proposta desenhada por tais estudos não critica apenas os modelos explicativos da teoria sociológica que reduz práticas, experiências e modos de consciência dos grupos subalternos a estágios de um esquema teleológico, mas a própria teorização a respeito destes modos de consciência produzida pelo pensamento sociológico, isto é, os estudos pós-coloniais questionam aquela *episteme* da modernidade a que nos referimos parágrafos acima.

As teorias pós-coloniais tomam como objetivo entender o poder e a dominação

dos modos ocidentais de produção de saber. O trabalho de Edward Said “Orientalism“, publicado em 1978, toma o orientalismo como um discurso fabricado pelo Ocidente que produz o fundamento e a justificação para a dominação do Outro por meio do colonialismo. O imaginário europeu, Said argumenta, fomentou uma geografia imaginada do Oriente antes mesmo que a exploração das terras d’além mar tomasse a forma de exploração sistemática da terra e da gente.

Este imaginário europeu acerca do Oriente definiu imagens da natureza e dos nativos que, reforçadas pelo sistema de exploração colonial, tornaram-se, podemos dizer, a “imagem oficial” do Oriente. Essa “imagem oficial” tem como elemento essencial um discurso dicotômico que divide “nós”, Ocidente, e “eles”, Oriente, fundamento não só das diferenças entre Ocidente e Oriente, mas parte essencial da auto-definição de Ocidente: os ocidentais pensam a si mesmos por meio do embate com o Outro, o Oriente. Assim, se os ocidentais prezam pela modernidade e racionalidade, o Oriente é marcado, do ponto de vista do Outro ocidental, como o reino do atraso, do primitivo, império da irracionalidade. O eurocentrismo do discurso acerca do Orientalismo tem como um dos seus desenvolvimentos mais nefastos o silenciamento do Oriente como interlocutor: o Oriente é compreendido não em seus próprios termos, a partir de sua própria voz, mas sim por meio daquele imaginário secular forjado pelo Ocidente acerca do Oriente.

Esse é, aliás, o ponto central dos estudos levados à cabo por Stuart Hall (1990); este autor de origem inglesa mostra-nos de que modo o discurso acerca do Oriente cria e reforça a dominação não só econômica (como demonstravam de forma eloquente os estudos de viés marxista com os quais o autor sempre esteve envolvido), mas cultural do Oriente pelo Ocidente. As categorias culturais, as ideias e até mesmo a linguagem por meio da qual o Ocidente pensa o Outro produz um discurso da diferença no qual o Outro não é capaz de falar a respeito de si próprio.

Essas proposições estão também presentes nos *Subaltern Studies* produzidos em meados da década de 1980, especialmente, nos países do sul asiático, com destaque para a produção indiana; a proposta central dos *Subaltern Studies*, podemos sugerir, era produzir uma intervenção no modo como a historiografia acerca das sociedades do sul asiático eram produzidas: o objetivo era elaborar uma perspectiva histórica do ponto de vista do colonizado, e não do colonizador, isto é, elaborar um discurso próprio de uma sociedade (ou de parcelas da sociedade) historicamente

relegada ao silêncio.

Conforme explica Dipesh Chakrabarty (2001), os pesquisadores do grupo rejeitavam a associação obrigatória entre modernidade e universalização do modo de produção capitalista e da modernidade nos moldes ocidentais e afirmavam o protagonismo político de grupos subalternos – os camponeses indianos analisados por Chakrabarty (2001), por exemplo – que, a despeito de se orientarem por lógicas alternativas ao modelo da ação coletiva ocidental, ainda sim tinham os valores de autonomia e dignidade humana como referências de sua luta política.

A teoria social, produto da experiência ocidental, não pode ser simplesmente aplicada às formas não-ocidentais de modernidade. Em obra de 2001, Chakrabarty identifica alguns pressupostos que guiam a forma como a história, do Oriente e Ocidente, foi contada pelos olhos da teoria social; o principal deles, o historicismo, é entendido como o suposto de que para se entender alguma ideia ou fato, estes devem ser concebidos como uma unidade por estarem inseridos no processo de desenvolvimento histórico do Ocidente.

O processo de modernização, na leitura da teoria da modernização, está completamente amparado pelo historicismo. O historicismo toma o tempo histórico (ou a História ocidental) como métrica da distância cultural que, entendia-se (ou ainda entende-se) existir entre Ocidente e Oriente e, neste sentido, nos termos de Chakrabarty, o historicismo “came to non-european peoples in the nineteenth century as somebody’s way of saying “not yet” to somebody else” (CHAKRABARTY, DIPESH, 2001: p.08). Contraditoriamente, é por meio do apelo a uma concepção estática de história que o pensamento político e social europeu deu espaço à modernidade política das classes subalternas no Sudeste Asiático; assim, a modernidade política, no Terceiro Mundo, somente poderia tomar forma por meio de uma relação contraditória com o pensamento político e social europeu.

Na Índia, por exemplo, a esfera política em que os camponeses e seus patrões tomam parte “igualmente” (as aspas justificam-se pela diferença de participação política de cada grupo) era moderna mas, ao mesmo tempo, não seguia a lógica secular-racional característica da concepção moderna de política. Ao invés de ser tomada como anacronismo em um mundo colonial moderno, o camponês, argumenta Chakrabarty (2001), é um elemento fundamental da modernidade que o colonialismo implantou na Índia. De forma clara, Chakrabarty (2001) aponta que modernidade não

pode ser tomada como um simples problema de transição histórica (do primitivo para o avançado), mas como um problema de tradução (CHAKRABARTY, DIPESH, 2001:p.17)

Pensadores latino-americanos também estão engajados neste processo de tradução da experiência da modernidade do centro do mundo ocidental para o que sempre se viu como a “periferia do mundo moderno”. Há um número considerável de autores (CORONIL, FERNANDO, 1997, 2000; DUSSEL, ENRIQUE, 1993; LANDES, EDGARDO, 2000; MIGNOLO, WALTER, 2003; QUIJANO, ANÍBAL, 2000; QUIJANO, ANÍBAL; WALLERSTEIN, IMMANUEL, 1992) que pensam a experiência moderna da América Latina não como um desvio, mas como parte do amplo movimento de espraiamento da modernidade pelos quatro cantos do mundo.

Edgardo Landes (2000) argumenta que, em todo o mundo colonial, as ciências sociais têm servido mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórico cultural da Europa (tomada como a norma) e tentativas de quantificação do atraso da periferia com relação ao centro do que propriamente como forma de conhecimento das especificidades da experiência cultural do mundo colonial (p.25).

Na América Latina, as ciências sociais tem historicamente se colocado no lugar de “artífice do moderno” como forma de superação do passado colonial e possibilidade de construção da América Latina à imagem e semelhança do gabarito europeu. Acompanhamos, neste trabalho, de que modo essa tentativa de superação do passado se deu, especialmente, no modo como a teoria da modernização foi adotada pelas ciências sociais brasileiras. A obra de Antonio Candido, tanto a crítica literária quanto sua sociologia, é parte de um esforço maior da intelectualidade brasileira de meados do século XX de não só pensar mas tomar a modernidade como uma realidade no país. Neste sentido, Antonio Candido é parte de uma tradição do pensamento social brasileiro que pensa o lugar do Brasil (e de sua produção intelectual) na cultura ocidental moderna.

A leitura proposta por Landes (2000), assim como por todos os trabalhos alinhados com a proposta pós-colonial, não é homogeneizar ou catalogar as múltiplas formas de modernidades de modo a elevar a periferia à categoria de moderno via deslocamento semântico pelo reconhecimento do valor da diferença em um mundo global, dito de outro modo, não se trata de elevar o “desvio” ao status de singularidade. O objetivo das leituras pós-coloniais é desvelar as “taxonomias

imperiais” (LANDES, EDGARDO, 2000: p. 36) que tomam a Europa como o gabarito da modernidade como possibilidade de resgatar a constituição histórica de um campo de reprodução da desigualdade social e econômica - não de diferença, como queiram as propostas das modernidades múltiplas, por exemplo- e desvelar o colonialismo como um instrumento efetivo de domínio não só econômico e social (patentes no período de exploração da América Latina pelos centros metropolitanos) mas cultural.

Aníbal Quimano e Immanuel Wallerstein (1992) apresentam o giro teórico fundamental dos estudos pós-coloniais ao esboçar as condições a partir das quais “ a colonialidade do poder” (QUIJANO, ANÍBAL; WALLERSTEIN, IMMANUEL, 1993) proveu um lugar dúbio, indeciso, da colônia na modernidade: as relações assimétricas de poder e a participação ativa da colônia no processo de expansão e consolidação da modernidade, estar “fora” e “dentro” da modernidade, coloca a experiência colonial da modernidade em uma espécie de limbo. O intelectual americano William E. B. Dubois (1961), ao refletir acerca do lugar do negro na sociedade norte-americana, oferece um conceito interessante para pensar essa “dubiedade”, a “dupla consciência” de quem não tem uma verdadeira autoconsciência mas uma consciência que se forma sempre com relação ao outro, a Europa.

Landes (2000) aponta o conceito de “dupla consciência” como a característica marcante do imaginário do moderno-colonial construído do ponto de vista das margens, da experiência colonial. Como sintetiza argutamente:

La idea de “hemisferio occidental” (que sólo aparece mencionada como tal en la cartografía a partir de finales del siglo XVIII), establece ya una posición ambigua. America es la diferencia, pero al mismo tiempo la mismidad. Es otro hemisferio, pero es occidental (LANDES, EDGARDO, 2000: p. 65).

Essa “dupla consciência” é amplamente explorada por Paul Gilroy (1993), outro importante autor que dialoga com as teorias pós-coloniais. Na belíssima obra, “The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness” (1993), Gilroy toma o trabalho de alguns pensadores negros como pontos de vistas alternativos àqueles imanentes às teorias sociais eurocêntricas. A “dupla consciência” pode ser entendida como a localização instável do intelectual negro (Du Bois é um desses intelectuais analisados por Gilroy nesta obra) que está ao mesmo tempo fora e dentro das

convenções e regras estéticas que distinguem a modernidade como um período *sui generis* da história ocidental.

O caráter único que a experiência histórica das populações negras submetidas à diáspora do tráfico e escravidão criou um corpo único experiências e reflexões que sugerem um sentido renovado à modernidade; tais reflexões conformam-se em uma “tradição”⁴⁵ que foi historicamente eclipsada pela predominância daquela *episteme* da modernidade, a qual nos referimos no início deste capítulo. O objetivo do autor não é apenas questionar o estatuto da produção do conhecimento sobre a modernidade no Ocidente, mas também inverter a relação entre margem e centro nos discursos sobre identidade e raça.

Essa “dupla consciência” também está no horizonte das análises de Antonio Candido; um dos temas centrais do pensamento do autor é o que ele chama de “dialética do localismo e cosmopolitismo” presente no processo de formação da literatura brasileira; como discutido no capítulo 4, o autor toma como característica essencial do longo processo de formação da literatura brasileira uma tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma da expressão).

A literatura brasileira, argumenta Antonio Candido, tem consistido numa oscilação constante entre a afirmação do nacionalismo literário e o declarado conformismo e imitação consciente dos padrões europeus: a obra do intelectual, como resultado, implica um compromisso entre a expressão local e a forma universal. Como argumenta Chakrabarty (2001), o pensamento europeu é, ao mesmo tempo, indispensável e inadequado no entendimento do processo político e histórico de formação da modernidade na periferia. A tarefa do intelectual, nas franjas do mundo ocidental, é justamente combinar essa indispensabilidade e inadequação do pensamento europeu no entendimento da realidade de países considerados periféricos, mas que são, é certo, parte essencial do processo de “auto-consciência” do Ocidente.

Uma “dupla fidelidade” (ARANTES, PAULO, 1992) parece ser a

⁴⁵ Interessante a peculiaridade com que Gilroy (1993) define tradição: “If it can be called tradition at all, it is a tradition in ceaseless motion- a changing same that craves continually towards a state of self-realisation that continually retreats beyond its grasp” (p.122).

peculiaridade do pensar nas margens do mundo ocidental: ao intelectual brasileiro cabe atualizar-se diante do amplo movimento cosmopolita, mas também conformar-se à posição periférica do país. Essa posição do intelectual da periferia não se resume à tentativa de equiparação com o gabarito cosmopolita, mas oferece um ponto de vista privilegiado acerca da modernidade.

Paul Gilroy (1993) utiliza uma metáfora muito produtiva para pensar os processos de formação da modernidade a partir da experiência da diáspora da escravidão negra: os navios negreiros eram os conectores das diversas experiências e culturas que o Atlântico testemunhou nos séculos da diáspora negra; longe de serem elementos estáticos, tais navios, tomados como “shifting spaces” (GILROY, PAUL, 1993: p.16), nos contam da possibilidade da tradução entre diferenças que África, Europa e América simbolizam e da produção de arranjos culturais renovados e inesperados. Gostaríamos de propor que Antonio Candido, ao tomar um ponto de vista dialético como tração essencial de seu pensamento, imprime este movimento, esse descentramento ao conceito de modernidade e assim promove uma leitura crítica sobre as formas de “ser moderno”.

Embora não seja possível (ou desejável) classificar as leituras de Antonio Candido como pós-coloniais - empreendimento que, no mínimo, empobreceria tanto a leitura do pensamento de Antonio Candido, que aqui propomos, como a multiplicidade de propostas teóricas que os estudos pós-coloniais contemplam - aceitamos a sugestão de João Marcelo Maia (2009) e de Sérgio Tavolaro (2011 a,b) e tomamos as teorias pós-coloniais como uma posição teórica alternativa, de raízes e origens múltiplas, que ao falar do “local” ampliam o olhar de temas clássicos da teoria social a partir de um ponto de vista crítico do núcleo da modernidade.

Olhemos para o modo como Antonio Candido enxerga a modernização do ponto de vista do caipira. Ao olhar para o modo como os caipiras reagiram às mudanças sociais e econômicas que o processo de urbanização provocou, ele mostra de que modo entende a modernidade brasileira. Para tanto, Antonio Candido toma como objeto de estudo os meios de vida, isto é, quais são, como se obtêm, de que maneira se ligam à vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio e, finalmente, de que forma respondem aos amplos processos de mudanças sociais.

Como recurso metodológico, Antonio Candido concebe, então, os conceitos de

“mínimo social” e “mínimo vital“, referências básicas a partir das quais é possível determinar o grau de ajustamento do grupo de caipiras às condições de vida mutantes. Nesse sentido, os mínimos sociais e vitais constituem-se como índices de adaptação à mudança.

A análise do processo de ajustamento e adaptação do caipira às mudanças dá-se de forma clara na terceira parte da obra em que são expostos os fatores de transformação e os fatores de permanência que caracterizaram o processo de modernização do ponto de vista do caipira. Na análise deste processo, o modo como a relação entre caipira e natureza se dá “antes” e “depois” do processo de mudança social de meados do século XX recebe grande destaque.

Como argumenta Antonio Candido (2001), “antes” a natureza representava para o caipira uma totalidade, isto é,

Magia, medicina simpática, invocação divina, exploração da fauna e da flora, conhecimentos agrícolas fundem-se deste modo num sistema que abrange, na mesma continuidade, o campo, a mata, a semente, o ar, o bicho, a água e o próprio céu. Dobrado sobre si mesmo pela economia de subsistência, encerrado no quadro dos grupamentos vicinais, o homem aparece ele próprio como segmento de um vasto meio, ao mesmo tempo natural, social e sobrenatural (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.220).

No “tempo dos antigos”, havia-se estabelecido entre o caipira e o meio um equilíbrio fundado nessa totalidade homem-natureza: amplas extensões de terra virgem, abundância de caça, pesca e coleta de alimentos, a fraca densidade demográfica e aquela tendência para o movimento⁴⁶ eram as estratégias de sobrevivência do homem pobre do campo no interior paulista; diante da fome, de

⁴⁶ O personagem-narrador Riobaldo, da obra “Grandes Sertões: Veredas” de Guimarães Rosa, explica-nos essa tendência ao movimento de forma clara: “Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nos os pássaros de rios e lagoas. O Senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: - “Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas d’angola, como todo mundo faz?” - Quero criar nada não...” - me deu resposta: - “Eu gosto muito de mudar...” (ROSA, JOÃO GUIMARÃES, 2006: p. 42).

conflitos e da pobreza da terra, os caipiras moviam-se: juntavam o pouco que tinham, coisas e pessoas, e lançavam-se ao sertão. Se esse estratagema teve como resultado positivo a ocupação de amplos territórios e a garantia de um equilíbrio social e ecológico ainda que mínimo, há limites para que tais estratégias permaneçam operativas no período em que Candido realiza sua pesquisa de campo- a urbanização do Estado de São Paulo em meados do século XX coloca em xeque a operacionalidade destas estratégias de sobrevivência social e física do caipira.

A mobilidade do caipira é limitada pelo sistema de propriedade que se solidifica e pela densidade demográfica que se amplia em meados do século XX; além disso, a dependência crescente em relação ao mercado, diante da impossibilidade de reprodução quase integral dos meios de vida no interior do sítio e o surgimento de novas necessidades, empurra o caipira para fora do sítio e o coloca na confluência de outras esferas de ação para além do grupo vicinal; o tempo do caipira agora se arrasta por longas horas de trabalho na terra: a interpenetração lazer, magia, trabalho, caça, pesca e coleta e conhecimento agrícola, peculiar ao modo caipira de vida, se desfaz aos poucos em prol da vida erigida em torno das rotinas de trabalho: o trabalho, que antes era parte da totalidade da vida social (e ao qual se dedicava o tempo necessário para a reprodução mínima dos meios de vida), desloca as outras esferas da vida do caipira para um lugar secundário de modo que a vida do caipira passa a ser regulada pelas rotinas de trabalho. Como se diz no interior do estado de São Paulo, no “tempo dos antigos” trabalhava-se para viver e, hoje, vive-se para trabalhar.

Do ponto de vista do ajustamento ecológico, o caipira desprende-se do meio e a integração que, outrora, era total aos elementos naturais, é desfeita; a teoria sociológica clássica nos diz sobre o modo como, em processos de modernização, sociedade e natureza, que em sociedades pré-modernas guardam uma intimidade tão grande que se tornam indistinguíveis, passam a constituir esferas autônomas e até mesmo conflitantes; lembremo-nos que natureza (ou aproximações de estados naturais) é sinônimo de atraso nos projetos e programas de modernização não só do ponto de vista da teoria da modernização de meados da década de 1950, mas em toda uma literatura que trata do processo civilizatório do mundo colonial (GERBI, ANTONELLO, 1996). O caipira sente e vive esse processo de autonomização das esferas de ação: a roça passa, progressivamente, a pertencer a uma ordem de atividades e representações distinta da mata; a roça não é mais uma espécie de

continuidade da mata e um novo rol de técnicas e representações começa a ser gestado e colocado em prática. Entretanto, como nota Candido, este processo de invasão do moderno, na vida do caipira, convive *pari passu* com valores e atitudes tradicionais gestados secularmente.

É importante notar, para compreensão da ideia de modernidade que Antonio Candido acalenta ao longo da obra, que a análise do processo de mudança a que estava submetido o caipira está sempre dividida em dois momentos, “o tempo dos antigos” e a atualidade (meados do século XX); esta dualidade, no entanto, é diluída ao longo da análise que o autor promove- esse argumento ficará claro quando olharmos para os elementos de persistência da cultura caipira que promovem a convivência do “novo” com o “antigo”, do moderno com a tradição. Antes, olhemos para os contrastes entre tempo antigo e tempo presente, o tempo da mudança.

No “tempo dos antigos”, os caipiras iam à vila para comprar o que não conseguiam produzir em seus sítios, compras que se reduziam a alguns poucos elementos: Antonio Candido nos diz que, naquele tempo, os caipiras iam à vila para ter “fé, lei e sal”, tamanho era o grau de autonomia dos grupos caipiras com relação a esferas mais amplas de contato e intercâmbio social.

É importante notar como o isolamento das comunidades caipiras tem centralidade na análise do autor, em um movimento que o aproxima muito de uma explicação clássica do atraso do rural frente ao urbano compartilhada com os “estudos de comunidade”, o que relativiza a diferença abissal, notada pela literatura assim como a própria imagem que o autor tem de sua obra (lembremo-nos que, na introdução à obra, Antonio Candido estabelece uma ruptura crítica com os “estudos de comunidade”), entre “estudos de comunidade” e a obra do autor. Como temos notado, Antonio Candido endossa algumas teses consagradas do pensamento sociológico do período, mas, por força de outros diálogos estabelecidos com outras obras e autores bem como de fatores relacionados a sua experiência pessoal, o autor elabora uma leitura da modernidade brasileira que o afasta da análise dicotômica à moda de seus contemporâneos. Avancemos na análise do modo como Antonio Candido toma o processo de mudança social vivenciado pelo caipira para entender tal proposição.

Aos poucos, a relação do caipira com a vila se amplia e se solidifica: entre recuos e avanços, a vila passa a ter um lugar cada vez maior nas relações do caipira que passa a ir visitar a vila com maior regularidade para compra de produtos variados

e para vivenciar outras relações que sobrepujam as relações de vizinhança e parentesco (lembremo-nos que com o processo de mudança no tempo empregado nas rotinas do trabalho, o caipira não consegue mais produzir tudo o que consome e para suprir suas necessidades básicas e as novas necessidades gestadas pela mudança social, como argumentamos acima, o caipira passa a ter uma relação de dependência com relação à vila e ao armazém).

Também no plano das representações mentais e das técnicas sociais, o caipira, analisa Antonio Candido no capítulo 14 da obra, começa a dar vazão à mudança; com a maior dependência do caipira com relação às esferas mais amplas de comércio e relações sociais, o modo antigo de cultivar a terra e produzir o “de comê” e o excedente destinado à troca torna-se ineficiente, isto é, a relação entre “mínimos vitais” e os “mínimos sociais” foi completamente alterada pelos processos de mudanças sociais em curso. Podemos dizer que com o processo de modernização, a cultura caipira deixa, aos poucos, de ser uma cultura de equilíbrio entre mínimos, sociais e vitais, pois ao adotar novos hábitos, representações e desejos que se conectam à cultura urbana, novas necessidades, antes estranhas à cultura caipira, começam a tomar forma; diante das novas necessidades e desejos, todo o conjunto de práticas, representações e técnicas sociais passa a ser questionado.

Assim, se o caipira se desprende das técnicas e conhecimentos que outrora constituíam sua visão de mundo e seu mapa para ação, ele encontra um acervo novo de técnicas, conhecimentos representações que o introduzem em um universo diferente - a cidade - que o retira da sua tradicional condição.

Neste ponto da argumentação de Antonio Candido, percebe-se que, de modo muito próximo aos “estudos de comunidade”, o autor toma o contato como um evento disruptivo do equilíbrio social típico de comunidades tradicionais: tal qual o conceito de isolamento, o caráter de ruptura do contato aponta um diálogo aberto com os “estudos de comunidade”, contudo a análise parece tomar um outro direcionamento quando Antonio Candido constata a degradação da vida do caipira que vivencia o processo de modernização. O processo de mudança social, que poderia representar um sopro de dignidade para aqueles que se constituíram historicamente como elementos marginais à ampla sociedade, se mostra como um processo de pauperização mais intenso. Mais do que isso, a mudança social é tomada como a perda das raízes, como a perda do que o tornava o caipira humano, sua cultura e suas relações.

É o trabalho de campo aliado àquele “senso de contrastes”, como temos aludido ao longo deste trabalho, os elementos determinantes nesta perspectiva analítica; é possível perceber o movimento do pensamento do autor entre tradições reflexivas, propostas teóricas e metodológicas diferentes como forma de dar conta da complexidade da vivência que registra em seu caderno de campo. Como o autor analisa argutamente, o sopro de dignidade, sinalizado pelo processo de modernização, se desfaz no horizonte do caipira quando este se depara com a distância entre as possibilidades e a realidade do mundo da cidade- nesse ponto da análise, fica claro de que modo aquele “movimento dialético” tão peculiar ao pensamento de Antonio Candido percebe a convivência entre tradição e modernidade.

É na análise dos traços de permanência que aquele “senso de contrastes”, notado por Antonio Candido no pensamento de Sérgio Buarque, começa a tomar uma forma clara. Como esclarece o autor nos primeiros parágrafos do capítulo 17, o processo de mudança social não deve ser tomado (sob pena de comprometimento da análise sociológica e do “senso de problemas”) como uma linha evolutiva unívoca rumo à modernidade; o processo de transformação social, que o caipira vivenciava em meados do século XX, era resultante da combinação de “fatores de persistência” e de “fatores de transformação”: é esse movimento entre persistência e transformação o que caracteriza a persistência de traços tradicionais de cultura convivendo e combinando-se com traços da vida moderna e urbana a característica essencial do processo de modernização em curso no Brasil de meados do século XX.

Aquelas dicotomias tão presentes nas narrativas da modernidade (natureza/ cultura; tradição/ modernidade; privado/ público; secular/ religioso) são dissolvidas pela confrontação com a realidade vivenciada pelo caipira: é aquele “pathos pelo concreto” a via que leva Antonio Candido a perceber que, na lida cotidiana do caipira, tradição e modernidade caminham juntas e não se constituem como pares dicotômicos irreconciliáveis. Tal como o bandeirante ou o monçoneiro de Sérgio Buarque de Holanda, no plano da realidade, do viver cotidiano, há uma miríade de possíveis combinações entre atitudes, valores e ação tradicionais e modernos que dão vazão e forma ao incessante movimento de estiolamento, fomento e concretização de necessidades e desejos humanos sempre renovados.

Como argumenta Antonio Candido (2001), os fatores tradicionais tem uma ação reguladora ou de ajustamento dos velhos padrões a toda novidade trazida pela

cidade. Mais uma vez, notemos a persistência de uma leitura funcionalista no modo como o autor pensa as reações culturais ao processo de mudança social. Reproduzirei aqui o trecho em que um repertório de reações é listado pelo autor como forma de compreender o processo de modernização.

Todas as vezes que os indivíduos e os grupos se encontram em presença de novos valores, propostos ao seu comportamento e à sua concepção do mundo, podem teoricamente ocorrer três soluções: os valores são rejeitados, e os antigos mantidos na íntegra; os valores são aceitos em bloco, e os antigos rejeitados; os valores antigos se combinam aos novos em proporções variáveis. É o que se observa nos contatos culturais, decorrendo, na mesma ordem, as seguintes consequências: enquistamento; desorganização; aculturação. (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 252).

Notemos a referência a conceitos caros à Escola de Chicago: “enquistamento”, “desorganização”, “aculturação”; tais conceitos são amplamente tratados em obras de Emilio Willems, Robert Park e até mesmo de Robert Redfield, autores dos quais Antonio Candido guarda uma certa distância crítica quando nos lembramos, especialmente, de sua leitura acerca dos “estudos de comunidade” apresentada no capítulo introdutório de “Os Parceiros do Rio Bonito”.

Aqueles conceitos são usados, argumenta o autor, para demonstrar que a acomodação do caipira ao mundo da cidade se realiza diante da possibilidade de substituição, sob condições satisfatórias, de valores dos “tempos dos antigos” pela novidade do moderno. Este processo de acomodação se dá em graus variáveis segundo o ritmo e o caráter do contato com a mudança. A mudança, portanto, é contrabalançada pelos chamados “fatores de permanência” que dão caráter único ao processo de mudança social vivenciado pelo caipira. Quais seriam esses “fatores de permanência”?

O primeiro deles: a organização espacial segundo bairros. Os bairros caipiras, lembremo-nos, são unidades relativamente autônomas das vilas: seja pela distância, pelas condições do relevo, vias de comunicação e meios de transporte; seja pelo caráter tradicionalmente anômico dos grupos caipiras, os bairros (que reúnem as pequenas propriedades, os sítios) guardam uma certa independência econômica e social da esfera de influência da vila e da cidade. Embora essa independência tenha

sido comprometida pelas mudanças econômicas (a maior dependência com relação a cidade para venda de produtos agrícolas e compra de gêneros para consumo do grupo de parentesco) sociais e culturais (a formação paulatina de novas necessidades físicas e relações sociais), os bairros permanecem como refúgio da tradição caipira porque constituem-se como formas de garantia da integração grupal, argumenta o autor.

A escolha do “bairro”, em lugar de “comunidade”, como unidade metodológica fundamental foi um dos resultados teórico-metodológicos do afastamento crítico do autor dos “estudos de comunidade” e, por meio da argumentação do autor, é possível perceber como ele desloca a centralidade do isolamento como fator explicativo para outro fator, a integração grupal.

Entretanto, é interessante notar como Antonio Candido oscila entre aceitar ou rejeitar a análise dicotômica ao percebermos como ele identifica a integração grupal (expressa na manutenção do bairro e na parceria) como fator essencial nos processos de adaptação e resposta do caipira á mudança social. Ora, a integração grupal, como o autor atenta no último capítulo da obra, é reflexo do contato do grupo com a sociedade nacional: assim, embora não transpareça claramente nos argumentos, isolamento constitui-se como fator explicativo de peso nas reflexões de Candido.

Na análise do processo de mudança social, o autor identifica três reações adaptativas que qualquer comunidade apresentaria na vivência do processo: 1) aceitação dos traços impostos e propostos pela cultura urbana; 2) aceitação apenas de traços impostos e rejeição dos traços propostos pela cultura urbana; 3) rejeição de ambos os traços (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 273); o autor identifica três posturas, mas dá atenção a uma, as formas de reação que combinam rejeição de traços propostos pela mudança social. Mais uma vez, percebemos a oscilação do autor entre duas leituras bem distintas: de um lado, uma leitura que entende a mudança social como um processo de sentido único rumo ao progresso simbolizado pelo urbano e moderno; e de outro, uma leitura que olha para a convivência de lógicas consideradas díspares, como os traços de persistência da cultura caipira e os traços de aproximação com a cultura da cidade.

Na análise que se desenrola em seu trabalho, Candido privilegia as formas de reações que combinam a rejeição de traços propostos e a aceitação de traços impostos: trata-se, essencialmente, daqueles caipiras que rejeitam a migração e permanecem no campo tentando sobreviver enquanto tal; embora aceitem valores e alguns ritmos da

economia capitalista e urbana, tentam preservar ao máximo formas tradicionais da cultura caipira. O autor atribui este equilíbrio entre aceitação/rejeição de traços da cultura urbana e moderna à integração do indivíduo ao grupo.

É importante reconhecer a centralidade que a análise funcionalista tem na leitura que Antonio Candido elabora a respeito do caipira, entretanto acredito que aquele “movimento dialético“, que caracteriza o pensamento de Antonio Candido, sobrepuja tal leitura e nos aponta para formas mais profundas e ricas de análise da realidade social que podem ser esclarecidas por meio do diálogo com os estudos pós-coloniais. Se o “movimento dialético” é subsumido pelo peso da leitura funcionalista em alguns momentos da obra, há outros tantos em que o “movimento dialético” é traço essencial; refiro-me, especialmente, ao momento de análise de outro fator de persistência da tradição, a parceria.

Um fator de persistência que ganha destaque na obra é o apego do caipira à parceria como forma de relação de trabalho.

Como atenta Afrânio Garcia (2003), é nas peculiaridades dos mecanismos de operação da *plantation* tradicional que encontraremos as razões de sua longevidade e resistência. A primeira dessas características da “velha plantation” reside nas formas de recrutamento dos trabalhadores que funciona como uma compensação aos baixos de preços obtidos pela venda das lavouras comerciais em momentos de crise. Em situações de crise, sempre é possível buscar nas relações trabalhador/fazendeiro arranjos que reduzam o custo monetário do trabalho a ser efetuado e, portanto, que contribuam para preservar a margem de lucro (GARCIA, AFRÂNIO, 2003: p. 165).

A sociedade caipira, no “tempos dos antigos”, era caracterizada por uma relativa homogeneidade social, isto é, não havia grandes diferenças de “papéis sociais”, como Antonio Candido se refere (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p. 233), entre grandes, médios ou pequenos proprietários de terras e trabalhadores agrícolas avulsos de modo a ser possível identificar, claramente, uma camada senhorial destacada na pirâmide social da sociedade caipira. Pode-se dizer que o “senhor de terra”, tal como descrito por exemplo por Gilberto Freyre em “Casa-Grande & Senzala” , teve vida curta em terras paulistas e esteve restrito a algumas áreas do estado em períodos de grandes ganhos da lavoura cafeeira. Essa pirâmide social achatada sofre modificações importantes com o processo de modernização que começa a tomar forma no século XX; a produção em larga escala do café, como

atentamos, causa um impacto importante nessa estrutura social pela emergência do fazendeiro rico que se conforma como o elo de ligação mais forte entre o caipira e o mundo urbano: é o fazendeiro, com seus novos hábitos e valores, o símbolo dos “novos tempos” para o caipira.

A crise da produção em ampla escala do café contribuiu para a decadência do modo de vida abastado dos grandes fazendeiros e também para a diferenciação social: diante da impossibilidade de arcar com os custos da produção agrícola por si só, os médios e grandes proprietários buscam construir uma forma de “sociedade de negócios” que assegure o mínimo de lucro pela venda, no mercado, dos produtos agrícolas resultantes do processo de empréstimos da terra. Do ponto de vista do caipira, então, a estratificação econômica-social é vivida como perda de laços tradicionais com o fazendeiro, isto é, como dramatização de sua situação social; do ponto de vista do fazendeiro, a diferenciação social é vivenciada como uma face das mudanças econômicas sinalizadas pelo avanço do modo de vida urbano.

Há algumas possibilidades de arranjos em termos de modalidades de relação de trabalho: o arrendamento, por meio do qual o proprietário oferece a terra aceitando como contrapartida uma quantidade previamente estipulada de produção por alqueire de terra por ano agrícola, é uma dessas modalidades. Entretanto, argumenta o autor, o arrendamento não poderia ser uma modalidade de relação de trabalho mais distante da cultura tradicional caipira: com a produção estipulada previamente ao cultivo e produção, quem impõe o ritmo de trabalho, no arrendamento, é o mercado consumidor, suas demandas e suas especificidades. Sob essa modalidade, é o trabalhador sozinho quem assume os riscos da produção: o aluguel da terra deve ser pago pelo valor previamente estipulado independente de intercorrências. Por essa razão, o caipira tem verdadeira aversão pelo arrendamento, argumenta Candido. Assim, o arrendamento torna-se modalidade privilegiada de relação de trabalho em lavouras que permitem ganhos econômicos consideráveis, como o algodão por exemplo. O arrendamento está intimamente ligado à exploração latifundiária da terra.

O sistema de parceria, por seu turno, remete Antonio Candido àquele velho ritmo da vida caipira que é amplamente determinado pela produção de semi-subsistência. A parceria permite a combinação de produção de gêneros agrícolas para consumo próprio e venda no mercado e, assim, assinala uma possibilidade de persistência de hábitos, representações e práticas tradicionais do caipira.

Neste sentido, a parceria constitui-se como modalidade de sucesso de adaptação do fazendeiro ao “tempo das vacas magras”; a parceria desenvolveu-se como uma forma de reação diante da decadência econômica iniciada com a crise na produção de larga escala de café nas primeiras décadas do século XX. Como explica Antonio Candido, na impossibilidade de realizar a exploração da terra por conta própria, o médio e o grande proprietário delegam o cuidado da terra e a produção de gêneros agrícolas a trabalhadores que assumem como contrapartida do empréstimo da terra o pagamento em espécie. A parceria constitui-se, portanto, em uma sociedade por meio da qual os “lucros” da produção são divididos entre aquele que fornece a terra e aquele que “afora”, que trabalha na mesma.

A parceria surge como solução de compromisso diante de crises econômicas (que, para o caipira, traduzem-se em crise dos padrões mínimos de sobrevivência física e sociabilidade) entre o grande e o médio proprietário, que não tem recursos para explorar a terra por conta própria, e o trabalhador rural, o “aforante”, que não deseja tornar-se assalariado. A parceria, portanto, toma destaque como modalidade de relação de trabalho em momentos de “reco” do processo de modernização. Como argutamente expressa o autor na obra, a parceria é a “associação, sobre um solo pobre, do trabalho lento e do capital tímido” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.236).

O sistema de parceria assinala uma divisão de responsabilidades, lucros e perdas entre o proprietário de terra e trabalhador que remete o caipira à autonomia e homogeneidade social do “tempo dos antigos“, argumenta Antonio Candido; o ritmo de trabalho, embora tenha se intensificado, é ainda amplamente pensado e colocado em prática pelo trabalhador em um movimento que afirma a possibilidade de autonomia, este valor tão caro à cultura caipira, como atenta Antonio Candido numa trilha aberta por Sérgio Buarque de Holanda.

Do ponto de vista do caipira, portanto, este “reco”, do ponto de vista social, que garante o trabalho da terra e a produção às custas da super-exploração do homem pobre do campo, mostra-se como possibilidade de persistência de práticas e representações tradicionais. Assim, se a parceria é tomada como “situação econômica” pelo fazendeiro, para o caipira a parceria surge como “situação social” (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.275); a divergência dos pontos de vista entre fazendeiro e caipira diante do processo de regressão a formas tradicionais de sociabilidade e de relação com o meio denota a desigualdade segundo a qual os caipiras vivenciavam a

modernização: de um lado, o fazendeiro que reinventa formas de exploração do trabalho como forma de sustentação de sua condição social; do outro lado, os trabalhadores rurais, os “condenados do sistema” que

suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos e indiretos da existência de uma sociedade de classes e da propriedade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso” (FERNANDES, FLORESTAN, 1976: p. 116).

Como atenta Afrânio Garcia (1999), a experiência da liberdade vem associada, para os caipiras, à vivência de um empobrecimento material e social de peso. A regressão a modos tradicionais de vida como forma de adaptação à mudança ao mesmo tempo que localiza o caipira no processo de modernização, provê a ele uma posição marginal que coloca em risco sua sobrevivência cultural e até mesmo física. Tradição e moderno, portanto, são parte do mesmo fluxo de modernização que aprofunda a desigualdade social entre fazendeiro e trabalhador rural e não se constituem, na análise desenhada por Candido, como duas lógicas estanques que se sucedem no tempo histórico.

Além da parceria como forma de adaptação à mudança social sinalizada pela urbanização, o caipira recupera outras formas tradicionais de ajustamento ao meio e de sociabilidade. Um deles é a organização social que toma como unidade mínima de sociabilidade as famílias; nos grupos estudados por Antonio Candido, o “bairro” é tomado como referência mínima do grupo social, contudo, a reconstrução histórica do modo de vida caipira (que se dá, essencialmente, na Primeira Parte da obra), aponta a organização como blocos familiares como indício de uma sociabilidade mínima que se encontra abaixo daquele “mínimo social” a que nos referimos nos dois últimos capítulos. Tal como sistema de parceria, a sociabilidade mínima do caipira em torno do grupo familiar o empurra para uma condição de anomia, de vivência social empobrecida.

Outro traço importante da cultura caipira, o nomadismo, toma outros significados: da agricultura itinerante à moda dos indígenas, como ensina Sérgio Buarque de Holanda, o nomadismo toma um sentido renovado como rejeição da sujeição econômica por meio da migração rumo à cidade ou a zonas pioneiras, alternativas que assinalam ao caipira a necessidade da ruptura com o modo tradicional

de vida e a incerteza de uma vida miserável nas periferias das grandes cidades ou nas zonas pioneiras.

O que Antonio Candido aponta, pela análise dos fatores de persistência cultural no modo como o caipira se adapta às mudanças assinaladas pelo processo de urbanização, é a regressão à traços culturais compatíveis - e em muitas situações, abaixo- àqueles “mínimos sociais” e “mínimos vitais” característicos da cultura caipira em tempos pretéritos. Trata-se daquelas características culturais que se conformaram na confluência das culturas portuguesas e indígenas, no processo de ocupação do sertão paulista, que deram forma à cultura caipira tal como Antonio Candido a conhecia em meados da década de 1950. Como ensina Sérgio Buarque, é a regressão da cultura portuguesa a uma relação de extrema proximidade do homem com natureza, típico das culturas indígenas, o fator adaptativo indispensável no processo de ocupação do desconhecido sertão e, portanto, do avanço civilizatório rumo ao Oeste brasileiro. São estes mesmos traços, que indicam um processo de regressão cultural (CANDIDO, ANTONIO, 2001: p.276), que são mobilizados como formas de sobrevivência do caipira no novo mundo que se avizinha.

Nesse sentido, o retrocesso a condições mais primitivas de cultura material e social, embora assinale um retrocesso, assume um caráter imprescindível no processo de adaptação do caipira às novas condições de vida e de inserção no processo de modernização. Há que se atentar para o modo como aqueles valores tradicionais que outrora apontavam formas de equilíbrios ecológicos e sociais, representam, nas condições de modernização, a que estavam submetidos os caipiras em meados do século, formas acintosas de miséria.

A tradição, desse modo, é aplicada como uma espécie de filtro, uma “moldura” que enquadra as transformações vindouras. Não há, portanto, a substituição pura e única de valores tradicionais pelos modernos- há sim uma espécie de combinação em que tradição e moderno dão forma a um sentido peculiar de modernidade expressa no viver cotidiano do caipira e no modo como o Brasil conforma-se em uma sociedade moderna.

Moderno e tradição conformam-se como elementos de uma relação dialética em que o movimento entre os pólos provê uma leitura crítica daquele gabarito da modernidade a que temos nos referido como *episteme da modernidade*. Assim, não falamos apenas de uma realidade contraditória diante da *episteme da modernidade*,

mas de um ponto de vista específico de análise do real: são as contradições da vivência da mudança social vivenciada pelo caipira o ponto de vista a partir do qual o autor olha para o Brasil Moderno.

É importante deixar claro, no entanto, os limites da utilização do conceito de *episteme* a moda de Sérgio Tavolaro (2005) no que toca à análise do pensamento de Antonio Candido neste trabalho; como conceituamos no capítulo 1, por *episteme* entendemos “uma grade geral de conceitos e noções que delimita o terreno cognitivo no interior do qual operam determinadas teorias explicativas e interpretativas da “realidade” (TAVOLARO, SÉRGIO, 2005: p. 18). Ao utilizar tal conceito não queremos inferir que há uma crítica epistemológica no pensamento de Antonio Candido implícita no modo como o autor trata o tema modernidade (tal afirmação, aliás, não poderia estar mais distante do pensamento de um autor que se coloca como um herdeiro da tradição da *Aufklärung* brasileira [PONTES, HELOISA, 1998]) tal como a entende de forma explícita a crítica foucaultina a *episteme* das ciências humanas, a que aliás os estudos pós-coloniais se referem (COSTA, SÉRGIO, 2006: p. 119).

Ao utilizar o conceito de *episteme*, queremos delimitar temas que trabalham como um gabarito, como uma espécie de essência, como um “atestado de autenticidade” do que é ou não considerado como moderno. Neste sentido, portanto, há uma limitação no estabelecimento do diálogo entre o pensamento de Candido e os estudos pós-coloniais que aqui propomos: Candido não opera uma crítica epistemológica às ciências humanas como defendido abertamente pelos autores vinculados àqueles estudos; sua leitura crítica acerca da realidade brasileira identifica as contradições do processo de modernização sem deixar de lado a *episteme* da modernidade e, desse modo, a enriquece, tal como o fazem tantos outros autores que expressam aquele ponto de vista que identificamos na formação do pensamento social brasileiro, o “senso de contrastes“. Antonio Candido, neste sentido, expressa um movimento mais amplo presente nas reflexões sobre a realidade brasileira.

Um desenvolvimento importante das reflexões acerca do caráter da modernização brasileira dado pela combinação peculiar de moderno e tradição é a percepção da extrema pobreza a que estava submetido o homem simples do campo em meados do século XX: a pobreza do homem do campo surge como uma face nefasta e operante do processo de modernização que empurra o caipira para formas de pobreza

extrema como forma de inserção no fluxo moderno. Este caráter político que sobressai na obra do autor é outro traço comum ao debate intelectual do período em que Candido pensa e escreve sua obra. Como esclarece Afrânio Garcia (1999), o debate sociológico das décadas de 1940 e 1950 tem uma perspectiva ideológica muito marcada e Antonio Candido não se furta a este debate.

Assim, sua sociologia não poderia se colocar em uma situação de suposta “neutralidade axiológica” e tomar a modernização como um processo natural e homogêneo: projetos de modernização trazem em si posicionamentos políticos e consequências sociais que se sinalizam avanços sociais e econômicos, mas podem também sinalizar a condenação à miséria de largos estratos sociais. Problemas sociológicos apontam, para além da teoria, questões sociais- esse é o elemento essencial das escolhas teóricas e metodológicas realizadas pelo autor em “Os Parceiros do Rio Bonito”⁴⁷.

Ao perceber como o homem pobre do campo lida com processos intensos de mudança social, Antonio Candido traz à lume a posição marginal a partir do qual a modernidade é recebida, pensada e colocada em prática por esses homens. A literatura internacional que propõe uma leitura alternativa sobre modernidade joga uma luz no e uma possibilidade de compreensão do pensamento de Antonio Candido- esse é o ponto que gostaria de explorar e que me levou a escolher os estudos pós-coloniais como pontos de referências na discussão sobre modernidade em Antonio Candido. A narrativa da modernidade sempre teve como sujeito privilegiado aqueles que estavam no centro de produções de conhecimento: ao tomar o caipira como foco narrativo da modernidade brasileira, Antonio Candido desvela um sentido renovado de modernidade e aponta as relações desiguais e injustas que eram a base do processo de modernização que assistia transcorrer quando da escritura da obra.

Tradição não está fora do moderno, não é desvio, como argumentamos no capítulo 3, mas constitui-se como um modo de “tornar-se moderno”; mais do que isso,

⁴⁷ A ideia marxiana de “usar a história para fazer história” parece estar presente na constituição do “senso de problemas” de Candido; as reflexões da sociologia não podem apenas ser aplicadas a um objeto inerte, mas devem ser filtradas através do auto-entendimento dos agentes sociais (GIDDENS, ANTHONY, 1991: p.24).

a persistência da tradição como forma de manutenção da pobreza e desigualdade social mostra-se como um motor importante dos processos de modernização que o Brasil e países da “periferia” do mundo ocidental experimentaram em meados do século XX. As aspas utilizadas na palavra periferia indicam a inadequação da análise que toma como realidades estanques centro e periferia. Ora, como Antonio Candido demonstra (é certo que com avanços e recuos⁴⁸ em sua análise), as margens são elementos operantes da modernidade ocidental.

Ao formular uma saída ao gabarito rígido da *episteme* da modernidade que tão bem caracteriza a nossa “sociologia da inautenticidade” (SOUZA, JESSÉ, 2000)⁴⁹, Antonio Candido abre um caminho original para pensar a modernidade brasileira como uma possibilidade construída a partir do programa cultural da modernidade, e não como desvio deste.

Mais do que apontar que as desigualdades que subjazem o processo de modernização não são desvios mas elementos constitutivos daquele processo, a análise do autor sobre o modo de vida caipira aponta o ponto de vista a partir do qual Antonio Candido formula suas reflexões. Antonio Candido encontra-se na confluência de duas tradições de reflexões sobre a sociedade e cultura brasileira, o pensamento social, dos séculos XVIII e XIX, e o pensamento sociológico que começa a tomar forma nas primeiras décadas do século XX.

Há, na literatura especializada, um relativo consenso na ruptura entre estas duas tradições no que diz respeito a formulações de ideias sobre a realidade brasileira: pensamento social e pensamento sociológico parecem ser dotados de uma lógica

⁴⁸ Lembremo-nos que Candido, assim como seus contemporâneos, vêem os caipiras como condenados ao desaparecimento, tanto do ponto de vista cultural como social.

⁴⁹ Para Jessé de Souza (2000) a “sociologia da inautenticidade” pode ser caracterizada como um auto-interpretção acerca da modernidade brasileira por meio da qual tal ideia assume um sentido de superficialidade, de fachada, algo “para inglês ver”. Sérgio Buarque de Holanda em seu “Raízes do Brasil” (o autor trata a obra de Holanda com um corpo monolítico; neste trabalho, parto da hipótese de uma reformulação da ideia de modernidade brasileira nas obras da maturidade de Sérgio Buarque, como exposto no capítulo 3), Gilberto Freyre e Roberto DaMatta são tomados como os grandes representantes dessa leitura sobre a modernidade brasileira.

própria que tem como elemento diferenciador essencial a separação entre uma fase ideológica - o pensamento social- e uma fase científica de investigação social. Esta divisão, como aponta Nísia Trindade (1999), tem como um resultado nefasto sugerir desenvolvimentos epistemológicos como processo “naturais”: o debate científico, assim, é subsumido em favor da análise das diferenças entre instituições e biografias de autores.

Não queremos negar que há, certamente, grandes diferenças em cada modo de concepção de reflexão: como atenta Afranio Garcia (1999), a categoria pensamento social atenta para análise de concepções, ações e sentimentos que estão delimitadas pela territorialidade da Nação e o pensamento sociológico se erige como atento a processos universais, independentes de tempo e espaço- trata-se de um reparo válido, mas que não aponta a riqueza do pensamento de Antonio Candido.

O que o estudo de “Os Parceiros do Rio Bonito” aponta é a diluição destas fronteiras entre pensamento social e pensamento sociológico⁵⁰. Como o caipira que vivia entre dois mundos de lógicas distintas, Antonio Candido constrói uma ponte entre duas tradições de pensamento ao elaborar uma leitura sobre a modernidade brasileira que combina de forma *sui generis* a tradição do pensamento social e a modernidade representada pelos estudos sociológicos desenvolvidos na universidade. Como nos lembra Nísia Trindade (1999) ao citar sua orientadora Maria Alice Resende, o processo de produção do texto é também o processo de constituir quem fala em um interlocutor legítimo, assim, quando o intelectual fala do mundo, ele fala de si (TRINDADE, NÍSIA, 1999: p.20).

Ao pensar no modo como o caipira responde aos processos de mudanças sociais ou quando pensa o processo de formação da literatura brasileira, Antonio Candido fala enquanto intelectual na periferia da produção do conhecimento ocidental em meados do século XX e, desse modo, filia-se a uma tradição de intelectuais brasileiros que tinham o “senso de contrastes” como sentimento comum na produção

⁵⁰ Luiz Carlos Jackson introduz esta hipótese em sua dissertação de mestrado (2002) e a desenvolve de forma ampla em sua tese de doutoramento (2003). Há determinados trechos da tese referida em que o caráter ensaístico de “Os Parceiros do Rio Bonito” é superestimada (ver como um exemplo claro nota de rodapé nº 58 (JACKSON, LUIZ, 2003: p. 31).

de suas reflexões. Neste sentido, as reflexões de Antonio Candido ganham aquele caráter de “shifting spaces” a que Paul Gilroy se refere quando pensa o lugar do intelectual negro na cultura ocidental (GILROY, PAUL, 1993: p.16). Ao localizar a tradição no moderno e as margens no centro, Antonio Candido promove um descentramento no gabarito da modernidade e promove uma leitura mais rica e problematizadora da realidade social. Servindo-se de uma ideia de Anthony Giddens (1991), sugerimos que Candido promove uma análise do caráter de “dois gumes da modernidade” e assim aponta as limitações das perspectivas sociológicas clássicas numa aproximação da crítica realizada pelos estudos pós-coloniais.

“Os Parceiros do Rio Bonito” fora apresentada como tese de doutoramento em 1954, mas apenas em 1964 é que o grande público tem acesso à obra. Como atenta Afrânio Garcia (1999), os anos 1970 assinalaram mudanças importantes na forma e conteúdo dos estudos sobre as transformações no mundo rural; neste período, a pesquisa de campo ganha um prestígio grande: como atenta o autor, a objetividade da análise social cede lugar para teorias e metodologias que tomem as categorias de pensamento e ação como objetos de pesquisa que transcendem as condições materiais de existência; as categorias sociais do homem pobre do campo passam a ser um tema de destaque na ambiência intelectual dos anos 1970.

É neste período que a obra de Antonio Candido começa a receber a atenção somente dispensada aos clássicos: a leitura da obra, em meados da década de 1970, pode ter-se beneficiada da carreira de Antonio Candido no campo da crítica literária, contudo é inegável o valor da obra ao dar voz aos que historicamente eram relegados como marginais a partir de uma síntese de ideias, conceitos e metodologias que tinham como tração essencial apontar as contradições da realidade brasileira. Assim, Antonio Candido filia-se a um conjunto de intelectuais, brasileiros e latino-americanos, que perceberam as contradições da realidade porque a olharam a partir das margens - esta é a contribuição do autor às reflexões de um debate caro a intelectualidade brasileira, a modernidade, que, neste trabalho, foi investigada a partir de um ponto de vista peculiar, as relações sociedade e natureza. Neste sentido, os esforços investigativos expostos nestas páginas esperam ter apontado a riqueza que tal ponto de vista pode angariar na reflexão sociológica.

Comentários Finais ou Sociologia Ambiental como uma “abertura” às Ciências Sociais Brasileiras

As conclusões a que chegamos ao final do capítulo 6 sobre a contribuição de Antonio Candido às reflexões de um tema caro a gerações de intelectuais brasileiros, a modernidade, tiveram um percurso, é preciso confessar, peculiar: a análise das relações sociedade e natureza na obra “Os Parceiros do Rio Bonito”.

Parte de um projeto de intelectual que se remete a minha dissertação de Mestrado e tem início com um projeto muito mais amplo de uma “sociologia da sociologia ambiental brasileira”, conduzida pela Professora Leila da Costa Ferreira, a leitura proposta, ao longo destas páginas, acerca de um clássico da intelectualidade brasileira não aponta somente a vivacidade e riqueza das reflexões de Antonio Candido, mas também os limites e as possibilidades que a análise das relações sociedade e natureza trazem às ciências sociais brasileiras.

Como atenta Leila Ferreira na apresentação do livro “Teoria Social, Interdisciplinaridade e Teoria Social na América Latina”, os estudos sociológicos sobre o campo científico tem sofrido forte desenvolvimento nas últimas décadas e, no interior deste campo de estudos, a reflexão sobre a relação ambiente e sociedade tem destaque, tanto no campo dos estudos interdisciplinares quanto no campo de uma sociologia da sociologia.

As relações renovadas (e, por vezes, desastrosa) entre sociedade e ambiente assinaladas com o avanço do industrialismo e da tecnologia a patamares não imaginados pela modernidade coloca às ciências sociais a tarefa de pensar tal arranjo de forma incontornável: uma sociedade complexa exige o desenvolvimento de estratégias metodológicas e teóricas renovadas (COMISSÃO GULBENKIAN,1996). Do ponto de vista da análise das relações entre ambiente e sociedade, há que se atentar para uma inflexão importante em meados da década de 1990: como atenta Leila Ferreira,

Tudo indica que a ênfase nessa área transversal migrou da busca ingloria por um ator preferencial de mudança social na ordem econômica ou ambiental para uma questão genérica delineada em torno das preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais (FERREIRA, LEILA, 2011: p.08).

Esta tese de doutoramento, como parte de um projeto amplo de uma sociologia da sociologia ambiental brasileira e latino-americana, se faz a seguinte pergunta: será que a produção intelectual na América Latina tem uma especificidade, que reflete as nossas características históricas, sociais, culturais e principalmente ecológicas? O trabalho que apresentamos ao longo destes capítulos, para além da análise da produção contemporânea, olha para como tal reflexão se conformou na história da sociologia brasileira.

Como notamos ao longo do trabalho, apesar dos processos de urbanização e industrialização que os países latino-americanos vivenciaram ao longo do século XX, a modernidade latino-americana e brasileira, para alguns analistas e mesmo para um senso comum, ainda permanece fortemente atrelada a um sentido de peculiaridade e excepcionalidade: parece que “ainda não chegamos lá”, para utilizar uma expressão de Chakrabarty (2001), ou se chegamos, conquistamos uma forma imperfeita de “ser moderno”. Não é surpreendente que o “dilema da modernidade” tenha mobilizado pensadores latino-americanos e brasileiros ao longo de todo o processo de formação de uma intelectualidade local, de modo que pensar sobre o status da modernidade na América Latina confunde-se com a possibilidade de formulação de um pensamento com as cores locais que tenha uma linguagem universal, como atenta Antonio Candido em “Formação da Literatura Brasileira”.

Como notamos no capítulo 5, a natureza ainda carrega grande capacidade narrativa acerca da América Latina e Brasil ao atribuir-lhe uma espécie de estatuto híbrido no interior da modernidade. A obra de Gilberto Freyre, como apresentamos no capítulo 3, demonstra a singularidade da cultura brasileira atrelada à singularidade da natureza tropical de forma clara: a relação sociedade e natureza tem centralidade no modo como a modernidade brasileira é entrevista pelo autor. O interessante a notar é a perenidade da tese da singularidade brasileira no modo como os intelectuais contemporâneos concebem a medida da diferença da modernidade brasileira no mundo ocidental (TAVOLARO, SÉRGIO 2011 a,b). O que demonstramos naquele capítulo é que Antonio Candido pensa a modernidade brasileira em uma chave distante da constatação dessa “singularidade”: Antonio Candido pensa o processo de modernização brasileiro NO contexto da sociedade capitalista ocidental e, assim, percebe a operacionalidade das margens.

Leila Ferreira (2011) acena com uma conclusão aproximada dessa leitura quando analisa a produção latino-americana sobre ambiente e sociedade; a principal conclusão daquele amplo projeto intelectual a que este trabalho se filia, é que a produção latino-americana sobre ambiente e sociedade (tanto no campo dos estudos interdisciplinares quanto das ciências sociais) tem produzido conhecimento que reflete os diversos desafios ambientais de um ponto de vista original, porque atento às questões da ordem do dia tanto no âmbito regional quanto global. Um olhar atento sobre a produção latino-americana contradiz, portanto, as “imagens e estigmas” (TAVOLARO, SÉRGIO, 2011 b) que ainda caracterizam a América Latina no século XXI.

As principais perspectivas analíticas latino-americanas na abordagem da relação sociedade-natureza, aponta aquele estudo, revelam-se afinadas àquelas assumidas pela comunidade científica internacional. Por outro lado, como no “primeiro mundo” há, na América Latina, uma agenda de pesquisa que reflete temas e problemas que ocupam a comunidade científica internacional e preocupam as sociedades locais. Embora a comunidade científica internacional tenha a expectativa que cientistas latino-americanos dediquem a maior parte de sua energia na investigação de problemas e questões relacionadas às áreas naturais (lembramos que América Latina era equivalente à barbárie e natureza no imaginário ocidental até princípios do século XX), a produção latino-americana apresenta uma produção muito valiosa na compreensão de fenômenos globais, como por exemplo o aquecimento global.

Assim, embora exista uma forte tendência em se considerar a comunidade acadêmica científica latino-americana, bem como suas instituições, fora do que se convencionou chamar uma “produção de ponta”, a pesquisa em tela revela que ao contrário, ao menos no que tange às relações sociedade/natureza, a produção aqui analisada supera as expectativas tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

A análise da obra de Antonio Candido, contudo, não olha para o que se pensa contemporaneamente sobre ambiente e sociedade, mas se ocupa das reflexões de um período da história brasileira em que a ideia de ambiente nem ao mesmo havia sido constituída tal como a entendemos hoje. Como atenta Leila Ferreira (2011), a criatividade sociológica supõe, ao mesmo tempo, um corte com o senso comum e uma

elaboração permanente de novas hipóteses. Perguntamo-nos, então, quais seriam as possibilidades de experimentação criativa e a resposta que, aos poucos, foi tomando forma foi a reconstrução sociológica do modo como as relações natureza e sociedade haviam sido pensadas no pensamento sociológico brasileiro. Sabíamos que natureza havia sido a narrativa preferida dos nossos intelectuais para pensar a cultura e sociedade brasileira nos séculos XVIII e XIX, mas qual a real presença desta narrativa faltava investigar, ao menos no pensamento social brasileiro.

Produzida em período de desvanecimento da ideia de natureza como gabarito da nacionalidade, “Os Parceiros Rio Bonito”, no entanto, aponta a fecundidade de um tema que, mesmo “esquecido” pelo *mainstream* da disciplina naquele período (a natureza era sinônimo de “atraso”), mostra-se como central na compreensão de uma leitura refinada da sociedade e cultura brasileira.

As reflexões desenvolvidas ao longo da tese respondem, de modo geral, a dois grandes anseios: primeiro, inserir o tema “sociedade e natureza” no interior das reflexões sociológicas brasileiras ao longo de seu processo de formação; neste sentido, a investigação do tema em obras e autores do pensamento social brasileiro aponta que há uma história do que se pensou sobre sociedade e natureza que, de alguma forma, ainda está presente no modo como tal relação é concebida e vivida contemporaneamente. O objetivo era, portanto, construir uma discussão da temática ambiental “por dentro” da sociologia, como referido na introdução ao trabalho.

O outro anseio que as reflexões desenvolvidas neste trabalho respondem é o exercício da experimentação criativa na abordagem de um campo de estudos tradicional das ciências sociais brasileira; a leitura dos clássicos do pensamento social brasileiro teve como motivação essencial uma questão contemporânea, o amplo debate ambiental que começa a se configurar em meados da década de 1970. O que, por vezes, foi tomado como uma afronta às regras do campo de estudos do pensamento social, também foi capaz de iluminar elementos das reflexões de Antonio Candido não entrevista pelo modo tradicional de abordagem das obras e autores. Longe de querer apontar a melhor forma de se fazer perguntas à ciência, o que esperamos ter demonstrado, ao longo dos capítulos, é a possibilidade de se olhar de uma forma diversa para as obras e autores de modo a ser capaz de iluminar questões candentes do mundo contemporâneo, sem perder de vista as especificidades históricas do objeto estudado.

De modo geral, a grande motivação das reflexões exposta nestas páginas é demonstrar a relevância e a viabilidade da reflexão sociológica no enfrentamento dos dilemas contemporâneos, em especial da questão ambiental. Como me alertou minha orientadora quando questionei qual a especificidade da sociologia ambiental enquanto campo de conhecimento, a constituição sub-disciplina não aponta para a compartimentalização do conhecimento (uma espécie de “fordismo intelectual” [FERREIRA, LEILA, 2011: p. 322]), mas demonstra uma possibilidade de olhar a complexidade do mundo contemporâneo a partir de um ponto de vista renovado: “os horizontes disciplinares surgem não como um entrave a ser abolido, mas o ponto de partida para uma “viagem” entre saberes compartilhados” (FERREIRA, LEILA, 2011: p. 322). Trata-se, essencialmente, de uma possibilidade de “abertura” às ciências sociais brasileiras.

Referências Bibliográficas gerais

- AB'SABER, AZIZ. "Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo". In: *Estudos Avançados*, vol. 8, nº 22, 1994, p. 221-232.
- ALVES, ANDREA M. *Alguns temas e problemas da sociologia no Brasil. Uma análise de conteúdo da revista Sociologia (1939-1941)*. Paper (Mestrado em Sociologia), Rio de Janeiro: IUPERJ, 1993.
- ANDRADE, JULIA C. "Pierre Monbeig, um francês diante da geografia em movimento: um estudo sobre a obra Pioneiros e fazendeiros do Estado São Paulo" In: *Revista IEB*, nº 52, 2011, p.43-68.
- ANDRADE, MANUEL C. "Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil". In: *Boletim Paulista de Geografia*, no. 72, 1992.
- ANGOTTI, HELIANA. *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- APPADURAI, ARJUN. *Modernity at large.: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- ARANTES, PAULO EDUARDO. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. "Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo". In: ARANTES, OTÍLIA B.F.; ARANTES, PAULO E. *Sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- ARAÚJO, RICARDO.B. *Guerra e Paz. Casa-Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
- AZEVEDO, NEROALDO P. *Modernismo e Regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa, PB: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BARIANI JUNIOR, EDISON. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: FCL, UNESP, 2003.
- BASTOS, ÉLIDE R. "Pensamento social da Escola Sociológica paulista". In: MICELI, SÉRGIO. *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.

- BASTOS, ÉLIDE R. *O pensamento sociológico no Brasil: Consenso ou crítica?*. Tese (Livre Docência). Campinas, IFCH-UNICAMP, 1997.
- BAUMAN, ZYGMUNT. *Modernidad Líquida*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- BECK, ULRICH; BONSS, Wolfgang; LAU, Christoph. “The Theory of Reflexive Modernization : Problematic, Hypotheses and Research”. In: *Theory, Culture, Society*, vol. 20, n.1, 2003, p.1-33.
- BHAMBRA, GURMINDER K. “Sociology and Postcolonialism: Another ‘Missing’ Revolution?”. In: *Sociology*, vol. 41, n.5, 2007, p.871-884.
- BOAS, FRANZ. *A formação da antropologia americana, 1883-1911: organização e introdução de George W. Stocking Jr.* Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2004.
- BOURDIEU, PIERRE. *A economia das trocas simbólicas*. SP, Ed. Perspectiva, 1980.
- _____. *Questões de Sociologia*. RJ, Ed. Marco Zero, 1983.
- BURKETT, PAUL. “Nature in Marx Reconsidered”. In: *Organization & Environment*, v.10, n.2, jun 1997, p. 164-183.
- CANDIDO, ANTONIO. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5ª edição. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 2009.
- _____. “A sociologia no Brasil”. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, vol. 18, nº 1, 2006 (Texto publicado pela primeira vez na Enciclopédia Delta-Larousse em 1959), p.271-301.
- _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- _____. “Duas vezes a passagem do dois ao três”. In: CANDIDO, ANTONIO. *Textos de Intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2002.
- _____. *Textos de Intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2002.
- _____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9ª edição. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- CANDIDO, ANTONIO. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e*

Sociedade. 8ª edição. São Paulo, T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. *Iniciação à Literatura Brasileira (Resumo para Principiantes)*. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. “Dialética da Malandragem”. In: CANDIDO, ANTONIO. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. “De Cortiço a Cortiço”. In: CANDIDO, ANTONIO. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, SERGIO BUARQUE. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1991, 23ª Edição(1ª edição: 1936).

_____. *O Método Crítico de Silvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. “Literatura e Subdesenvolvimento”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ed. Ática, 1987.

_____. “Prefácio”. In: MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de Antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. “Carta-Prefácio”. In: DANTAS, Macedo. *Cornélio Pires: criação e riso*. São Paulo, Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

_____. *Tese e Antítese*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. “Possíveis raízes indígenas de uma dança popular”. In: *Revista de Antropologia*, vol. 4, nº 1, junho de 1956, p.01-24.

_____. “L’etat actuel et les problèmes plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil”. In: *Anais do XXI Congresso Internacional de americanistas*. São Paulo: Editora Anhembi, 1955, p.321-332.

CARDOSO, MIRIAM LIMOIRO. “Teorias da modernização e expansão capitalista”. Trabalho apresentado no *XII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Belo Horizonte-MG, 31 de maio a 03 de junho de 2005.

CASANOVA, JOSÉ. “Cosmopolitanism, the clash of civilizations and multiple

- modernities“. In: *Current Sociology*, vol. 59, n. 2, 2011, p.252-267.
- CASTRO, RONALDO DE O. “A areia e a rocha: Antonio Candido diante de duas tradições do pensamento social brasileiro”. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Porto Seguro, Bahia.
- CARVALHO, FLÁVIA PAULA. *A natureza na literatura brasileira: regionalismo pré-modernista*. São Paulo: Hucitec; Terceira Margem, 2005.
- CARVALHO, NANJI V. (org). *Leituras sociológicas*. São Paulo: Vértice Editora, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- CATTON, WILLIAM and DUNLAP, RILEY. “Environmental sociology: a new paradigm”. In: *The American Sociologist*, Washington, vol.13, n.1, 1978, p.41-49.
- CERQUEIRA, RODRIGO. *Crítica, memória e narração: um estudos dos textos memorialísticos de Antonio Candido*. Dissertação. Campinas: IEL, UNICAMP, 2008.
- CHAKRABARTY, DIPESH. *Provincializing Europe: post colonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- CHAMBERS, IAN; CURTI, LIDIA. *The Post Colonial Question: common skies, divides horizons*. London; New York: Routledge, 1996.
- CHIROT, DANIEL. “A Clash of Civilizations or of Paradigms? Theorizing Progress and Social Change”. In: *International Sociology*, vol. 16, n. 3, 2001, p. 341-360.
- CIACCHI, GIANI. “Uma leitura crítica dos estudos de comunidade no Brasil: apresentação ao texto de Gioconda Mussolini”. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, n.18, 2009, p.281-285.
- _____. “Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica”. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.50, n.1, 2007, p.181-223.
- COMISSÃO GULBENKIAN. *Para abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- CORONIL, FERNANDO. “Naturaleza del postcolonialismo: del euro centrismo al globo centrismo“. In: LANDER, EDGARDO (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Argentina; CLACSO, 2000.
- _____. *The Magical State. Nature, money and Modernity in Venezuela*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- COSER, LEWIS A. (ed.). *Georg Simmel*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall Inc, 1965.

- COSTA, SÉRGIO. “Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial“. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 21, n. 60, fevereiro de 2006, p.117-134.
- _____. “Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva“. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, novembro de 2004, 73-100.
- COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.
- CUNHA, EUCLYDES DA. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 39ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro) (1ª edição: 1902).
- DANTAS, ALDO. *Pierre Monbeig: um marco da geografia brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- DANTAS, VINÍCIUS. *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo: Editora Duas Cidades; Editora 34, 2002.
- DEGLER, CARL N. *In search of Human Nature. The decline and the revival of Darwinism in the American Social Thought*. New York: Oxford University Press, 1991.
- DEL VECCHIO, ANGELO; DIÉGUEZ, CARLA. “A contribuição institucional na construção da Sociologia no Brasil: o caso de São Paulo”. Paper apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro-RJ, 28 a 31 de julho de 2009.
- DEL VECCHIO, ANGELO; DIÉGUEZ, CARLA (org.). *As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2008.
- DUARTE, RODRIGO A.. *Marx e a Natureza em O Capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- DU BOIS, WILLIAN. *The souls of Black folk*. Greenwich, Conn: Fawcett, 1961.
- DUSSEL, ENRIQUE. “Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)”. In: *Boundary 2*, vol. 20, No. 3, The Postmodernism Debate in Latin America, Autumn- 1993, p. 65-76.
- EISENSTADT, SHMUEL .N. *The Great Revolutions and the civilizations of modernity*. Leiden, Boston: Brill, 2006.
- _____. *Multiple Modernities*. New Brunswick, USA; London, UK,

2002.

_____. “Tradición, cambio y modernidad: Algunas consideraciones sobre las teorías de la modernización”. In: *Revista Española de la Opinión Pública*, n.12, apr.- jun., 1968, p. 61-81.

ESCOBAR, ARTURO. “El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ? Globalización o posdesarrollo?”. In: LANDER, EDGARDO (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Argentina; CLACSO, 2000.

FARIS, ROBERT. *Chicago Sociology 1920-1932*. Chicago: The Chicago University Press, 1967.

FERNANDES, FLORESTAN. “Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, TAMÁS; QUEDA, ORIOWALDO (org.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

_____. *A Etnologia e Sociologia no Brasil. Ensaio sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das Ciências Sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1958.

FERREIRA, LEILA C. “Apresentação”. In: FERREIRA, LEILA C. *A questão ambiental na América Latina. Teoria Social e Interdisciplinaridade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

_____. *Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Ed Annablume, 2006.

_____. “Sociologia Ambiental, teoria social e produção intelectual na América Latina”. In: *Idéias*, Campinas, vol.8, n. 2, 2001, p.39-70.

_____. “Introdução”. In: FERREIRA, L.C. *A Sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo, Ed. Boitempo, 1997.

FOSTER, JOHN B. *Marx's Ecology. Materialism and nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.

FRANCO, MARIA SYLVIA .C. *Homens Livres na Sociedade Escravocrata*. São Paulo: IEB, 1969.

_____. “Prosa com *Os parceiros do Rio Bonito*”. In: D'INCAO, MARIA A.; SCARABÔTOLO, ELOÍSA F. *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia das Letras: Instituto Moreira

Salles, 1992.

FRANÇOZO, MARIANA DE CAMPOS. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Campinas: IFCH, UNICAMP, 2004.

FRENCH, JENNIFER. *Nature, neo-colonialismo and the Spanish American regional writers*. Hanover, N.H.: Dartmouth College Press, 2005.

FREYRE, GILBERTO. *Casa Grande & Senzala*. 51ª edição. São Paulo, Ed. Global, 2006.

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1989.

GAONKAR, DILIP P. *Alternative Modernities*. Durham: Duke University Press, 2001.

GARCIA, AFRÂNIO. “A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro”. In: *Sociologia*, ano 5, nº 10, 2003, p.154-189.

GARCIA, AFRÂNIO; GRYSZPAN, MARIO. “Veredas da Questão Agrária e enigmas do Grande Sertão”. In: MICELI, SERGIO. *O que ler em ciências sociais*. São Paulo: ANPOCS, 1999.

GERBI, ANTONELLO. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 1996.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London, New York: Verso, 1993.

GOLE, NILUFER. “Snapshots of Islamic Modernities“. In: EISENSTADT, SHAMUEL. *Multiple Modernities*. New Brunswick, USA; London, UK, 2002.

GOTO, ROBERTO. *Malandragem Revisitada: uma leitura ideológica de “Dialética da Malandragem”*. Campinas: Ed. Pontes, 1988.

GROSS, MATTHIAS. “Unexpected interactions: Georg Simmel and the observation of nature”. In: *Journal of Classic Sociology*, vol.1, n.3, 2001, p.395-414.

HALL, STUART; GIEBEN, BRAM (org). *Formations of Modernity*. Cambridge: The Open University, 1992.

HOFSTADTER, RICHARD. *Social Darwinism in the american thought*. Boston: The Beacon Press, 1965.

HOLANDA. SERGIO BUARQUE. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000

- (Grandes nomes do pensamento brasileiro) (1ª edição: 1959).
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, 3. Ed. (1ª edição: 1957).
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1991, 23. Ed. (1ª edição: 1936).
- _____. *Monções*. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1976, 2ª. Edição (1ª edição: 1945).
- HORIGAN, STEPHEN. *Nature and Culture in Western Discourses*. London; New York: Routledge, 1988.
- IANNI, OTÁVIO. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- JACKSON, LUIZ CARLOS. *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à Sociologia da USP*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: FFLCH, USP, 2003.
- _____. *A Tradição Esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a Sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002.
- JUNQUERA, CARMEN F.; HENRIQUEZ, JOSÉ M.; VIGAL, JULIA B. (eds). *Ecocríticas. Literatura y medio ambiente*. Madrid: Iberoamericana, Vervuert, 2010.
- KANE, ADRIAN T. *The natural world in Latin American literatures: ecocritical essays on twentieth century writings*. Jefferson, N.C.: McFarland & Co. Publishers, 2010.
- KANTOR, IRIS; MACIEL, DÉBORA; SIMÕES, JULIO A. *A Escola de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953): depoimentos*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.
- KAYA, IBRAHIM. “Modernity, Openness, Interpretation: A Perspective on Multiple Modernities“. In: *Social Science Information*; vol. 43, n.1; 2004, p. 35 -57.
- LANDER, EDGARDO. “Ciencias Sociales: saberes coloniales e eurocêntricos“. In: LANDER, EDGARDO (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Argentina; CLACSO, 2000.
- LEPENIES, WOLF. *As três culturas*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. *O pensamento selvagem*. Campinas: Ed. Papirus, 2009.
- _____. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1982.

_____. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LEVY, JACOB. *Colonialism and its legacies*. Lanham: Lexington Books, 2011.

LIMONGI, FERNANDO P. *Revista Sociologia. A ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo (2 estudos)*. São Paulo: IDESP, 1987. Série História das Ciências Sociais no.1.

LINHARES, MARIA Y.;SILVA, FRANCISCO C. T. *Terra Prometida. Uma história da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1999.

_____. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MAIA, JOÃO MARCELO. “Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro”. In: *Revista Sociedade e Estado*, Volume 26, Número 2, Maio/Agosto 2011, p. 71-94.

_____. “Pensamento brasileiro e teoria social. Notas para uma agenda de pesquisa”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.24, n.71, out/2009, p.155-168.

MAIO, MARCOS C.;VILLAS BOAS, GLAUCIA (org). *Idéias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: UFRS,1999.

MARX, KARL. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, KARL; ENGELS, FRIEDRICH. “Manifesto do Partido Comunista”. In: *Revista de Estudos Avançados*, vol.12, n.34, set/dez-1998 (tradução Marcus Vinicius Mazzeri).

MARTINEZ, JOSE LUIZ. *De La naturaleza y carácter de La literatura mexicana*. México: Secretaria de Educacion Publica, Instituto Federal de Capacitacion Del Magisterio, 1963.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 8, nº 1, 1996, p.25-70.

_____. *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Pioneira,

1975.

MEUCCI, SIMONE. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese (Doutorado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2006.

MIGNOLO, WALTER D. *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid, AKAL, 2003.

MONBEIG, PIERRE. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec; Editora Polis, 1984.

MONTEIRO, PEDRO MEIRA. *A queda do aventureiro. Aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

MONTEIRO, PEDRO MEIRA; EUGÊNIO, JOÃO KENNEDY (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

MULLER, NICE LECOQ. *Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo*. São Paulo: USP, 1951 (Boletim 132 Geografia no.7).

MURARI, LUCIANA. *Natureza e Cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.

MURPHY, PATRICK. *Ecocritical explorations in Literature and cultural studies. Fences, boundaries and fields*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2009.

MUSSE, RICARDO. “Duas ou três coisas sobre Antonio Candido”. In: *Revista Trans/Form/Ação*, São Paulo, no.18, 1995, p.43-50.

MUSSOLINI, GIOCONDA. “Persistência e mudança em sociedades de *folk* no Brasil”. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, n.18, 2009, p.287-300 (1ª. Edição: 1955).

_____. “Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro”. In: *Revista de Antropologia*, vol.1, n.2, 1953, p.81-97.

_____. “Resenha de *Cunha*”. In: *Revista do Museu Paulista*, n 8, vol III, 1949.

NAVASCUÉS, JAVIER. *De Arcádia a Babel: naturaleza y ciudad em La literatura hispano-americana*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt AM Main: Vervuert, 2002.

ORTIZ, RENATO P. “Memória coletiva e Sincretismo científico: as teorias raciais e os precursores das Ciências Sociais”. In: *Cadernos CERU*, no.17, set.1982, p141-166.

_____. “O guarani: um mito de fundação da brasilidade”. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, vol.40, no.3, mar-1988, p.261-269.

- _____. “A porosidade das fronteiras nas Ciências Sociais”. In: ORTIZ, R. (org). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D’Água, 2003.
- OVIEDO, GONZALO C.. *Naturaleza, sociedade y cultura em America Latina: enfoques antropológicos*. Quito: Fundacion Natura, 1992.
- PÁDUA, JOSÉ AUGUSTO. “Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil”. In: PÁDUA, JOSÉ A. (org). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.
- _____. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2002.
- PARHAM, JOHN (ed.). *The environmental tradition in English literature*. Burlington, Ashgate Publishing Company, 2002.
- PARK, ROBERT. “Ecologia Humana”. In: PIERSON, DONALD (org). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1948 (Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social).
- PASSERON, JEAN-CLAUDE. *O Raciocínio Sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1995.
- PEIXOTO, FERNANDA A.; SIMÕES, JULIO A. “A Revista de Antropologia e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates”. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.46, no.2, 2003, p.383-409.
- PEIXOTO, FERNANDA A. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- PESAVENTO, SANDRA J (org.). *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- PIERSON, Donald. *Cruz das Almas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966 (Coleção Documentos Brasileiros no. 124).
- PIERSON, DONALD. “Exame crítico da Ecologia Humana”. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*, v. 10, n. 4, 1948, p. 227-241.
- _____. “Introdução”. PIERSON, DONALD (org). *Elementos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948 (Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social).
- _____. “Ecologia Humana”. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*, v. 9, n. 2, 1947, p. 153-163.

- PIVA, LUIZ GUILHERME. *Ladrihadores e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 2000.
- PONTES, HELOISA. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. "Entrevista com Antonio Candido". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº 47, 2001, p. 05-30.
- PRADO JR., CAIO. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Brasiliense: Publifolha, 2000.
- QUIJANO, ANÍBAL. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". In: LANDER, EDGARDO (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Argentina; CLACSO, 2000.
- QUIJANO, ANÍBAL; WALLERSTEIN, IMMANUEL. "Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system", In: *International Social Science Journal*, no. 134, nov. 1992, p.549-557.
- RADCLIFFE-BROWN, ALFRED R. *Radcliffe-Brown: Antropologia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- RAMASSOTE, RODRIGO. "Inquietudes da crítica literária militante de Antonio Candido". In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 23, n.02, 2011, p.41-70.
- _____. "A sociologia clandestina de Antonio Candido". In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 20, n.01, 2008., p.219-237.
- REDFIELD, ROBERT. *Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatan*. São Paulo: Martins, 1949.
- RICHARDS, AUDREY. *Hunger and work in a Savage Tribe: a functional study of nutrition among the southern Bantu*. Chicago, The Tree Press, 1948.
- ROSA, FRANCISCO T.R.S. *A aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Campinas: IFCH, UNICAMP, 1993.
- ROSA, JOÃO GUIMARÃES. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2006.
- SAID, EDWARD. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo:

Cia das Letras, 1990.

SALGUEIRO, HELIANA S. *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

SANTOS, ANA CAROLINA V.R.. “Park versus Simmel: indivíduo e sociedade do ponto de vista ecológico“. *In: Revista Intratextos*, v.4, 2012a, p.220-239.

_____. “Natureza e modernidade em Sérgio Buarque de Holanda: primeiras aproximações“. *In: Ideias*, v. 1, 2012b, p. 73-90.

_____. “Uma proposta de leitura: o “movimento dialético” no pensamento de Antonio Candido“. *In: Revista Litteris*, n. 8, setembro 2011, p. 249-267. Disponível em: www.revistaliteris.com.br

_____. “Ecologia e Modernidade em “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido: uma primeira aproximação“. *In: Revista Mediações*, vol. 15, 2010a, p.266-281.

_____. A Natureza dos Românticos: uma leitura da sociologia ambiental. *In: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* (UNESP. Araraquara. Impresso), v. 38, 2010b, p. 75-92.

_____. *As Naturezas de Freyre: natureza e ecologia em Nordeste (1937) de Gilberto Freyre*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2008.

SANTOS, LUIZ ANTONIO C. “A radicalidade de “Os Parceiros do Rio Bonito” *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, jun-2002, p.31-38.

SCHWARZ, ROBERTO. *Que horas são?*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SCHMIDT, ALFRED. *El concepto de naturaleza em Marx*. Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1977.

SCHMIDT, VOLKER H. “Múltiplas Modernidades ou variedades da modernidade?”. *In: Revista Sociologia e Política*., Curitiba, 28, jun. 2007, p. 147-160.

SIMMEL, GEORG. “A Ruína”. *In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998 (1ª edição: 1911).

_____. *Filosofia da paisagem*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. (1ª. Edição: 1913). Disponível em <http://www.lusosofia.net/>

_____. “O estrangeiro”. *In: MORAES FILHO, EVARISTO. George Simmel: sociologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

_____. “A metrópole a vida mental”. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.

RODRIGUES, LIDIANE SOARES. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: Mestres, discípulos e “Um Seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado em em História Social), FFLCH, USP, 2011.

SKINNER, QUENTIN “Meaning and Understanding in the history of ideas”. In: TULLY, J. *Meaning & Context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1988.

SORIANO-MOLLÁ, DOLORES T. *La naturaleza em la literatura espanhola*. Vigo: Academia Del Hispanismo, 2011.

SOUZA, PATRÍCIA OLSEN. “Mudança social no Brasil: as abordagens de Florestan Fernandes e Costa Pinto no início dos anos 1950”. Trabalho apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, junho de 2009.

SPIVAK, GAYATRI C. “Can the Subaltern speak?”. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (eds.). *Marxism and the interpretation of Culture*. Basingstoke: Macmillan Education, 1988, p.66.109.

STERN, ROBERT. *Routledge philosophy guidebook to Hegel and the Phenomenology of spirit*. London: Routledge, 2002.

STOCKING, GEORGE W. *Race, Culture and evolution: essays in the history of anthropology*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1982.

_____. “Antropologia em Chicago. A fundação de um departamento independente (1923-1929)”. In: PEIXOTO, FERNANDA A.; PONTES, HELOISA; SCHWARCZ, LILIA K. *Antropologias, Histórias, Experiências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SZMRECSÁNYI, TAMÁS; QUEDA, ORIOWALDO (org.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

TAVOLARO, SERGIO B. F. “Freyre, Damatta e o lugar da natureza na singularidade brasileira”. In: *Lua Nova*, São Paulo, 83, 2011 a, p.217-157.

_____. “América Latina: entre imagens e estigmas “ In: FERREIRA, LEILA C (org.). *A questão ambiental na América Latina. Teoria Social e Interdisciplinaridade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011b.

_____. “Para além de uma “cidadania à brasileira”: uma consideração crítica da produção sociológica nacional. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba,

v. 17, n. 32, fev. 2009, p. 95-120.

_____. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 59, out.-2005, p. 5-22.

TAVOLARO, SERGIO B. F; TAVOLARO, LILIA G. M. “A cidadania sob o signo do desvio: Para uma crítica da “tese de excepcionalidade brasileira””. In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. 25, n.2, maio-agosto 2010, p.331-368.

TRINDADE, NÍSIA L. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ,UCAM, 1999.

ZILBERMAN, REGINA. *A Terra em que nasceste. Imagens do Brasil na literatura*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

WAGLEY, CHARLES. *Amazon Town. A Study of Man in the Tropics*. Nova York, : A. A. Knopf, 1968.

_____. “Estudos de comunidades no Brasil sob perspectiva nacional”. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*, v. 16, n. 2, maio de 1954, p. 3 - 22.

WEBER, JOÃO HERNESTO. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

WEGNER, ROBERT. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

WILCOX, CLIFFORD. *Robert Redfield and the development of american anthropology*. Lanham, EUA- Lexington Books, 2006.

WILLEMS, EMILIO. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: sem editora, 1948.

_____. “Resenha de Estudos de Ecologia Humana”. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*, v. 11, n. 2, 1949, p. 257-260.

WILLEMS, EMILIO; MUSSOLINI, GIOCONDA. *Buzios Island: a Caiçara Community of Southern Brazil*. Monographs of the American Ethnological Society, XX, Nova York, 1952

WILLIAMS, RAYMOND. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

_____. “Ideas of Nature”. *Problems in materialism and culture*:

selected essays. London, Verso, 1980.

WITTROCK, BJORN. “Modernity: one, none, or many? European Origins and modernity as a global condition” In: EISENSTADT, SHMUEL. *Multiple Modernities*. New Brunswick, USA; London, UK, 2002, p.31-60.

Referências bibliográficas específicas:

Artigos científicos da Revista Sociologia acerca do tema sociologia rural

ALMEIDA, GASTÃO THOMAZ DE. “Imprensa e desenvolvimento rural”. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 27, n. 4, dez. 1965, p. 335 - 344.

BAILEY, WILFRID C. “Rural development and the social sciences“. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 22, n. 1, mar. 1960, p. 52 - 70.

BARROS, SOUZA. “Alguns aspectos sociológicos da evolução da agricultura no Brasil“. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 22, n. 4, dez. 1960, p. 451 - 458.

CAJUEIRO, IVAN TURGUENEFF. “As mudanças tecnológicas nas empresas rurais”. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 24, n. 4, dez. 1962, p. 291 - 315.

CANDIDO, ANTONIO. “A vida familiar do caipira“. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 16, n. 4, out. 1954, p. 341 - 367.

DIEGUES JÚNIOR, MANUEL. “O meio rural, seu estudo e suas transformações culturais“. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 24, n. 2, jun. 1962 a, p. 83 - 94.

DIEGUES JÚNIOR, MANUEL. “Nota sobre a Sociologia Rural no Brasil: aspectos de sua formação, desenvolvimento e estado atual“. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 24, n. 4, dez. 1962b., p 245 - 258.

DONNANGELO, MARIA CECÍLIA F. “Realidade agrária brasileira e tendências reformistas“. In: *Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 26, n. 2, jun. 1964, p. 253 - 263.

ELLENBOGEN, BERT L. “Desenvolvimento rural no Brasil: perspectivas e paradoxos“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 28, 2/3, jun./out. 1966, p. 113 - 127.

FERNANDES, Florestan. “O problema do método na investigação sociológica. Sociologia“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*, v. 9, nº 4, 1947, p. 332-45.

FONTOURA, AMARAL. “O problema da educação rural no Estado do Rio“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo- SP, v. 5, n. 1, mar. 1943, p. 65 - 72.

GALVÃO, HÉLIO. “Assistência mútua entre as populações rurais do nordeste brasileiro“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 12, n. 4, out. 1950, p. 289 - 311.

GEILING, GLÓRIA K. “Sociologia rural e urbana“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo- SP. v. 1, n. 2, maio 1939, p. 88 - 93.

HALLER, ARCHIBALD C. “ "Novas" Ciências Sociais na Universidade Rural do Brasil“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 24, n. 4, dez. 1962, p. 317 - 330.

HELLER, FREDERICO. “O êxodo do campo como fator de desenvolvimento“ *In: Sociologia: revista didática e científica*. São Paulo, SP. 12 v., 18 por 11,50 cm., v. 5, n. 1, mar. 1943, p. 57 - 64.

KAUFMAN, HAROLD F.; DUBKELBERGER, JOHN E. “Classifying families in low-income rural areas“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 22, n. 2, jun. 1960, p. 179 - 192.

LIPMAN, AARON. “La percepción de la reforma agrária en Colombia como valor social“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 25, n. 2, jun. 1963, p. 131 - 140.

MARCONDES, J. V. FREITAS. “A agricultura em tempo parcial no Estado de São Paulo e a industrialização“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. Escola de Sociologia e Política de São Paulo. v. 24, n. 1, mar. 1962 a., p. 29 - 40.

MARCONDES, J. V. FREITAS. “Reforma agrária à luz das Ciências Sociais“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP,

v. 24, n. 4, dez. 1962 b., p. 273 - 290.

MARCONDES, J. V. FREITAS. “O regime da propriedade da terra e a Reforma Agrária no Brasil“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 26, n. 1, mar. 1964, p. 123 - 133.

MOLINA FILHO, JOSÉ. “Absentéismo e agricultura em tempo parcial no Município de Rio das Pedras“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 25, n. 3, set. 1963, p. 213 - 232.

MORPHET, EDGAR L.; SAITO, HIROSHI; SEMENSATO, GERALDO. “Algumas contribuições das Ciências Sociais para o desenvolvimento agrário da América Latina“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 28, n. 4, nov./dez. 1966, p. 257 - 277.

OBERG, KALERVO. “O campônio marginal no Brasil rural“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 19, n. 2, maio 1957, p. 118 - 132.

PASTORE, JOSÉ. “Conflito e mudança social no Brasil Rural“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 24, n. 4, dez. 1962, p. 259 - 272.

PINTO, JOÃO BOSCO. “Alfabetização e desenvolvimento econômico da agricultura brasileira“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 25, n. 1, mar. 1963, p. 49 - 63.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. “Sociologia e mudança social“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 9, n. 4, 1947.

PINTO, LUIZ AGUIAR COSTA. “A estrutura da sociedade rural brasileira“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo, SP., v. 10, 2/3, 1948, p. 156 - 193.

RONCERAY, HUBERT DE. “La elasticidad de la cultura rural a la cultura urbana a tres niveles de industrialización en Chile: una contribución a la sociología de la aculturación“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 28, 2/3, jun./out. 1966, p. 141 - 161.

SCHADEN, EGON. “Aculturação lingüística numa comunidade rural“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo, SP. v. 4, n. 3, ago. 1942, p. 268 - 284.

SEMENSATO, GERALDO. “Sociologia da vida rural: notas e observações sobre seu

recente desenvolvimento do Brasil“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 25, n. 3, set. 1963, p. 265 - 270.

SIEGEL, BERNARD J. “Social structure and the medical practitioner in rural Brazil and Portugal“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo- SP, v. 20, n. 4, out. 1958, p. 463 - 476.

SMITH, T. L. “Mensuração de fertilidade e de fertilidade diferencial rural-urbana nos Estados Unidos“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo, SP. v. 4, n. 4, out. 1942, p. 317 - 327.

TAYLOR, CARL C. “A contribuição da Sociologia à agricultura“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo- SP. v. 5, n. 1, mar. 1943, p. 1 - 19.

WILKENING, EUGENE A. “Alguns problemas do planejamento de pesquisa sobre mudança social e tecnológica em áreas rurais do Brasil“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo-SP, v. 27, n. 1, mar. 1965, p. 37 - 47.

WILLEMS, EMÍLIO. “A solução do problema rural brasileiro como mudança cultural provocada“. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo, SP, v. 5, n. 1, mar. 1943, p. 20 - 28.

WILLEMS, Emílio. “Sociologia “acadêmica” e sociologia “socialista””. *In: Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais*. São Paulo, SP, v. 9, nº 4, 1947, p. 346-349.